

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DOUGLAS SOUZA PEGO

A Municipalização Das Escolas Rurais De Pires Do Rio – Go (1980 – 2008)

Uberlândia

2023

DOUGLAS SOUZA PEGO

A MUNICIPALIZAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS DE PIRES DO RIO – GO
(1980 – 2008)

Dissertação apresentada ao Programa De Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação.

Orientador: Armindo Quillici Neto.

Uberlândia

2023

DOUGLAS SOUZA PEGO

A MUNICIPALIZAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS DE PIRES DO RIO – GO
(1980 – 2008)

Dissertação apresentada Programa De Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação.

Orientador: Armindo Quillici Neto.

Uberlândia, 19 de dezembro de 2023.

Banca Examinadora:

Armindo Quillici Neto – Doutor (UFU) - Orientador

Cristiane Maria Ribeiro – Doutora (IF Goiano) - Avaliadora

Sônia Maria dos Santos – Doutora (UFU) - Avaliadora

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

P376 Pego, Douglas Souza, 2000-
2023 A Municipalização Das Escolas Rurais De Pires Do Rio ?
Go (1980 ? 2008) [recurso eletrônico] / Douglas Souza
Pego. - 2023.

Orientador: Armindo Quillici Neto.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Educação.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.35>
Inclui bibliografia.

1. Educação. I. Quillici Neto, Armindo ,1962-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 38/2023/860, PPGED				
Data:	Dezenove de dezembro de dois mil e vinte e três	Hora de início:	8:30	Hora de encerramento:	11:00
Matrícula do Discente:	12212EDU010				
Nome do Discente:	DOUGLAS SOUZA PEGO				
Título do Trabalho:	"A Municipalização das Escolas Rurais de Pires do Rio - GO (1980-2008)"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"O ENSINO DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL. A trajetória dos fundamentos históricos, filosóficos e políticos do ensino de Filosofia da Educação nos Cursos de formação de professores"				

Reuniu-se, através da sala virtual da Plataforma Microsoft Teams, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Cristiane Maria Ribeiro - IFGOIANO; Sônia Maria dos Santos - UFU; Armindo Quillici Neto - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Armindo Quillici Neto, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Armando Quillici Neto, Professor(a) do Magistério Superior**, em 19/12/2023, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Maria Ribeiro, Usuário Externo**, em 24/12/2023, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Maria dos Santos, Usuário Externo**, em 29/12/2023, às 23:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5049647** e o código CRC **BE6A9B4E**.

DEDICATÓRIA

Dedico à minha mãe *Ilzanete Francisca de Souza* que fez do meu sonho o dela. Muitas vezes, fez o irracional para me manter na graduação e durante a pós-graduação, isso não mudou. Sempre exigiu boas notas, mas também me amparava a cada momento em que a vontade de desistir aparecia. Mãe, sua perspicácia e sutileza me moldaram para aquilo que eu me tornei.

Dedico esse trabalho ao meu pai *Rogério Gonçalves Pego*, que mesmo sem conhecimento teórico ou metodológico da ciência, me manteve alerta para o quanto o mundo é intrigante. Foi nele que encontrei inspiração para buscar uma explicação bem fundamentada, para saber como as coisas são.

Aos meus irmãos *Izabela, Ana Laíz e Samuel Kalebe*, que nos momentos de maior desespero e angústia, me fizeram sorrir e sempre se mostravam interessados no que eu dizia sobre a Pires do Rio, as escolas e sobre política, até mesmo quando não entendiam absolutamente nada.

Dedico aos meus avós maternos *Antônia e Joaquim*, que sempre se entusiasmavam e contavam para todo mundo o quanto seu neto era “inteligente”, por ser professor.

Às minhas professoras do fundamental, aos meus professores do ensino médio e aos do superior, também dedico, por serem inspiração de perseverança e por me fazerem perceber o único lugar em que eu encontro meu significado: a sala de aula.

Dedico especialmente ao professor, *Armando Quillici Neto*, que foi um querido e me auxiliou em situações complicadas do mestrado e deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a rede de educação municipal de Domiciano Ribeiro – GO, por introduzir em crianças pobres como eu, os conhecimentos escolares iniciais de ciências, matemática e de mundo. Agradeço a rede estadual de ensino de Goiás que continuou o processo iniciado pelo município mantendo adolescentes curiosos, apesar dos desvales e reveses que cada estudante e professor enfrenta naquela localidade.

Agradeço ao Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí, por me receber e me dar ferramentas para reconstruir minha identidade enquanto Pesquisador, Cientista e Professor.

À Universidade Federal de Uberlândia, por ser um lugar de produção e construção de conhecimento, minha mais sincera gratidão. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação e à Linha de Pesquisa em História e Historiografia da Educação por me acolherem e me dar subsídios para que essa pesquisa fosse feita.

Agradeço a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que possibilitou, por meio da bolsa, que eu me alimentasse, frequentasse as aulas e tivesse um teto ao longo de um ano.

Agradeço aos meus colegas e, agora, amigos, mestres e doutores, *Élida, Gislaine, Palloma, Naassom, Ilze e Iraní*. Aos meus professores do PPGED-UFU e ao meu orientador, Dr. Armindo Quillici Neto.

Ao Conselho Municipal de Educação de Pires do Rio em nome da pessoa da Presidente Raquel, ao Museu Ferroviário de Pires do Rio na pessoa da servidora Francycle e à Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Campus Pires do Rio, na pessoa do bibliotecário Gilvan.

À minha família, em especial ao meu primo *Rafael* por todo o suporte e companheirismo; aos meus amigos, aos meus professores e professoras, à minha comunidade de fé e à Deus, meus sinceros agradecimentos.

*O caminho de quem escreve,
ou pretende escrever história,
passa inevitavelmente pelas
poeiras e suores da pesquisa.*

Jacy Siqueira (2006, p. 14)

RESUMO

O interesse inicial era explorarmos a cultura das escolas na década de 1980 em Pires do Rio (GO), no entanto, o aspecto ruralista é destacado como parte da cultura daquela população. Deste modo, as escolas rurais entraram como objetos para o presente estudo. A pesquisa pretende contribuir para o entendimento da educação rural no Brasil, especialmente após 1980. Os autores, suspeitam que as escolas rurais em Pires do Rio (GO) tiveram um papel na superação do analfabetismo na região. O texto delinea as quatro partes da pesquisa, que incluem uma breve apresentação da história da educação rural no Brasil, uma análise da educação em Goiás de 1969 a 1980, o contexto histórico de Pires do Rio e, por fim, a municipalização das escolas rurais no município. A pesquisa é classificada como mista, combinando abordagens qualitativas e quantitativas. A coleta de dados é realizada principalmente por meio de análise documental, utilizando fontes como Leis Municipais, Projetos de Leis, Pareceres do Conselho Municipal de Educação, Atas, e outros documentos relacionados às escolas rurais. Os autores reconhecem a importância das vivências, experiências e memórias na educação formal e escolar. Assim, a pesquisa visa não apenas compreender o processo de municipalização, mas também destacar as experiências, desafios e oportunidades educacionais nas comunidades rurais de Pires do Rio (GO). O texto destaca a relevância do estudo das instituições escolares na História e Historiografia da Educação, destacando avanços nos debates e eventos desde os anos 1990. A abordagem bibliográfica foi fundamental para abranger uma ampla gama de fenômenos históricos. Os autores, por fim, reconhecem a necessidade de visitas locais, entrevistas e contato com materiais escolares para complementar a pesquisa, especialmente para preencher lacunas sobre as práticas pedagógicas nas escolas rurais. O texto conclui destacando a importância contínua da pesquisa, reconhecendo a incompletude de alguns pontos e indicando a intenção de continuar investigando o processo de municipalização das escolas rurais em Pires do Rio. Os autores esperam que o estudo contribua para a compreensão da história da educação rural do Município de Pires do Rio (GO).

Palavras-chave: Educação Rural; História e Educação; Municipalização; Pires do Rio – GO.

ABSTRACT

Our initial interest was to explore the culture of schools in the 1980s in Pires do Rio (GO), however, the rural aspect is highlighted as part of the culture of that population. Rural schools therefore became the subject of this study. The research aims to contribute to the understanding of rural education in Brazil, especially after 1980. The authors suspect that rural schools in Pires do Rio (GO) played a role in overcoming illiteracy in the region. The text outlines the four parts of the research, which include a brief presentation of the history of education in Brazil, an analysis of education in Goiás from 1969 to 1980, the historical context of Pires do Rio and, finally, the municipalization of rural schools in the municipality. The research is classified as mixed, combining qualitative and quantitative approaches. Data was collected mainly through documentary analysis, using sources such as Municipal Laws, Draft Laws, Municipal Education Council Opinions, Minutes, and other documents related to rural schools. The authors recognize the importance of experiences and memories in formal and school education. Thus, the research aims not only to understand the municipalization process, but also to highlight the educational experiences, challenges and opportunities in rural communities. The text highlights the relevance of the study of school institutions in the History and Historiography of Education, highlighting advances in debates and events since the 1990s. The bibliographical approach is mentioned as fundamental to covering a wide range of historical phenomena. The research methodology involves a mixed qualitative and quantitative approach, using documentary analysis as the main method of data collection. Finally, the authors recognize the need for site visits, interviews and contact with school materials to complement the research, especially to fill in gaps about pedagogical practices in rural schools. The text concludes by highlighting the continued importance of the research, acknowledging the incompleteness of some points and indicating the intention to continue investigating the process of municipalization of rural schools in Pires do Rio. The authors hope that the study will contribute to understanding the history of rural education in the municipality of Pires do Rio (GO).

Keywords: Rural Education; History and Education; Municipalization; Pires do Rio – GO.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - CATEGORIA DE ORGANIZAÇÃO DAS FONTES DOCUMENTAIS.....	28
FIGURA 2 - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB EM %) DESPENDIDO EM EDUCAÇÃO DE 1933 A 2002.....	41
FIGURA 3 - PARTICIPANTES DA CAMPANHA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO EM CUBA (1960-1961).	43
FIGURA 4 - ANALFABETISMO NO BRASIL POR DIFERENTES DEFINIÇÕES ETÁRIAS DURANTE O MOBREAL.	49
FIGURA 5 - SITUAÇÃO DOS QUASE 23 MILHÕES DE PESSOAS DE 7 A 14 ANOS DE IDADE EM 1980 NO BRASIL.....	50
FIGURA 6 - HISTÓRICO DE UM SUBVERSIVO RELACIONADO AOS NOMES CITADOS E NA TABELA 1, REFERENCIADO COMO ELEMENTO E.	62
FIGURA 7 - UMA DAS DENÚNCIAS DE SUBVERSÃO RELACIONADAS AO PROFESSOR CITADO E NA TABELA REFERENCIADO COMO ELEMENTO C.	62
FIGURA 8 - FOTOGRAFIA DE CASAS QUE FORAM CONSIDERADAS “HERANÇAS DEIXADAS POR ESCRAVIZADOS NO PERÍODO DE 1800”.	66
FIGURA 9 - FOTOGRAFIA DE IRANILDA DIVINA RESENDE PAES NO ANO DE 1987 RETIRADA DO JORNAL DO SUDESTE.....	70
FIGURA 10 - FOTOGRAFIAS DA PONTE EPITÁCIO PESSOA ANTES E DEPOIS.	71
FIGURA 11 – PLACA EXPOSTA NA CASA DE CULTURA QUE TRAZ A DATA DE INAUGURAÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PIRES DO RIO”.....	74
FIGURA 12 - CARTA ENVIADA À LINO TEIXEIRA POR BALDUINO NO ANO DE 1922.	76
FIGURA 13 - OBELISCO OU MARCO DE FUNDAÇÃO DA CIDADE DE PIRES DO RIO – GO (1991).....	77
FIGURA 14 - OBELISCO OU MARCO DE FUNDAÇÃO DA CIDADE DE PIRES DO RIO – GO (2023).....	78
FIGURA 15 - PLANTA DA CIDADE DE PIRES DO RIO, FEITA PELO ENGENHEIRO DA ESTRADA DE FERRO GOYAZ ALVARO PACCA.	80
FIGURA 16 - ASSINATURAS COMPARADAS POR NOGUEIRA, A FIM DE AVALIAR A VEROSSIMILHANÇA E A VERACIDADE DA CARTA.	82
FIGURA 17 - MATRÍCULAS NOS ESTABELECIMENTO PRIMÁRIOS DE EDUCAÇÃO PARA O TRIÊNIO 1955-1957 EM PIRES DO RIO - GO.....	83

FIGURA 18 - ESTADO CONJUGAL DA POPULAÇÃO DE PIRES DO RIO NO ANO DE 1956.....	84
FIGURA 19 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO - GO	86
FIGURA 20 - MAPA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO – GO RETIRADO DO VERSO DE UM CALENDÁRIO DE 2022	87
FIGURA 21 - FOTOGRAFIAS DO ARQUIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO, ONDE SE ENCONTRAM OS DOCUMENTOS RELACIONADOS ÀS ESCOLAS MUNICIPAIS RURAIS.	89
FIGURA 22 – FOTOGRAFIAS DO ARQUIVO ONDE SE ENCONTRAM OS DOCUMENTOS RELACIONADOS ÀS ESCOLAS MUNICIPAIS RURAIS DE PIRES DO RIO.	89
FIGURA 23 - ILUSTRAÇÃO DO DR. EDISON MONTEIRO DE GODOY.....	90
FIGURA 24 – LEI DE CRIAÇÃO DE CINCO ESCOLAS RURAIS EM PIRES DO RIO NO ANO DE 1949.	91
FIGURA 25 - REQUERIMENTO SOLICITANDO A CÓPIA DE TODAS AS LEIS E PROJETOS DE LEIS, REFERENTES À INSTITUIÇÃO DE ENSINO RURAL DO MUNICÍPIO DE PIRES DO RIO.	93
FIGURA 26 - VALORES EM CRUZEIROS REFERENTES À ABERTURA DE CRÉDITO FEITA PELA PREFEITURA DE PIRES DO RIO EM AGOSTO DE 1971.	94
FIGURA 27 - ABERTURA DE CRÉDITO EM CRUZEIROS PARA O SETOR DE SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA POR MEIO DA LEI 885/71 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO.	95
FIGURA 28 - VISTA AÉREA DO MORRO DO CRUZEIRO, MOSTRANDO A ESQUERDA A EMR DOMINGOS PRETO.	118
FIGURA 29 - LEI Nº 1.479 DE 24 DE JUNHO DE 1985, QUE ALTERA O NOME DA EMR DOMINGOS PRETO.	120
FIGURA 30 - LOCALIZAÇÃO DO MORRO DO CRUZEIRO EM RELAÇÃO À PIRES DO RIO – GO, ONDE FICAVA DISPOSTA A EMR DOMINGOS PRETO.....	121
FIGURA 31 – DECRETO Nº 1.925 DE 23 DE MAIO DE 1997 QUE CRIA CAIXAS ESCOLARES NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO (GO).....	123
FIGURA 32 – RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO PRÉVIA DA EMR MANOEL TEIXEIRA DE ARAÚJO EM 2008.	125

FIGURA 33 – FOTOGRAFIA DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO MORRO DO CRUZEIRO, LUGAR ONDE ERA A EMR MANOEL TEIXEIRA DE ARAÚJO.	125
FIGURA 34 – PLANTA ARQUITETÔNICA DA EMR MANOEL TEIXEIRA DE ARAÚJO (EMR DOMINGOS PRETO) EM 1987.....	126
FIGURA 35 – RECORTE QUE TRAZ A DESCRIÇÃO DA PLANTA ARQUITETÔNICA DA EMR MANOEL TEIXEIRA DE ARAÚJO (EMR DOMINGOS PRETO).	127
FIGURA 36 – RECORTE DA FACHADA PRINCIPAL E A DIVISÃO DOS CÔMODO NA PLANTA ARQUITETÔNICA DA EMR MANOEL TEIXEIRA DE ARAÚJO (EMR DOMINGOS PRETO).....	127
FIGURA 37 – RECORTE DA ÁREA EXTERNA DA PLANTA ARQUITETÔNICA DA EMR MANOEL TEIXEIRA DE ARAÚJO (EMR DOMINGOS PRETO), QUE TRAZ O BANHEIRO PÚBLICO E O POÇO.....	128
FIGURA 38 – CONFERÊNCIA À EMR OLAVO BILAC DO TROFÉU DE HONRA AO MÉRITO NO ANO DE 1997 PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PIRES DO RIO - GO.	130
FIGURA 39 – RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO PRÉVIA DA EMR OLAVO BILAC EM 2008.....	131
FIGURA 40 – FOTOGRAFIA DA EMR OLAVO BILAC EM 2008, QUE APRESENTA A FRENTE DA ESCOLA.....	133
FIGURA 41 – OUTRAS FOTOGRAFIAS DA EMR OLAVO BILAC EM 2008, QUE APRESENTAM O INTERIOR DA ESCOLA E OS ASPECTOS MATERIAIS DELA.....	133
FIGURA 42 – PROPAGANDA DE CARTEIRA ESCOLAR DO INÍCIO DE SÉCULO XX.	134
FIGURA 43 – FOTOGRAFIAS DA EMR OLAVO BILAC NO ANO DE 1995.	135
FIGURA 44 – RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO PRÉVIA DA EMR ANTÔNIO GONÇALVES MEIRELES EM 2008.	137
FIGURA 45 – PLANTA ARQUITETÔNICA DA EMR ANTÔNIO GONÇALVES MEIRELES NA DÉCADA DE 1980.....	138
FIGURA 46 – RECORTE DA LAVANDERIA NA EMR ANTÔNIO GONÇALVES MEIRELES NA DÉCADA DE 1980.....	139
FIGURA 47 – RECORTE DA EMR ANTÔNIO GONÇALVES MEIRELES E DA SUA PARTE RESIDENCIAL NA DÉCADA DE 1980.....	140

FIGURA 48 – FOTOGRAFIAS DA EMR ANTÔNIO GONÇALVES MEIRELES RETIRADAS DA PASTA DA ESCOLA DISPOSTA NO CME DE PIRES DO RIO (GO) DATADA DE 2008.....	141
FIGURA 49 - RESULTADOS PARA A PALAVRA “RURAL” NA BARRA DE PESQUISAS DO REPOSITÓRIO DE DISSERTAÇÕES DA FACED.....	145

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - GRÁFICO DE BARRAS DA TAXA DE ANALFABETISMO POR SEXO DO ANO DE 1970.	53
GRÁFICO 2 - GRÁFICO DE BARRAS DA TAXA DE ANALFABETISMO POR SEXO DE 1970 DO ESTADO DE GOIÁS.	54

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - PARÂMETROS ESCOLHIDOS PARA ANÁLISE E BUSCA DOCUMENTAL.....	29
QUADRO 2 - CENÁRIOS DE ENTRELACAMENTO DA EDUCAÇÃO ENTRE OS ANOS 1971 E 1988.....	56
QUADRO 3 - PERSONALIDADES QUE ESTÃO LIGADAS AO DEBATE SOBRE A FUNDAÇÃO DE PIRES DO RIO.....	75
QUADRO 4 - CONCLUSÕES DE NOGUEIRA SOBRE A INCOERÊNCIA APRESENTADA POR ACCIOLI.....	80
QUADRO 5 - DIAGNÓSTICO DO ARQUIVO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS RURALIZADAS DE PIRES DO RIO POR CRITÉRIOS.....	88
QUADRO 6 - ALTERAÇÕES NOS NOMES DAS PRIMEIRAS ESCOLAS RURAIS DE PIRES DO RIO, POR MEIO DA LEI 856/71 DA CÂMARA MUNICIPAL.....	94

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CENSO DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 5 ANOS ACIMA POR SEXO DO ANO DE 1970 NO BRASIL.	52
TABELA 2- DADOS DOS ELEMENTOS COMUNISTAS E ANTI-REVOLUCIONÁRIOS INFILTRADOS NA SECEG.	60
TABELA 3 – NOME E ANO DE FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS MUNICIPALIZADAS EM 1980.	85
TABELA 4 – NOME E SUPOSTA FUNDAÇÃO DE ALGUMAS EMR QUE ESTAVAM NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRES DO RIO (GO) EM 1980.	97
TABELA 5 - DADOS DO IBGE SOBRE O NÚMERO DE RELIGIOSOS DO TIPO CRISTÃOS NO ANO DE 2010 EM PIRES DO RIO - GO.	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI –	Ato Institucional;
ANC –	Assembleia Nacional Constituinte;
CFE –	Conselho Federal de Educação;
CME –	Conselho Municipal de Educação;
CNE –	Conselho Nacional de Educação;
EMR –	Educação Municipal Rural;
ER –	Educação Rural;
FNME –	Fundação Nacional de Material Escolar;
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
INDEP –	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa;
LDB –	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira;
MEC –	Ministério de Educação e Cultura do Brasil;
Mobral –	Movimento Brasileiro de Alfabetização;
PIB –	Produto Interno Bruto;
PL –	Projeto de Lei;
PMS –	Programa de Municipalização Solidária
PNA –	Programa Nacional de Alfabetização;
PNAE –	Programa Nacional de Alimentação Escolar;
PNE –	Plano Nacional de Educação;
PPGED –	Programa de Pós-Graduação em Educação;
SECEG –	Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Goiás;
SNI –	Serviço Nacional de Informações;
TV –	Televisão;
UFU –	Universidade Federal de Uberlândia
UEG –	Universidade Estadual de Goiás

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	23
1.1 MOTIVAÇÕES.....	23
1.2 MÉTODOS.....	27
2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL (1930-1980): BREVE APRESENTAÇÃO.....	31
2.1 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO SISTEMA MILITAR DITATORIAL.....	45
3. A EDUCAÇÃO EM GOIÁS DE 1969 A 1980.....	51
4. PIRES DO RIO: CONTEXTOS HISTÓRICOS	65
4.1 UM POUCO DA HISTÓRIA MUNICIPAL, FINALMENTE	70
5. A MUNICIPALIZAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS DA REDE DE EDUCAÇÃO DE PIRES DO RIO.....	96
5.1 A REDE MUNICIPAL DE ENSINO, A CRIAÇÃO DO CME, A MUNICIPALIZAÇÃO E A EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL	102
5.2 ESCOLA MUNICIPAL RURAL DOMINGOS PRETO, OU AINDA, ESCOLA MUNICIPAL ISOLADA MANOEL TEIXEIRA DE ARAÚJO.....	117
5.3 ESCOLA MUNICIPAL RURAL OLAVO BILAC	129
5.4 ESCOLA EMR CAPINZAL, OU ANTÔNIO GONÇALVES MEIRELES	137
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149
8. ANEXOS.....	160

1. INTRODUÇÃO

1.1 MOTIVAÇÕES

É comum que busquemos no outro, certa identificação. Ao longo das experiências que vamos vivenciando, alguns obstáculos são superados, outros não. Algumas dessas experiências viram aprendizado, outras viram trauma, no entanto, a história pessoal se constrói. Parte da minha história começa aos quatro anos de idade, que é quando comecei meu processo de alfabetização nos códigos das palavras e na língua materna. Materna, não só por ser brasileira a minha nacionalidade, mas, também, por ser intermediada por minha mãe. O processo não foi como o de Paulo Freire, pois, a mãe dele, “por meio de gravetos, debaixo das mangueiras o ensinou a ler e escrever” (Biccas, c2023), a minha, com seus cadernos que comprara mais ou menos 3 anos antes de meu nascimento. Esses cadernos, eram para ela, que parara seus estudos pela segunda vez, a primeira, quando migrou do Povoado de Capivara (BA), localizado na microrregião de Irecê, no estado da Bahia, para Cristalina (GO) na primeira metade da década de 1990.

Quando ela e seus pais vieram, ela pôde experimentar a ausência de sua cultura e, pelo descuido dos meus avós com o estudo de seus 3 filhos, não trouxeram consigo, um documento sequer, que comprovasse que eles estudavam na cidade de origem no contexto rural. Em resumo, ela teve que voltar cinco anos. Regressando, à alfabetização, que, segundo ela, nunca havia reprovado, era uma das melhores da turma no Povoado, pois tinha medo de “tomar bolo”, ou apanhar com a palmatória. A segunda vez que parou, foi quando ela, e meu pai, decidem se “ajuntar”, meses após se conhecerem e construir uma vida juntos. Com seus ciúmes, meu pai conseguiu desmotivá-la e por consequência, novamente, na quinta série, minha mãe parou seus estudos. O número cinco parece ser meio macabro para ela, mas, aqui, não é lugar para tal conversa. O meu pai começou a trabalhar muito cedo na roça, segundo ele, desde os 7 anos de idade, mesma idade que minha mãe começara, porém, meu pai trabalhou em fazendas de madeira, carvoeira e coisas que exigiam força física que não a de uma criança. Ele estudou até a quarta série, e não retornou, até o momento. Faço esses dois parágrafos iniciais para que comecem a entender como essa pesquisa surge, pois, pesquisar, exige algo além das habilidades interpretativas do objeto ao qual se pretende elucidar. Exige, em minha visão, também, um reconhecimento do pesquisador de si e de seu lugar no mundo.

Os cadernos de minha mãe, como dito, foram usados para que eu aprendesse a escrever entre outras coisas: Bob e Lula. Essas - além de Mãe, Pai, Iza, vó - foram as primeiras palavras,

segundo ela, que escrevi. São as personagens fazem parte da animação *Bob Esponja*, desenho com o qual, ela conseguia conduzir meu processo de alfabetização, enquanto assistíamos juntos em 2004. No ano seguinte, fui para a alfabetização escolar e me mudaram para outra turma, uma, onde, os alunos que já sabiam ler e escrever. Não sei bem se essa mudança foi correta, do ponto de vista pedagógico, mas a vida seguiu.

Desde o início, eu tive um apego ao Ser/Ente canonizado em mim, que criava e recriava o mundo entre quatro paredes e no chão muitas vezes: as professoras da educação infantil; que, sempre me tratavam diferente dos demais, instigava em mim, aquilo que inicialmente eu disse, eu me identificava, onde, muitas delas eram negras e lembravam a minha mãe. Havia algo que me impressionava e que marcou-me profundamente: o olhar e a fala cuidadosa e carinhosa de ver, dizer e apresentar as coisas e o mundo a nós, mesmo quando a situação era chata, como quando vomitávamos ou chorávamos, ou então, quando éramos *mal-educados*.

Desde então, nunca tirei da cabeça que eu queria ser como elas, era como se eu gerasse isso em mim. Foi isso durante todo o fundamental e todo o ensino médio. No ensino médio houvera um agravante: de onde eu venho, as pessoas trabalham com roça, com criação de animais e a maioria dos que moram na cidade, trabalhavam em lavouras como Boias-Frias. Meus pais trabalharam com isso por muitos anos. Era comum nós irmos também, de forma clandestina. Para além dessa realidade, tínhamos alguns colegas cujos pais eram granjeiros, peões, vaqueiros, porqueiros etc., que sujavam toda a sala de barro, liam pouco, e falavam muito. Quando era época de chuva, lembro-me do cheiro de barro vermelho que a sala ficava, ou as vezes de esterco de vaca, no calor, cheiro de suor e muito mosquito. Nos dias chuvoso, ouvíamos após o recreio: - Meninos da fazenda, cheguem e já limpem as botinas antes de entrar na sala. Logo em seguida, havia um chamado para que um de nós da cidadezinha de Domiciano Ribeiro (GO), um distrito de Ipameri (GO), buscasse uma vassoura e uma pá na cantina.

É estranho quando penso, que, mesmo frequentando a escola e as mesmas aulas que eu, desde a infância, eles possuíam algumas limitações que eu não sabia bem qual eram, mas que suspeitava ser alguma falha no início de suas escolarizações. Posteriormente, na graduação eu entendi mais ou menos, que esses meus colegas tinham outras exigências, que não somente o estudo e o lazer, no entanto, na época, já era possível perceber que algo faltava a eles.

No fim de cada dia cansativo, ao chegar em casa, por diversas vezes já escuro, meus pais que acordavam as quatro ou cinco horas da manhã, diziam: - “[...] ê garoto, estuda para você ter uma vida diferente”. Minha mãe dizia, quase que como um mantra diário, “[...] estuda para você não ficar como eu, burra!”. Para além dessa identificação e desse empurrão diário, chego à graduação em 2018 para cursar Licenciatura em Química, com os comentários dos

meus pais, que não mudaram. A identificação por meus professores não parou e eu estava conseguindo me tornar aquilo que eu sempre quis: ser professor. Nesse período de quatro anos de graduação no Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí (GO), tive as melhores oportunidades - que um garoto pobre, de religiosidade, sexualidade e racialidade em disputa, ou contradição - poderia ter.

Cursei, mesmo pouco, idioma, conheci gente, viajei para eventos e com os Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), e do programa Residência Pedagógica (RP), pude ter contato com a prática da sala de aula, pagar as passagens para os eventos, pagar os pôsteres, comprar o uniforme da turma ou o jaleco, e, quase sempre, comida. Enquanto escrevo essa etapa inicial, parece difícil não sentir um certo incômodo por saber que fui o único dos quase trinta que colaram grau em 2017 do ensino médio comigo, que teve essa experiência com o ensino superior, chega a ser lamentável e emocionante.

Retornando, mesmo nesse momento da Formação Inicial, eu sempre estive em contato com o campo, com roças e com as pessoas da roça (não no sentido chulo do termo, mas eu e meus colegas, realmente morávamos em roças e fazendas, o próprio IF Goiano – Campus Urutaí (GO) já foi uma fazenda). No entanto, já havia ali, um interesse por saber da realidade das professoras e dos alunos, que estudavam, naquilo que eu chamava de “escolas antigas”. Para tal, eu precisaria continuar em um uma universidade, foi aí que tentei o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED-UFU).

Novamente, em primeiro aspecto por identificação com a profissão docente, em segunda instância, por ouvir aquelas vozes dos meus pais me lembrando: “estuda garoto”; e em terceiro ponto, por entender que dentro da linha de História e Historiografia da Educação, eu conseguiria ter orientação sobre as “escolas antigas” da minha região. Inicialmente, foi um projeto diferente, queria estudar a cultura dessas escolas, mas, no âmbito da História e Filosofia da Ciência (HFC) na década de 1980. Mas ao ir atrás de fontes, deparei-me com um arquivo todo bagunçado e com vários documentos, desorganizado, e ao lê-los, superficialmente, ocorreu de haver um desânimo em mim, e um pedido: - “[...] professor, podemos conversar, achei vários documentos bagunçados sobre algumas escolas rurais e a cópia de uma lei que cria a Rede Municipal de Ensino de Pires do Rio no ano de 1980, com um total de 16 escolas rurais e uma urbana”. Foi então que trocamos de objeto.

Com isso, entendo que o aspecto ruralista fez e faz parte da minha cultura enquanto um cidadão goiano. As pessoas da roça sempre estiveram em meu cotidiano, entender como as

professoras atuavam sempre foi meu aspecto de questionamento, observar isso, acompanhou os meus anos escolares. Logo, essa temática me causou anseios e por isso, se materializa aqui, de forma científica em seus métodos, histórica em sua abordagem e um pouco crítica por minhas inclinações, como uma pesquisa que envolveu disputa por acesso aos arquivos, conversas com os que me auxiliaram na interpretação dos documentos e busca por dados, e os poucos que consegui, aqui vão descritos e abaixo organizados em sequência como anexos.

Sabemos que as vivências, as experiências, as histórias de vida, bem como as memórias têm o potencial de enriquecer a educação formal e escolar. Nesse sentido, a Educação proposta por Escolas Rurais (ER) confere um valor e relevância, para nós, significativo na vida tanto dos sujeitos, quanto das comunidades rurais que possuíram uma escola rural próxima. Diante desse primeiro aspecto, compreender, que, explorar a educação rural feita para os filhos dos trabalhadores e trabalhadoras que residiram nessas áreas deste vasto e diverso país, é de extrema importância para se ter uma compreensão mais profunda e ampla da educação no Brasil, especialmente a partir de 1980 (Nascimento; Bicalho, 2019).

Com isso, explicitamos, que a principal motivação para pensar “A História da Municipalização das Escolas Rurais de Pires do Rio – GO (1980 – 2008)”, se deve as ER terem fortemente, influenciado o desenvolvimento e manutenção desse município, em nossa visão. Crescer vivenciando experiências de colegas estudantes na graduação, cuja ER, fez parte de suas trajetórias, despertou em mim, um interesse profundo por compreender e contribuir para o desenvolvimento historiográfico desse contexto educacional tão específico, que será, aqui, feito por meio de análise documental e literária existente. De antemão, percebemos que há densos estudos que detalham, ou ainda, abordem os desafios, as práticas e as peculiaridades da ER no Brasil.

Que a “História das Instituições Escolares” é um campo de pesquisa fundamental no âmbito da História e Historiografia da Educação, já sabemos. No entanto, é perceptível o avanço em debates, eventos e publicações sobre esse campo desde os anos 1990 (Da Silva, 2009) oferecendo visões para discutir a cultura escolar de maneira panóptica. Ao analisar a origem, desenvolvimento, a forma e a influência das instituições escolares, os historiadores da educação podem traçar os contornos das políticas educacionais, entender as mudanças nas práticas pedagógicas e investigar o impacto social e cultural das escolas em diferentes contextos históricos.

Nesse sentido, é crucial realizarmos essa pesquisa para que contribuamos com esse campo de pesquisa. Entendendo isso, a pesquisa se dividirá em quatro partes, sendo a primeira intitulada: “A História da Educação Rural no Brasil (1930-1980): breve apresentação”, que traz

os principais marcos, personagens e influências que impactaram a educação no Brasil em especial a ER, percorrendo desde as suas vertentes pedagógicas originárias, tentando chegar à ER e suas facetas ao longo desse recorte histórico.

Na segunda parte, cujo nome é: “A Educação em Goiás de 1969 a 1980”; tentaremos discutir com um pouco mais de afinco a educação estadual num aspecto mercantilista, oriundo do Capitalismo Financeiro Liberal e a instrumentalização da educação e das escolas para um fim econômico, tentando incluir a ER nesse debate. Nesse capítulo, tentaremos apresentar a disseminação e as exigências em haver ER ao longo do território estadual. Posteriormente, trabalharemos na terceira parte, intitulada: “Pires Do Rio: Contextos Históricos”, as origens e o desenvolvimento da cidade, o contexto da educação municipal até chegar à 1980 e o lugar da ER na criação da Rede Municipal de Ensino.

Por fim, a quarta parte, onde trazemos “A Municipalização Das Escolas Rurais Da Rede De Educação De Pires Do Rio”, nos propomos a discutir o processo de municipalização dessas escolas, como essas escolas puderam ser vistas nos documentos acessados e trazendo alguns relatórios da Conselho Municipal de Educação (CME) no ano de 2008, ano em que a maioria dessas escolas recebem um documento de extinção.

1.2 MÉTODOS

Pretendemos contribuir com um estudo embasado em aspectos documentais, tratando-os documentos, como sendo o que são, artifícios legais ou não, de registro, criados por homens e mulheres sobre um momento, uma história ou um evento, por onde, será possível obter subsídios, para a formulação de uma compreensão mais adequada daquilo que foi a realidade específica das escolas rurais do Município de Pires do Rio - GO. Além disso, a pesquisa poderá oferecer um olhar mais atento sobre as experiências, os desafios e as oportunidades educacionais geradas à época, nas comunidades rurais.

Os autores Nascimento e Bicalho (2019), afirmam que a ER é uma espécie de executora

[...] das ideias da classe dominante, sempre ao encontro dos interesses dos latifundiários, coronéis e oligarquia agrária, com suas formas inescrupulosas de dominação política e social. A educação rural coloca em prática o desenvolvimento de métodos e técnicas que degradam a terra e exploram, demasiadamente, os recursos naturais (Nascimento; Bicalho, 2019, p. 72).

Com isso, os autores defendem a ideia de que, esses recursos naturais são vistos pelos educadores e educandos da ER, “apenas como meios de produção” (Nascimento; Bicalho, 2019, p. 72). No entanto, suspeitamos que houve certa contribuição das ER no processo de superação

do analfabetismo no Município de Pires do Rio. Com Isso, especifica-se o objeto da pesquisa, que é entender de maneira documental, o processo de Municipalização das EMR de Pires do Rio, que veio acontecer só a partir de 1980, mesmo havendo ER desde 1949, com a criação de cinco escolas rurais.

Para tal, a pesquisa, metodologicamente, classifica-se, ao apresentarmos os conceitos e delimitarmos os passos da investigação, como sendo uma pesquisa mista; tratando-se, portanto, de uma pesquisa quali-quantitativa, onde, a parte qualitativa, tende a responder às “[...] questões referentes a um conjunto de fenômenos humanos entendido aqui como parte da realidade social [...]” por trazer a educação nacional, a educação científica, a história de ambas e suas personagens principais (Minayo, 2009, p. 21), ou seja, o aspecto quantitativo se alinha ao qualitativo nessa pesquisa, pretendendo empregar os números “[...] para quantificar perfis populacionais, indicadores socioeconômicos, preferências, comportamentos dos indivíduos [...]” etc. (Rodrigues; Oliveira; Santos, 2021, p. 165). Portanto, a pesquisa é mista pois com esse viés metodológico, é possível interpretar “[...] as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)” (Knechtel, 2014, p. 106).

A pesquisa utiliza como método de coleta de dados, a abordagem de análise documental. Sendo o documento “insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante [...] permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente” (Cellard, 2008, p. 295). É, portanto, um procedimento que se utilizará de “[...] métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p.5). Portanto, a reunião das fontes que servirão de base para o *corpus* da pesquisa (Cellard, *op. cit.*) se organiza em primária e secundária, conforme apresenta a Figura 1.

Figura 1 - Categoria de organização das Fontes Documentais.

ESCRITOS	
PRIMÁRIOS	SECUNDÁRIOS
Compilados na ocasião pelo autor	Transcritos de fontes primárias contemporâneas
Exemplos Documentos de arquivos públicos Publicações parlamentares e administrativas Estatísticas (censos) Documentos de arquivos privados Cartas Contratos	Exemplos Relatórios de pesquisa baseados em trabalho de campo de auxiliares Estudo histórico recorrendo aos documentos originais Pesquisa estatística baseada em dados do recenseamento Pesquisa usando a correspondência de outras pessoas

FONTE: Lakatos; Marconi, 2003, p. 175.

Assim, sabendo que “na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos” (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p. 4). Traremos como fontes principais as Leis Municipais de Pires do Rio (GO), os Projetos dessas Leis (PL), os Pareceres do Conselho Municipal de Educação (CME) de Pires do Rio (GO), bem como as Atas e outros documentos pertinentes ao currículo das EMR de Pires do Rio – GO, como as legislações e outros documentos do estado de Goiás sob o tempo escolhido; as coletâneas de leis, pareceres, resoluções etc., nos sites oficiais do governo (Serviço Nacional de Informação (SNI), Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE), Câmara Federal Legislativa etc.) e em outros que alojam documentos históricos.

Com isso, a pesquisa é ainda bibliográfica, que segundo Gil, tem como uma vantagem,

[...] permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço [...] é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos (Gil, 2002, p. 3).

Pesquisaremos, pois, trabalhos que discutem os textos dos documentos, e legislações que, aqui, se fizeram necessários. Logo, a abordagem bibliográfica para a construção desse texto, utilizamos diversos autores que abordam a ER, a sua história no Brasil e no Estado de Goiás, focando, portanto, no ano de 1980, onde, trataremos do que é conhecido dentro das legislações, o processo de municipalização das escolas rurais na cidade de Pires do Rio - GO. Com isso, o Quadro 1 apresenta, deste modo, os Parâmetros escolhidos para realizar a busca documental.

Quadro 1 - Parâmetros Escolhidos para Análise e Busca Documental.

PARÂMETROS DE ANÁLISE

- | |
|--|
| 1. A existência das ER em Documentos Normativos do Município. |
| 2. A evidência de investimento financeiro do Município nas ER. |
| 3. Os documentos específicos sobre as ER no Arquivo do CME de Pires do Rio (GO). |

FONTE: Os Autores, 2023.

Esperamos com esses parâmetros, conseguir organizar uma discussão pertinente sobre o processo de municipalização da Educação Municipal Rural (EMR) em Pires do Rio a partir de 1980. Ao propormos essa análise histórica da educação rural ofertada em Pires do Rio a partir desse ano, objetivamos compreender a educação, assim como memorar os profissionais

da educação de primeiro grau em naquele município, que atuaram na educação rural precarizada. Para tal, tentaremos em seguida ao que se lê, discutir a educação no Brasil e seus principais marcos.

2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL (1930-1980): BREVE APRESENTAÇÃO

A educação é um fenômeno social que reflete as condições históricas imperantes e que deve se colocar à altura das circunstâncias.

Rodríguez, 2011, p. 45.

Tentaremos nesse primeiro capítulo, retornar no tempo e espaço que elegemos por acompanhar a fundação da cidade de Pires do Rio e por ser esse, o momento em que a educação brasileira passa a ter uma maior institucionalidade. Logo, tentaremos discutir a problemática imbricada no título, a educação rural como tendo uma história ligada à história da educação nacional em episteme mais ampla. Logo, começamos do início, que é subsequente à invasão do território que posteriormente veio a ser chamado de Brasil, onde, alguns aspectos como o elitismo e a exclusão, estabeleceram uma relação em que: “quanto mais exclusão, mais elitismo era gerado, e vice-versa” (Ferreira Jr, 2010, p. 14).

Com isso, os originários do Brasil, bem como os que nasceram aqui oriundos da imigração, conheceram de certo modo, a escolarização. Nesse que viria a ser um país, o conhecimento, o lazer e as riquezas, eram privilégios, destinados a pouquíssimos, excluindo, portanto, os que eram filhos de escravizados.

Ao lermos alguns escritos sobre a época elegida para debate aqui, constatamos alguns problemas sobre o viés ideológico que carregava o processo educativo, o modelo de escolarização pretendida e as práticas docentes concorrentes a cada período, lugar e localidade. Mesmo Minas Gerais tendo começado em 1889 como Província de Minas Gerais, vindo depois a ser Estado original da república, Sandra Cristina Fagundes de Lima (2004), afirma que há relatos do Município de Uberlândia (MG), naquilo

“[...] relativo à falta de infra-estrutura das escolas rurais onde atuavam os professores do município, pois os investimentos públicos não eram suficientes para construir edifícios específicos onde pudessem ser ministradas as aulas e tampouco para conservar e readequar a estrutura já existente (Lima, 2004, p. 28).

Infelizmente, essa má cultura de desvalorização dos espaços educacionais-escolares seguiu-se até o séc. XX, não só em Minas Gerais, mas em quase todo território nacional brasileiro, onde, parte das classes populares buscavam o acesso à escola especialmente após a obrigatoriedade escolar. Entretanto, ao observarmos o século anterior (XIX), podemos refletir a respeito de uma incoerência trazida por António Nóvoa (2005), que é a inaplicabilidade das leis sobre educação e ensino. Refletia ele: as leis “nunca traduziram a realidade existente, nem

sequer a realidade passível” (Nóvoa, 2005, p. 25). A legislação referente à educação não era aplicada em território nacional, especialmente no que diz respeito à “escolarização obrigatória de crianças” (Nóvoa, 2005, p. 25). Mesmo sendo Portugal, um dos primeiros na Europa a legislar sobre a obrigatoriedade da escola, “Foi um dos últimos a cumpri-la” (Nóvoa, 2005, p. 25). Logo, estando o Brasil sob a égide e domínio Português, seguia por aqui também os *habitus* no pouco fazer-cumprir as legislações no âmbito social e educacional.

Na Província de São Paulo, João Theodoro Xavier, Presidente da Província, decretou, a obrigatoriedade do ensino primário é por meio da Lei n. 9 de 22 de março de 1874, que define em seu artigo 1º que, a educação inicial infantil, ou ainda, como traz o texto, o “ensino primário”: “[...] é obrigatório para todos os menores de 7 a 14 annos (*sic*) do sexo masculino, e 7 a 11 do sexo feminino, que residirem dentro de Cidade ou Villa (*sic*) em que houver escola publica (*sic*) ou particular subsidiada, não tendo eles (*sic*) impossibilidade physica (*sic*) ou moral” (Província de São Paulo, 1874, n.p.). Determinando, portanto, idade, cor e corpo em que uma criança deveria estar na escola já na segunda metade do século XIX, sob pena de multa. Em Goiás, o documento que traz abordagem parecida, com o acréscimo de regulamentar o ensino primário no já, Estado, é o Decreto nº 10.640, de 13 de fevereiro do ano de 1930 (Cariny; Fonseca; Peres, s.d.). Mesmo com a tentativa de implantação de um novo regime educacional, reflete Nagle (2011) ainda eram “Mantidas e aperfeiçoadas as características da instituição coronelista [...]” (Nagle, 2011, p. 11).

Evidenciamos, que nenhum processo de mudança de política social é dado à população carente, e naquela época, colocar no ideário popular que a educação era uma responsabilidade, era complicado, considerando a grande quantidade de pobres e trabalhadores rurais. Após muita luta social e política, a exclusão, trazida por Ferreira Jr (2010), é maquiada, pois, como já dissemos, parte das classes populares passam a frequentar a escola, “mas são privadas do conhecimento” (Ferreira Jr, 2010, p. 14). O elitismo e a exclusão, são em resumo para ele, os 500 anos iniciais de educação no Brasil, período este que foi dos jesuítas, durando cerca 210 anos, passando o período colonial e indo até o final do século XX.

Com esse processo, formou-se muita mão de obra barata e com a manutenção das exclusões, formou-se o que conhecemos como “elites econômicas” (Ferreira Jr, 2010, p. 14). Essa, além de ter como base de seu *status quo*, os meios de produção e a manutenção deles como eram; tinham a política e as vagas nas renomadas cátedras de formação intelectual, ou seja, além de serem elite econômica e, portanto, política, não se abstiveram do lugar de dominarem como elite intelectual.

A intelectualidade ao qual discorremos, se aproxima da capacidade de criar, sintetizar e organizar os conhecimentos e o domínio do ser humano sobre a natureza e sobre seus semelhantes. A educação ao longo de sua história, pode ser analisada por essas inferências excludentes e desde a sua primeira formulação ou ainda, tentativa de definição, teve parte de sua trajetória, usada como um instrumento de manipulação para esses fins.

Observe que, nas comunidades primitivas com o Modo de Produção Comunal, a educação e a tentativa de domínio sobre a natureza coincidem totalmente. Nesse período, os homens se apropriaram coletivamente dos meios de produção e da sobrevivência, logo, se aproximam uns dos outros. Podemos dizer que nesse momento, não se entendia o humano diferente da natureza, ou ainda externo a ela. Nesse processo, se educam e educam as novas gerações. Já nas sociedades antigas tendo o Modo de Produção Escravista e nas sociedades medievais com o modo de produção feudal, instaurando a apropriação privada da terra, tendo como donos os que já tinham os meios de produção, surge o que Saviani (1997) chamou de “*Classe Ociosa*” (que vive do trabalho alheio) e em consequência dessa origem, se “desenvolve um tipo de educação diferenciada destinada aos grupos dominantes cuja função é preencher o tempo livre de “forma digna” [...]” (Saviani, 1997, p. 2). Nesse momento, surgem a ideia de o “outro”, do eu externo a natureza e as diferentes formas de produzir riqueza e dominar quem a produz.

Infelizmente, a história da educação no Brasil foi dominada por essa classe ociosa, que, como já dito, dominava os meios de produção, sendo escravista, feudal ou posteriormente burguesa. Advindo de uma crise no modelo agrário-comercial exportadora, o mercado nacional baseou-se na industrialização. Assim, a sociedade podia ser representada dualmente nos seguintes modos de exercer lugar nela: o *burguês industrial* e o *operariado* (Ribeiro, 1992, p. 87). Sobre essas classes, Maria Luisa Santos Ribeiro afirma que essa burguesia

[...] apresenta pontos de contato com os outros setores da classe dominante, não só pelo fato de muitos dos industriais serem ou terem sido fazendeiros, como também por se colocarem numa relação de dominação no que diz respeito à mão-de-obra. Ao mesmo tempo apresenta traços de distinção que levam a choques de interesses econômicos que acabam por atingir, às vezes, a área política (Ribeiro, 1992, p. 87).

Deste modo, atingiam também o setor político-educacional, pois como já dito, a burguesia industrial dominava os setores econômicos, políticos e intelectual. Dominavam a escola, por ser o lugar de construção e reprodução de conhecimento, a política educacional, que definia o que era e os objetivos da educação escolar e as mídias, como os impressos em geral e as rádios. Naquela época, diz Lima (2004), algumas escolas e com ênfase nas escolas rurais, possuíam uma localidade distante dos centros urbanos em ideologia e em geografia, diz ela:

Quando a localidade contava com salas de aula, mesmo que instaladas em prédios impróprios, como aqueles descritos acima, não havia recursos sequer para dotá-las com os móveis e utensílios imprescindíveis ao desenvolvimento das atividades de ensino. Havia carência de sanitários, livros, filtros de água, iluminação (esta, quando existia, era quase sempre precária) e demais condições mínimas necessárias para que o professor pudesse desempenhar suas funções de forma a assegurar um ensino de “qualidade”. Havia escassez, inclusive, de carteiras. Até mesmo o quadro negro, instrumento essencial quando não se têm livros em número suficiente para atender às necessidades dos alunos, era desgastado e/ou inexistente. Fosse em virtude da falta de recursos fosse em função da debilidade de interesse demonstrada por parte do poder público em investir na educação escolar do homem do campo, as escolas rurais do município de Uberlândia permaneceram, durante o tempo [...], mergulhadas em toda sorte de problemas (Lima, 2004, p. 29).

Logo, o Brasil tem uma história cunhada por estratégias falhas de construção de uma civilização escolarizada. Essa história além de estrutural que sofria o impacto das revoluções mundiais e das reivindicações internas desse setor, é também institucional. Para pensar esses aspectos em conjunto, começaremos pelo ano de 1930, ano em que podemos perceber, com a criação de uma secretaria chamada Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, alas como “[...] os estabelecimentos, instituições e repartições públicas que se propunham à realização de estudos, serviços ou trabalhos” educacionais e de saúde pública, se setorizaram nessa secretaria (Brasil, 1930, p.1). Entretanto, a pergunta feita por Napolitano (2017, p. 12), “Por que educação virou, antes de tudo, um grande negócio?” segue-se aqui também, porém, apesar de essa não ser a grande problemática da pesquisa, trabalhar-se-á esse aspecto.

Continuaremos, portanto, a partir daqui, com os cenários e situações que marcaram a história da educação no Brasil. No ano seguinte, em 1931, houve, a homologação do Decreto nº 19.850, em 11 de abril. Foi uma legislação histórica que ficou conhecida como a Reforma Francisco Campos. Esse decreto representou uma importante mudança no sistema educacional brasileiro, que buscava modernizar e ainda, reorganizar a estrutura educacional do país. A importância do Decreto nº 19.850 para a educação brasileira está relacionada a algumas de suas principais características, a primeira delas, foi a instituição do Ensino Primário Obrigatório. Com o decreto, ficou estabelecido aquilo que atualmente correspondente ao Ensino Fundamental, de forma obrigatória para todas as crianças brasileiras, tentando tornar a educação acessível e universalizada.

O segundo aspecto, foi a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) que foi, na época, e atualmente ainda é, uma instância responsável por formular diretrizes e políticas educacionais em âmbito nacional, com o objetivo de padronizar a educação em todo o país. Houve também, uma tentativa de profissionalizar o Ensino Secundário. A reforma buscou valorizar o ensino secundário (atualmente correspondente ao Ensino Médio) ao promover a sua vinculação a instituições de nível superior. A importância do decreto não acaba por aqui, houve

também, um estímulo ao Ensino Normal. Com a reforma, houve um incentivo à formação de professores por meio do ensino normal (curso específico para a formação de professores), buscando melhorar a qualidade da educação em todo o país.

Embora o Decreto nº 19.850 tenha trazido avanços para a educação brasileira ao estabelecer o ensino primário obrigatório e a valorização da formação de professores, é importante destacar que essa reforma também teve críticas e limitações. Ainda havia desigualdades regionais e sociais no acesso à educação, e alguns aspectos do decreto foram considerados centralizadores e pouco flexíveis. No entanto, a Reforma Francisco Campos foi um marco importante na história da educação brasileira, representando um esforço do governo para melhorar e modernizar o sistema educacional do país, bem como para expandir o acesso à educação básica e torná-la um direito de todos os cidadãos.

Esse decreto, como já dissemos, criou o Conselho Nacional de Educação (CNE). Muito embora, tenha havido uma primeira tentativa de criação de um Conselho Superior de Educação, em 1842 na Bahia, que segundo o Ministério de Educação e Cultura do Brasil (MEC) em sua página oficial do governo, diz que essa primeira tentativa, baseou-se nas “funções similares aos “boards” ingleses” (MEC, c2018). Nesse contexto, a expressão "boards ingleses" se refere a órgãos colegiados de gestão e regulamentação da educação no Reino Unido.

Esse termo, não é o mesmo que advém dos “Estatutos do *Dickinson College*” (do inglês: “*The Statutes of Dickinson College*”). No documento de 1905, as Leis e Regulamentos de *Dickinson College*¹, possui alguns pontos importantes para a definição da vertente educacional que se pretendia no início daquele século. Nesses *boards*, os alunos, se submetiam a um acordo de promessa de dedicação e honra as leis e verdades disseminadas pela *Dickinson College*, com o intuito de manter, portanto, o que se considerava à época, “[...] bom caráter moral e hábitos estudiosos” (Dickinson College, 1905, p. 1). Objetivavam, primordialmente, o encorajamento no “espírito de autogoverno” entre os alunos. Criminalizando, situações e atitudes que perturbem ou violem os “bons costumes” ou ainda a “boa cidadania”.

Portanto, não há uma relação direta entre o termo "Boards" nos "Estatutos do *Dickinson College*" e a menção aos "*boards ingleses*" no contexto da tentativa de criação do Conselho Superior de Educação na Bahia. As referências são distintas e se relacionam a contextos educacionais diferentes. Não sabemos se há evidências ou informações que indiquem que os "*Boards*" dos Estatutos do *Dickinson College* tiveram influência direta na educação brasileira em contextos ou datas específicas. Os Estatutos do *Dickinson College* estabelecem diretrizes e

¹ Faculdade de artes liberais em Carlisle, Pensilvânia.

regulamentos internos para a gestão e organização da instituição de ensino superior nos Estados Unidos.

O ensino liberal, com ênfase em uma formação humanística, pensamento crítico e interdisciplinaridade, tornou-se uma referência em muitas instituições de ensino ao redor do mundo, incluindo algumas no Brasil. A Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, foi fundada em 1934 e teve como inspiração a valorização da formação humanística e científica, seguindo a influência mais geral do ensino liberal das universidades norte-americanas. Portanto, apesar de não haver uma influência direta dos "Boards" dos Estatutos do *Dickinson College* na educação brasileira, o modelo de ensino liberal adotado por essa instituição, bem como outras experiências educacionais internacionais, servira de referência para a criação e organização de algumas instituições de ensino superior no Brasil, ao longo dos anos.

Certamente seguindo o espectro mais conservador de se viver socialmente da época, a educação brasileira tentava criar seu CNE a partir dos costumes ingleses. Logo, pobre, quase nenhum negro homem ou mulher, estudavam. É importante salientarmos que nesse momento, havia alguns políticos que denunciavam a insuficiência do atendimento escolar no Brasil. Como afirma Ribeiro (1997, p. 89), a denúncia dos “conseqüentes altos índices de analfabetismo”, gerara um “entusiasmo” educacional e ainda um “entusiasmo pedagógico”.

Com essa forma de ver o cenário educacional do Brasil, traz Ribeiro (1997), começava a formulação doutrinária sobre a escolarização. Esse movimento, diz ela, “[...] indicam o caminho para a verdadeira formação do homem brasileiro”, reafirmando o fato de que não havia espaço para as mulheres. No ano seguinte (1932), foi proposto através do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, um sistema escolar que fosse gratuito e obrigatório para todos os brasileiros até os 18 anos de idade, mantido pelo Estado. Porém, sabe-se, e aqui já foi dito, que o acesso à escola era pouco e a permanência nela, menor ainda. Esse manifesto, bem como os ideais dos escolanovistas, segundo Ribeiro (1997, p. 89), propunha um “modelo de escolarização” que estava sendo assimilado por esse “entusiasmo”. Afirma ela:

[...] o ano de 1932, com a chamada “Revolução Constitucionalista”, onde o motivo mais sério estava na intenção da elite paulista de voltar ao poder. A razão que deu nome à “Revolução” de 32 — demora na promulgação da Constituição — foi mais uma maneira de dar uma significação nacional ao movimento (Ribeiro, 1997, p. 95).

A demorada “promulgação da Constituição” trazida por Ribeiro veio dois anos depois, com o Art. 150 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, que institui de maneira constitucional a educação como um direito de todos os brasileiros

e estrangeiros. A educação, portanto, seria ministrada pelo cerne familiar e pelos Poderes Públicos (Brasil, 1934).

Embora não exista uma relação direta entre a Revolução Constitucionalista e a promulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, é possível identificarmos alguns pontos em comum entre esses eventos históricos. Podemos observar, que esse manifesto foi escrito por um grupo de educadores brasileiros liderados por Fernando de Azevedo e teve como objetivo propor que a educação nacional se alinhasse às ideias da Escola Nova, um movimento pedagógico que enfatizava a necessidade de uma educação mais democrática, inclusiva e voltada para o aluno.

Embora a Revolução Constitucionalista não tenha influenciado diretamente o conteúdo do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, ambos os eventos refletiram um momento de efervescência política e intelectual no Brasil. A Revolução Constitucionalista foi uma tentativa de combater o governo autoritário de Getúlio Vargas e promover a volta da democracia no país, enquanto o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova buscava propor uma nova visão educacional que respondesse aos desafios da sociedade brasileira.

Ambos os movimentos refletiam uma busca por mudanças e progresso, e, de certa forma, podem ter sido influenciados pelas ideias e discussões intelectuais da época. Assim, podemos considerar que a Revolução Constitucionalista e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foram eventos distintos, mas ambos estavam inseridos em um contexto de transformações sociais e políticas no Brasil, e podem ter sido influenciados pelas ideias e debates da época.

Alguns anos depois, mais especificamente em 1937, estabelece-se, uma reforma, objetivando a estruturação do sistema educacional brasileiro. Muda-se o nome do então Ministério da Educação e Saúde Pública, que passa a ser Ministério da Educação e Saúde. Assim, cabe questionar se a Lei nº 378, de 13 de janeiro daquele ano, com a retirada do termo “público”, já pressupunha que a educação e a saúde eram de ordem pública, ou seja, se era do povo (incluindo as classes menos favorecidas financeiramente).

Em 1942, houve uma nova tentativa de organizar o ensino secundário. Instituiu-se no Brasil o sistema educacional de três graus, sendo o ensino superior regido pelo Estatuto das Universidades Brasileiras. (Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942 e Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942). Esse sistema, também é conhecido como "ensino tríplice". Esse sistema dividia a educação em três níveis distintos, cada um com suas características e finalidades específicas. O Ensino Primário (ou ensino de primeiro grau), correspondia ao ensino fundamental, abrangendo os primeiros anos da educação formal. Tinha como objetivo, proporcionar aos estudantes o desenvolvimento de habilidades básicas de leitura, escrita,

cálculos matemáticos básicos e conhecimentos gerais. A duração desse nível de ensino, era de quatro anos (Brasil, 1942).

O segundo nível, foi o Ensino Secundário (ou ensino de segundo grau), que correspondia ao ensino médio, que finalizava fornecer uma formação mais ampla e aprofundada, preparando os estudantes para o ensino superior ou para o mercado de trabalho. O ensino secundário também tinha uma duração de quatro anos. O terceiro nível, era o Ensino Superior (ou ensino de terceiro grau), que compreendia a educação de nível universitário, oferecendo cursos de graduação e formação profissional em diversas áreas do conhecimento. O ensino superior tinha como objetivo preparar profissionais especializados e com conhecimentos avançados para atuarem em diferentes setores da sociedade (Brasil, 1942).

O sistema educacional de três graus em 1942 refletia a estrutura da educação brasileira na época e suas finalidades voltadas para a formação básica, aprofundada e especializada dos estudantes. Esse sistema, no entanto, passou por mudanças ao longo do tempo, com reformas e reorganizações no sistema educacional brasileiro, incluindo a criação de novos níveis de ensino (Brasil, 1942). Porém, a tentativa de organização do sistema educacional iniciada naquele ano, é assegurada através da publicação de leis orgânicas do ensino primário na Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946 e do Ensino Normal na Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946 (Brasil, 1946).

As Leis Orgânicas do Ensino Primário e do Ensino Normal foram normas importantes para a estruturação e regulamentação da educação no Brasil. Ambas foram promulgadas no mesmo dia, com o objetivo estabelecer as bases para o ensino primário (fundamental) e o ensino normal (formação de professores).

A Lei Orgânica do Ensino Primário, organizou o ensino primário no Brasil, estabelecendo diretrizes e princípios para a educação das crianças e jovens. Entre os pontos mais relevantes, destacam-se a obrigatoriedade do ensino primário para todas as crianças em idade escolar, a duração do ensino primário de quatro anos, e a regulamentação do conteúdo curricular, incluindo matérias como leitura, escrita, matemática, história, geografia e educação moral e cívica. A lei também estabeleceu a obrigatoriedade de um curso de aperfeiçoamento para os professores de ensino primário. Já a Lei Orgânica do Ensino Normal, organizou o ensino normal, que era a formação dos professores para o ensino primário, fornecendo-lhes os conhecimentos pedagógicos e práticos necessários para a docência. A lei estabeleceu a duração do curso normal de três anos, com a obrigatoriedade de estágios e práticas de ensino. Além disso, a formação dos professores normalistas passou a ser considerada condição necessária para o exercício do magistério no ensino primário.

Essas leis representaram avanços significativos na organização da educação no Brasil, estabelecendo diretrizes claras para o ensino primário e para a formação dos professores. Elas contribuíram para a padronização e aprimoramento da educação básica e da formação docente, buscando elevar a qualidade do ensino oferecido nas escolas do país.

Em 1947, lança-se a Campanha Nacional de Educação de Adultos, participando os estados brasileiros e o Distrito Federal resultando na instalação de 10 mil classes de ensino supletivo para adultos com a tentativa de erradicar o analfabetismo. A Campanha Nacional de Educação de Adultos de 1947, também ficou conhecida como "Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos", foi uma importante iniciativa educacional lançada pelo governo brasileiro, durante a presidência de Eurico Gaspar Dutra. O objetivo principal dessa campanha era combater o analfabetismo e promover a educação de jovens e adultos no Brasil.

Para tal, foram criadas escolas noturnas em diversas localidades, especialmente nas áreas rurais, para atender aos trabalhadores que não podiam frequentar aulas durante o dia, com materiais didáticos específicos para a educação de adultos, adaptados à realidade e às necessidades desse público. Sobre esse contexto,

[...] e a esse cenário se junta uma visão nacionalista (patriótica) e higienista do problema do analfabetismo, tido como uma “disfunção”, “uma anomalia social”, com uma influência muito grande dos médicos indicando que o analfabeto e o analfabetismo seriam chagas nacionais, responsáveis pela miséria do país e pela impossibilidade ou dificuldade de desenvolvimento econômico, sobretudo no meio rural (Costa; Araujo, p. 3, 2011).

Logo, tendo a junção das diferentes ideologias sobre a alfabetização e a educação de adultos, no que diz respeito às áreas rurais, entendemos que essa campanha foi fundamental para combater o analfabetismo e promover a inclusão social e educacional dessas populações, apesar dos fracassos e dos empasses que se evidenciam, ao aprofundarmos as leituras. Para além da iniciativa de produção de material didático específico, professores e educadores foram enviados às comunidades rurais para ministrar as aulas. Esses profissionais muitas vezes eram deslocados das cidades para atender às demandas das áreas rurais (Costa, 2012).

Em 1948, compõe-se na Câmara dos Deputados, uma comissão diversa por determinação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1946, onde pensa-se os primeiros caminhos para a construção de um estatuto para o ensino, o que viria *à posteriori*, ser a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) - sendo promulgada 13 anos depois.

Em 1953, a Lei nº 1.920, de 25 de julho, o Ministério da Educação e Saúde passa a chamar-se Ministério da Educação e Cultura (MEC). No ano de 1955, cria-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com o nome de Campanha da Merenda Escolar

através do decreto nº 37.106 de 31 de março daquele ano. Há de se dizer que o programa era centralizado (Brasil, 1953).

Em 1959, são lançadas a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, a Campanha de Educação Rural e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (Decreto nº 47.251, de 17 de novembro de 1959). Justamente pela grande quantidade de analfabetos da época, apesar da pouca demonstração de importância com o grau de instrução do povo, o governo precisava mostrar internacionalmente a sua capacidade de liderança enquanto um governo de direita em desenvolvimento e com um governo ditatorial militar em ascensão (vindo a se consolidar cinco anos depois).

Vale ressaltar que em 1959, havia em vista, o fim da primeira grande revolução cubana (1953/1959). O reflexo dela é extremamente marcada pelo impacto da revolução russa, que se estendeu até fins dos anos cinquenta, durando cerca de 42 anos. O surgimento de novas organizações a partir da revolução russa de 1917 e posteriormente a cubana de 1953, em parte, são influenciadas pelos valores e pela teoria de esquerda, ocasionando a instauração de grande parte dos movimentos de esquerda nas américas (Garcia, 1997; Sales, 2011). Ressalta-se esse movimento social-político pois, a revolução cubana “colocaria questões importantes para esquerda comunista brasileira” (Sales, 2001, p. 1).

Algumas dessas questões, seria segundo Sales i) - a atualidade do socialismo nos países do continente, pois, até aquele momento, a ideologia era de propagação de uma revolução que seria anti-imperialista, antifeudal, democrática etc. e questionaria as possibilidades da transição pacífica do capitalismo ao socialismo. Entretanto, na direita nacional, havia uma questão que realmente incomodava os militares, empresário e políticos: o fato da direção revolucionária não ter sido feita por um partido comunista, mas, por Fidel Castro. Esse panorama é traçado para elucidar uma questão que estava intrínseca à história da civilização brasileira, bem como cubana²: o analfabetismo.

Entretanto, com o fim da Revolução em Cuba, o Estado, que passou a ser assumido pelo poder popular, passou, a partir de 1959, a ser responsável pela garantia dos direitos básicos. Com isso, a política de educação cubana ampliou o contato da população com as políticas sociais.

Em 1961, houve o início da Campanha Nacional de Alfabetização do governo cubano, que atingiu desde os centros urbanos às áreas rurais. Sobre isso, a Escola Politécnica de Saúde

² Esse problema faz parte da maioria dos países colonizados, especialmente aqueles colonizados por países europeus.

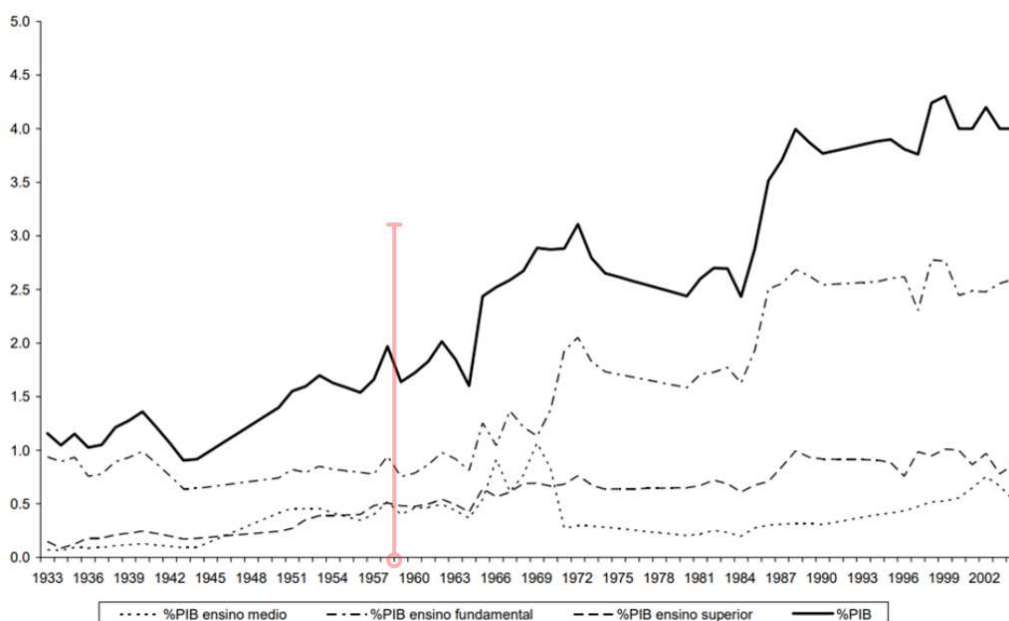
Joaquim Venâncio traz alguns dados do site da Embaixada de Cuba no Brasil, que apontavam em 1958, 23,6% da população cubana era analfabeta, enquanto nas zonas rurais, a taxa de analfabetismo era de 41,7%. Entretanto, de 1961, “[...] ao final do primeiro ano da campanha, a taxa de analfabetismo no país havia caído para 3,9%. Depois da erradicação do analfabetismo, se iniciou um processo de “paulatina universalização da educação”” (Leal, 2009, n.p.). Logo houve grandes resultados, apresentando ao mundo que a educação no âmbito da erradicação do analfabetismo havia funcionado a partir da Revolução Cubana.

No Brasil, destaca-se também, a nível de curiosidade, que a Campanha de Erradicação do Analfabetismo (1959), começou antes da campanha cubana. Pretendia, portanto, realizar um aperfeiçoamento e desenvolvimento do ensino primário “comum” nos municípios bem como, a verificação experimental da validade dos métodos e processos do ensino primário. A campanha pretendia utilizar a Educação de Base e Educação Rural como as ferramentas de eficiência de erradicação do analfabetismo.

Vale a pena salientar também que, havia no Brasil, a existência dos “excedentes”, que era os casos raros de um jovem de classe baixa, comumente um jovem de classe média (ambas classe pertencentes ao operariado), que viria a conseguir entre 1950 e 1980 finalizar o ensino médio, apesar da realidade das reduzidas chances de seu ingresso em universidade pública ou instituição privada. Era o sujeito que “demandava vagas inexistentes ou inacessíveis” (Napolitano, 2017, p. 12).

Esse portanto, é um dos motivos pelo qual a educação virou, no Brasil, um grande negócio, pois, com a manutenção da elite intelectual supracitada, com a geração de mão de obra barata mantendo o capital na mão de poucos e estando os cargos de domínio político-educacional na mão dos que usufruem desse sistema, o setor educacional vende o conhecimento a custo do racismo, do machismo e da pobreza. A Figura 2, apresenta, portanto, a parte do Produto Interno Bruto (PIB em %) que foi despendido em educação de 1933 a 2002 nos níveis de ensino fundamental, médio e superior e a relação disso, com tudo que já víamos trabalhando sobre a pobreza, a elite intelectual e econômica com o analfabetismo sendo uma forma de manter o *status quo* do modelo social que imperava no Brasil à muito.

Figura 2 - Produto Interno Bruto (PIB em %) despendido em educação de 1933 a 2002.



FONTE: Júnior, 2007, p. 25, com adaptações dos Autores, 2023.

Com o gráfico da figura, é possível perceber que o único nível de educação que seguiu a acrescência e as quedas do PIB foi o ensino fundamental (ver linha com traço e ponto). Enquanto isso, no que diz respeito ao ensino superior, não houve muita mudança (ver linha com traços). No ensino médio, nesse momento também houve uma queda no investimento em educação. Assim, a figura, apresenta os baixos investimentos em educação especialmente em 1959, período ao qual tenta-se fazer uma conversa sobre os resultados de Cuba e Brasil.

Os impactos disso, apresenta como consequência a baixa escolaridade da população brasileira. Sobre o aspecto macroeconômico, a análise pressupõe um “atraso educacional brasileiro” bem como um “impacto da universalização do ensino primário e secundário” entre os anos 1950 e 1960 (Júnior, 2007, p. 10). Argumentação essa, que corrobora o que discutíamos até esse momento. Muito embora é sabido que as escolas rurais tenham desempenhado um papel importante no que diz respeito a alfabetização durante toda a década de 1950 no Brasil, “[...] as escolas rurais ficaram relegadas a um segundo plano” (Lima; Musial, 2017, p. 10). As autoras ainda comentam que, esse papel secundário,

[...] apresenta-se pela falta de infraestrutura e precariedade geral de seu funcionamento, desvalorização socioprofissional do professor, assim como pela relativa ausência de estudos e pesquisas acadêmicas sobre a história da educação rural (Lima; Musial 2017, p. 10).

Essas escolas, até o final dos anos 1950 e mesmo no início da década de 1960, eram as instituições de ensino que “[...] mais de 60% dos brasileiros se alfabetizavam, posto que trabalhavam e residiam no meio rural” (Lima; Musial 2017, p. 10). Ainda traçando um paralelo

entre Cuba e Brasil, houve naquele momento em Cuba, “a reforma integral do ensino, que representa um primeiro esforço para estruturar um sistema escolar nacional, harmônico e coerente” (Rodríguez, 2011, p. 46). O período termina com a Declaração de Cuba como sendo um *Território Livre de Analfabetismo*, conforme apresentado na Figura 3, no dia 22 de dezembro de 1961.

Figura 3 - Participantes da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em Cuba (1960-1961).³



FONTE: Rodríguez, 2011, p. 47.

Esse momento é considerado, portanto, como sendo uma “grande proeza histórica” em Cuba, “[...] não só do ponto de vista político, [...], mas pelo caráter científico” (Rodríguez, 2011, p. 47). Enquanto isso, aqui no Brasil, após as grandes campanhas de Educação de Adolescentes e Adultos (1959), a Campanha de Educação Rural (1959) e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1959), o cenário não era de vitória contra o analfabetismo. Logo, entendemos que, observando os desgastes e as perdas no campo da educação brasileira, com uma nova tentativa de diminuir ainda mais o analfabetismo, sanciona-se em 1961, através da Lei nº 4.024/1961, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Como bem relembra Saviani, muito embora o Projeto de Lei (PL) sobre a LDB tenha sido encaminhado para a Câmara Federal cerca de 13 anos antes, no fim de outubro de 1948, “só em maio de 1957 é que se iniciou, naquela Casa do Congresso, a primeira discussão sobre

³ Infelizmente o autor não apresenta creditação da fotografia, portanto, impossibilita a realização da referenciação correta.

o Projeto das Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (Saviani, 1997, p. 11). O projeto original elaborado pelos especialistas que trabalhavam junto ao Ministro da Educação Clemente Mariani Bittencourt entre 1946 e 1950, possuía uma “tendência descentralizadora” (Saviani, 1997, p. 12), característica essa que já era um avanço na mudança de alinhamento financeiro ao apresentar um viés emancipatório, pois, assegurava aspectos como: i) - o direito à educação com recursos do Estado; e ii) - a tentativa de instaurar a autonomia didática, administrativa e disciplinar nas universidades.

Assim, pode-se dizer que a LDB de 1961 ou a “nova lei da educação”, se apresentava como o estabelecimento de [...] metas e parâmetros de organização da educação a serem seguidos pela totalidade de uma nação” (Saviani, 1997, p. 1), que se fez, a partir do reconhecimento de que a educação possui e é um problema que deve ser visto num aspecto amplo. Entretanto, o projeto que se discutiu em 1957 “já não era o mesmo que dera entrada naquela Casa” (Saviani, 1997, p. 15) cerca 13 anos antes. Congressistas como o deputado Padre Fonseca e Silva, posicionava-se contra a orientação filosófica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que tinha Anísio Teixeira como diretor entre os anos 1952 e 1964.

Em 1957, o Conselho Federal de Educação (CFE) passou por uma reorganização, a qual ampliou suas atribuições e competências. Houve, portanto, uma maior autonomia dos órgãos estaduais e municipais. O CFE atuava em conjunto com os conselhos estaduais e municipais de educação, promovendo a articulação e a colaboração entre os diferentes níveis de governo na implementação das políticas educacionais. No ano seguinte, o CFE aprova o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), um conjunto de metas quantitativas e qualitativas para serem cumpridas no prazo de oito anos. O PNE, não resultou de um projeto de lei, mas de uma iniciativa do MEC por meio da LDB.

O CFE foi uma instância importante no cenário educacional brasileiro e desempenhou um papel fundamental na regulamentação e organização do sistema de ensino no país. É importante ressaltar que suas atribuições e estrutura foram modificadas ao longo do tempo, e o CFE foi extinto em 1996, sendo substituído pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que possui funções similares na atualidade.

Ao longo de sua carreira, Anísio Teixeira defendeu ideias progressistas sobre a educação, como a importância da educação pública e a necessidade de uma escola democrática e inclusiva. Suas ideias muitas vezes entraram em conflito com as políticas educacionais e a visão autoritária de governos, especialmente durante o período da ditadura militar (Nunes, 2001).

Durante esse período, muitos intelectuais e educadores, incluindo Anísio Teixeira, foram perseguidos e tiveram suas atividades restringidas devido a suas ideias consideradas subversivas pelo regime. Em 1964, com o golpe militar, Anísio Teixeira foi exonerado do cargo de diretor do INEP e teve seus direitos políticos cassados. Ele foi perseguido e viveu um período de dificuldades e restrições à sua liberdade de expressão e atuação. Portanto, embora a ditadura militar tenha sido um fator determinante para sua saída do INEP, é importante ressaltar que Anísio Teixeira já havia sido alvo de críticas e pressões políticas anteriormente, em decorrência de suas posições políticas e educacionais progressistas. A ditadura militar apenas agravou essa situação e resultou na sua exoneração e perseguição política (Nunes, 2001). Para entender um pouco mais sobre esse período de domínio militar sobre a política nacional, traremos no item abaixo, alguns aspectos históricos importantes sobre a educação nesse momento que começa em 1964 no Brasil.

2.1 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO SISTEMA MILITAR DITATORIAL

A partir do dia 31 de março de 1964, saíram dos quartéis, militares as ruas, incumbidos do dever de “salvar” o Brasil do grande inimigo, o “Comunismo”. Dentro dos discursos do espectro mais reacionário e conservador da política nacional, é comum encontrar folhetins ou escritos de coisas como: os militares “salvando a nação”, alteração do termo golpe para “Revolução de 64”, “Contrarrevolução” no sentido de salvar os brasileiros de uma “Revolução Socialista”, talvez pela movimentação e organização dos partidos comunistas, socialistas e de esquerda de um modo geral, que ocorria no Brasil.

A ditadura, sendo, portanto, sustentada por uma visão anticomunista, que deu via a ameaça do comunismo em diversas esferas da sociedade, incluindo movimentos sociais, sindicatos, universidades e partidos políticos. Nesse contexto, o governo militar implementou medidas repressivas, como a censura à imprensa, a perseguição política, a tortura e a prisão de opositores políticos que se encaixavam como comunistas. O governo também promoveu a disseminação de uma propaganda anticomunista, visando desacreditar e estigmatizar qualquer ideia ou indivíduo relacionado ao comunismo.

Nesse sentido, o Golpe Militar,

[...] representou um momento de inflexão para as esquerdas brasileiras, sobretudo para os comunistas, causando um amplo debate entre as organizações sobre as causas da derrota do movimento popular e, principalmente, o caminho que deveria ser seguido na nova situação política aberta com a chegada dos generais ao poder. Nesse momento, é de se destacar que praticamente todas as organizações comunistas que existiam no período anterior a 1964 sofreram cisões a partir de discussões em torno do tema da definição de uma nova estratégia política (Sales, 2011, p. 6).

Entretanto, algumas perguntas permeiam a reflexão da história a depender do segmento ideológico. Uma das perguntas é se houve uma “Revolução Democrática” implantando o Regime Militar; ou, se houve um “Golpe de Estado” que impôs o Regime Ditatorial. Nós, não nos ateremos a esse debate, pois temos nossas inclinações e posições acerca desse período da história do Brasil.

Logo, voltando para o aspecto educacional, naquele mesmo ano, meses antes do Golpe, foi criado o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), pautado no Método Paulo Freire⁴ (Decreto nº 53.465 de 21 de janeiro de 1964). O PNA, desempenhou um papel fundamental na promoção da educação e na luta pela superação do analfabetismo. A importância desse programa baseado nos princípios de Paulo Freire é multifacetada e impacta diversos aspectos da sociedade. Um desses aspectos é que a educação é instrumento de transformação social: O método Paulo Freire enfatiza a educação como uma ferramenta para a conscientização e emancipação das pessoas. O PNA, ao adotar esse método, busca não apenas o ensino da leitura e escrita, mas também o desenvolvimento crítico e reflexivo dos indivíduos, capacitando-os a participar ativamente na sociedade e contribuir para sua transformação. Buscava-se também, a aproximação com a realidade e cultura dos alunos ao adotar abordagem que considera as vivências, experiências e culturas dos educandos, tornando o processo de alfabetização mais significativo e relevante para suas vidas.

Ao discutir sobre esse método, quando aplicado em Goiás por meio do livro “*Benedito e Jovelina*” os autores Rodrigues, Rocha e Valdez (2020) afirmam que: “Freire era um crítico aos métodos de alfabetização esvaziados de sentido e mantidos pela artificialidade de uma língua apreendida em frases fictícias, contidas nas cartilhas e materiais de apoio” (Rodrigues; Rocha; Valdez, 2020, p. 108). Em resumo, o Programa Nacional de Alfabetização (PNA) pautado no método Paulo Freire é de suma importância, pois promove a alfabetização como um processo de emancipação, valorizando a participação ativa dos educandos, a contextualização do ensino, a inclusão e a valorização dos educadores. Ao adotar essa abordagem, o PNA almejou a contribuição para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e educada, pois, Paulo Freire visava uma

[...] alfabetização que fosse ao mesmo tempo um ato de criação, capaz de gerar outros atos criadores; uma alfabetização na qual o homem, que não é passivo nem objeto, desenvolvesse a atividade e a vivacidade da invenção e da reinvenção, características dos estados de procura (Freire, 1979, p. 22).

⁴ Apesar de conhecido como o Método Paulo Freire, ressaltamos que o autor não criou um método de alfabetização.

No ano posterior, aprovou-se o Estatuto do Magistério Superior (Lei nº4.881, de 6 dezembro de 1965), que estabeleceu o magistério superior indissociável do ensino e da pesquisa nas universidades para fins de transmissão e ampliação do saber. Tal estatuto, teve um papel importante na estruturação e consolidação dos programas de pós-graduação no Brasil, impulsionando a pesquisa científica e a formação de recursos humanos altamente qualificados em diversas áreas do conhecimento.

Dois anos depois, em 1967, cria-se o Centro Brasileiro de TV Educativa (Lei nº 5.198, de 3 de janeiro de 1967), que tinha por finalidade a produção, aquisição e distribuição de material audiovisual destinado à radiodifusão educativa. Um outro aspecto a ser considerado, é a Fundação Nacional de Material Escolar (FNME), criada a partir da Lei nº 5.327, de 2 outubro daquele ano. Finalizava produzir, bem como, distribuir material didático na tentativa de melhorar a qualidade, o preço e a utilização nas escolas. É importante destacarmos que a efetividade da distribuição poderia variar em diferentes regiões, de acordo com a infraestrutura e as políticas educacionais locais. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal do Brasil, a FNME passa a ter suas atribuições locadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que continuaria atuando na gestão de políticas educacionais e na distribuição de materiais escolares no país.

No ano de 1967 foi criada ainda, a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) por meio da Lei nº 5.379/1967. Algumas das atribuições era a assistência na fomentação na obrigatoriedade escolar na faixa etária de 7 a 14 anos. Houve uma extensão da escolaridade até a 6ª série, contando com a assistência educativa aos analfabetos, educação continuada para os analfabetos de 15 anos ou mais, por meio de cursos especiais, que contavam inclusive com os audiovisuais tendo duração de cerca de nove meses. Em 1968 ainda, cria-se o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), que finalizava captar recursos financeiros e canalizá-los para o financiamento de projetos de ensino e de pesquisa, para alimentação escolar e bolsas de estudo com a Lei nº 5.537 daquele ano 1968, beneficiando entre outros programas, o Mobral.

Frisamos, portanto, ao Mobral pois, o entendimento de sua existência é de extrema importante para entender o movimento de alfabetização na segunda metade do séc. XX. Sobre o Programa, a autora Vanilda Paiva apresenta em seu texto “*Mobral: Um Desacerto Autoritário*” de 1981, a fala de dois críticos do programa. Um deles, acabou se tornando o sucessor de Mário Henrique Simonsen um bancário e professor da época que fazia parte da presidência da Fundação Mobral, o Engenheiro Civil e Professor Arlindo Lopes Corrêia, que disse:

Nos primeiros anos, sob o peso do fracasso de dezenas de experiências anteriores de alfabetização, o Mobral viveu tranqüilo. Mas evidenciado o sucesso, a crítica surgiu com ares avassaladores, pois não se faz nada bem impunemente, pois lá está a incompetência a combater o herói, o ídolo, aquele que se destaca... Mas a fraude, essa só existe nas idéias, nas palavras e nos gestos dos que tentam inutilmente macular nosso estrondoso sucesso (Corrêia, 1979, apud Paiva, 1981, p. 83).

Paiva, um ano depois (1982) ainda se referiu a fala supracitada do engenheiro, como sendo uma apelação no sentido econômico ao qual era seguidor, sendo, portanto, uma fala apelativa também para a emoção, pois, propunha que o Mobral era como “[...] o grande “auxiliar do sistema formal” capaz de resolver não apenas o problema do analfabetismo do país, mas o conjunto de problemas da educação popular” (Paiva, 1981, p. 59). O segundo crítico do programa, porém em oposição ao projeto, foi o Engenheiro Civil e Professor Flexa Ribeiro que afirmou na CPI do Mobral realizada em 1976, que:

O Mobral seria, quando muito, um "vendedor de ilusões". Ilusão para o adulto que ignora a precariedade do adiestramento que recebe e principalmente “vendedor de ilusões” para anestesiar a consciência da classe letrada do país... Ninguém ignora que o diplomado do Mobral permanece irmão gêmeo do Analfabeto (RIBEIRO, 1976, apud Paiva, 1981, p. 86).

Com a apresentação das falas antagônicas sobre o mesmo programa, Paiva (1981), tece uma discussão reflexiva a respeito do Mobral. Um fragmento de sua análise, é que o lançamento do programa como campanha de alfabetização em 1970, decorreu da mobilização política através do Movimento Estudantil (ME) em 1968, bem como a promulgação do AI-5, em conjunto com a expansão do ensino superior tornando-se os três, os principais pilares da política educacional do governo militar naquele período.

Há de se evidenciar que, o CFE, entre 1962 e 1966, atuou na implantação da Reforma Universitária em conjunto com o ME, “mediante a criação de jurisprudência e que a partir do ano de 1967 participou da elaboração de legislação para o ensino superior” (Rothen, 2008, p. 454). Como supracitado, o CFE foi instituído através da LDB/1961 que por sua vez, foi uma lei marcada principalmente pelo “acirrado confronto entre os escolanovistas e os católicos” (Rothen, 2008, p. 454). O estopim que motivava a divergência, situava-se na “centralização ou não pela União do processo educativo, a defesa da escola pública versus a escola privada e a vinculação ou não da educação ao desenvolvimento econômico” (Rothen, 2008, p. 454).

Dentre os aspectos das violências, greves, silenciamento etc., vividos pelos brasileiros daquele período, evidenciamos a luta popular pelo pleno estabelecimento da educação como um direito fundamental de forma laica, emancipatória e crítica. Porém, com o Mobral, o sonho brasileiro de declarar o país livre do analfabetismo não viria tão cedo, e não veio até a

atualidade. Sobre esse aspecto, o Figura 4, apresenta os dados retirados de Ferrari (1985)⁵ sobre os resultados no âmbito do enfrentamento ao analfabetismo por meio do Mobral nos anos 1977, 1980 e 1982.

Figura 4 - Analfabetismo no Brasil por diferentes definições etárias durante o Mobral.

<u>Definições etárias da população / Levantamentos do IBGE</u>	<u>População total</u>	<u>Pessoas analfabetas</u>	<u>% Pessoas analfabetas</u>
5 anos e mais			
PNAD 1977	93.782.041	27.336.572	29,1
Censo demográfico 1980	102.579.006	32.731.347	31,9
PNAD 1982	105.872.173	31.701.182	29,9
10 anos e mais			
PNAD 1977	79.685.686	18.175.446	22,8
Censo demográfico 1980	87.805.265	22.393.295	25,5
PNAD 1982	90.905.799	20.850.009	22,9
15 anos e mais			
PNAD 1977	65.759.879	15.612.476	23,7
Censo demográfico 1980	73.541.943	18.716.847	25,5
PNAD 1982	76.534.782	17.685.985	23,1
20 anos e mais			
PNAD 1977	53.397.239	14.037.181	26,3
Censo demográfico 1980	59.965.972	16.481.477	27,5
PNAD 1982	63.031.164	15.931.849	25,3

FONTE: Ferrari, 1985, p. 36.

Embora os dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) tenham excluído as populações rurais como ressalta Ferrari, “os índices do PNAD 1977 são praticamente reproduzidos pelo PNAD 1982” (Ferrari, 1985, p. 36). Sendo dois pontos “para mais” de diferença entre 1977 e 1982. Esses dados servem de reflexão para entender que “há razões para se supor que não deve ter havido redução sensível do analfabetismo no quinquênio 1977/1982” (Ferrari, 1985, p. 37)⁶, período de vigência do Mobral. Sendo enfático e comentando o aspecto numérico dos dados apresentados, o autor continua que

Pode-se dizer o seguinte: 1) $\frac{1}{4}$ da população de 10 anos e mais, bem como da de 15 anos e mais, era analfabeta em 1980; 2) o fato de os resultados das PNADs 1977 e 1982 se situarem muito próximos do censo [...], reforça a confiabilidade das três fontes; 3) o fato de que a PNAD 1982 apresenta resultados quase idênticos aos da PNAD 1977 sugere a hipótese de que **nenhuma redução sensível dos índices de analfabetismo tenha ocorrido no quinquênio 1977/82** (Ferrari, 1985, p. 37, contendo Grifo Nosso).

O autor discute ao fim de seu trabalho, e aqui, na Figura 5 apresentado, a porcentagem de uma amostragem de aproximadamente 23 milhões de crianças entre 7 e 14 anos de idade no

⁵ *apud* IBGE (1997); Censo Demográfico (1980) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1982).

⁶ Grifo nosso.

ano de 1980. Essas crianças foram consideradas por ele, como “pessoas excluídas do sistema escolar” (Ferrari, 1985, p. 37).

Figura 5 - Situação dos quase 23 milhões de pessoas de 7 a 14 anos de idade em 1980 no Brasil.

– Não freqüentavam escola	7.553.741 (33,0%)
– Certamente defasadas em relação à idade	6.340.014 (27,6%)
– Levemente defasadas em relação à idade	3.718.341 (16,2%)
– Certamente não defasadas em relação à idade ou até antecipadas	5.343.274 (23,3%)
– Outras situações (série não declarada, supletivo não seriado, alfabetização de adultos)	26.435 (0,9%)

FONTE: Ferrari, 1985, p. 48.

Cabe, portanto, com esses dados pensarmos no projeto que os mantinha assim; com qual objetivo as crianças eram excluídas, ora por condição econômica familiar, outrora por escolha, ora por políticas de exclusão, outrora por causa do regime etc., mesmo havendo legislação sobre a escolarização obrigatória? A principal incoerência no que diz respeito ao projeto de erradicação do analfabetismo no Brasil, desde a sua primeira tentativa em 1947 e especialmente com o Mobral, é a permanência de 33% de crianças em idade escolar, não frequentando a escola e de outros tantos adultos analfabetos. Cabe também questionar: Houvera, de 1930 a 1980, um real interesse de popular na erradicação do analfabetismo no Brasil? Sabe-se apenas que não houve uma movimentação popular (dizemos, das famílias que viviam em zonas rurais), que dependiam das roças e do que vinha delas para alimentar-se e fazer negócio.

Finalizando essa etapa, cujo objetivo era apresentar e explicitar as principais iniciativas, se é que podemos assim as chamar, que tentaram emplacar projetos de educação popular no Brasil, passaremos agora, a tratar de um afunilamento do campo. Trataremos, portanto, do aspecto goiano no que condiz à estrutura educacional desse estado do Centro-Oeste brasileiro.

Embora “[...] o ensino regular em áreas rurais teve seu surgimento no fim do 2º Imperio (*sic*) e implantou-se amplamente na primeira metade deste século” (Santos, 2014, p. 4), a regulação desse modelo, não se deu com seu início. Ao longo desse texto, tentamos apresentar aspectos dessa forma de educar ao longo dos anos, mas como será descrito aqui, há uma ausência de relatos ou ainda registros sobre as escolas e a educação rural ao longo da primeira metade e início da segunda metade do século XX.

3. A EDUCAÇÃO EM GOIÁS DE 1969 A 1980.

“[...] cada Situação Educacional é uma e só pode ser comparada com ela própria (Saviani, 2013, p. 373).

Aqui, trataremos do Estado de Goiás e dos seus modos de desenvolver ou construir uma educação escolar durante esse período, que consideramos ser uma mancha na nossa história, o do governo ditatorial militar ao qual já iniciamos uma conversa. Esse recorte se dá, pois, objetivamos chegar ao cerne do nosso objeto: as escolas rurais e o processo de municipalização delas no município de Pires do Rio, cidade que compõe o estado de Goiás. Se retornarmos ao ano de 1968, podemos perceber que foi um ano marcado por reivindicações do ME, o que viria a instalar, pelo governo militar, duas comissões que apresentavam propostas para “conter a onda de agitações e para formular um conjunto de soluções realistas para a universidade brasileira” (Rothen, 2008, p. 454), que foram a Comissão Meira Mattos e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária.

Observando os documentos MEC-USAID (1969), Relatório Meira Matos (1969) e o Relatório de Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (1968), foi possível percebermos o que Otaíza Oliveira Romanelli (1978), afirmou ser uma preocupação na “redefinição da política educacional brasileira [...] do modelo de educação primária e média” (Romanelli, 1978, p. 233). Logo, tanto o acordo, quanto os relatórios apresentavam uma indicação à uma iminente reforma no ensino fundamental.

No livro “*História das Ideias Pedagógicas no Brasil*”, Saviani (2013), faz duas tentativas de dividir as correntes pedagógicas ao longo da história da educação brasileira - a partir dos principais marcos ocasionados por elas. Uma dessas tentativas é feita de uma forma mais generalizada apresentando o período de 1969-1980 como sendo o sexto dos oito períodos divididos (Saviani, 2013, p. 14).

Em ambas as tentativas, o período ao qual a presente pesquisa se dedica, é marcada pelo autor, por meio do “Predomínio da pedagogia tecnicista, manifestações da concepção analítica de filosofia da educação e concomitante desenvolvimento da concepção crítico-Reprodutivista” (Saviani, 2013, p. 14). Essa etapa pedagógica veio através do que ele chamou de “Crise da Pedagogia Nova” (Saviani, 2013, p. 16), ou seja, com a LDB-1961 elaborada a partir de 1947, fechando com o que se era conhecido como “ideais renovadores” dos *escolanovistas* e ainda com a pedagogia tradicionalista, que vinha perdendo sua força desde a expulsão dos jesuítas em 1759 (Saviani, 2013, p. 16).

Entretanto, a segunda tentativa de especificação do período ao qual tratamos, Saviani divide a história das ideias pedagógicas em quatro períodos. O último período data de 1969 a 2001, subdividido em três partes: a primeira, de 1969 a 1980, a segunda 1980 a 1991 e a terceira de 1991 a 2001 (Saviani, 2013, p. 19); tendo essas partes os principais aspectos marcantes: a predominância da pedagogia tecnicista, as manifestações da concepção analítica e por fim, o desenvolvimento da concepção crítico-reprodutivista.

Com o Brasil, estando integrado à história do capitalismo mundial, possuiu ao longo de sua própria história, especialmente nas décadas de 50 e 60 do século passado, muitos analfabetos como é apresentado na Tabela 1. Nesse momento, o conhecimento escolar era reservado à grupos que possuíam riquezas, ou seja, resumidamente, a maioria analfabeta eram os trabalhadores e “os que passavam pelo funil da escola, viravam elite letrada” (Monlevade, 1997, p. 27). Portanto, na tentativa de manter a classe trabalhadora como tal, o acesso à educação sempre foi dificultado, ora pelo desconhecimento da importância da formação escolar básica, ora por falta de tempo, dinheiro e/ou políticas de inclusão social.

Tabela 1 - Censo de Analfabetismo das pessoas de 5 anos acima por sexo do ano de 1970 no Brasil.

Grupos de Idade	Gênero		Total
	Mulheres	Homens	
5 a 9 anos	4.445.472	4.634.212	9.079.684
10 a 14 anos	1.643.306	1.848.630	3.491.936
15 a 19 anos	1.203.281	1.283.743	2.487.024
20 a 24 anos	1.169.839	1.029.884	2.199.723
25 a 29 anos	1.075.897	871.493	1.947.390
30 a 34 anos	994.328	777.796	1.772.124
35 a 39 anos	1.019.322	744.230	1.763.552
40 a 44 anos	949.376	733.589	1.682.965
45 a 49 anos	812.423	619.023	1.431.446
50 a 54 anos	748.309	562.685	1.310.994
55 a 59 anos	596.001	449.335	1.045.336
60 a 64 anos	516.116	384.644	900.760
65 a 69 anos	355.973	258.836	614.809
70 anos ou mais	570.410	373.257	943.667

FONTE: IBGE, 1973, p. 86.

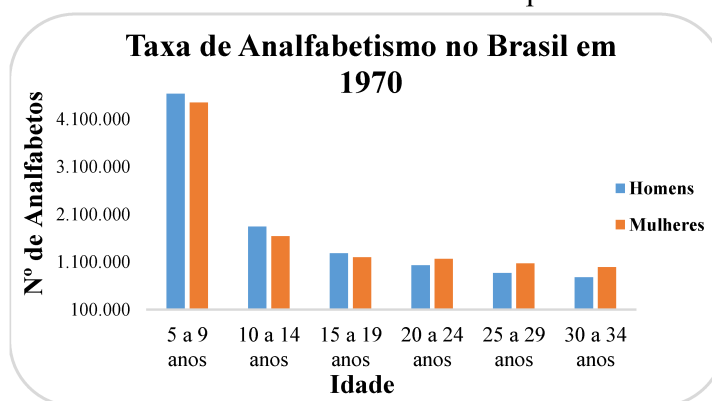
Se considerarmos as duas décadas que antecederam o ano de 1970, é possível observar que havia um número crescente em termos populacionais, e um número decrescente em termos de taxa de analfabetismo, considerando desde modo, como alfabetizadas aquelas “capazes de ler e escrever um bilhete simples em um idioma qualquer; as que assinassem apenas o próprio nome foram consideradas analfabetas” (IBGE, 1973, p. 30). O decaimento da taxa de

analfabetismo deve, portanto, ser interpretado através da expansão do sistema educacional. No entanto, se tomarmos a história do Brasil como se deu, e como foi escrita, consideramos o Brasil, um país que

[...] compreende quase todos os da América do Sul, cuja evolução já está bastante adiantada para que sintam necessidade de determinar as estatísticas do estado civil, mas não suficientemente para que essas estatísticas possam estender-se a toda a população. O que pode ser feito nas regiões desenvolvidas do país não o pode nas subdesenvolvidas; o nível de instrução e a estrutura social já não impedem recenseamentos eficazes, mas ainda impossibilitam o registro completo de nascimentos e óbitos. O habitat muito disperso, sobretudo, constitui um obstáculo intransponível; [...] É fácil, pois, conceber que a população deixe de declarar nascimentos e óbitos e mesmo de cumprir as formalidades legais do casamento. Ocorre também que, mesmo quando são registrados os atos civis, a remessa do documento para os organismos centrais é feita de maneira muito irregular (Lambert, 1967, p. 39).

Nos perguntamos, a partir desse ponto trazido por Lambert (1667) sobre a veracidade dos dados e os números, mas, esses documentos são os que registram, acreditamos ser, da forma melhor possível à época, com os dados disponíveis. Um outro aspecto a se considerar no processo referente à educação nesse período, é a diferença no número de analfabetos por sexo. O Gráfico 1, demonstra através de um gráfico de barras, a tendência decrescente do analfabetismo em termos de gênero, considerando, portanto, a abordagem binária do termo. Além dos dados tabulados a partir do gênero, separou-se por idade, partindo de cinco a 34 anos.

Gráfico 1 - Gráfico de Barras da Taxa de Analfabetismo por sexo do ano de 1970.



FONTE: IBGE, 1973, p. 86, com adaptações dos Autores, 2023.

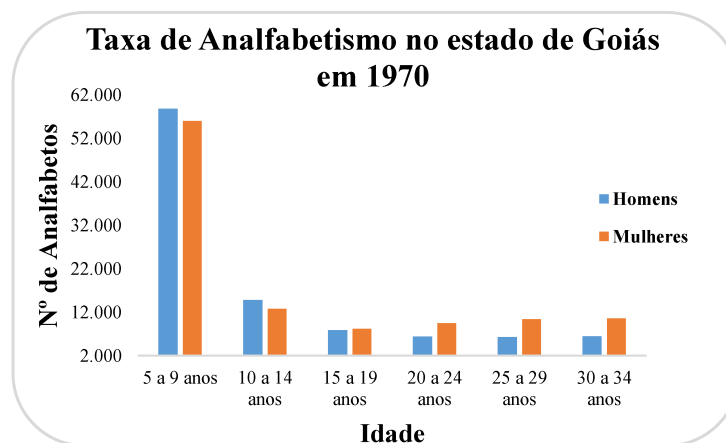
É possível observar, que a diferença no número de analfabetos entre homens e mulheres é pouca se considerarmos a idade entre cinco aos 19 anos. Nessa amostragem, o número de homens segue maior entre cinco e nove anos (188.740 mil a mais), 10 e 15 anos (205.324 mil a mais) e entre 15 e 19 anos (80.462 mil homens a mais). Essa variância pode ser analisada a partir do aspecto social da época. A função social que é desempenhada dentro dos lares se dava da seguinte forma: enquanto homens (meninos) trabalhavam desde muito cedo fora de casa em

lavouras, mercado etc.; as mulheres tratavam dos aspectos domésticos, tendo mais tempo durante o dia para frequentar a escola.

Entretanto, percebemos uma mudança a partir dos 20 anos, há uma viragem na diferença dos números de analfabetos, onde, mulheres passam a ocupar uma maior colocação em termos de analfabetismo, enquanto o número dos homens diminui. Entre os 20 e 24 anos, a diferença é de 139.955 mulheres analfabetas em relação ao quantitativo de homens. Já entre os 25 e 29 anos, a diferença é de 204.404 mulheres, e por fim, entre os 30 e 34 anos, a diferença é de 216.532 mulheres a mais que homens.

O Gráfico 2, apresenta dados de mesma natureza, trazendo, portanto, os dados do IBGE de 1970 da taxa de analfabetismo, porém, com o recorte estadual de Goiás. Traz-se assim como no gráfico anterior, os aspectos de gênero em termos binários ao qual se utilizava na coleta de dados. Observe que, entre os cinco e nove anos, considerando que, pessoas, e, nessa faixa etária, crianças alfabetizadas, seriam, como já citado, aquelas “capazes de ler e escrever um bilhete simples em um idioma qualquer” (IBGE, 1973, p. 30), havia muitos analfabetos, como segue o cenário nacional, apresentado no gráfico anterior.

Gráfico 2 - Gráfico de Barras da Taxa de Analfabetismo por sexo de 1970 do estado de Goiás.



FONTE: IBGE - GOIAS, 1973, p. 86, com adaptações dos Autores.

No que tange as taxas a partir de 14 anos de idade, observamos em termos estatísticos, um número quase idêntico entre os 15 e 19 anos. A partir desse dado, os números só aumentam, disparando o número de mais analfabetas que analfabetos. Nesse sentido, como já dito e considerando o aspecto de consolidação rural do estado de Goiás, as pessoas que performavam o gênero feminino em 1970, entre os 15 e 34 anos, possivelmente se tornaram analfabetas pela vida no campo, e pelas questões culturais que envolviam cada performance à época. Sobre o

estado de Goiás, a sua história e sobre esse tema, Silva (2023), afirma que a produção da cultura fundiária em Goiás,

[...] é fruto de lutas históricas, de tensões. Nos séculos XVIII e XIX e, via de regra, no XX, o Estado legal em Goiás foi mera ficção – as oligarquias atuaram quase sempre ao arpejo da lei. O domínio da terra se fez conforme determinações de classe [...]: força física ou paramilitar, “macheza”, “brabeza” e uma suposta virilidade até o “cano da cartucheira” foram mediações para obter a propriedade privada da terra, e tudo isso com a anuência institucional da acumulação primitiva. Oligarquias também ampliaram seus domínios com compra, herança e casamentos intraclasse (Silva, 2023, p. 6).

Ou seja, com o crescimento da luta das diversas formas, pela terra, como disse Silva (2023), era ampliado o poder daqueles que dominavam o território, dando-lhes mais poder especialmente com os casamentos entre pares de mesma classe. Com o crescimento desse poder, e com o avanço sobre os conhecimentos da terra em termos de cultura agrônômica, nesse estado, o número de famílias que migravam dos centros urbanos para essas fazendas e regiões rurais crescia também. Com os arranjos matrimoniais se davam entre jovens adultos homens e meninas muito jovens. No entanto, considerando a história brasileira desde o século XIII, dentro dos casamentos racializados,

[...] o caboclo do interior não tem estado civil; as formalidades do casamento são as mesmas em todo o país, mas o caboclo amiga-se, não se casa; o Governo Federal prescreve a duração e as formas do ensino, mas o caboclo, não possui muitas escolas; uma legislação trabalhista progressista, feita para o país novo e mesmo muito avançada para o seu estado social, vigora em todo o país, mas é ao homem influente que o emprega e não ao juiz ou ao inspetor do trabalho, que o caboclo leva as suas queixas. A comunidade rural do interior vive fora do alcance da lei e segue os seus próprios costumes; a desobediência à lei, ou melhor, o desconhecimento da lei, constitui um ótimo meio de defesa das liberdades locais, não só contra o Governo Federal, como ainda contra qualquer espécie de governo. Isto explica porque o Brasil, e muitos outros países sul-americanos, podem, assinar as mais modernas convenções internacionais de trabalho e adotar medidas que países mais adiantados hesitam em adotar; ficam no papel na maior parte do país, mas como, entretanto, são aplicadas em algumas grandes cidades, alargam o abismo que separa a civilização urbana da civilização rural, o país novo do país velho. As mesmas leis não têm a mesma significação nas duas partes da sociedade dualista (Lambert, 1967, p. 239).

Com isso, infere-se que a população fora da escola, ou ainda, analfabeta, tem uma classe, uma raça e a partir da idade cultural de casamento, tem um gênero. Com o avançar dos anos, pouco mudou, atrelado ao ideário neoliberal de desenvolvimento, o regime militar serviu de apoio no “[...] reforço da presença das empresas internacionais” (Saviani, 2013, p. 366), que começa a inserir também um novo nicho de empregabilidade, estreitando os laços do Brasil com os Estados Unidos. Para tal, “o lema positivista “Ordem e Progresso” inscrito na bandeira do Brasil metaforseou-se em “segurança e desenvolvimento”” (Saviani, 2013, p. 366). Se

inicialmente questionava-se “ordem onde?” e “progresso para quem?”, questionamos nesse novo modelo, “segurança para quem?” e “desenvolvimento a qual custo?”.

Nesse momento, migrando da amplitude social para o educacional, alguns autores como Ludwid von Bertalanffy (1968), Frederick Taylor (1970), Hla Myint (1974) e especialmente Barrhus Frederic Skinner (1970) importaram para Brasil, o pensamento *behaviorista* ou ainda comportamentalista para a educação. Essa corrente psicológica

[...] busca tratar o ser humano como um organismo, enfocando sua forma de reagir ao meio ambiente natural, isto é, seu *comportamento* e não sua consciência [...], o behaviorismo centra-se em estudos e na realização de experiências em torno da aprendizagem, motivação, emoção e desenvolvimento individual (Saviani, p. 371, contendo Grifo Nosso).

Como forma de explicitar o cenário geral a partir das especificidades da educação no Brasil entre os anos 1969 e 1980, o autor Monlevade (1997) elenca alguns aspectos primordiais para se entender o cenário da educação em seus diversos âmbitos, sendo eles: i) – econômico; ii) – social; iii) – de manifestação estatal; iv) – da parte de sistema da educação; v) – do funcionamento das escolas; vi) – do seu financiamento; vii) – de gestão; viii) – ix) – dos atores (professores e sua situação de trabalho), e por último e não menos importante, x) – o currículo. O Quadro 2, abaixo apresentado, traz as considerações de Monlevade sobre a educação ao ser um produto de um emaranhado de condições, período em que ele chamou de “Crise do Capitalismo” entre os anos de 1971 e 1988 (Monlevade, 1997, p. 39).

Quadro 2 - Cenários de entrelaçamento da educação entre os anos 1971 e 1988.

CENÁRIO	COMO SE DEU
Economia	Modo de Produção Capitalista Industrial Monopolista Internacionalizado.
Sociedade	Sociedade Urbana Tecnicizada em Processo de Democratização via Mercado.
Estado	Autoritário Tecnocrático Desenvolvimentista em transição para abertura.
Sistema Educacional	Organização da educação para o Desenvolvimento e Segurança, Construção da Muralha Escolar e Apogeu da seletividade.
Escolas	Universalização do Ensino de 1º Grau, obrigatório e gratuito causando uma lenta ampliação da educação infantil e do ensino médio público o que viria a Descaracterizar as Escolas Normais e Desqualificar das Licenciaturas.
Financiamento	Verbas insuficientes dos impostos face à exploração da demanda:

	luta por vinculação (Emenda Calmon) e de verbas públicas para as escolas públicas.
Gestão	Gestão Autoritária da Ditadura Militar cada vez mais contestada.
Atores	Professores desqualificados e mobilizados sindicalmente. Crescem multi-emprego e evasão profissional.
Currículo	Ebulição das teorias pedagógicas da academia agita as propostas curriculares dos sistemas, embora prática nas salas de aula pouco se modifique Descarte da Formação Especial na prática curricular das escolas e sistemas, restringindo-se a iniciação ao trabalho aos sistemas SENAIS-SENAC-SENAR e às Escolas Técnicas.

FONTE: Monlevade, 1997, p. 39, com adaptações dos Autores.

Houve, portanto, o que o Monlevade chamou de “arrefecimento dos movimentos de alfabetização” (Monlevade, p. 39 e 44), deste modo, os programas de educação na TV se tornaram famosos, foram criadas um total de nove emissoras educativas entre 1968 e 1974 como afirma Angeiras (2015), três delas, ligadas ao Ministério da Educação e as demais à secretarias estaduais de educação, comunicação ou cultura, sendo elas: TV Universitária – PE (TVU), TV Cultura – SP, TVE – AM, TVE – CE, TVE – ES, TVE – AM, TVE – RJ, TV Universitária – RN e por fim TVE – RS (ANGEIRAS, 2015 p. 60). O Telecurso da Fundação Roberto Marinho (FRM), outro célebre programa da TV Globo, foi ao ar no ano de 1978, tinha o objetivo de “ampliar o acesso à educação a centenas de milhares de brasileiros, ao levar **educação de qualidade pela TV**, com uma linguagem, formato e modelo de atuação inovadores” (FRM, c2022, n.p., grifo nosso).

Um outro fator importante a ser considerado é que a proposta de profissionalização do ensino médio pode ser considerada um fracasso nesse primeiro momento, pois, os centros de oferta do ensino particular – nas modalidades: pré-escolas, ensino médio e pré-vestibulares - e os cursos “baratos de 3º grau” e supletivos assumem lugar de protagonismo na educação em todo o território nacional. Porém, cabe aqui dizer que a procura por esses “cursos” não diz respeito essencialmente à sua qualidade.

Entretanto, com o crescimento da oferta de ensino particular financiado até mesmo por meio de mensalidades ou bolsas de verbas públicas, a educação popular passa a ter uma parte pública, mas, não-estatal. Paralelamente, nesse momento, muitos funcionários e professores se associavam à sindicatos trabalhistas e realizam greves diante da demanda de trabalho e do atraso dos salários. No entanto, a massificação da cultura através da TV e da “força da imagem” tentavam frear o descontentamento popular com o regime ditatorial militar.

Após longas mudanças nos objetivos e formas de fazer educação no Brasil, no ano de 1971 especialmente, o governo militar instituiu para seus fins a chamada “Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus”, a partir da Lei 5.692/71 que viria a dar um novo rumo a organização do ensino no Brasil. Há de se considerar que no Ensino de 1º Grau, foi que houve um maior impulso na chamada “Universalização do Ensino”, estendido então, para oito séries, principalmente nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, onde não haviam muitos ginásios públicos nas regiões Sul e Sudeste (Monlevade, 1997, p. 42; Saviani, 1997, p. 381).

Em Goiás, essa reforma representou uma tentativa de aproximar a educação das necessidades e realidades dos alunos e do país naquele momento. No entanto, ao longo do tempo, o sistema educacional brasileiro passou por novas mudanças e adaptações para enfrentar os desafios e demandas contemporâneas da educação. Uma das alterações mais radicais, no que se refere ao 2º grau, foi que, passou a objetivar a profissionalização dos alunos. Logo, as escolas públicas e privadas que ofereciam esse nível de escolarização, rapidamente tornaram-se profissionalizantes (Beltrão, 2017, n.p.). O grupo de cursos oferecidos no Ensino de 2º Grau, incluía o de “auxiliar de Escritório”, “Auxiliar de Enfermagem”, “Técnico em Edificações”, “Técnico em Contabilidade” e “Técnico em Agropecuária”, entre esses, está o curso “Técnico em Magistério”, que é o responsável por formar as professoras e os raros professores, que inclusive, trabalharam nas escolas rurais. Ao final, o aluno receberia do 2º grau, um “Certificado de Habilitação Profissional” (Beltrão, 2017, n.p.).

De um modo geral, pode-se afirmar que a Lei 5.692/71 serviu de impulso no que diz respeito à universalização do ensino primário (Monlevade, 1997, p. 42), porém, quanto à educação profissionalizante, serviu como uma tentativa mais ou menos falha de produzir mão de obra em curto prazo, já se tratando do ensino de 3º grau, um fracasso, pois, foram considerados de “duvidosa qualidade” (Monlevade, 1997, p. 42), esses cursos “[...] se multiplicaram no Sudeste e [...] trouxeram consequências danosas para a educação, ao lançar no mercado da escola pública professores sem a devida qualificação” (Monlevade, 1997, p. 42).

Ainda tratando do período militar no Brasil, começa-se a adentrar em um dos objetivos da pesquisa: o de apresentar o estado de Goiás, trazendo sua posição do ponto de vista educacional Rural e Urbana. Necessário é, que evidenciemos que a proposta desse tópico, não é trazer a História do Estado de Goiás, ou mesmo apresentar em minúcia, todo o movimento educacional do estado. Pretendemos, sim, realizar uma conjuntura, mas trazendo à luz da escrita, os eventos centrais entre 1969 e 1980, do ponto de vista estratégicos para atingir os objetivos do presente texto.

Logo, estando o estado de Goiás, situado na chamada região do “Brasil Central”, próximo a ele, está a Capital Federal. Goiás, “foi um estado importante na luta e resistência contra a Ditadura que impunha duras restrições à liberdade pela força e violação da Constituição Brasileira” (Pereira, 2015, p. 17). Há certa importância naquele cenário, do ME no sistema político, “[...] os estudantes [...] já tinham interesse pela política e se preocupavam com problemas nacionais” (Pereira, 2015, p. 18). Nesse sentido, o ME “possui uma atuação importante na política brasileira, de seus quadros saíram vários políticos de expressão nacional” (Paula, 2009, p.129). Em conjunto com o ME, elenca-se a União Nacional dos Estudantes (UNE), que também possui grande importância na politização dos estudantes junto às universidades.

A história nacional da UNE acompanha a Segunda Guerra Mundial organizando os estudantes na tomada de posições políticas, como no caso de pressionar o presidente Getúlio Vargas a também se posicionar. Assim, o Brasil, ressalta Pereira, “entrou oficialmente na guerra contra o Eixo” (Pereira, 2015, p. 19), auxiliando nos rumos tomados. Essas camadas populares formadas pelos estudantes e comunidades acadêmicas, foram orientados por influências políticas e grandes nomes na educação brasileira nos níveis médio e superior de educação escolar. No estado de Goiás, houve alguns professores ligados às grandes cátedras de ensino que fermentavam e guiavam as pautas desses movimentos a fim de defender os fundamentos da educação pública e ao direito à educação.

Trouxemos pouco o aspecto da educação rural, pois, nosso objetivo, é apresentar os aspectos políticos que o estado tinha e usava no aspecto educacional goiano. Um outro motivo, é a escassez de documentação. No entanto, ao inserir os termos “Pires do Rio” na aba de busca do Banco de Dados Memórias Reveladas do Arquivo Nacional, obtivemos 1508 registros distribuídos ao longo de 31 páginas de resultados das quais, fez-se um primeiro levantamento dos arquivos pertinentes aos objetivos da pesquisa. Para tal, abriu-se cada arquivo visando saber do que se tratava e se mencionavam a cidade de Pires do Rio, município do estado de Goiás, e objeto dessa pesquisa, entre anos 1969 e 2000. Dos 1508 registros, fez-se uma organização por período em que 399 registros de fato tratavam daquele período histórico, logo, separou-se 40 documentos para se fazer a leitura aprofundada deles, ao qual tratam de denúncias, notícias, permissão para palestras, investigações etc. Ao inserirmos os termos “Escola Rural” junto com “Pires do Rio”, não houve resultados.

A partir do acesso e leitura dos documentos retidos pelo Sistema Nacional de Informação (SNI), apresentamos os resultados dessa busca, e refletimos sobre a influência dos considerados intelectuais da “*contrarrevolução*” militar, trazida no documento nº

794/19/ABS/SNI73 de 14 de junho de 1973. Esse documento traz o assunto “Infiltração de Elementos Comunistas e *Anti-Revolucionários* na Secretaria da Educação e Cultura do Estado de GOIÁS” (SECEG). Apenas como forma de explicitar um comentário a respeito do termo “Elemento”, entende-se que ele é utilizado no referir-se aos sujeitos, cuja história e vivência são duvidosas do ponto de vista ético e moral pelos militares. Sabe-se que “o léxico de uma língua está intimamente ligado às relações sociais e ao fenômeno da comunicação” (Barreiros; Barreiros, 2015, p. 397), nesse sentido, entende-se a importância do uso de termos como esse, no vocabulário policial e militar, pois, “Certamente, para os comunistas essas lexias teriam o sentido invertido, comprovando que os usos linguísticos de cada sujeito estão condicionados às suas posições ideológicas e interesses” (Barreiros; Barreiros, 2015, p. 418). Nesse sentido, apresenta-se a Tabela 2, que traz uma transcrição dos sujeitos nominados “elementos”⁷, mostrando a função de cada um na SECEG e o motivo da denúncia ao SNI - Agência Brasília daquele ano.

Tabela 2- Dados dos Elementos Comunistas e Anti-Revolucionários Infiltrados na SECEG.

	CARGO OU FUNÇÃO NA SECEG	MOTIVO OU DENÚNCIA
Elemento A	Membro do Conselho estadual de Cultura.	Esquerdista, possuindo ligação à elementos marxistas. Considerado “favorecido” em irregularidades administrativas incorrendo em enquadramento funcional.
Elemento B	Assessor da SECEG; Coordenador Geral da elaboração do Plano Educacional e Cultural do Estado de Goiás.	Subversão no Estado de Goiás.
Elemento C	Criador e Elaborador do Plano Educacional e Cultural do Estado de Goiás.	Subversão e Destinatário de Correspondência oriunda de País Comunista.
Elemento D	Assessor do Planejamento Educacional do Estado de Goiás.	Esquerdista e paciente de Processo Informativo para aplicação do AI nº 5.
Elemento E	Vice-Diretor da Escola Modelo de Goiânia.	Enquanto era Padre, em 1971, em uma missa em Goiânia, fez alusões à Carlos Lamarca ⁸ em tom de apologia dizendo que ele morrera pelos seus ideais, acrescentando que, cristãos

⁷ Como os documentos retirados do SNI apresentam tarjas de sigilo, em termos de precaução e na tentativa de proteger a pesquisa de possíveis coerções judiciais, os nomes permanecerão em sigilo a fim de que apenas o fato seja evidenciado.

⁸ Ressalta-se que o nome aparece uma vez como *Carlos Lanarca* e outra vez como *Carlos Lamarca*. Assume-se, portanto, que se trata do “personagem político envolvido com os acontecimentos, na época [...] da luta armada sob a forma da guerra de guerrilha” (Silva; Dias, 2021, p. 3), sendo assassinato no sertão da Bahia, ao lado de José Campos Barreto por meio do aparato de repressão do Estado.

		autênticos devem ser como Carlos Lamarca, levantando, em sermão, dúvidas sobre quem estava certo: Lamarca ou seus Julgadores.
Elemento F	Exerce influência na SECEG principalmente em assuntos culturais.	A-Revolucionário ⁹ e atingido pelo AI nº 1.
Elemento G	Exerce influência na SECEG principalmente em assuntos culturais.	A-Revolucionário e indiciado pelo Inquérito Policial Militar em 1964 em Goiás.
Elemento H	Exerce influência na SECEG principalmente em assuntos culturais.	A-Revolucionário e atingido pelo AI nº 5.

FONTE: SNI – DOC. nº 794/19/ABS/SNI/73, p. 2-6, adaptado pelos Autores, 2023.

Observa-se inicialmente que, embora o motivo central de todos terem sido alvos de investigação militar seja o fato de assumirem ideologia de esquerda como visão de mundo, em outra instância, alguns possuíram denúncias de receberem encomendas de países comunistas, alguns são denunciados por serem afetados pelos Atos Institucionais (AI) nº 1 e 5 ou ainda por comentarem a luta e assassinato de Carlos Lamarca. Os AI, referem-se a um “[...] conjunto de leis, decretadas pelos governantes pós 1964 na tentativa de fazer parecer que os governos militares (golpistas) eram governos constitucionalmente legais” (Alves, 2018, p. 6).

O combate ao comunismo em Goiás, assim como em outras regiões do Brasil, ocorreu durante um período conhecido como "Guerra Fria" (1945-1991), quando havia uma intensa rivalidade ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética. Durante esse período, o governo brasileiro, alinhado com os interesses estadunidenses, empreendeu uma série de medidas para combater a influência e a expansão dessa ideologia.

É importante ressaltar que, muitas vezes, as ações do governo e dos grupos conservadores extrapolaram a mera perseguição a indivíduos comunistas, atingindo também movimentos e organizações sociais que lutavam por melhores condições de vida e igualdade social. Isso contribuiu para um clima de repressão e cerceamento das liberdades civis em Goiás e em todo o país. No AI nº 1, ao Presidente da República era possibilitado demitir, cassar ou suspender funcionários públicos e integrantes das Forças Armadas caso acusados fosse, de atividades subversivas. Já o AI nº 5, o Presidente da República tinha o poder de fechar o Congresso por tempo indeterminado, dentre outras decisões, possibilitava a retirada do Judiciário o poder de reversão das ações tomadas pelo governo. O AI nº 5, também possibilitava cassar os mandatos dos parlamentares; bem como suspender por até dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão etc. (Alves, 2018). A Figura 6, nesse sentido, apresenta uma das atividades subversivas atribuídas ao Elemento E, cuja ação foi, fazer apologia a “[...] firmeza

⁹ Os termos A-Revolucionário e Anti-Revolucionário determinam a posição daqueles contrários ao sistema ditatorial militar. Os termos são apresentados pelos documentos retirados do SNI e aqui, citados.

Denunciado pela Promotoria da Auditoria Militar da 4ª RM como incurso nas sanções do Art 2º, nº III, Art 23 e 24 da Lei 1.802, de 05 Jan 53, que define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social (Lei de Segurança Nacional); como participante ativo, deliberado e consciente de trama subversiva e de espionagem, tentando mudar a ordem política estabelecida pela Constituição, para submeter o BRASIL ao domínio estrangeiro, com auxílio de organizações alienígenas, usando a guerra psicológica mediante ajuda dos países da cortina de ferro, tendo como cabeça ponte o Poder Executivo do Estado de GOIÁS; sedimentou suas atividades subversivas comunisantes e de espionagem de todos os órgãos de divulgação do Estado de GOIÁS, como o "CERNE" doutrinando todas as camadas sociais, dominando as faculdades de ensino, doutrinando os estudantes e o povo, militarizando-os em comum com os camponeses. (Certidão fornecida)

FONTE: SNI – DOC. nº 794/19/ABS/SNI/73, 1973, p. 12.¹¹

Abaixo, transcrevemos o texto da figura para facilitar a leitura daquilo que porventura, venha a estar borrado ou não identificado:

Denunciado pela Promotoria da Auditoria Militar da 4ª RM como incurso nas sanções do Art 2º, nº III, Art 23 e 24 da Lei 1.802, de 05 de Jan 53, que define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social (Lei de Segurança Nacional); como participante ativo deliberado e consciente de trama subversiva e de espionagem, tentando mudar a ordem política estabelecida pela Constituição, para submeter o BRASIL ao domínio estrangeiro, com auxílio de organizações alienígenas, usando a guerra psicológica mediante ajuda dos países da cortina de ferro, tendo como cabeça ponte o Poder Executivo do Estado de GOIÁS; sedimentou suas atividades subversivas comunisantes e de espionagem de todos os órgãos de divulgação do Estado de GOIÁS, como o "CERNE" doutrinando todas as camadas sociais, dominando as faculdades de ensino, doutrinando estudantes e o povo, militarizando-os em comum com os camponeses (SNI – DOC. nº 794/19/ABS/SNI/73, 1973, p. 12).

Salienta-se que o termo ‘organizações alienígenas’ usadas na Figura 9, diz respeito as organizações ideológicas e partidárias que se distanciavam do ideário militar. Observe as atribuições dadas ao Elemento C, atividades como promoção de ‘guerra psicológica’, ‘participante de trama subversiva e de espionagem’ ou ainda a tentativa de ‘submeter o Brasil ao domínio estrangeiro’ eram os argumentos de investigação.

Partindo do apresentado, é possível perceber a tentativa do governo do Estado de Goiás no combate ao comunismo e aos “elementos comunistas”. Nesse sentido, a cidade de Pires do Rio já tinha cerca de 51 anos de fundação, e o cenário de combate aos inimigos do Regime Militar não era diferente. Após o fim da ditadura militar em 1985, a influência do comunismo diminuiu significativamente no Brasil. No entanto, a história do combate ao comunismo em Goiás e em outras regiões do país deixou marcas profundas na sociedade brasileira, afetando a liberdade de expressão, a democracia e o respeito aos direitos humanos. Durante esse período,

¹¹ Ressaltou-se a cor a fim de facilitar a leitura daqueles que possuem baixa visão indo de Preto e Cinza para Amarelo e Preto.

em Goiás, houve a suspensão de garantias constitucionais, o fechamento de entidades estudantis e fez a instauração ou a abertura de outras.

Com a chegada dos anos finais desse período sombrio, houve, pelo município de Pires do Rio, a municipalização de algumas escolas rurais. No entanto, para começar a contar a história da municipalização da educação rural em Pires do Rio - GO, é necessário primeiramente compreender a história do município. Pires do Rio é uma cidade localizada no estado de Goiás a história desse contexto educacional, está intrinsecamente ligada ao contexto político e social em que se encontrava o país durante a ditadura. Assim, o próximo capítulo trará a história do município de Pires do Rio, que, fornecerá um contexto essencial para a compreensão do processo de municipalização da educação rural ocorrido na época.

Entendemos, que apesar da riqueza dessas informações para entender o processo militar, e o momento do golpe em Goiás, não trouxemos o objeto da pesquisa, que são as escolas rurais em Pires do Rio – GO e processo de municipalização delas. Reforçamos que, não encontramos dados dessas escolas ao longo do processo militar e como esse regime impactou essas escolas.

4. PIRES DO RIO: CONTEXTOS HISTÓRICOS

“[...] a história é uma colcha tecida por muitas mãos ao longo do tempo”.

Jacy Siqueira¹²

Entre os séculos XVII, XVIII, a ocupação do território brasileiro se deu por meio da exploração de recursos naturais. Esse movimento se estruturou no sistema mercantilista que foi organizado pela coroa portuguesa, permitiria a expansão do capitalismo, que, por consequência, definiria territorialização e o *socialis modus* (Silva, 2018).

Esse movimento, corresponde à criação das expedições que ocorreram no Brasil Colônia, que, organizadas pelo governo da colônia, migravam, do litoral rumo ao interior do território brasileiro. Algumas dessas expedições de desbravamento, são as ‘bandeiras’, que organizadas e financiadas por particulares, principalmente paulistas, saiam de São Paulo em direção ao interior do Brasil fomentando o que seria a origem inúmeras cidades.

Como afirmam Almeida e Almeida (2000), a origem de uma cidade, se dá por meio do “[...] processo de sedentarização do homem primitivo, pois quando ele deixa de ser nômade e passa a se dedicar a agricultura há uma necessidade de formar grupos onde possa trocar os excedentes agrícolas” (Almeida; Almeida, 2000, p. 11). As cidades históricas possuíam muralhas, monumentos, algum mito ou folclore específico que a diferencia ou destaca de algum modo, e por consequência, marca sua história. Os autores continuam:

Hoje as nossas cidades não possuem muralhas, antes, são divididas por linhas imaginárias que separam territórios. E cada uma delas possui na sua história um passado que explica a sua origem e formação. Formação esta que a acompanhará para sempre, como fato de referência (Almeida; Almeida, 2000, p. 11).

Uma dessas cidades, é Santa Cruz de Goiás, que deu nome à antiga Província e, posteriormente, viria a se chamar “Estado de Goiás” (Silva, 2018, p. 1). Logo, assim se deu a invasão, e posteriormente, o que Cleusa Maria da Silva¹³ viria a chamar de “fragmentação do território” (Silva, 2018, p. 1), resultando na formação de alguns municípios, como: **Pires do Rio**, Palmelo, Santa Cruz de Goiás, Orizona, Cristinápolis.

¹² Trecho retirado de “Um Contrato Singular” de Jacy Siqueira (Siqueira, 2006, p. 16).

¹³ Doutora em Políticas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora e Coordenadora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Pires do Rio).

Do ponto de vista geo-histórica, nessa década e século, havia uma corrida ferroviária nos rincões da região central da Primeira República do Brasil (1889-1930): Goiás. Esse processo, veio a resultar também, na inauguração da Estrada de Ferro Goyaz. Entretanto, a fundação diz pouco sobre a origem de Santa Cruz e não diz tudo sobre a criação dos municípios que dela advieram.

Retornemos, às primeiras invasões por meio das expedições em nível de território nacional no período do século 18, onde, as Capitânicas Hereditárias, perduraram até meados de 1759 (Santos; Silveira, 2001). As Províncias ao longo dessa segunda metade do séc. XVIII, surgiram, como resultado das explorações em minas, buscando metais preciosos (Silva, 2018, p. 3). Segundo Cleusa Maria da Silva, a Província de Santa Cruz de Goiás, aparece a partir da extração de ouro no local, sob a divisão da Capitania de São Paulo (Silva, 2018). Deste modo, a Província de Santa Cruz de Goiás presenciou algumas formas de ocupação, “[...] primeiramente, com a chegada dos bandeirantes com a preação de índios Kayapó e a procura de minas de ouro. Com a descoberta das minas tem início o processo de urbanização” (Silva, 2018, p. 3).

Marçal e Santos (2000), afirmam que a cidade de Santa Cruz é uma cidade que tem sua história “[...] impregnada de folclore, disseminados pela cultura negra do século XVIII” (Marçal; Santos, 2000, p. 21). Ressaltam ainda que houve como em todos os lugares onde a escravidão foi uma mancha histórica, a

“avassaladora e humilhante presença aculturadora da escravidão imposta pelo branco, contribuiu para o enriquecimento humano e artístico da colônia, que era portuguesa em termos políticos e da exploração econômica, mas muito mais próxima da África em [...] demais campos” (Marçal; Santos, 2000, p. 21).

A Figura 8 (a e b) abaixo dispostas, trazem fotografias que apresentadas pelos autores que mostram o que eles chamaram de “heranças deixadas pelos escravos no período de 1800” (Marçal; Santos, 2000, p. 16), no aspecto arquitetônico desses povos que vieram para o território goiano como escravizados.

Figura 8 - Fotografia de casas que foram consideradas “Heranças deixadas por escravizados no período de 1800”.



(a)



(b)

FONTE: Marçal; Santos, 2000, p. 16.

Entendemos que, embora pouco trançada, a relação entre o trabalho na terra e o campo com os negros em Goiás sempre esteve imbricada ao longo da história econômica desse estado. A entrada do negro nesse território que era indígena, “[...] inicia-se com as bandeiras colonizadoras, seguindo no movimento minerador do ciclo de ouro e, mais tarde, no movimento migratório dos mineiros, baianos e outros, em busca de terras para lavoura e pastagem para o gado” (Marçal; Santos, 2000, p. 6). Com isso, os negros chegam ao Sul do que era a Capitania de Goiás (séc. XVIII) e se deslocaram para o restante do estado para trabalhar com a lavoura, pecuária e com a mineração.

Os autores continuam a citar que o negro em Goiás “[...] foi um elemento civilizador” (Marçal; Santos, 2000, p. 6). No entanto, cabe a cada um de nós refletir sobre como essa civilidade tratou esses sujeitos. O pensamento desses geógrafos é escrito na frase seguinte àquela afirmação: o negro, “Desmoronou cascalhos, revirou grapiaras, deslocou rochedos, fez obras de engenharia com aterros e cortes por dezenas de quilômetros, como os regos de Luziânia, Santa Cruz, Goiás e Jaraguá” (Marçal; Santos, 2000, p. 6). Pense, o discurso por detrás do termo “civilização” trazido pelos autores queria dizer o que? Os negros, diziam esses autores, no século XVIII, “[...] saíam com seus senhores [...]” (Marçal; Santos, 2000, p. 6). O cidadão era o escravizado? Estranho pensar na ligação entre o que conhecemos como cidadania no ano de 2000, quando escreveram seu texto, e os sujeitos sem documentação própria, que muitas vezes não existiam, pois, sequer, eram citados nas estatísticas, pois,

[...] os senhores ocultavam o número de escravos, porque sonham com a capitação antiga, os pais ocultam seus filhos porque temem que os alistem como soldados e todos desejam que os vigários ignorem direitos paroquiais e desobrigação da quaresma. [...] Pelos motivos expostos chega-se a conclusões aproximadas, porém os números exatos são desconhecidos. Várias são as razões apontando para a mestiçagem intensa que se verificou nas minas, dando em 1804 e 1824, preponderância absoluta ao elemento negro; e isso foi favorecido pela estrutura inicial das minas onde era usado o escravo negro, e pelo tipo de colonização. Os bandeirantes [...] raramente traziam mulheres. Uniam-se as índias e as negras (Marçal; Santos, 2000, p. 8).

A discussão sobre a mestiçagem no Brasil e no mundo é emergente e pulsante nos centros de estudos e cátedras de ensino pelo mundo a fora. Logo, para não prolongar o debate aqui, visando o objeto e os objetivos dessa pesquisa, saltaremos para o tema do ruralismo e a história de Goiás e do Município de Pires do Rio (GO). No entanto, vale trazer mais um ponto, o do trabalho feito por esses negros. Com o arrefecimento da pressão mundial na corrida econômica, o Brasil tinha em Goiás, naquele tempo, a mineração e a economia açucareira. Logo, essa segunda, era feita com a “[...] mão de obra oprimida [...] – escravos, lavradores de cana (cana cativa, cana livre) [...]” (Marçal; Santos, 2000, p. 11). Em contraposição ao valor da mão de obra,

Tudo se vendia por preço exorbitante. Um alqueire de milho custava seis a sete oitavas de ouro; o de farinha de mandioca, dez, uma vaca de leite que ali apareceu, comprou-se por duas livras do mesmo metal e um porco, por vinte e oito. Os recoveiros enriqueceram. A lavoura, em consequência, expande-se absorvendo mão de obra escrava ou não (Marçal; Santos, 2000, p. 12).

A construção desse território e das cidades goianas, foi, portanto, baseado nesse primeiro momento na “[...] economia das minas [...]” (Marçal; Santos, 2000, p. 12), bem como, pela lavoura, especialmente a açucareira. Entretanto, refletimos, e os autores comentam, isso só foi possível pelo fato de haver um movimento de imigração de pessoas para o Brasil, que condizia a cada ano, “[...] grande quantidade de portugueses e de outros estrangeiros para as [...] cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil; vão brancos, pardos e pretos e muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é toda condição de pessoas [...]” (Marçal; Santos, 2000, p. 12). O meio rural, com o acréscimo dos grãos, que vai tornar Goiás um dos principais estados na produção desses produtos comerciais, será discutida no próximo item, onde traremos dados para desenvolver um pouco mais do aspecto geo-político-histórico-econômico de Goiás, que auxiliará na elucidação da história de Pires do Rio (GO).

No âmbito das políticas públicas para a educação e para a educação rural no Brasil, pensamos se o problema mais emergente foi realmente a localização geográfica e a baixa densidade populacional nessas regiões, que atualmente, muitas são cidades. Muito embora havia grande distância, entre a casa e as escolas rurais, havia outros problemas como: o acolhimento desses alunados, o número era reduzido em termos de alunos, professores e financiamento, o que acarretava a construção das turmas multisseriadas, a pouca manutenção nos gastos com as práticas escolares rurais etc. Sobre o histórico educacional no Brasil, o MEC (2010, p. 21) vai dizer que “[...] o modelo escravocrata utilizado por Portugal para colonizar o Brasil e, mais tarde, os adotados pelos próprios brasileiros para a colonização do interior do país – de exploração brutal pelos proprietários de terra dos trabalhadores rurais [...]” que muitas

vezes “[...] eram sistematicamente negados direitos sociais e trabalhistas – geraram um forte preconceito em relação aos povos que vivem e trabalham no campo [...]” (MEC, 2010, p. 21), e, nesse sentido, o MEC ainda afirma: esse processo gerou com relação aos povos do campo “[...] uma enorme dívida social” (MEC, 2010, p. 21).

Não é deste modo, sem inclinações ideológicas que traçamos, especialmente, o subtópico 4.1 acima. A maioria da *população rural trabalhadora*¹⁴, era constituída por pessoas negras. O modo de politizar, estruturar e fazer a educação nacional no aspecto rural, negou a essas pessoas, o acesso ao que esse documento citado traz como sendo o “[...] conhecimento “universal” produzido pelo mundo civilizado [...]” (MEC, 2010, p. 21). O modelo que conhecemos bem do ponto de vista histórico, e que aqui será trazido a partir dos documentos, ou seja, na perspectiva historiográfica, “[...] serviu para escamotear o direito a uma educação contextualizada, promotora do acesso à cidadania e aos bens econômicos e social, que respeitasse os modos de viver, pensar e produzir dos diferentes povos do campo” (MEC, 2010, p. 21”.

Esse documento, que se chama “*Programa Nacional de Educação de Jovens Integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores(as) familiares*”, disposto na Coleção Cadernos Pedagógicos ProJovem Campo-Saberes da Terra, diz que esse infeliz e real movimento de educação nacional, “[...] ofereceu a uma pequena parcela da população rural, uma educação instrumental reduzida ao atendimento de necessidades educacionais elementares e ao treinamento da mão-de-obra” (MEC, 2010, p. 21). No entanto, como trouxemos no capítulo 1 deste, no ano seguinte do processo que nós chamamos de institucionalização da educação, que foi quando o Brasil passa a integrar a pauta da educação em sua estrutura de governo (1930), houve reivindicações, pois, a educação é um tema e um lugar de disputa, especialmente a disputa popular por acesso. Como trouxemos, e tentando não sermos redundantes, em 1932 foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que, como é sabido, reivindicava uma escola e um processo de escolarização pública democrática.

Esses (escolanovistas), acreditavam que “[...] a escola deveria proporcionar a aquisição de uma cultura geral comum e possibilitar especializações para as atividades intelectuais (humanidades e ciências) ou de preponderância manual e mecânica (cursos de caráter técnico)” (MEC, 2010, p. 22). Porém, como já dissemos, nas escolas rurais Brasil adentro, o enfoque era em sua maioria (para não incorrer no erro de generalizar), de fundamentação manual e mecânica. No contexto piresino, essa abordagem educacional se fincou nas escolas,

¹⁴ Faz-se importante reforçar que a população rural também era constituída por aqueles que eram os donos da terra.

especialmente nas escolas rurais, pelo modo como a cidade veio a surgir. Sobre esse aspecto constituinte da cidade, falaremos um pouco no ponto seguinte (4.1), e após isso, discutiremos a Educação Rural em algumas escolas que tivemos acesso à alguns documentos (4.2).

4.1 UM POUCO DA HISTÓRIA MUNICIPAL, FINALMENTE

“A conclusão das obras da ponte Eptácio Pessoa retirou do cenário um grande empecilho para o prolongamento dos trilhos sertão adentro [...]. Desde o início a cidade se firmou como um grande centro tanto de pessoas como de mercadorias” (Silva, 2001, p. 31).

Entendendo essa pequena parte da história e da localidade dessa região do estado de Goiás trazida até o momento, pensemos em Pires do Rio, como sendo uma cidade filha de Santa Cruz de Goiás. Se saltarmos um século, é possível, a partir dos registros de Iranilda Divina Resende Paes, em *“Pires do Rio: nossa terra, nossa gente”* de 1991, começar a vislumbrar o começo do Povoado de Pires do Rio, que, se inicia dois anos antes da fundação oficial, no ano de 1920. Porém, não diz muito sobre como veio se dar a localidade nesse período. A escritora, foi uma pedagoga que atuou desde 1971 como professora nas escolas do município de Pires do Rio, a Figura 9, mostra um registro de Iranilda no ano de 1987 pelo Jornal do Sudeste.

Figura 9 - Fotografia de Iranilda Divina Resende Paes no ano de 1987 retirada do Jornal do Sudeste.

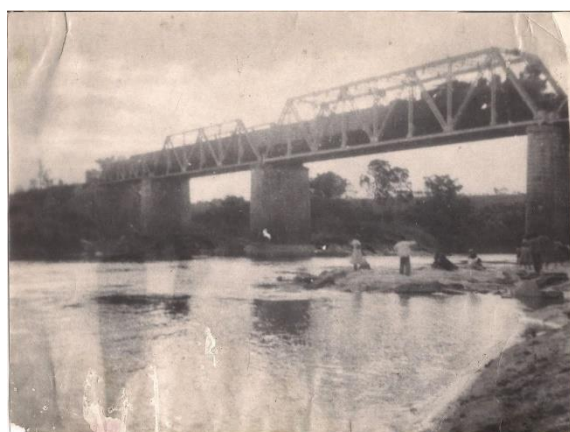


FONTE: Jornal do Sudeste, 1987, p. 9.

Naquele ano, diz ela: “[...] o Engenheiro Balduino Ernesto de Almeida, diretor da Estrada de Ferro Goiás, idealizou a instalação de uma Estação Ferroviária do outro lado do rio

Corumbá” (Paes, 1991, p. 19), afirmando que a construção de uma ponte que posteriormente se chamaria Epitácio Pessoa, “[...] impossibilitaria a continuidade da ferrovia” (Paes, 1991, p. 19). A Figura 10 (“a” e “b”), apresenta a ponte, que foi construída a partir da intervenção de alguns fazendeiros das localidades de Santa Cruz de Goiás e àquele momento, “Campo Formoso”, hoje conhecida como Orizona, ocasionando a doação de cerca de quatro alqueires de terra para a construção da estação ferroviária, pelo Coronel Lino Teixeira.

Figura 10 - Fotografias da Ponte Epitácio Pessoa antes e depois.



(a)

FONTE: Museu Ferroviário de Pires do Rio, 2023.



(b)

FONTE: Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico de Goiás, 2023.

Sobre essa personagem, Lino Teixeira de Sampaio, nascido em Santa Cruz de Goiás em 23 de setembro de 1866, era bisneto de portugueses que vindos para a localidade de Santa Cruz no ano de 1775, recebendo Caetano Teixeira de Sampaio carta-patente de Dom João VI, sendo, portanto, “[...] nomeado Capitão de Ordenanças” (Ferreira, 2022, p. 139). Com isso, a região dos três municípios (Orizona, Pires do Rio e Santa Cruz de Goiás), lugar conhecido como “Brejo”, estavam sobre os cuidados desse senhor e dos que acompanharam o sobrenome Sampaio por cerca de 145 anos.

Para entender a região de Santa Cruz, ou também chamado de Sampaio (devido o sobrenome dos seus donos), o autor Collemar Natal e Silva com seu livro “*História de Goiás*” de 1932 com terceira edição em 2002. Os registros territoriais, são trazidos por Collemar, onde, supõe-se, que, os fizera motivado pela tentativa de apresentar e compreender a formação de Goiás (Silva, 2002). Sobre o autor e o livro, Nars Nagib Fayad Chaul (2002), presidente da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira no prefácio da terceira edição, diz o seguinte: Collemar Natal e Silva,

[...] tem a preocupação inicial de defender a goianidade, sem esconder as influências benéficas da época de *Michelet* numa clara busca de uma História Pura, distante das influências das outras ciências. A História da historiografia tirou-lhe alguns atestados de buscas e certezas (Silva, 2002, p. 13).

Chaul, ainda ressalta que antes de trazer mérito, ou ainda fazer juízo de valor ao que foi proposto por Collemar nesse livro, é necessário entender que o processo de escrita, se deu “numa época de desafios, numa época em que a historiografia goiana não tinha sistematizações, pesquisa ou análise crítica; não tinha sequer produção digna de análise teórico-metodológico” (Silva, 2002, p. 14). Nesse sentido expressa Chaul, os documentos além de raros, eram também, “[...] esparsos e contraditórios” (Silva, 2002, p. 14).

Ressaltamos, no entanto, a dificuldade, em entender a organização do livro, pois, ele se apresenta contendo referências, notas de rodapé e citações pouco organizadas. Entretanto, após a explanação sobre os motivos pelo texto ser como é, voltar-se-á para o entendimento da região de Santa Cruz de Goiás.

Em seu livro, Collemar apresenta registros datados de 20 de abril de 1878, de José Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho (D. José de Vasconcelos), enquanto a mineração de ouro ainda era o maior recurso, “Todos deviam concorrer, uns com escravos, outros com praças, outros com gêneros” (Silva, 2002, p. 328). Nesse interim, o Capitão de Ordenanças Caetano Teixeira de Sampaio, já estava na localidade de Santa Cruz de Goiás por meio dos rios, riachos etc., lugar, segundo D. José de Vasconcelos:

Tomado para primeiro ponto da divisão do julgado de Santa Cruz o sítio de Paracaueba se desce por este ribeirão a buscar o Corumbá, e por ele a barra do rio S. Bartholomeu; deste ponto se buscará a barra do rio S. Marcos, e seguindo por ele até o cume da serra, se descera pelas cabeceiras dos Dourados até a sua foz no rio das Velha, na qual tirando uma reta à barra do Sapucaí descera a demarcação por ele até o rio Grande e barra do Corumbá, e seguindo por este até topar o Anicuns se fecha a divisão no ribeirão dos Bois, no ponto aonde se divide o julgado de Vila Boa e de Meia ponte, cortando em linha a estrada de S. Paulo, aonde esta passa a Piracanjuba. (Silva, 2002, p. 350)

Observe que essas, são as informações trazidas por D. José de Vasconcelos, não se pode dizer com certeza, mas, possivelmente tratava do que posteriormente, se conheceu como o Rio do Peixe em Santa Cruz. Compreende-se, portanto, que, as informações são pouco elucidativas para entender a região de onde Pires do Rio se originaria, no entanto, evidencia-se que, já se podia localizar esse lugar por meio do Rio Corumbá, a Fazenda Sampaio.

Ainda considerando o prefácio, Chaul comenta: “Lamenta-se desde o início o fato de Colemar¹⁵ não ter tido acesso a novas fontes e teorias para ampliar, mesmo que carente, seu

¹⁵ Apesar do nome do Autor ser Collemar, Chaul escreve seu como com uma letra “l” faltando.

universo documental” (Silva, 2002, p. 14). Lamentamos aqui também, pois, seria de grande ajuda, se houvesse mais referências ao território de Santa Cruz, mas, o livro apresenta características importantes para a História de Goiás no que tange a “suas questões de demarcação territorial, seus litígios e seus limites com os Estados vizinhos” (Silva, 2002, p. 14). O lamento não era somente de Chaul ou mesmo daqueles que escrevem o presente texto, o próprio Collemar, quando escreveu o livro em 1929, reclamou sua trajetória de busca e acesso (não acesso) ao que precisava: “De Goiás tudo é escasso. No arquivo do Estado, onde poderia encontrar muita margem para estudos e pesquisas, quase nada me foi dado para apurar” (Silva, 2002, p. 31).

No entanto, apesar das poucas informações sobre o a região de Pires do Rio, traz-se à um outro autor já citado, José Rincon Ferreira, em seu livro “*Pires do Rio 100 Anos*” de 2022. O livro traz Lino Teixeira de Sampaio, o bisneto supracitado do Capitão de Ordens de Dom João VI, Caetano Teixeira de Sampaio, afirmando que, pessoas como Cunha Mattos, Saint-Hilaire e Johann Emanuel Pohl, “referiam-se a ele em termos elogiosos, em várias passagens” (Ferreira, 2022, p. 139), no entanto, não foi possível ter acesso aos documentos ao qual Ferreira citou. Continua, portanto, ao discorrer sobre Pires do Rio, Ferreira, citando documentos por nós, não localizados, que continham “[...] explanações anotadas e extraídas das viagens do autor” (Ferreira, 2022, p. 140), que “compõem um quadro significativo dos costumes, das relações sociais e da vida cotidiana do interior de Goiás durante aquele período” (Ferreira, 2022, p. 140).

O autor, acrescenta, dizendo que, desde “[...] os princípios do século XX a Fazenda Sampaio (conjunto das Fazendas: Brejo, Sumidouro, e Marrecos e de outras oito pertencentes a Lino Sampaio) era ponto de referência de paragem de tropeiros e viajantes” (Ferreira, 2022, p. 140). Esse território, era habitado por filhos e “agregados” do Coronel Sampaio, pessoas essas, que se reuniram para decidir sobre a construção da ponte e da doação de terras para (aqui apresentado como Doutor) Balduino Ernesto de Almeida, objetivando a construção da “Estrada de Ferro de Goyaz” (Ferreira, 2022, p. 140), como supracitado.

Ferreira, destaca de forma explícita as intenções de Lino Sampaio ao doar os 4 alqueires de terra:

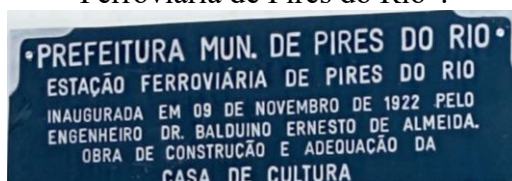
No termo de doação ficou clara e expressa a vontade de Lino Sampaio quanto à construção de uma escola para atender às necessidades da juventude da região. A doação foi feita sob condição, cláusula única em toda história de Goiás, talvez na do Brasil, em casos iguais ou semelhantes. Assim, Lino Teixeira de Sampaio não só constituiu o patrimônio da nova cidade, mas também ditou normas para financiar os melhoramentos públicos, inclusive dotá-la de um Grupo Escolar (Ferreira, 2022, p. 140).

A partir desse momento, é possível observar que o autor segue tecendo elogios à Lino Sampaio, chamando-o de “Homem de mentalidade avançada, muito acima da de seus contemporâneos, [...] conhecia a fundo o Formulário Chernoviz, livro de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz (Dr. Chernoviz), publicado em 1841. Trata-se de um Formulário ou Guia Médico com 19 edições que prosseguem até 1920. Lia a Bíblia e fazia anotações” (Ferreira, 2022, p. 141), segue ele: “deixou exemplos de dignidade e conduta exemplares [...]” (Ferreira, 2022, p. 141), “Para incentivar o assentamento de novas famílias [...] doou e vendeu lotes, sem se dar ao cuidado de reservar os melhores para si ou para familiares” (Ferreira, 2022, p. 143). Entende-se, portanto, que há a existência de uma inclinação/posicionamento do autor sobre as personagens por ele descritas. Não se trata, portanto, de um relato imparcial, avaliamos.

Como a intenção aqui, é apenas apresentar um breve histórico de Pires do Rio, não faremos juízo de valor sobre as inclinações do autor, apenas evidenciamos os termos e as escolhas dos termos sobre o Cel. Lino Sampaio, - dono dos quatro alqueires cedidos por ele a fim de construir a Ponte Eptácio Pessoa – herdeiro dos terrenos doados, cuja autorização foi negada à Balduíno, “sendo devolvidos” (Ferreira, 2022, p. 143). Sobre a devolução, confessamos, a curiosidade nos falou mais auto. No entanto não há registros, e não houve retorno dos órgãos da Prefeitura de Santa Cruz, sobre esse trâmite.

Retornaremos, portanto, à 9 de novembro de 1922, dia, segundo Paes (1991), que foi “inaugurada a ponte metálica Eptácio Pessoa, de 120 m de extensão, sobre o rio Corumbá” (Paes, 1991, p. 19). Inaugurou-se, portanto, a “Estação Ferroviária de Pires do Rio”, conforme apresenta a Figura 11, em uma placa exposta na Casa da Cultura em Pires do Rio.

Figura 11 – Placa exposta na Casa de Cultura que traz a data de inauguração da Estação Ferroviária de Pires do Rio”.



FONTE: Os Autores, 2023.

No entanto, não se diz como se deu a construção, quem eram os operários, de onde vieram, como houve a autorização para a construção etc. Diz apenas que a solenidades inaugurais foram feitas por (aqui Engenheiro) Balduíno, que

[...] segundo pessoas antigas da comunidade ao inaugurar o obelisco, que se ergueu frente à estação, discursou sem fazer alusão à Estação Ferroviária local, instalada naquele dia, mas sim afirmando profeticamente: “Está pois fundada a cidade de Pires do Rio”. O Nome “Pires do Rio”, dado à Estação, estendeu-se ao arraial e depois ao município. (Paes, 1991, p. 19-20)

O nome da cidade é dado em homenagem ao então Ministro de Viação, que “esteve em Goiás no dia 25 de agosto de 1921, para inspecionar as obras de construção da Ponte Epitácio Pessoa” (Paes, 1991, p. 20). Faz-se necessário para se entender a origem da cidade de Pires do Rio, saber que não há consenso na discussão da escolha do nome da cidade, e sobre como se deu a “inauguração da cidade”. Partiremos dessa segunda problemática: a da cenografia e performance da inauguração. Há de se dizer que nem toda cidade, possui monumentos que retratam a história de sua fundação, o que não é o caso de Pires do Rio. Sobre esse aspecto feliz (ou não) na conservação histórica das cidades, Wilson Cavalcanti Nogueira em seu livreto “Incidente em Pires do Rio” (s.d.), discorrendo sobre o monumento ‘Obelisco’, símbolo da fundação da cidade, que:

Em outras palavras: a fundação da cidade se marcou por um marco de cimento – que me perdoe a tautologia. Esse marco, com registro escrito em alto relevo, permaneceu incontestado e afirmado por quase três quartos de século. Então, um procedimento iconoclasta irreverente se levantou contra ele. Sem base factual, e repetindo uma carta que não resiste à mais simples abordagem lógica [...] (Nogueira, s.d., p. 6).

Suas afirmações e sua posição crítica à ideia disseminada até o momento da escrita deste, faz sentido. Especialmente quando comparamos os aspectos factuais na construção do discurso de quem foi o fundador da cidade de Pires do Rio. O que caracteriza um fundador? Sobre essa questão, Nogueira responde: “[...] **o poder disponível** (político, econômico ou outro) colocado a serviço de uma **decisão** que se dá implementação inicial” (Nogueira, s.d., p. 8, Grifo Nosso). Essas atribuições, diz ele, é o que conferiu a Ludovico, a fundação de Goiânia e a Juscelino, a fundação de Brasília. Reforça, portanto, o argumento, dizendo: que não se confere à Andrelino Morais, a fundação de Goiânia, mesmo ele cedendo “terras bastantes para a implantação inicial de Goiânia” (Nogueira, s.d., p. 8).

O autor traz ainda, três personalidades que lhes é atribuída a fundação de Pires do Rio. No Quadro 3, apresentamos os três homens ao qual é destinado por algumas pessoas, segundo Nogueira:

Quadro 3 - Personalidades que estão ligadas ao debate sobre a Fundação de Pires do Rio.

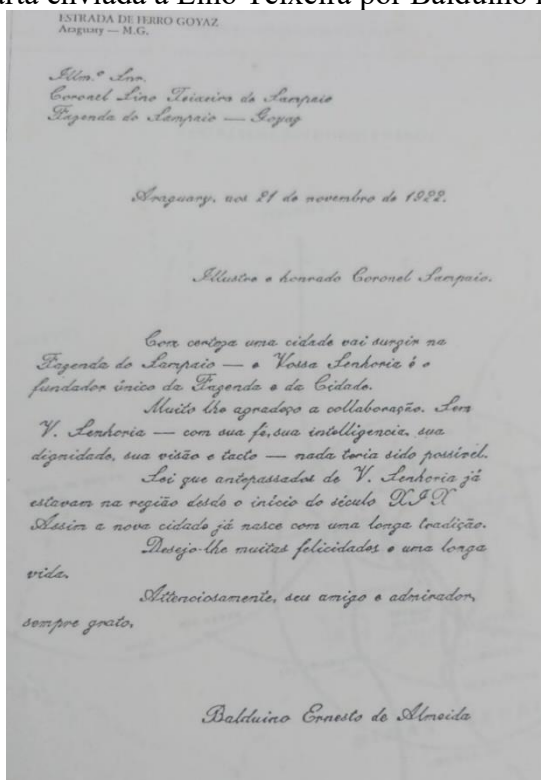
NOME	MOTIVO
Balduino Ernesto de Almeida	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conhecida em especial, como a “[...] pessoa de alta conceituação social e política de seu tempo” (NOGUEIRA, s.d., p. 8). ➤ No momento do lançamento dos trilhos, foi reconhecido como “[...] persona grata de seu superior [...]” (NOGUEIRA, s.d., p. 8), pelo ministro à época, Pires do Rio.

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Engenheiro responsável pela Estrada de Ferro Goyaz.
Lino Teixeira de Sampaio	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Foi o fazendeiro, dono das terras em que se fundaram as cidades de Palmelo, Orizona e Pires do Rio. ➤ Tinha a “[...] tradição Familiar na região” (NOGUEIRA, s.d., p. 9). Doador do terreno em que se construiu a Ponte Epitácio Pessoa e a cidade de Pires do Rio.
Francisco Accioli Martins Soares	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Foi o “Farmaceutico, supria parcialmente a falta de médicos no lugar, para diagnósticos prévios e receituários” (NOGUEIRA, s.d., p. 9). ➤ Possuía família “[...] longamente radicada na cidade a que pôde ser útil” (NOGUEIRA, s.d., p. 9). ➤ Escritor (obra póstuma) do livro “Pontos Históricos de Pires do Rio”. ➤ Casado com Maria Teófila, personagem de grande importância na educação regional e pai de João Accioli, integrante da Academia Goiana de Letras.

FONTE: Nogueira, s.d., p. 8-9.

Para discutir as duas principais personalidades (Balduino e Lino) e atribuir a fundação da cidade de Pires do Rio, o autor traz duas ferramentas de análise: o Obelisco, ao qual chamou de Marco e uma Carta retirada de um anexo no livro de Francisco Accioli ao qual o autor não traz a referência, entretanto, estará disposta na Figura 12.

Figura 12 - Carta enviada à Lino Teixeira por Balduino no ano de 1922.



FONTE: Nogueira, s.d., p. 9.

Para fins de melhor interpretação da carta por aqueles que posteriormente farão a leitura deste trabalho, fizemos a transcrição da carta abaixo:

ESTRADA DE FERRO GOYAZ Araguay – M.G. Ilm.º Snr. Coronel Lino Teixeira de Sampaio. Fazenda do Sampaio – Goyaz. Araguay, aos 21 de novembro de 1922. Ilustríssimo e honrado Coronel Sampaio. Com certeza uma cidade vai surgir na Fazenda do Sampaio – e Vossa Senhoria é o fundador único da Fazenda e da Cidade. Muito lhe agradeço a colaboração. Sem V. Senhoria – com vossa fé, sua inteligência, sua dignidade, sua visão e tacto – nada seria possível. Sei que antepassados de V. Senhoria já estavam na região desde o início do século XIX. Assim a nova cidade já nasce com uma longa tradição. Desejo-lhe muitas felicidades e uma longa vida. Attenciosamente, seu amigo e admirador, sempre grato, Balduino Ernesto de Almeida. (Nogueira, s.d., p. 9).

Aspectos como a escrita e a maneira formal de enviar uma carta devem ser considerados. Ao que se sabia, até o momento em que tivemos o contato com essa carta, claro, cópia dela nos escritos de Nogueira, considerou-se pensar na veracidade dela, e nos motivos de ter sido enviada, se verdadeira, considerando o fato histórico: Balduino fundara a cidade dias antes. Com relação ao “Marco”, que como já dito, refere-se ao Obelisco, cuja Figura está apresentada na Figura 13, abaixo apresentada, que é também disposta como Figura 14, Nogueira o descreve, como sendo

[...] uma peça humilde, em forma de tronco de pirâmide quadrangular, com uns três metros de altura, e uns cinquenta centímetros de lado na base. Encaminhando-a um capitel singelo, sem adorno. Armado em concreto, está revestido de massa de pedreiro, com traço forte de cimento (Nogueira, s.d., p. 9)

Como é possível observarmos, na Figura supracitada (abaixo exposta), que há um registro em uma das faces do obelisco que diz em letras de alto relevo: “CIDADE PIRES DO RIO FUNDADA EM IX XI CMXXII PELO DR BALDUINO DE ALMEIDA” (Figura 13). Por essa fotografia e por esse registro monumental, estão transcritas duas informações relevantes: a data e o nome do fundador (Nogueira, s.d., p. 11).

Figura 13 - Obelisco ou Marco de fundação da cidade de Pires do Rio – GO (1991).



FONTE: Paes, 1991, p. 17.

Nogueira ressalta que, a data ainda estava, até o momento da escrita de seu livro, em “[...] bom estado [...], e nunca foi objeto de qualquer contestação” (Nogueira, s.d., p. 11). Já o segundo, o nome do fundador, “[...] está danificado, embora ainda legível. A danificação foi certamente ato de má fé, praticado depois de 1977, e teve evidentemente o propósito de destruir uma prova indesejada” (Nogueira, s.d., p. 11), diz ele.

Figura 14 - Obelisco ou Marco de fundação da cidade de Pires do Rio – GO (2023).



FONTE: Os Autores, 2023.

Após essa importante informação, a do vandalismo,¹⁶ contra um monumento histórico da cidade, Nogueira cita a obra póstuma de F. Accioli, que é organizada por seu filho F. Accioli Filho em 1988, trazendo, portanto, uma afirmação do autor: a de que Balduino foi o construtor do Obelisco. Segue a fala:

Outro não foi, portanto, senão o doutor Balduino, o construtor do Obelisco. Assistimos esse trabalho do ilustre diretor, orientando os pedreiros da estrada de ferro que, açodadamente, davam os últimos retoques e o respaldo, seguindo-o então a festiva inauguração oficial de nossa estação, com discursos ao pé do Obelisco (Accioli, 1988, p. 19, *apud* Nogueira, s.d., p. 11)

Traz-se a partir desse momento, a Carta aqui já apresentada (Figura 12). A carta, Nogueira diz fazer parte dos anexos do livro de Francisco Accioli, entretanto, é importante que se saiba que, não foi possível termos acesso ao livro. Não há cópias na Biblioteca Municipal, e segundo a bibliotecária, trata-se de uma “reliquia”. Voltemos à carta trazida por Nogueira. No ano de 1922, Balduino envia uma carta fac-similada para Lino Teixeira Sampaio, afirmando a certeza da construção da cidade e sendo explicitamente enfático, diz: “[...] Vossa Senhoria é o fundador único da Fazenda e da Cidade” (Accioli, 1988, p. 65, *apud* Nogueira, s.d., p. 11). Observe que, Nogueira tenta amenizar a situação causada pela incoerência de F. Accioli entre a sua afirmação e no anexo da carta por ele trazido. Ele afirma:

Accioli, sobre ser um homem inteligente, era amante da história. Não teria se mostrado inteiramente insensível a um fato como aquela carta, de carácter explosivo. Teria acreditado no que leu? Já ficou dito antes: Accioli era homem honesto, com longos anos a atestar-lhe a condição de homem de bem. Não se lhe pode atribuir, no incidente, um deslize comportamental. Sua vida nega frontalmente tal juízo. Mas o que aconteceu então? (Nogueira, s.d., p. 12).

O autor, assim como cada um de nós segue fazendo análise e aproximando o discurso e a fonte, continua suas perguntas diante do problema:

- Quem lhe passou às mãos uma carta que lhe não pertencia, mas a outrem, a quem estava endereçada? - Quando isso aconteceu? - A inclusão da carta no livro foi feita a pedido? - Quem fez este pedido? - Por que a carta não se tornou pública antes? - Balduino, nos anos que ainda esteve entre nós, foi solicitado a se explicar sobre a questão? - Por que essa solicitação não foi feita? - Que informações paralelas foram prestadas, juntamente com a entrega da carta? (Nogueira, s.d., p. 12).

Se que a carta não foi adulterada, sendo, portanto, autêntica, ele traz sua conclusão: i) – “[...] a carta, teve, na verdade, dois objetivos únicos, postos em escandaloso destaque: **incensar** a figura de Lino Sampaio, até o limite da bajulação ou do culto, e **nomeá-lo** fundador “da

¹⁶ Como se pintar o monumento também não o fosse.

Fazenda e da Cidade” (referência feita à fazenda em que ele morava) (Nogueira, s.d., p. 13). Observe no Quadro 4 abaixo, os três argumentos que ele traz para sua conclusão:

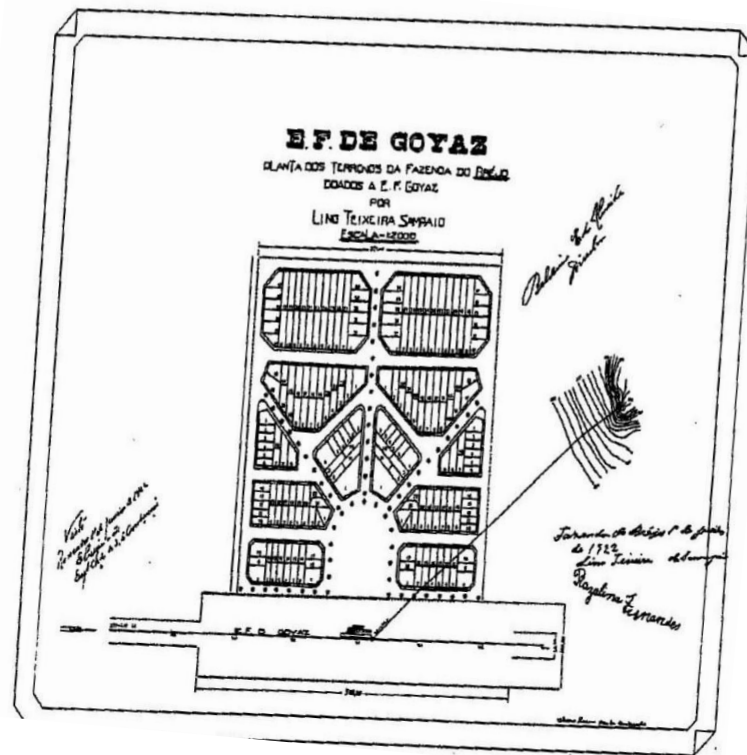
Quadro 4 - Conclusões de Nogueira sobre a incoerência apresentada por Accioli.

ARGUMENTOS	
1º	- fundador de fazenda é figura humana que não pertence à história goiana, em termos de recentidade;
2º	- diz a carta que os antepassados de Lino “já estavam na região desde início do século XIX”, uma verdade admitida. Então Lino fundou, logicamente, o que já estava fundado! É mais provável que se desejou, por um quase endeusamento, marcar uma pessoa;
3º	- diz mais a carta que Lino foi fundador único da cidade. Ainda há o propósito acima, de tornar excelsa uma figura humana. E há uma impropriedade de afirmação. Nos acontecimentos da fundação de Pires do Rio, ou na proximidade temporal deles, Lino não dispunha de qualquer poder em mãos, que lhe permitisse definir coisa alguma a propósito da questão. Nem poder político, nem poder econômico, nem outro poder, como o de liderança, por exemplo. Assim, não se revestindo de tais características, Lino não foi fundador. Como Adrelino de Moraes não foi fundador de Goiânia, apesar de ter cedido terra para a construção desta, em proporções muito maiores que no caso piresino. Em um caso como em outro houve apenas cooperação. Só isto.

FONTE: Nogueira, s.d., p. 13, grifo nosso.

Com relação à cooperação, ainda assim, segundo o autor, foi prejudicial à cidade, como já dito aqui, as terras foram devolvidas, por questão jurídica, e nesse sentido, “A cidade teve que crescer, logo em seu nascimento, em outras áreas, que não as da cessão referida” (Nogueira, s.d., p. 13). Portanto, o prejuízo, é no plano urbano da cidade. Havia um projeto inicial, cuja representação está na Figura 15. Tal projeto, o de Alvaro Pacca, aparece em “*Cronologia Piresina 1914-1922*” de Jacy Siqueira em 1995.

Figura 15 - Planta da Cidade de Pires do Rio, feita pelo Engenheiro da Estrada de Ferro Goyaz Alvaro Pacca.



FONTE: Siqueira, 1995, p. 30.

É possível observar que, na legenda expressa na figura aparecem os seguintes escritos: Estrada de Ferro de Goyaz, seguido por “Planta dos Terrenos da Fazenda do Brejo Doados a E. F. Goyaz por Lino Teixeira” (Siqueira, 1995, p. 30). Nessa figura, é possível analisarmos os aspectos estratégicos do projeto de cidade. Apesar de haver símbolos cuja interpretação é imprecisa, há seis quarteirões repartidos em loteamentos cuja organização libera um semicírculo ou uma forma meio oval, onde infere-se a facilidade de movimentação durante o funcionamento do trem ou ainda, dando margem ao provável centro comercial. A planta ainda continua com dois quarteirões menores à lateral e ainda, quatro quarteirões sob a área mais atrás desse “centro” do que viria a ser Pires do Rio. Há uma rua que divide a cidade em dois planos, bem como duas ruas que dividiria a cidade em quatro partes iguais de três quarteirões.

No entanto, como disse Nogueira, houve um crescimento da cidade, mas não seguiu o plano original. Diz ele: “Mesmo em relação ao plano urbano primitivo, de Alvaro Pacca, nada acontecera, ainda. E nos anos seguintes, a dicotomização da cidade se processou, desprezando os embaraços causados pela cessão de Lino”. Mais um aspecto que não seguiu segundo os planos de Lino Sampaio. Inicialmente as terras cedidas, o plano urbano e posteriormente, o problema da fundação, tendo, a carta aqui já trabalhada, “Balduino declara, a 21 de novembro,

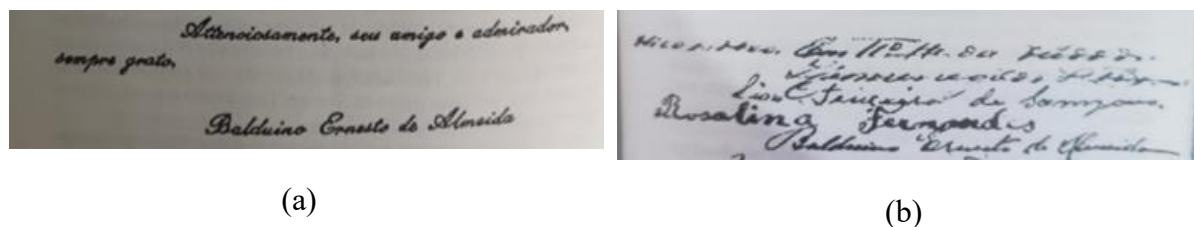
que Lino é fundador, quando, doze dias antes, registrara, em cimento, sua própria condição de fundador para a mesma hipótese” (Nogueira, s.d., p. 15).

Não contente com sua explanação de até então, Nogueira dispara:

Recuso-me a admitir, por uma questão de bom senso, e de respeito para com os que já morreram, que Balduino fosse maluco ou moleque! E, menos, que fosse idiota a ponto de, gratuitamente, mostrar-se bifronte e deixar a prova disto por escrito, patente. Acusar sem prova não me convence, e me revolto. Balduino era pessoa ilustre; - na carta, Balduino “nomeia” Lino fundador de Pires do Rio. Como na definição atrás se traçou, nem Balduino, nem a Câmara Municipal de Pires do Rio, nem o Prefeito da cidade, detêm poderes para proceder a tal nomeação. Todos erraram, dispondo sobre assunto que só competia à história. A figura de um fundador de cidade se marca por acontecimentos que ele conduziu, nunca por leis aleatórias, ainda que votadas por unanimidade. Fundador é, não está. Poder humano algum retorna à história, alterando fatos passados (Nogueira, s.d., p. 15-16).

Antes de concluir seu breve texto, Nogueira, faz ainda uma análise da assinatura da carta e da assinatura acessada por ele, localizada na Folha 116, do Livro 1 no Cartório de Hermon Alves de Santa Cruz, cujo contato feito, solicitando esse documento para aqui expô-lo, não houve, até o momento a escrita deste, resposta. Tais assinaturas estão dispostas na Figura 16.

Figura 16 - Assinaturas comparadas por Nogueira, a fim de avaliar a verossimilhança e a veracidade da Carta.



(a)

(b)

FONTE: Nogueira, s.d., p. 19.

Na parte “a”, é apresentado um recorte da carta, trazendo a assinatura de Balduino, conforme expresso na Figura 12, datada de 21 de novembro de 1922. É apresentada também na parte “b” da Figura 16, a assinatura de Balduino, tirada da Comarca de Santa Cruz, em escritura lavrada pelo tabelião Hermene Gildo Lobo em 05 de julho de 1922, fotografada por Nogueira em 1995 (Nogueira, s.d.). Logo, através da análise e comparação, o autor conclui: **“BALDUINO FOI O FUNDADOR DE PIRES DO RIO”** (Nogueira, s.d., p. 20, Grifo dos Autores). A afirmação foi justificada na convicção de que:

AUTÊNTICA QUE SEJA, A CARTA, ELA NÃO TEM FORÇA PARA NOMEAR LINO, OU QUALQUER OUTRA PESSOA, FUNDADOR DE UMA CIDADE. NEM A CARTA, NEM A CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE, NEM O PREFEITO MUNICIPAL, NINGUÉM E NADA. NÃO SE REFORMULAM OS FATOS TRANSATOS, PORQUE O TEMPO NUNCA RETORNA. TAIS FATOS

SÃO OS ELEMENTOS DEFINIDORES E INALIENÁVEIS DA PESSOA DO FUNDADOR, QUE NUNCA ESTÁ, POIS É. SEMPRE É, ETERNAMENTE É. Uma vez fundador, sempre fundador, ainda quando se torne ele um criminoso, um louco, um sacripanta, ou qualquer coisa assim (Nogueira, s.d., p. 20, Grifo Nosso).

Observe que, Nogueira considera que Balduino usou o poder que ele tinha de “[...] um alto cargo federal, e de forte apoio político, para estabelecer, como lhe competia [...], ele aliava o poder do cargo ao poder político” (Nogueira, s.d., p. 20). Para além disso, ele determinou ao Eng.º Alvaro Pacca, da ferrovia, a construção da planta da cidade, assinou pela ferrovia a transação imobiliária e ainda deu o nome à estação ferroviária, cuja cidade só foi possível por sua causa.

Logo, apesar da importância de Lino Sampaio para a história de Pires do Rio, não dá para “qualificá-lo como fundador” (Nogueira, s.d., p. 21), com o acréscimo de que “Os registros históricos da cidade não o incluem nos fatos da vida local, nas lutas coletivas, senão depois de 1930, quando a cidade já era adulta. E mesmo então, discretamente” (Nogueira, s.d., p. 21).

Findada a reflexão sobre a origem e as polêmicas sobre a fundação, a fim de entender um pouco do município ao longo de seu desenvolvimento enquanto cidade, consideramos a “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, de 1958, a obra planejada e orientada por Jurandyr Pires Ferreira, à época, presidente do IBGE. Nesse grande e extenso livro, podemos começar a pensar a região onde Pires do Rio se localiza, bem como os dados ali apresentados como: Clima, Riquezas Naturais, População, Atividades Econômicas, Aspectos Urbanos, Aspectos Culturais, Folclóricos, Religiosos e Turísticos, bem como de Alfabetização e Ensino.

Há de se perceber que, o nosso foco, dentre os citados, dar-se-á nos aspectos últimos. Sendo considerados os dados do Recenseamento que precedeu a publicação do livro, havia em 1956, dos 10.934 habitantes¹⁷ com cinco ou mais anos, cerca de 4.603 que sabiam ler e escrever, o que corresponde a um índice de 42 % de alfabetização” (IBGE, 1958, p. 360). A Figura 17, apresenta o quantitativo de matrículas realizadas nas escolas de ensino primário da época, segundo os dados do IBGE.

Figura 17 - Matrículas nos Estabelecimento Primários de Educação para o triênio 1955-1957 em Pires do Rio - GO.

¹⁷ Se considerarmos o ano de 1956, poderemos observar que havia um total de 12.946 de habitantes em Pires do Rio, pois o dado que apresenta o quantitativo populacional, não apresenta limites de idade. Logo, entende-se que os dados consideram os menores de 5 anos de idade.

ANOS	MATRÍCULA INICIAL		MATRÍCULA FINAL	
	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina
1955	679	621	671	627
1956	840	765	816	717
1957	906	861	—	—

FONTE: IBGE, 1958, p. 360.

Embora o ensino no município naquele momento apresentasse 18 escolas de educação primária, dois ginásios, um estabelecimento normal e uma escola técnica de comércio (IBGE, 1958), a quantidade de matriculados ainda era pouca, considerando que havia 12.946 habitantes com cinco anos ou mais, para os dados divulgados em 1956, bem como, cerca de 10.934 habitantes nos dados divulgados em 1958 pela Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, com o mesmo limite de idade.

Através dos dados de 1956, observamos que a quantidade de homens e mulheres tem pouca diferença, sendo 50,5% de mulheres e 49,5% de homens (no modelo binário de gênero adotado na época). A Figura 18, apresenta o quantitativo de homens e mulheres casados e solteiros em Pires do Rio - GO.

Figura 18 - Estado Conjugal da população de Pires do Rio no ano de 1956.

38. PESSOAS PRESENTES, DE 15 ANOS E MAIS, POR SEXO E ESTADO CONJUGAL, SEGUNDO AS ZONAS FISIográficas E OS MUNICÍPIOS

ZONAS FISIográficas E MUNICÍPIOS	PESSOAS PRESENTES, DE 15 ANOS E MAIS									
	Totais*		Solteiros		Casados		Desquitados e divorciados		Viúvos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Zona Sul (conclusão)										
Pires do Rio	3 512	3 722	1 470	1 258	1 927	2 067	5	6	104	388

FONTE: IBGE, 1956, p. 69.

Considere, que, nesse contexto, as mulheres se casavam muito cedo e possuíam como atributo cultural, cuidar do lar, e gerar os filhos. Porém, esses dados não fazem alusão às comunidades rurais, na verdade, nem diz quantos desses homens e mulheres moravam em zonas rurais. Não se achou, tanto na “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, quanto nos dados do IBGE daquele ano, informações sobre a zona rural e sobre a educação nessas localidades mesmo havendo pelo menos cinco escolas rurais, conforme a Lei nº 84 de 01 de junho de 1949 nos apresenta. Lei essa que foi um achado, que veio a ser fonte nossa por meio de uma das visitas ao Arquivo da Educação Municipal de Pires do Rio.

Aos dias 25 de abril de 2023, fizemos uma visita à Secretaria de Educação Municipal de Pires do Rio – GO, na tentativa de conseguir acesso a documentos escolares, que por meio de lei municipal, se instituíram como Escolas Municipais Rurais da microrregião de Pires do Rio. A lei citada, é a Lei nº 1.238¹⁸ de 12 de fevereiro de 1980 da Câmara de Vereadores do município referido, afirmando no Artigo primeiro que: “Fica criada por esta Lei a Rede Municipal de Ensino de 1º Grau, constituída pelas Escolas já em funcionamento e pelas que, no futuro venham a ser edificadas” (Pires do Rio, 1980, p.1).

Indica, portanto, que algumas das escolas apresentadas no documento, e aqui expostas na Tabela 3, foram ruralizadas, ou seja, já estavam em funcionamento, por meio de locais (fazendas) em que seus donos cediam parte do terreno para a construção ou utilização desses espaços como escolas de 1º e 2º Graus, no entanto, a lei trata apenas das escolas de 1º Grau.

Tabela 3 – Nome e Ano de fundação das Escolas Rurais Municipalizadas em 1980.

	Nome	Localidade	Fundação
1	EMR Elizeu Fernandes de Oliveira	Fazenda Laranjal	-
2	EMR Patrimônio dos Batistas	Fazenda Batista	1949
3	EMR Coronel Ladico	Fazenda Mocambo	-
4	EMR Luiz Dias	Fazenda Luiz Dias	1965
5	EMR Patrimônio Maratá	Fazenda Patrimônio do Maratá	1949
6	EMR Antônio Gonçalves Meireles	Fazenda Capinzal	1965
7	EMR Bananal	Fazenda Bananal	1975
8	EMR Domingos Preto	Fazenda Domingos Preto	-
9	EMR Ilda Martins Rosa Arruda	Fazenda Monteiros	1954
10	EMR João Emerenciano Alves	Fazenda Ribeirão das Lajes	1965
11	EMR Joaquim Mazon Alves	Fazenda Baú	-
12	EMR Maria de Lourdes Cavalcanti	Fazenda Galés/Marrecos	-
13	EMR Olavo Bilac	Povoado Esplanada	1975
14	EMR Egídio Rodrigues	Fazenda Fundão	-
15	EMR José de Paula Teixeira	Fazenda Posse	1970
16	EMR Joaquim Francisco de Carvalho	Povoado de Soldado Esteves	1970

FONTE: Pires do Rio, 1980, p. 1.

Como já dito, e apresentado pela tabela acima posta, que 16 escolas municipais que já funcionavam, foram municipalizadas, no entanto, para além destas, o Educandário Engenheiro Joaquim Câmara Filho, com fundação em 1991, foi uma escola de 1º Grau que ofertava o ensino a partir da 5ª Série, situava-se na própria cidade de Pires do Rio, veio a ser integrada ao quantitativo de escolas municipalizadas, totalizando 17 escolas municipais que seguiriam esse modelo a partir daquele ano. Com isso, na tentativa de obter vestígios sobre a cultura escolar

¹⁸ Disposta como ANEXO – A.

dessas, fez-se algumas visitas ao arquivo documental que foi transferido para a Prefeitura Municipal de Pires do Rio – GO, após a extinção¹⁹. Para que não reste dúvidas sobre o assunto, quando buscamos informações sobre esses nomes que cada escola carregava, as únicas escolas cujo nome encontramos informação foram: Escola Municipal Joaquim Câmara Filho, que foi o prefeito da cidade entre os anos 1932 e 1934, Domingos Preto, que foi um dos fazendeiros no território do Morro do Cruzeiro em Pires do Rio (GO) e o Olavo Bilac, que foi um jornalista e poeta brasileiro, considerado o principal representante do parnasianismo no país e membro fundador da Academia Brasileira de Letras (ABL). Com relação as demais, não pudemos encontrar mais informações.

Para realizar as visitas ao Arquivo da Secretaria Municipal de Educação, apresentamos uma Solicitação de Acesso ao Arquivo, e após ser aprovado pela Secretária de Educação Municipal, foi-se conduzido ao local onde os documentos se encontram. Para fins de curiosidade, a prefeitura de Pires do Rio – GO é um lugar considerado bonito, localizado ao centro da cidade, cujo edifício de dois andares está representado na Figura 19.

Figura 19 - Prefeitura Municipal de Pires do Rio - GO



FONTE: Ribeiro, 2013.

Pires do Rio, pode ser considerada uma bela cidade. Na Figura 20, podemos observar um mapa do município retirado de um calendário do ano de 2022, cujo empréstimo para análise

¹⁹ Que se evidencie que, apesar das escolas serem consideradas extintas, não há documento que confere a extinção das escolas.

e cópia foi fornecido por uma funcionária da Biblioteca Municipal, que na tentativa de auxiliá-los a encontrar um atlas que apresentasse um mapa do município relatou que possuía um calendário que fora distribuído há dois anos e que talvez poderia nos ajudar. No dia seguinte, nos encontramos na biblioteca, seu lugar de trabalho, e nosso lugar de busca de fontes bibliográficas, apresentou-nos o calendário, que segundo ela, havia sido rasgado por seus netinhos, mas, que tentara salvá-lo, pois, sempre achou que em algum momento lhe seria útil, e nos foi.

Figura 20 - Mapa Municipal de Pires do Rio – GO retirado do verso de um Calendário de 2022



FONTE: Marcos André Mahs Editora, 2022.

A utilidade do mapa, não foi específico para aquilo que precisávamos, que era localizar as 17 escolas municipalizadas, mas para elucidar a organização espacial da cidade. Um aspecto observado no mapa acima, são alguns registros da história da cidade, expresso em poucas linhas: “A cidade recebeu a construção do entroncamento ferroviário que ligou o Centro-Oeste do Brasil ao Porto de Santos. Pires do Rio foi a primeira cidade planejada do estado de Goiás” (Marcos André Mahs Editora, 2002). Como bem sabemos, o planejamento se deu na prática, mas corrobora a ideia de uma organização, embora falte bairros, esse mapa apresenta apenas a fotografia urbana de Pires do Rio, e infelizmente não nos dá subsídio para elencar ou mesmo especificar a localização geográfica dessas escolas municipalizadas em 1980.

Como fazíamos, continuamos em busca de fontes documentais para estabelecer argumentos nessa pesquisa, para tal, fomos até o Arquivo da Educação Municipal de Pires do Rio, cujo arquivo das escolas ruralizadas (ou das escolas extintas), fica no segundo andar da prefeitura. Antes de começar a tratar dos documentos, vale ressaltar que, um arquivo, “[...] é o lugar onde se guarda o documento, seja ele, escrito, fotográfico ou microfilmado, etc., pode ser organizado, segundo sua natureza o seu uso” (Oliveira; Bedin, 2018, p. 3).

Entendendo que há regras para se montar e manter um arquivo, que são: a organização dos documentos por tipo, idade, *locus* temporal (temporalidade), método de arquivamento a depender do tipo e material do qual é feito o documento, embalagem, condição estrutural física da sala de arquivo, controle de umidade, iluminação, limpeza etc. e tratando-se de um arquivo permanente, que Segundo Paes (apud Oliveira; Bedin, 2018, p. 4), tem a função de “[...] reunir, conservar, arranjar, descrever e facilitar a consulta dos documentos oficiais, de uso não corrente, ou seja, concentrar sob custódia, conservar e tornar acessíveis documentos não correntes”. Assim, montou-se o Quadro 5, a fim de apresentar um diagnóstico do Arquivo das Escolas Municipais Ruralizadas de Pires do Rio – GO.

Quadro 5 - Diagnóstico do Arquivo das Escolas Municipais Ruralizadas de Pires do Rio por Critérios.

CRITÉRIOS	CONSTATAÇÃO
Conservação	Janela não fecha, documentos molhados ou com marcas de umidade e poeira.
Organização	Pouco Organizado
Descrição	Pouca descrição, possuindo documentos de tipos, datas e origens misturados.
Facilitação	De difícil observação, pois, é necessário organizar os documentos e separá-los para conseguir analisá-los.

FONTE: Os Autores, 2023.

Por meio de fotografias, traremos a seguir, a Figura 21 (a e b), onde é possível observar visualmente, baseado em quê, fez-se o diagnóstico do arquivo. Há documentos do tipo escolares, legislativos, contábeis, registros de ponto, não só das escolas rurais, como também de escolas chamadas educandários e ainda escolas municipais de Ensino Fundamental I, guardados em caixas de papelão (Figura 21 “a”).

Alguns dos documentos estão em pastas de papel ou plástico velhos, alguns contendo grampos e cliques metálicos, bem como divisórias de mesmo material, que, com o tempo, se oxidaram. Muitos estão enferrujados, o que está manchando e estragando os documentos. Como já dito, no Critério de Conservação do diagnóstico, há uma única janela que está estragada e não fecha (Figura 21 “b”).

Há de se dizer também, que em tempos chuvosos ou de vento e poeira, esse arquivo não é transferido de lugar, desse modo, alguns documentos, acabam sendo molhados, não é à toa que muitos apresentam marcas de umidade, que, ao se juntar à poeira, resulta na péssima qualidade dos arquivos em papel, o que contribui para umedecer os papéis e sujá-los; enferrujando-os.

Portanto, manter os documentos nessa sala, é contribuir para a destruição dos arquivos, cuja importância, está na memória e no auxílio de pesquisadores que buscam entender as práticas escolares e a cultura escolar da educação municipal rural de Pires do Rio – GO.

Figura 21 - Fotografias do Arquivo da Prefeitura Municipal de Pires do Rio, onde se encontram os documentos relacionados às Escolas Municipais Rurais.



(a)



(b)

FONTE: Os Autores, 2023.

Tratando-se do Critério de Organização, observe na Figura 22 (a e b), como alguns dos documentos estavam dispostos nos armários. Havia vários documentos cuja cor e tipo de papel, se apresentavam como antigos, que estavam soltos e misturados com papéis mais novos em caixas de papelão maiores (Figura 22 “a”). Havia também cadeiras com encosto quebradas que estavam naquele lugar, bem como armários enferrujados, computadores antigos, ventiladores e materiais de limpeza, fazendo ter a impressão é de que funcionava mais como um depósito, do que com um arquivo de suma importância para a história da educação municipal (Figura 22 “b”).

Figura 22 – Fotografias do Arquivo onde se encontram os documentos relacionados às Escolas Municipais Rurais de Pires do Rio.



FONTE: Os Autores, 2023

Logo, no que diz respeito aos Critérios de Descrição e Facilitação, os documentos estando misturados, envolveu muito tempo na tentativa de organizar os arquivos. Como já dito, havia folhas soltas sem descrição do que se tratava. No entanto, felizmente conseguiu-se alguns dados importantes para a análise do objeto. A Educação Municipal Rural, por incumbência da pesquisa, a fim de elucidar parte de sua existência em Pires do Rio, seguirá sendo apresentada a partir daqui. Para tal, é necessário retornar a um passado mais distante.

Após 22 anos de existência da cidade, o Prefeito Municipal era o Médico Edison Monteiro de Godoi. Nascera em Santa Cruz de Goiás, foi vereador e por três vezes, prefeito municipal de Pires do Rio - GO, o único registro seu encontrado está apresentado na Figura 23. Após isso, percorreu uma vida política sendo também deputado estadual por três legislaturas e secretário de Estado da Saúde. Após isso, foi nomeado conselheiro do Tribunal de Contas do Estado em 1985, ocupou a Presidência da Corte em 1989, quando aposentou-se, vindo a falecer no dia 6 de janeiro de 2003.

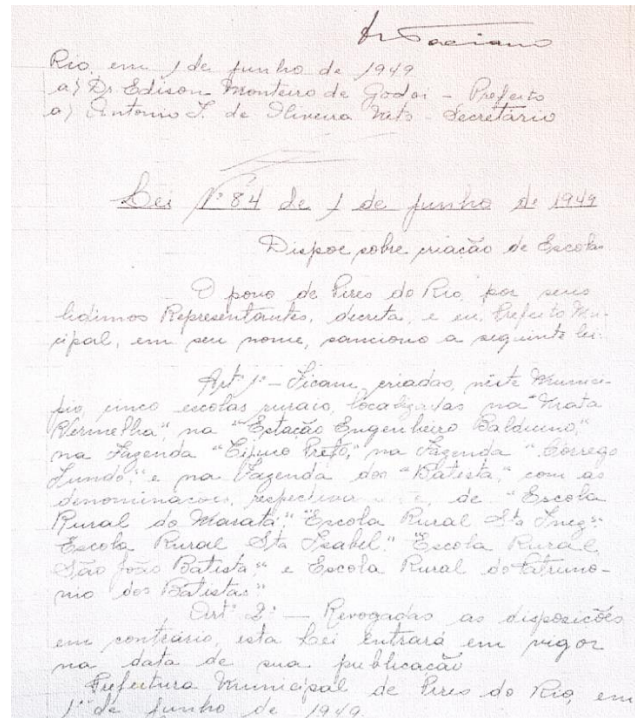
Figura 23 - Ilustração do Dr. Edison Monteiro de Godoy.



FONTE: TCEG, 2023, n.p.

Por meio dessa fotografia, podemos observá-lo em uma posição ereta, cabelos bem arrumados, olhar tristonho e expressão melancólica, certo cansado, talvez. Naquele ano, veio a assinar a Lei nº 84 de 01 de junho de 1949, que, localiza-se na Figura 24, dispõe sobre a criação de algumas escolas rurais, cinco, para sermos exatos. No Art. 1º dessa lei, promulgada pelo Prefeito Édison Monteiro de Godoi, e assinada por seu secretário Antônio F. de Oliveira Neto, diz que ficam “[...] criadas neste município, cinco escolas rurais” (Pires do Rio, 1949, p.1).

Figura 24 – Lei de criação de cinco escolas rurais em Pires do Rio no ano de 1949.



FONTE: Pires do Rio, 1949.

Para fins de verificação ou ainda, facilitação da leitura do texto redigido na figura, trazemos abaixo, a transcrição *ipsis litteris*.

Rio, em 1 de junho 1949.

- a) Dr. Edison Monteiro de Godoi – Prefeito
a) Antônio F. de Oliveira Neto – Secretário

Lei nº 84 de 1 de junho de 1949

Dispõe sobre criação de escolas.

O povo de Pires do Rio, por seus lidimos Representantes, decreta, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam Criadas neste Município, cinco escolas rurais, localizadas na “Mata Vermelha”, na Estação Engenheiro Balduino”, na Fazenda “Tijuco Preto”, na Fazenda “Córrego Fundo”, e na Fazenda dos “Batistas”, com as denominações, respectivamente, de “Escola Rural do Maratá”, “Escola Rural Sta Inez”, “Escola Rural Sta Isabel”, “Escola Rural São João Batista”, e Escola Rural do Patrimônio dos Batistas”.

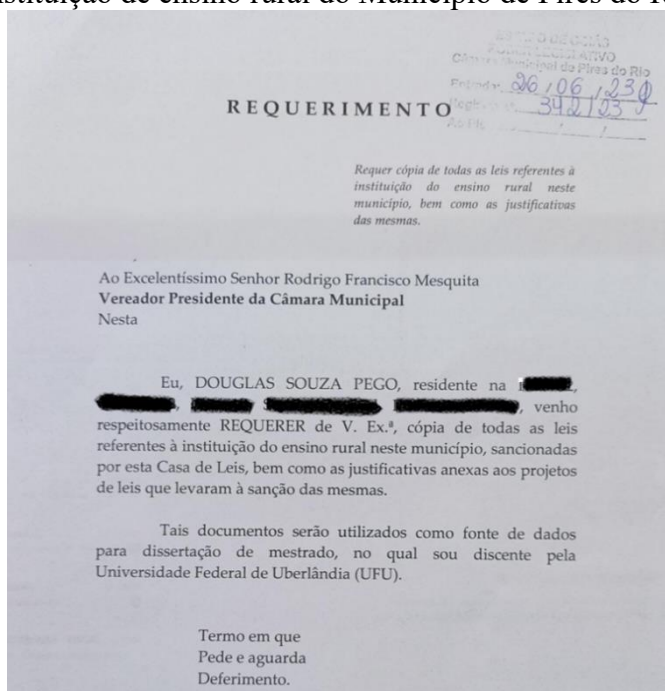
Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Prefeitura de Municipal de Pires do Rio, em 1 de junho 1949 (Pires do Rio, 1949).

No que diz respeito aos nomes dados à cada escola, os documentos não dizem sua motivação, mas far-se-á uma busca nos documentos de registros da cidade, quem eram essas pessoas e se eram, por exemplo, donos das fazendas. Houve uma espécie de silêncio das fontes

ao tratar da temática da EMR ao logo de 31 anos (de 1949 a 1980). No entanto, como um dos objetivos da pesquisa é apresentar ao caro leitor, os principais aspectos da História da Educação Municipal Rural no Município de Pires do Rio, foi-se aos dias 26 de junho de 2023, um Requerimento junto à Câmara Municipal de Pires do Rio, solicitando a cópia de todas as leis e os Projetos das Leis (PL), referentes à intuição do ensino rural, bem como, a justificativa que levaria à cada sanção. A Figura 25, apresenta o Requerimento ao qual tratamos.

Figura 25 - Requerimento solicitando a cópia de todas as leis e projetos de leis, referentes à instituição de ensino rural do Município de Pires do Rio.



FONTE: Os Autores, 2023.

Através dos PL, espera-se encontrar as justificativas, com as quais, poder-se-á discorrer sobre a visão dos que legislavam ou propunham as leis municipais sobre a EMR, bem como destinação financeira, de desenvolvimento estrutural, de saneamento, de arquitetura etc. No entanto, houve uma apreciação do requerimento, e marcou-se uma visita ao arquivo da Câmara Municipal de Pires do Rio na segunda semana de agosto, para realizar uma análise dos documentos na íntegra, pois, segundo a responsável pelo arquivo, torna-se inviável, a cópia de todos os documentos por ela organizados. Observa-se, que, a resposta dada, ao requerimento, foi feita na última semana de junho de 2023; haveria, portanto, a chegada do recesso da prefeitura, o que impediria o auxílio por parte do arquivo, bem como, da responsável pelo setor da Educação Municipal de Pires do Rio. Por esse motivo, a visita, foi marcada para o dia e mês aqui já exposto.

Enquanto a data da visita ao Arquivo da Câmara Municipal de Pires do Rio não chegava, continuamos a discorrer sobre os documentos encontrados no Arquivo da Educação Municipal de Pires do Rio. Havia também, um documento de 11 de maio de 1971, a Lei 856. Ela alterou o nome das escolas criadas em 1949, possivelmente por viés ideológico. O Quadro 6, apresenta os novos nomes que cada escola passou a ter. No entanto, não se sabe ao certo, qual o motivo da alteração dos nomes, não foi, portanto, encontrado documento que apresente a motivação, esperamos encontrar a justificativa no projeto da lei que alterou os nomes.

Quadro 6 - Alterações nos nomes das primeiras Escolas Rurais de Pires do Rio, por meio da Lei 856/71 da Câmara Municipal.

NOME ANTERIOR	NOVO NOME
Escola Rural Fazenda Posse	Escola Rural José de Paula Teixeira
Escola Rural do Setor Aeroporto	Escola Rural Municipal Maria de Lourdes Oliveira Cavalcanti
Escola Rural da Fazenda Laranjal	Escola Rural Municipal Elizeu Mariano
Escola Rural da Fazenda Pedregulho	Escola Rural Municipal Coronel Totó
Escola Rural da Fazenda Mocambo	Escola Rural Municipal Coronel Ladico
Escola Rural da Vila São Sebastião	Escola Municipal Sebastião Antônio Leite

FONTE: Pires do Rio, 1971.

Em 12 de agosto daquele mesmo ano, houve uma nova abertura de crédito para vários setores da organização municipal, dentre eles, estava o setor de Serviço de Educação e Cultura, porém, não diz sobre valores desse recurso, destinados à educação rural. A Figura 26, apresenta os valores em cruzeiro desse crédito para cada subsetor de Serviço de Educação e Cultura de Pires do Rio, sob a Lei 875/71. Ao que já supúnhamos, a organização e a publicização desses recursos específicos, só foi possível após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996, pois, determinava que certa porcentagem dos recursos municipais seria passada para as escolas sob a manutenção e domínio municipal.

Figura 26 - Valores em Cruzeiros referentes à abertura de crédito feita pela Prefeitura de Pires do Rio em agosto de 1971.

<u>SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA</u>	
<u>Pesquisas, Orientação e Difusão Cultural</u>	
3.0.0.0.67 - DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0.67 - Despesas de Custeio	
3.1.1.0.67 - Pessoal	
3.1.1.1.67 - Pessoal Civil	
01.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	
01.04 - Gratificações de Funções.....	Cr\$ 2.500,00
3.1.2.0.67 - Material de Consumo	
3.1.2.20.67- Material para Conservação e Reparos de Bens Móveis e Imóveis.....	Cr\$ 1.000,00
3.1.3.0.67 - Serviços de Terceiros	
3.1.3.2.67 - Luz e Força.....	Cr\$ 2.000,00
4.0.0.0.67 - DESPESAS DE CAPITAL	
4.1.0.0.67 - Investimentos	
4.1.1.0.67 - Obras Públicas	
4.1.1.6.67 - Ampliação, reconstrução, restauração e modificação.....	Cr\$ 2.000,00
4.1.3.0.67 - Equipamentos e Instalações	
4.1.3.1.67 - Máquinas p/ Escritório.....	Cr\$ 3.000,00
BEM ESTAR SOCIAL	

FONTE: Pires do Rio, 1971, p. 4.

Há ainda, outro documento, de 29 de outubro, houve a criação da lei 885 que cria mais um crédito para o setor de Serviço de Educação e Cultura sendo o valor de CR\$ 12.000,00, destinado a obras ou ainda, à Construção de Edifícios, conforme apresenta a Figura 27, mas também, não houve destinação à educação rural, infelizmente.

Figura 27 - Abertura de Crédito em Cruzeiros para o setor de Serviço de Educação e Cultura por meio da Lei 885/71 da Prefeitura Municipal de Pires do Rio.

<u>SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA</u>	
<u>Ensino Primário, Normal e Superior</u>	
4.1.1.5.61- Construção de Edifícios	Cr\$ 12.000,00=

FONTE: Pires do Rio, 1971, p. 1.

Nossa expectativa, é que, com o acesso aos documentos do Arquivo da Câmara municipal, consigamos essas informações pertinentes à pesquisa. Esperamos, obter respostas a perguntas como: Quanto a era passado ao setor da educação rural ao longo dos anos, quais as justificativas que alteraram por exemplo, a nomenclatura das escolas criadas em 1949, para ao fim, apresentar uma justa reflexão sobre a educação rural, que municipalizaria 17 escolas rurais em 1980.

5. A MUNICIPALIZAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS DA REDE DE EDUCAÇÃO DE PIRES DO RIO

A Fenix surgiu das cinzas
[...] meu nome é Pires do Rio.

Francisco Accioli²⁰

Como já apresentado, a municipalização da rede de educação do município de Pires do Rio – GO se deu de modo gradual. Tentaremos realizar nesse capítulo, um roteiro, apresentando aquilo que, por meio das fontes, conseguimos imprimir desse momento histórico. Portanto, haverá aqui, gráficos, tabelas e mapas que auxiliarão na elucidação do contexto, à nível geográfico, histórico e político desse processo.

Para a construção desse capítulo, algumas buscas foram realizadas. Ressaltamos, portanto, a importância da pesquisa de campo (Gil, 2002). Somente por meio desse método, é possível encontrar aspectos, ou ainda, facetas de um tempo relativamente longínquo. Logo, um desses lugares de busca, na tentativa de encontrar relatórios, trabalhos ou algum tipo de registro sobre a municipalização das escolas rurais, foi a biblioteca da Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Campus Pires do Rio. Nessa universidade, ao longo de vários anos, existiram alguns cursos que são de extrema importância para a formação de professores de disciplinas que trabalham temas das chamadas humanidades, os cursos de Licenciatura em História e Licenciatura em Geografia.

A estratégia que traçamos, foi localizar trabalhos que apresentem mapas, versões da história, bem como reflexões sobre a cidade, a época e a municipalização da rede de ensino que fora criada em 1980, como já trouxemos. Buscamos no acervo de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) e livros dispostos e catalogados na biblioteca da universidade para esse fim. Por meio dessa busca, conseguimos entender que essa década foi uma das principais na história da cidade, sobre isso, Moraes (2001), afirma que Pires do Rio, “[...] passou a se especializar para atender determinados tipos de produção que se encontram desenvolvidas no seu entorno rural” (Moraes, 2001, p. 9).

Com essa fala, poderíamos argumentar, que, nesse momento (1980), Pires do Rio municipalizou essas escolas por causa dessa “especialização”, ao qual Moraes se referia, já Silva (2001, p. 8), vai afirmar que “Com a decadência do transporte ferroviário a cidade entra em declínio, conseguindo se reerguer somente em meados da década de 1980 com a vinda de

²⁰ Poesia de Francisco Accioli M. Soares “Ode a Pires do Rio” de 1925, trazido por Iranilda Divina Resende Paes em “*Pires do Rio: nossa terra, nossa gente*” em 1991.

várias indústrias”. Afirmamos, portanto, que houve ao menos, a percepção da existência dessas escolas para que a municipalização tenha ocorrido nesse processo de industrialização da cidade. Como dito acima, não há um só documento que comprove os gastos, investimentos ou mesmo comprovantes de qualquer nível de transação financeira destinada à essas escolas. Em uma das visitas ao CME, tivemos acesso à um documento que traz algumas das EMR, intitulado: “Ano de Fundação das Escolas”. Na Tabela 4, trazemos o ano de fundação apresentado pelo documento e alguns comentários *a posteriori*.

Tabela 4 – Nome e suposta fundação de algumas EMR que estavam no processo de criação da Rede Municipal de Ensino de Pires do Rio (GO) em 1980.

NOME	ANO DE FUNDAÇÃO
EMR Hilda Martins Rosa Arruda	1954
EMR Maria de Lourdes de Oliveira (Aeroporto)	1960
EMR Antônio Gonçalves Meireles (Capinzal)	1965
EMR Luis Dias	1965
EMR João Emerenciano Alves (Lajes)	1965
EMR Chico Leopoldo (Pico)	1970
EMR José de Paula Teixeira (Posse)	1970
EMR Joaquim Carvalho (Soldado Esteves)	1970
EMR Bananal	1975
EMR Olavo Bilac (Esplanada)	1975

FONTE: CME de Pires do Rio, 2023.

Cabe aqui, explicitar que o documento não dispõe de uma data de sua criação, ou mesmo o motivo de sua existência. Certamente, houve alguém preocupado em saber da criação delas. Esse documento é importante, pois, para além de trazer a informação do ano que as escolas foram criadas, temos que, excetuando a primeira escola, a EMR Hilda Martins Rosa Arruda, que fora criada em 1954, as outras foram criadas ao longo das décadas de 1960 e 1970. No entanto, buscando saber da veracidade dessas datas, fomos ao arquivo legislativo virtual da Prefeitura Municipal de Pires do Rio (GO).

Durante a busca, nos deparamos logo de início com um problema, a pasta que relacionava as leis municipais de 1954, ano suposto da criação da primeira escola trazida na tabela acima, estava vazia. No entanto, ao retornar à pasta anterior, a de 1953, algumas leis de 1954 estavam lá. Com isso, tivemos a sorte do erro não ter sido esvaziamento da pasta de 1945, mas sim um erro de incluir na pasta errada.

As leis de 1954, começam com a Lei nº 258²¹ de 31 de maio, no entanto, não conseguimos acreditar que as leis começaram a ser criadas, assinadas ou sancionadas só a partir dessa data. No entanto, não uma lei sequer que cite a EMR Hilda Martins Rosa Arruda. Com isso, passamos a analisar o arquivo legislativo digital, disponível pelo site oficial da prefeitura, a pasta das leis de 1960, cujo ano, é atribuído pelo documento trazido na tabela, como sendo o ano de criação da EMR Maria de Lourdes de Oliveira (Aeroporto). O nome entre parênteses, trata-se do lugar, ou ainda, da fazenda onde essas escolas estavam localizadas.

Durante essa busca, encontramos a Lei nº 461²² de 24 de agosto, que “Concede auxílio de CR\$ 10.000,00 ao Colegio Sagrado Coração de Jesus [...]” (Pires do Rio, 1960, p. 1). Essa lei, fornece, segundo o Art. 1º, esse dinheiro para a “[...] excursão cultural de professores e alunos desse estabelecimento de ensino” (Pires do Rio, 1960, p. 1), seguido pelo outro artigo, justificando que o montante é subsidiado, devido ao “[...] excesso de arrecadação previsto no corrente exercício” (Pires do Rio, 1960, p. 1). Observamos que naquele mesmo dia, foi assinada uma lei idêntica, a Lei nº 462²³ de 24 de agosto, porém, a outro colégio confessional. O primeiro, é um colégio católico, o segundo, um colégio protestante de ordem metodista. A autora Muniz (2020), fez uma busca histórica e relatou em “*Educação protestante em Goiás: entre modernidade e tradição nos institutos Samuel Graham – Jataí e Granbery – Pires do Rio (1942-1963)*” (Muniz, 2020), aspectos da cultura escolar e da história dessa instituição.

A segunda lei daquele dia, afirma, assim como na primeira, tendo o texto idêntico, de mesmos valores destinados, que o dinheiro é concedido pelo excesso de arrecadação. Na pasta daquele ano, não há uma lei sequer destinando valor às escolas do município (antes da municipalização, que ocorreria 20 anos depois), e nem as rurais, que, como já sabemos, cinco existiam desde 1949, a Lei nº 84 de 01 de junho. No entanto, dois meses depois, em 29 de outubro de 1960, ouve a destinação de mais recurso para essa escola confessional que, segundo o documento da Lei nº 470/1960²⁴, funcionava como uma “[...] Escola Técnica de Comércio [...]” (Pires do Rio, 1960). O valor cedido, foi de oito vezes mais (CR\$ 80.000,00).

Ao continuarmos a busca de vestígios documentais que trouxesse a criação da EMR Maria de Lourdes de Oliveira, encontramos o nome de uma escola que não fora visto em nenhum documento aparece, a Escola Piracanjuba. O contexto em que essa escola aparece, é a Lei nº 472²⁵ o pagamento de a “[...] uma auxiliar [...]” (Pires do Rio, 1960). Como dissemos,

²¹ Disposta como ANEXO – B.

²² Disposta como ANEXO – C.

²³ Disposta como ANEXO – D.

²⁴ Disposta como ANEXO – E.

²⁵ Disposta como ANEXO – F.

não há documentação sobre essa escola, logo, fica a critério dos futuros ou mesmo os atuais pesquisadores da História das Instituições Escolares apresentar o paradeiro dessa escola, sua cultura e sua história.

Naquele ano, foi aberto um crédito de CR\$ 1.274,00 destinado à “[...] merenda escolar [...]”, por meio da Lei nº 473²⁶ (Pires do Rio, 1960). Não diz o quantitativo destinado às escolas rurais, o que já é de praxe encontrar. Encontramos também, a Lei nº 491²⁷ de 30 de outubro de 1960, que vai conceder a abertura de crédito suplementar de CR\$ 160.000,00, para os “Professôres Rurais” (Pires do Rio, 1960). Esse documento, é um dos primeiros que traz um valor financeiro específico para os professores rurais. Entretanto, como o objetivo da busca era encontrar a lei que criara a EMR Maria de Lourdes de Oliveira, não foi alcançado, não há um só documento que crie essa escola. Resultado esse, idêntico a escola anterior.

Assim como fizemos para o ano de criação das EMR Hilda Martins Rosa Arruda e para a EMR Maria de Lourdes de Oliveira, que foram criadas supostamente em 1954 e 1960, faremos para as escolas EMR Antônio Gonçalves Meireles (Capinzal), EMR Luis Dias e para a EMR João Emerenciano Alves (Lajes), ambas criadas em 1965. Ao vasculharmos a pasta legislativa daquele ano, não encontramos nenhuma lei de criação dessas escolas, em resumo.

No entanto, a busca nos deu a Lei nº 592²⁸ de 25 de fevereiro, que “[...] reconhece o ensino primário ministrado na Escola Santa Terezinha, de D^a Telezila Blumenschein, no período de Fevereiro de 1939 a junho de 1949, como integrante do curso primário municipal” (Pires do Rio, 1965). Observamos, que assim como a Escola Piracanjuba, nenhuma menção, ou mesmo documentação é vista sobre essas escolas no Arquivo do CME ou no Arquivo Municipal de Educação de Pires do Rio (GO). Essa lei traz ainda, a Dona Telezila Netto Blumenschein, como sendo “[...] professora e diretora dêsse (*sic*) estabelecimento [...]” (Pires do Rio, 1965). Encontramos ainda, a Lei nº 614²⁹, de 28 de setembro daquele ano, que destina cerca de CR\$ 800.00 para Merenda Escolar, fundo oriundo da Associação Brasileira dos Municípios (ABM). Como já dissemos, nada foi encontrado, sobre nenhuma das três escolas naquele ano.

Buscamos também, no ano de 1970, as leis que criou a EMR Chico Leopoldo (Pico), EMR José de Paula Teixeira (Posse) e a EMR Joaquim Carvalho (Soldado Esteves). Durante a busca na pasta legislativa virtual de Pires do Rio (GO), encontramos a Lei nº 792³⁰ de 4 de abril daquele ano. Essa lei, abre crédito suplementar de CR\$ 1.000,00 “[...] (Um Mil Cruzeiros

²⁶ Disposta como ANEXO – G.

²⁷ Disposta como ANEXO – H.

²⁸ Disposta como ANEXO – I.

²⁹ Disposta como ANEXO – J.

³⁰ Disposta como ANEXO – K.

Novos), para custear a matrícula de alunos reconhecidamente pobres no Colégio Estadual Professor Yvan Ferreira e Ginásio e Escola Sagrado Coração de Jesus, desta cidade” (Pires do Rio, 1970). Seria, portanto uma demonstração de certa preocupação municipal com a inclusão dos meninos e meninas piresinos ou residentes ali no contexto escolar? Possivelmente.

Encontramos entre os arquivos, também, a Lei nº 793³¹ de maio daquele ano. Nesta lei, temos que, é autorizada a “[...] compra de terreno [...]” para a “[...] construção de um Grupo Escolar” (Pires do Rio, 1970), por meio de abertura de crédito especial no valor de CR\$ 2.000,00. Ressaltamos que a Lei não diz o nome de nenhuma escola ou do Grupo Escolar, só menciona a aquisição do terreno. Logo, pode ser uma dessas três escolas trazidas como sendo criadas naquele ano.

Encontramos ainda, a Lei nº 815³² de 17 de agosto de 1970, que “Reconhece a antiga Escola Normal Joaquim Bonifácio” (Pires do Rio, 1970). Essa escola também não fora citada nos documentos visitados do CME, no entanto, a lei traz a informação de que a escola “funcionou nesta cidade desde 1936, até sua anexação ao Ginásio Sagrado Coração de Jesus, mantido pelos Revmos. Padres Franciscanos” (Pires do Rio, 1970). Ao que sabemos, essa deve ser a escola mais antiga, já que data de 11 anos após a fundação da cidade, no entanto, por estar ligada à uma instituição privada, certamente seus documentos devem estar em algum arquivo da Escola Sagrado Coração de Jesus, é o que esperamos que seja verdade.

Em sequência à essa lei, encontramos a Lei nº 819³³ de 12 de novembro de 1970 que vai ceder auxílio de CR\$ 500,00 à “Loja Maçônica “Amor e Luz IV”” (Pires do Rio, 1970). Trazemos essa lei pelo motivo da doação: “[...] para construção e manutenção de uma Escola primária” (Pires do Rio, 1970). A lei, não diz qual escola é, mas a informação de que a Loja Maçônica Luz e Amor IV mantinha uma escola, já é suficiente para refletir se essa escola primária era uma dessas rurais ao qual tratamos, supomos que não seja, mas a dúvida fica.

Uma outra lei que encontramos daquele ano, foi a Lei 822³⁴ de 12 de novembro, que “Concede auxílio à Associação de Proteção e Assistência à Infância” de Pires do Rio”, para “[...] manutenção da “Creche – Lar das Meninas” Nossa Senhora dos Anjos” (Pires do Rio, 1970). O valor de CR\$ 1.000,00 seria pago no ano seguinte (1971), trazemos essa lei, assim como outras citadas anteriormente, pois, é mais uma das escolas que não estão nos registros do Arquivo do CME de Pires do Rio, mas que há citações em leis. No entanto, não há naquele ano,

³¹ Disposta como ANEXO – L.

³² Disposta como ANEXO – M.

³³ Disposta como ANEXO – N.

³⁴ Disposta como ANEXO – O.

assim como em 1954, 1960, 1965 e 1970, nenhuma lei que trate da criação dessas escolas trazidas no documento que aqui é trazida na Tabela 4 – Nome e suposta fundação de algumas EMR que estavam no processo de criação da Rede Municipal de Ensino de Pires do Rio (GO) em 1980.

Confessamos, que, para o ano de 1975, cujo documento ao qual citamos e sob ele, fizemos essa busca, também não há uma só lei, que crie as escolas EMR Bananal e EMR Olavo Bilac (Esplanada). No entanto, encontramos algumas leis que são de extrema relevância para saber informações sobre a Educação Rural naqueles anos. Iniciaremos com a Lei nº 1.054³⁵ de 08 de novembro de um ano antes, 1974, que “Autoriza abertura de crédito suplementar” no valor de CR\$ 20.00,000 para “[...] ampliar e reconstruir escolas municipais [...]” (Pires do Rio, 1974). Ou seja, o Setor de Serviço de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Pires do Rio, teve esse dinheiro distribuído entre “Ampliação, Reconstrução, Restauração e Modificação” dessas escolas. Não se sabe se alguma parte desse valor foi destinado para as escolas rurais.

Posteriormente, temos a Lei nº 1.065³⁶ de 16 de maio de 1975, que “Dispõe sobre a reorganização do Quadro de Funcionários da Prefeitura Municipal [...]” (Pires do Rio). O valor pago aqueles que exerciam o cargo de Professor Rural, era de CR\$ 417,60. Naquele ano, foram criadas 16 vaga para professores rurais. Naquele mesmo ano e dia, foi protocolado o Anteprojeto de Lei nº 1.066³⁷, que “Fixa vencimentos de Professor Rural” (Pires do Rio, 1975). Essa Lei é trazida aqui, pela informação, contida no Art. 2º, que “Os ocupantes dos cargos de “Professor Rural” [...] que forem portadores de diploma do curso normal, passarão receber o vencimento de CR\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros)” (Pires do Rio, 1975), ou seja, atualizaria o salário desses professores que já estavam exercendo essa função. Observamos nesse Anteprojeto, que a justificativa é apresentada, e aqui, trazemos em *ipsis litteris*:

JUTIFICATIVA

A fim de estimular a contratação de Professores formados e, conseqüentemente, proporcionar melhores meios para o aprendizado infantil, concede-se, se aprovado por esta ilustre Câmara, maior salário a quem tem melhores condições. Creio que a medida não seja discriminatória, mas sim justa. É cedido, também, aumento de 20% (vinte por cento), aos servidores inativos e também aos servidores do poder Legislativo. Pires do Rio, em 05 de maio de 1975 (Pires do Rio, 1975).

O(s) vereador(es) formulador(es) do ajuste, visavam com esses termos, a contratação de professores melhor formados, isso quer dizer, com um conhecimento específico adquirido no

³⁵ Disposta como ANEXO – P.

³⁶ Disposta como ANEXO – Q.

³⁷ Disposta como ANEXO – U.

Curso Normal. Confessamos, que, é complexo discutir esses termos e o discurso que essa justificativa carrega, é complexo especialmente pelo motivo de ser uma dificuldade encontrar professores tão bem qualificados para atuar no contexto da educação rural, logo, essa visão facilitaria o acesso dos alunos a educação, considerando que a contratação desses professores realmente ocorra, ou, pelo contrário, dificultaria o acesso desses alunos da parte rural escolar à professores bem qualificados? Essa discussão não pode ser perpetuada aqui, justamente pela falta de fontes para abarcar as ideias, mas, que fique em nossa imaginação, e, quem sabe, em um outro contexto, consigamos desenvolver melhor os resultados da promulgação dessa lei.

Infelizmente, não encontramos nenhuma lei que discuta a criação dessas escolas, citadas, como criadas em 1975, bem como, não encontramos nenhuma lei que crie uma sequer, das 10 escolas apresentadas. No entanto, nossa busca foi dificultada pela falta de documentos na pasta do ano de 1954, pelo aparecimento de quatro escolas primárias e uma creche, não citadas anteriormente ou encontradas nos arquivo do CME, bem como pelo desânimo na busca de compreender, como tal documento fora gerado, sem haver documento legislativos sobre essas criações, supomos, que há de haver algum outro tipo de documentação normativa, que veio a criar essas escolas, ou então, elas simplesmente surgiam por vontade de alguém, e desapareciam da mesma forma.

Em suma, há pouca documentação específica para as escolas rurais, tanto normativos, legislativos ou até financeiros. Em nosso entendimento, a devida documentação só passa a ocorrer a partir da década de 1990, especialmente após a LDB de 1996, que passa a verificar e a constituir órgão de verificação das escolas sob a responsabilidade municipal, como as secretarias municipais de educação e os conselhos municipais de educação. No próximo tópico, trataremos do modo como esses setores institucionais passaram a existir e atuar em Pires do Rio, e posteriormente, falaremos do processo de municipalização e de algumas escolas municipalizadas em Pires do Rio (GO).

5.1 A REDE MUNICIPAL DE ENSINO, A CRIAÇÃO DO CME, A MUNICIPALIZAÇÃO E A EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL

O que explicaria a ausência de inspeção presencial nessas escolas? Pensamos que o fator principal desse descaso residia na seguinte questão: a comunidade rural que habitava a região onde estavam instalados tais estabelecimentos escolares não representava peso político. Normalmente, eram localidades nas quais os fazendeiros não dispunham de muitos recursos e, por conseguinte, não poderiam contribuir com o financiamento das campanhas políticas. Além disso, por não serem grandes proprietários de terra, não exercendo, portanto, o poder oriundo da

riqueza, era quase inexistente sua capacidade de influência sobre seus agregados e/ou demais habitantes da região. Nesse sentido, seus votos não se consubstanciavam na garantia do voto dos seus funcionários, vizinhos e/ou familiares, e, provavelmente por isso, as escolas existentes em suas terras permaneciam relegadas ao abandono (Lima, 2004, p. 35).

Para entender o processo de municipalização das escolas em Pires do Rio (GO), que se deu a partir de 1996, lançamos de início da LDB de 1996. Souza e Faria (2004) em *Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do Ensino no Brasil: A Gestão Política dos Sistemas Públicos de Ensino Pós-LDB 9.394/96*, afirmam que o movimento e debate sobre a descentralização da educação se deu “[...] ao longo destas décadas, se observa a preocupação dos países latino-americanos em torno da reforma de seus sistemas educacionais” (Souza; Faria, 2004, p. 926). Mas, ao longo da década de 90, as reformas educacionais foram profundamente influenciadas por determinações internacionais, refletindo um movimento global em busca de padrões de qualidade e equidade no ensino.

Alguns organismos internacionais, como a UNESCO e o Banco Mundial (liberalmente), desempenharam papéis cruciais na formulação de diretrizes e metas para os sistemas educacionais em nível mundial. Essas determinações muitas vezes se concentraram na promoção do acesso universal à educação, na melhoria da qualidade do ensino e na adaptação dos currículos para atender às demandas de uma sociedade em constante transformação. A globalização trouxe consigo uma maior interconexão entre os sistemas educacionais, incentivando a troca de experiências e práticas bem-sucedidas entre os países.

Além das organizações globais, fóruns mundiais e regionais também desempenharam um papel crucial na orientação das reformas educacionais. A realização de conferências internacionais, como a Conferência Mundial de Educação para Todos em 1990, e eventos regionais, proporcionou um espaço para a discussão de desafios comuns e a identificação de estratégias para melhorar os sistemas educacionais. As recomendações desses fóruns influenciaram as políticas nacionais de muitos países, moldando a maneira como abordaram questões como inclusão, igualdade de gênero, e a preparação dos alunos para um mundo cada vez mais globalizado. Em suma, as determinações internacionais e as recomendações de fóruns globais e regionais desempenharam um papel integral na configuração das reformas educacionais ao longo dos anos 90, destacando a importância da colaboração e da perspectiva global no desenvolvimento dos sistemas de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, representou um marco na legislação educacional brasileira, estabelecendo princípios e normas

para a organização da educação no país. No contexto do ensino municipal, a LDB conferiu maior autonomia aos municípios, reconhecendo a diversidade regional e local, e atribuindo a eles responsabilidades importantes na gestão e oferta da educação básica. Um dos aspectos mais relevantes da LDB para o ensino municipal foi a descentralização das decisões educacionais. Ela reconheceu que as realidades locais são diversas e, portanto, conferiu aos municípios a competência para gerir seus sistemas de ensino. Isso incluiu a elaboração de currículos adequados à realidade local, a definição de políticas específicas para atender às demandas da comunidade e a gestão dos recursos destinados à educação.

Além disso, a LDB reforçou a importância da participação da comunidade na formulação e implementação das políticas educacionais municipais. A gestão democrática tornou-se um princípio fundamental, incentivando a criação de conselhos municipais de educação e a colaboração entre escolas, pais, professores e a sociedade civil. Ao reconhecer a autonomia municipal na LDB, houve um esforço para promover a equidade no acesso à educação, considerando as particularidades de cada região. No entanto, é importante observar que a efetiva implementação dessas diretrizes depende da capacidade administrativa e financeira dos municípios, o que pode variar significativamente em todo o país. Em resumo, a LDB de 1996 teve um impacto substancial no ensino municipal ao conferir maior autonomia aos municípios, incentivando a gestão descentralizada e a adaptação das políticas educacionais às necessidades específicas de cada comunidade.

Acreditamos, que se faz necessário explicar por que colocamos o marco inicial em 1980 e o final em 2008. Dizemos então, que o início é 1980, pois se cria a Rede Municipal de Ensino de Pires do Rio (GO), por meio da lei, muitas vezes citada aqui: Lei nº 1238 de 12 de dezembro de 1980 (Pires do Rio, 1980). A criação dessa rede, demonstrou no mínimo uma preocupação egóica ou haverá de ter algum motivo mais sofisticado para se criar uma rede municipal com o impacto de 17 escolas. Porém, para além dessa suposição, o reconhecimento do município que há escolas que são dele, demonstra uma preocupação de fato, não se sabe com o quê. Não há até o momento, a certeza, especialmente pela falta de dados ou fontes materiais de que quanto o Governo do Estado de Goiás repassava para a educação municipal a partir do quantitativo de escolas, mas, entende-se que havia um repasse anual para a educação em todo o território nacional.

Logo, afirmamos que o processo de municipalização começa com o reconhecimento da existência de 17 escolas pertencentes ao município. Após a promulgação da LDB/96 que já trouxemos no capítulo dois e nesse último, houve uma responsabilização com o aporte fiscalizador sobre a educação de ordem municipal. Há um entendimento no CME de Pires do

Rio, que o município passou a assumir a total responsabilidade financeira das escolas municipais só a partir dos últimos dois anos da década de 1990 e início dos anos 2000, justamente pelo motivo da LDB firmar suas políticas educacionais, bem como o FUNDEF.

Após a criação da Rede Municipal de Ensino de 1º Grau de Pires do Rio (Pires do Rio, 1980), e a aplicabilidade das diretrizes da LDB/96, o município de Pires do Rio (GO), cria o Conselho Municipal de Ensino ((CME) por volta de 2000), conselho esse, que é atribuída a organização e fiscalização de todo o ensino primário do município, sendo urbano ou rural. Como forma de resumir, temos a criação do CME de Pires do Rio, a criação do Sistema de Ensino e só depois a formulação de Planos de Carreira. Esse último foi importante, principalmente, pois não havia uma exigência, pelo menos os documentos não formalizam isso, de uma formação específica para os professores das escolas rurais, somente com a LDB/96, é que a documentação passa a ser melhor feita, infelizmente.

Consideramos agora, que, dizer que competia ou deveria competir, por meio do Ar. 5º da LBG/96, um regime de colaboração entre Município, Estado e União, para fornecer, financiar e incentivar o ensino inclusive para os que não o tiveram na idade certa, como forma de acesso obrigatório, parece mais fácil de compreender. E fica mais fácil entender o motivo da municipalização só no fim de 1990 e início do século seguinte, e é aí que surge o Programa de Municipalização Solidária (PMS)³⁸ do Governo Marconi Perillo (PMS, 1999).

Esse programa governamental foi encontrado em uma das pastas. Como dissemos, após a LDB/96 houve a necessidade de haver cooperação entre estados, municípios e União, nesse sentido, [...] o Programa de Cooperação Educacional entre o Estado e os Municípios responde positivamente pela realização de compromissos assumidos de público pelo governador” (PMS, 1999, p. 1). Alguns dos compromissos são expressos no documento de municipalização como sendo:

[...] implementação simultânea e abrangente das políticas públicas educacionais, definidas pela SEE-GO, em todo o território do Estado e em todas as redes e escolas públicas de Educação Básica [...] prescritas pela LDB (1996) especialmente os artigos 10 e 11 combinados pela Lei do FUNDEF (1996) (PMS, 1999, p. 1).

Dentre promessas, a municipalização passou a ser desenvolvida naquele momento. Com o programa ao qual nos referimos, esperavam “[...] realização prática, extensivas por adesão à todas as redes públicas municipais [...]”, inserindo o “Programa Estadual de Aceleração de Aprendizagem de 1ª a 3ª séries do Ensino Fundamental: período 1999 – 2001, atendendo [...] a

³⁸ Disposta como ANEXO – V.

18.347 alunos em 32 municípios num total de 788 salas de aceleração” (PMS, 1999, p.1), sendo que, em Pires do Rio, não houve nenhuma sala ou escola que desenvolvesse o Programa Estadual de Aceleração de Aprendizagem citado.

Houvera a citação da criação de novos programas, como o “Programa Estadual de Aceleração de 5ª a 7ª séries do Ensino Fundamental (2000 - 2001)” (PMS, 1999, p. 2); o “Programa Estadual de Dirigentes Escolares – período 2000 – 2002, com início para 2000” (PMS, 1999, p. 2); o “Programa Estadual de Capacitação de Professores de Educação Especial de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental – período 1999 – 2002, com início previsto para o segundo semestre de 1999” (PMS, 1999, p. 2); temos também o “Programa de Capacitação de Professores de Educação infantil [...]” onde, segundo o documento, atendidos “[...] 23 municípios num total de 69 formadores” (PMS, 1999, p. 2), mas, não cita os municípios. Há ainda, o “Programa de Capacitação de Professores através dos PCN [...]” onde, segundo o texto, foi atendida em forma prioritária, “[...] a região Norte envolvendo 25 municípios nesta primeira etapa (período de 8 a 10 de setembro) estendendo para os demais a partir do ano de 2000” (PMS, 1999, p. 2). É trazido também, o

“Programa de Licenciatura Parcelada: período: 1999 – 2001” (PMS, 1999, p. 2), que apresenta as “Licenciatura em Geografia, História, Letras (Português/Inglês); Pedagogia (habilitação em supervisão escolar); Magistério de 1ª a 4ª séries; Educação Física, Ciências (habilitação em Biologia e Química) [...]” (PMS, 1999, p. 2).

Pires do Rio, não é um município citado como tendo um polo existente para esses programas, mas naquele período, pretendiam formar “2.000 professores, sendo 496 da rede municipal” (PMS, 1999, p. 2). Um outro programa apresentado, foi o “Programa de Formação de Professores em exercício – (SEED) – período: 1999 – 2002” (PMS, 1999, p. 2), programa esse, que pretendia trabalhar na “capacitação em magistérios de 3.733 professores leigos distribuídos até o momento [...]” (PMS, 1999, p. 2). Novamente, nenhum desses professores eram de Pires do Rio (GO).

Para auxiliar o processo de municipalização, o PMS traz o FUNDESCOLA, que visava “a qualidade e melhoria do ensino fundamental e tem por objetivo envolver inicialmente os municípios do entorno de Goiânia e de Brasília, estendendo para todo o Estado, até o ano de 2003. Foram beneficiadas as escolas de 17 [...]” (PMS, 1999, p. 3), mas nenhuma dessas era Pires do Rio (GO). Logo, foram “[...] beneficiadas pelo FUNDESCOLA, 85 escolas municipais, com um total de 1352 salas” (PMS, 1999, p. 5), com um total de R\$ 9.933.500 investidos para esse programa. Temos ainda o “Programa Cantinho da Leitura”, com a “Aquisição de 40 livros

de literatura infantil para cada sala de aula de 1ª a 4ª série das escolas públicas” (PMS, 1999, p. 5), a partir de abril de 2000, mas não diz se Pires do Rio (GO) foi uma das cidades beneficiadas.

Na página seguinte, o documento continua a trazer mais programas, como o “Pró-escola”, um “Programa de Melhoria da Qualidade, da Eqüidade e da Gestão Escolar do Ensino Fundamental Público do Estado de Goiás” (PMS, 1999, p. 6). Esse programa funcionaria de 2000 – 2004, onde, a SSE-GO, estaria investindo “na qualidade do ensino no [...] quinquênio, aproximadamente R\$ 215,59 por aluno com recursos na ordem de R\$ 27 milhões ao ano, totalizando R\$ 135 milhões no quinquênio” (PMS, 1999, p. 6). Esse programa, se necessário, seria acrescido em seu valor de investimento, se “novas municipalizações do Ensino Fundamental” acontecessem.

O “PROINFO”, foi o “Programa Nacional de Informática Aplicada à Educação” ((PMS, 1999, p. 6), que, também integrou o PMS. Nesse, realizava “[...] a capacitação dos professores da rede estadual e municipal para a utilização do computador como instrumento pedagógico” (PMS, 1999, p. 6). Com isso, foram “[...] realizados cursos de 300 horas e de 100 horas”. Não é dito quanto foi investido ou sobre a compra dos computadores ou da montagem das salas. O documento continua a partir desse momento, trazendo informações sobre o PMS em um modo mais específico e sobre a formulação do programa.

O PMS só foi possível, segundo o texto na página 6, “Após a realização da Conferência Estadual de Cooperação entre Estado e Municípios para “educação de Qualidade”” (PMS, 1999, p. 6). Essa conferência, resultou na criação do Grupo Gestor do Programa de Cooperação, “[...] em cada município através do ofício nº 035/99, da Superintendência de Ensino Fundamental” (PMS, 1999, p. 6). Infelizmente, não tivemos acesso ao texto do ofício para que trouxéssemos seu conteúdo aqui. Houve naquela conferência, o “Convite para reunião com 42 municípios e 35 DRE no dia 09/07/99 conforme ofício 066/99, onde foram repassadas todas as informações a respeito da cooperação e parceria Estado e Municípios” (PMS, 1999, p. 6). Nessa reunião, foram passadas algumas informações sobre a “[...] cooperação e parceria Estado e Municípios” (PMS, 1999, p. 6). Durante a reunião, “foi entregue a cada um dos participantes questionário com dados físicos, pedagógicos e financeiros das Escolas Estaduais e Municipais” (PMS, 1999, p. 6).

O texto continua a dizer, que, os 57 municípios (42 convidados inicialmente e 15 que manifestaram interesse depois), totalizando 35 Diretorias/Delegacias Regionais de Ensino, além dessas informações da relação Estado-Município nesse processo de municipalização, houve ainda,

“[...] um treinamento técnico de como preencher em disquete todas as informações do questionário “Perfil Educacional dos Municípios”. No final, foi entregue a cada município um programa em 04 disquetes juntamente com o questionário em papel para serem preenchidos e serem devolvidos à DRE de sua regional contendo as informações solicitadas. Foi dado prazo de 30 dias para o retorno, a contar do dia 24/08/99, dependendo do desempenho de cada um dos municípios (PMS, 1999, p. 6).

Ao que sabemos, por expressão do documento que citamos, após essa reunião, outros sete municípios organizaram comitê gestor e demonstraram interesse na proposta e “O restante não se manifestou” até a data da escrita dele. Percebemos com isso, que o documento traz um percurso que visava por meio de convencimento e políticas orçamentárias, instaurar aquilo que chamaram de “Municipalização Solidária”. A análise que fazemos aqui, é a mesma de Casa (2005), que descreve o movimento de municipalização como sendo uma vontade descentralizadora do ensino, diz ele: “Os movimentos pela centralização e/ou pela descentralização política e administrativa de um Estado encontram-se condicionados às mudanças ocorridas na estrutura de uma sociedade” (Casa, 2005, p. 70). Logo, essas mudanças que estruturam esses municípios, “[...] tendem a desenvolver as estruturas administrativas que ativarão a distribuição de funções, competências e tarefas em um Estado” (Casa, 2005, p. 70).

No entanto, reestruturar, demandou “[...] políticas educacionais que fizeram com que os municípios brasileiros tivessem que arcar com uma maior carga de atribuições sobre a oferta e manutenção do ensino” (Casa, 2005, p. 70). Atribuímos, portanto, tanto a Constituição Federal de 1988 e à LDB de 1996, a vitória em certos pontos, da municipalização, em seus bons e maus aspectos. Como dizíamos, o Estado de Goiás, tomou medidas descentralizadoras no campo educacional, porém,

além de observarmos a coexistência da rede estadual de ensino com a rede municipal, temos ainda: a) do ponto de vista financeiro, uma ação conjunta das esferas municipal e estadual; b) do ponto de vista administrativo, a municipalização ocorre por meio de convênios firmados entre Estado e municípios, ou por criação de rede municipal própria; c) do ponto de vista curricular, a legislação federal estabelece os parâmetros curriculares nacionais, o sistema de avaliação do ensino e a composição do livro didático, restringindo, largamente, a ação do município neste campo (Casa, 2005, p. 76 - 77).

Logo, a ideia de que haveria total autonomia dos municípios no âmbito educacional, ao menos do ponto de vista institucional da educação, se esvaia por meio da restrição trazida por Casa (2005). Afirmamos isso, especialmente, pois, o PMS apresenta “Compromissos do Estado com o Município” (PMS, 1999, p. 7) e “Compromissos de Cooperação Educacional dos Municípios com o Estado” (PMS, 1999, p. 11). Dentre os compromissos do estado com os municípios, lista o documento: i) – desenvolvimento e valorização profissional; ii) – gestão do sistema educacional e gestão escolar; iii) – garantia de padrões básicos de funcionamento escolar; e iv) – equidade e universalização gradual do ensino fundamental e do ensino médio.

Trataremos de discutir o processo de municipalização pelo primeiro viés: o dos compromissos estatais com os municípios. O primeiro deles, como dissemos, foi o do Desenvolvimento e Valorização dos Profissionais da educação, ligados aos municípios que acordariam a municipalização por meio do PMS. Segundo esse compromisso, a Secretaria de Educação Estadual de Goiás, ofertaria um “Programa de Capacitação de Docentes de Pré-Escolar, Ensino Especial e 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental” (PMS, 1999, p. 7). Há ainda, o “Programa de Capacitação de Docentes e de Mediadores” (PMS, 1999, p. 7), que servirá para que os municípios criem classes de aceleração de aprendizagem “[...] de 1º (*sic*) a 3º (*sic*) séries e de 5º (*sic*) a 7º (*sic*) séries” (PMS, 1999, p. 7). Sobre a Gestão do Sistema Educacional e Gestão Escolar, temos a criação de alguns programas como expõe o documento:

“a) Programa de Capacitação Continuada de Diretores das Escolas Municipais; b) Programa de Capacitação Continuada de Secretários de Educação e de Equipes das Secretarias Municipais de Educação; c) Participação das Escolas dos Sistemas Municipais de Educação, no Programa de Avaliação de Educação Básica no Estado e (*sic*) Goiás; d) Programas Estadual de Formação Inicial (Graduação) e de Regraduação (Complementação pedagógica) a distância, a partir do ano de 2001, para o atendimento preferencial aos professores lotados em sala de aula nos municípios do interior, nas escolas urbanas e rurais; e) “Programa Estadual de Formação de Professores Leigos”, em benefício de todos os municípios goianos – PROFORMAÇÃO (PMS, 1999, p. 8).

Observamos, que para além da expressa preocupação de formar ou *re-formar* profissionais para atuarem nesse nova organização da educação goiana, - pois, os programas visam Diretores, Secretários e Professores melhor qualificados – é a primeira vez que o documento cita as escolas rurais. Não há maior aprofundamento sobre como funcionariam esses programas, mas, é um fato que a educação rural foi, ao menos, citada no texto do PMS.

O terceiro ponto trazido como sendo um compromisso do Estado de Goiás em relação aos municípios, foi a Garantia de Padrões Básicos de Funcionamento Escolar, para tal, o documento propões os “Cantinhos de Leitura” (PMS, 1999, p. 8), logo, todas as salas de aula de 1ª a 4ª séries, “[...] das escolas públicas estaduais e municipais urbanas e rurais, receberão no ano 2000 o cantinho de leitura contendo pelo menos 40 livros de literatura infantil (PMS, 1999, p. 9). Aqui, mais uma vez as escolas rurais são citadas como alvos do projeto. Há ainda, a formação do que o documento traz como sendo as “Bibliotecas escolares” (PMS, 1999, p. 9), para as 250 maiores escolas de 5ª a 8ª séries que municipais. O quarto ponto trazido como sendo uma responsabilidade do Estado de Goiás, é a Equidade e Universalização Gradual do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. No Ensino Médio, temos, a

a) Garantia da Matrícula no 1º ano do ensino Médio, prioritariamente para todos os concluintes do Ensino Fundamental, anualmente. c) (*sic*) Garantia da oferta do ensino Médio naqueles municípios onde ainda não é oferecido esse nível de ensino da

modalidade denominada Ensino Médio com Professores Itinerantes. d) (*sic*) Expansão da oferta do Ensino Médio em todo o estado de Goiás, observando necessariamente o critério de nucleação da oferta escolar (PMS, 1999, p. 9).

Observamos, portanto, o interesse em expandir o ensino médio, interesse esse, que é o mesmo para o ensino fundamental no território goiano, com o objetivo de ter a “Universalização da oferta do ensino fundamental e a expansão geral das matrículas nesse segmento do ensino [...]” (PMS, 1999, p. 10). Essa expansão se dava por meio da educação estadual, a partir daquele momento, as escolas em território estadual:

[...] obedecerá, necessariamente, os seguintes critérios: b.1 – racionalização do atendimento escolar, eliminação e duplicação de meios para o mesmo fim e melhoria contínua da qualidade do ensino em todas as escolas. B.2 – tanto quanto possível na rede estadual no mesmo prédio escolar, deverão ser oferecidos prioritariamente, nos termos da LDB, de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e o ensino Médio. (PMS, 1999, p. 10).

Observamos que o texto mais uma vez se refere à LDB/96 como o instrumento regulador das propostas à nível estadual para a educação escolar. Após isso, o texto apresenta os Compromissos de Cooperação Educacional dos Municípios com o Estado, são eles: i) – Universalização do atendimento escolar; ii) – Melhoria da Qualidade de Ensino; e iii) – Melhoria da Gestão Educacional do Município. Trataremos um pouco sobre esses compromissos municipais com o estado por meio da municipalização.

Quando observamos no texto, uma proposição sobre a universalização do atendimento escolar, o primeiro aspecto que vem, é o do nível Pré-Escolar. Nesse nível, os municípios deveriam se comprometer a formular e apresentar ao Estado, “[...] um plano e um cronograma de universalização do atendimento no pré-escolar (faixa etária de 4 a 6 anos), sugerindo-se como primeira prioridade o atendimento às crianças de 5 a 6 anos [...]”, em seguida, priorizaria as crianças de 4 anos. Com isso, o governo, por meio do PMS, recomendou “[...] a matrícula das crianças de 6 anos, no 1º ano do Ensino fundamental, nos termos do artigo 87 parágrafo 3º, § 1º da LDB, o que viria a beneficiar o município relativamente ao FUNDEF” (PMS, 1999, p. 11).

O Art. 87, Art. 87, institui a “Década da Educação” (Brasil, 1996), que iniciar-se um ano a partir da publicação da LDB/96. No § 3º, temos que o “[...] Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem: [...] I – matricular todos os educandos a partir dos 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental” (Brasil, 1996). Esse ponto da lei, viria a ser revogado em 2013, no entanto, o que gostaríamos de ressaltar, é a utilização do FUNDEF como estratégia principal para o cumprimento do compromisso de oferta e manutenção das

matrículas, e não, o cumprimento de um dever municipal enquanto ente constituinte do governo para a população sob o regime democrático brasileiro.

As leis de diretrizes e bases para a educação brasileira, se considerarmos as de 1971 e a de 1996, é possível corroborar aquilo que Cançado (1975) dizia, “Vê-se que a legislação é arrojada, muito mais uma legislação de aplicabilidade imediata. É um ideal a ser atingido.” (Cançado, 1975, p. 125). A autora comentava sobre a de 1971 especificamente, mas, quando consideramos que mesmo a de 1996 sendo promulgada a mais de 3 anos e o governo ainda faz alusão à uma compensação financeira que também já era um trunfo de política social no setor educacional, comentar com sem um certo rancor esse ponto, não é uma tarefa fácil – continuemos. O documento traz, ainda, algumas singularidades para a educação no “Ensino Fundamental: 1º (sic) a 4º (sic) séries” (PMS, 1999, p. 12), fazendo referência aos Art. 10 e 11 da LDB/96, dizendo:

a) Os municípios, nos termos dos Artigos 10 e 11 da LDB, com a prontidão que a situação requer, e nos termos das recomendações oficialmente propostas, pela Associação Goiana dos Municípios – AGM³⁹ deverá efetuar a mais ampla municipalização das matrícula de 1ª a 4ª séries das escolas estaduais; b) Consistentemente com a proposição anterior, em todo o Estado de Goiás, a partir do ano 2000, inclusive, toda nova matrícula, no 1º ano e nas demais séries do ensino de 1ª a 4ª séries, deverá ocorrer em escolas municipais incluídas aí as escolas estaduais que, já estiverem municipalizadas antes do início do próximo ano letivo (PMS, 1999, p. 11).

Quando observamos o trecho acima trazido, é possível visualizar que as matrículas das séries de 1ª - 4ª, passariam a ser responsabilidade do município a partir da proposta do estado com o PMS, logo, com a evocação da LDB/96, que afirmou categoricamente que

Os Estados incumbir-se-ão de: I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino; II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental [...]; III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios; [...] V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino; VI - assegurar o ensino fundamental e **oferecer, com prioridade, o ensino médio** (Brasil, 1996, grifo nosso).

O Estado de Goiás, faz o mesmo movimento de responsabilizar as etapas iniciais de educação escolar aos municípios, assim como outros estados na mesma época. Com isso, os municípios goianos passam a ter, além daquelas trazidas pela LDB de 1996, como “[...] oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental” (Brasil, 1996), passam de forma categórica, a assumir os compromissos com a educação fundamental

³⁹ Não tivemos acesso às propostas.

de 1ª a 4ª séries, por meio do PMS. Com relação às séries finais do ensino fundamental, o PMS, propôs aos municípios, assumir o compromisso concomitante de 5ª a 8ª séries. Logo,

Nesse segmento do Ensino Fundamental os Estados e Municípios assumem responsabilidades concomitantes, devendo o Estado, crescer de 5ª a 8ª séries, preferencialmente, naqueles municípios onde, a relação tributo por habitante, seja baixa, e onde a Prefeitura Municipal tenha dificuldade organizacionais, gerenciais e de disponibilidade de recursos humanos para garantir o ensino de 5ª a 8ª série com qualidade (PMS, 1999, p. 12).

Haveria, portanto, um auxílio do governo aos municípios com menos tributação, e isso já nos mostra, que o governo, ao propor essa municipalização, entendia que alguns municípios não conseguiriam acompanhar outros no sentido de bancar a educação fundamental. Como dissemos anteriormente, foram três os compromissos municipais, o segundo deles, é a “Melhoria da Qualidade do Ensino” (PMS, 1999, p. 12). Para que esse compromisso venha ser cumprido, os municípios deveriam participar e facilitar a participação dos “[...] diretores e professores [...] em todos (sic⁴⁰) programas de desenvolvimento profissional e de melhoria da qualidade de ensino organizadas pela SEE-GO” (PMS, 1999, p. 12). Além disso,

Os municípios comprometem-se a aplicar parte dos recursos do FUNDEF em ações locais de melhorias da qualidade do ensino, respeitando as demandas da Secretaria Municipal de Educação e Escolas Municipais. c) Os municípios comprometem-se a investir parte do mínimo dos 25% na melhoria dos padrões básicos das escolas municipais, compreendendo: melhoria da rede física, inclusive das escolas municipalizadas; fax – telefone; copiadora; retroprojeter; aparelho de som; tv e vídeo; laboratório de informática; sala ambientada para ensino de língua estrangeira; quadra e cobertura de quadra e transporte escolar (PMS, 1999, p. 12-13).

Quando lemos isso, a pergunta que fica em nós é: Quanto dessa parte do mínimo foi investida em Pires do Rio, e em quê dessas exigências? Esse tipo de perguntas são feitas, pois, revela que nós, não estamos fazendo mera transcrição ou ainda uma descrição dos documentos e fontes, aqui, enquanto lemos, ou enquanto escrevemos, aspectos nos incomodam, e incomoda mais ainda, o fato de não termos acesso aos aspectos financeiros á tempo da finalização desse texto, pois, compreendemos que essa discussão se torna pertinente para saber, se Pires do Rio (GO), ao assumir o PMS, fez cumprir esse compromisso e os valores destinados para tal cumprimento, não meramente para expor os níveis e consequências desses investimentos e preocupações, mas também para entender, como as EMR estavam sendo vistas, e ainda, assistidas pela Secretaria Municipal (SME) de Pires do Rio, e a prefeitura.

Entendemos, que esse investimento em aspectos materiais das escolas, revelam uma valorização do patrimônio e do trabalho ali executado. Isso, está relacionado ao terceiro ponto

⁴⁰ Ausência do artigo.

de compromissos do Município com o Estado de Goiás, que é a “Melhoria da Gestão Educacional do Município” (PMS, 1999, p. 13). Aqui, a primeira questão levantada, é a de que deverá haver a partir da municipalização, um “Fortalecimento institucional da Secretaria ou do órgão municipal de educação, garantindo-se ao Secretário ou dirigente do órgão uma equipe técnica básica [...]” (PMS, 1999, p. 13). Esses é a relação de incumbências em que essa equipe técnica deveria se enveredar: i) – “Organização do atendimento escolar e da cooperação educacional” (PMS, 1999, p. 13); “Desenvolvimento profissional e da avaliação” (PMS, 1999, p. 13); “Administração financeira e de pessoal” (PMS, 1999, p. 13); e por fim, “Censo Escolar e estatísticas Educacionais” (PMS, 1999, p. 13).

Por meio desses atributos com a formação da equipe para o setor de educação municipal, poderiam vislumbrar, aqueles entusiastas do processo de municipalização, uma possível, valorização do órgão municipal de educação (PMS, 1999). Especialmente, pelo motivo de ter essa equipel, “Responsabilidade direta para elaboração do orçamento anual da educação e garantia de cooperação no setor fazendário ou financeiro da Secretaria Municipal” (PMS, 1999, p. 14), ou seja, tinham o papel principal para a manutenção os aspectos culturais materiais e mantenedores da educação municipal. Era ainda atribuição dessa equipe, fazer com que houvesse, “Transparência e publicidade das informações relativas a execuções do orçamento municipal da educação e produção de um boletim mensal de prestações de contas da execução do orçamento da educação” (PMS, 1999, p. 14). Após saber dessa informação, buscamos entre os arquivos disponíveis pelo CME esses boletins, mas, não se encontravam entre as pilhas de papéis no arquivo. Como a Secretaria Estadual de Educação, não havia nos retornados o contato, até então, optamos por não os questionar sobre isso, já que demandava ida ao estadual de educação, que será um objetivo posterior à entrega deste, a fim de dar prosseguimento na elucidação de como se deu a Educação Municipal Rural em Pires do Rio (GO), por meio de análise financeira. Uma outra responsabilidade do município em relação ao Estado de Goiás, foi a

“Organização do Conselho Municipal de Educação que poderá assumir responsabilidades correlatas de:- acompanhamento da aplicação dos recursos da alimentação do Programa Nacional de Alimentação Escolar; - Responsabilidade de garantir ao município, toda criança na escola (PMS, 1999, p. 14).

Com isso, podemos perceber, a importância da criação do CME, pois, até então, só havia a SME, que ficava responsável por tudo, sendo fiscalizada apenas pelos vereadores e quem sabe, à serviço dos interesses daqueles que integravam o governo municipal, não é uma crítica ou um julgamento de valor, mas, havia essa possibilidade, muito embora, só a partir do PMS,

que se cria então, o CME. Além de organizar um CME, essa equipe, também estavam naquele momento, responsável pelo “Controle Social do FUNDEF” (PMS, 1999, p. 14).

Ainda tratando do corpo do documento, temos o tópico seguinte, que é “Da Municipalização Solidária e dos Critérios para Administração da Transição” (PMS, 1999, p. 14). Dentro desse espaço, temos os aspectos gerais da municipalização solidária e algumas considerações para a transição nos casos da municipalização. Logo, o documento tenta ser completo para as principais os principais problemas observados na época, para isso afirma que “[...] a municipalização será sempre e necessariamente solidária” (PMS, 1999, p. 14). Nesse sentido, os autores do PMS, consideram

“[...] os princípios da equidade e universalização da cobertura escolar, a garantia de padrão de qualidade, o planejamento e a busca de eficiência e eficácia, e as peculiaridades de cada município. Assim a municipalização solidária será sempre resultado de entendimento respeitoso e igualitário entre cada município, considerando-se a grande diversidade de situações existentes entre os municípios goianos. No caso de qualquer município, por fatos supervenientes, não ter como honrar compromissos já assumidos, fica aberta a possibilidade da reversibilidade, através da negociação, caso a caso, e que poderá resultar na assinatura de outro e mais adequado Convênio de Cooperação Educacional com o Estado (PMS, 1999, p. 14 - 15).

As considerações, são especialmente direcionadas ao tratamento da educação como um princípio fundamental. Logo, a intensão do PMS, ao que parece, de fato pregava a universalização da educação escolar, entretanto, os méritos do processo, só poderão ser discutidos, em minúcia, quando obtivermos dados materiais. Mas há de se evidenciar, que houve ao menos uma chamada a pensar na relação entre os Estado e os municípios, e como o processo de municipalização era visto como uma solução para diversos problemas até aquele momento experienciados pela população goiana.

Algumas partes do documento, revelam aspectos históricos da educação goiana, como por exemplo, o fato de que “[...] a matrícula que mais cresce e que mais continua a crescer é a do Ensino Médio, que o mais elevado custo – aluno é do ensino médio, compensável apenas ao curso aluno da escola rural” (PMS, 1999, p. 15). Deste modo, a insistência para que o Ensino fundamental fosse assumido pelo setor municipal, foi especialmente, para que o “[...] Estado proponha que os municípios assumam integralmente o custeio do transporte escolar” (PMS, 1999, p. 15), pois, essa era “[...] a razão fundamental, associada ao volume elevado de investimentos do Estado na melhoria da qualidade do ensino das escolas municipais [...]” (PMS, 1999, p. 15).

Após trazer essa “revelação”, o texto passa a trabalhar com as considerações para a Transição nos casos de Municipalização, a primeira delas, é “Sobre o Pessoal, Direção Escolar,

Docentes e Servidores Administrativos” (PMS, 1999, p. 16). Aqui, o corpo do texto, traz e aqui trazemos em *ipsis litteris* a transcrição sobre como a Prefeitura Municipal de Pires do Rio (GO), se adotasse o PMS, por exemplo, deveria distribuir e conduzir os trabalhos nessas funções:

a) – Nos casos de municipalização da escola estadual em que a Prefeitura Municipal ainda não disponha de pessoal qualificado de seu próprio quadro a SEE-GO, compromete-se, ceder funcionários através de convênio específico de 1 ano, sob a forma de disponibilidade com ônus para o município, sendo o ressarcimento ao Estado efetuado mensalmente através de compensação no crédito do FUNDEF eventualmente devido ao município. A recíproca é verdadeira, em caso de estadualização de matrículas de 5ª a 8ª séries, quando necessário. b) – No caso da direção escolar em escolas estaduais municipalizadas, considerando-se que até o próximo mês de dezembro de 1999 ocorrerá a eleição direta pela comunidade escolar do diretor de cada estabelecimento de ensino, recomenda-se que a Prefeitura Municipal valorize e acate a escola da comunidade e mantenha na direção da escola municipalizada o diretor democraticamente eleito. Neste caso não haverá ônus para o município (PMS, 1999, p. 16).

Como já tecíamos um olhar sobre uma educação que envolvesse mais a população local que cada escola assistia, esse olhar foi comprovado no trecho sobre a municipalização das escolas sob o domínio municipal. Ou seja, a organização escolar, ou ainda, a direção de cada escola, passa a ser feita por meio de eleição democrática, assim, conduzindo um processo de envolvimento maior da população com as escolas. No entanto, não podemos afirmar quase nada sobre as escolas rurais que participaram desse movimento de municipalização, especialmente pelo motivo de não haver subsídios textuais para tal, sob o PMS.

O documento prossegue trazendo apontamentos “Sobre Transferências Patrimoniais de Bens Móveis e Imóveis nos casos de Municipalização” (PMS, 1999, p. 16). Logo, considera-se “a – que a transferência escritural definitiva depende da lei ordinária b – que para cada escola exige-se um processo documental e escritural em cartório c- que estes procedimentos demandarão tempo d – que a urgência que caso requer, exige prontidão” (PMS, 1999, p. 16 - 17). Tendo isso, o documento expõe, que, para cada situação acima, “[...] recomenda-se o uso do instrumento denominado “Termo de Permissão de Uso de Bem Imóvel e seus Acessórios a título Gratuito”” (PMS, 1999, p. 17). Esse documento e essas considerações, foram, ao que intuímos, usados nos casos transacionais de bens e imóveis entre Estado e Município. Após isso, o texto traz informações “Sobre o atendimento escolar em situações extraordinárias de transição” (PMS, 1999, p. 17). Abaixo, trazemos a transcrição de algumas situações apresentadas pelo texto do PMS:

- em situações excepcionais o atendimento escolar ao aluno, poderá resultar a coabitação de escola municipal e estadual em um mesmo prédio, (*sic*) durante um período de tempo, maior ou menor, na dependência de indisponibilidade de recursos para investimentos em rede física. Em tais situações devem ser observados os seguintes critérios: - os interesses e direito do aluno, - os compromissos mútuos com

a cooperação educacional, lembrando inclusive situações de coabitação do mesmo prédio, - a racionalidade política e o planejamento para se evitar o desperdício de recursos públicos, a ociosidade de espaços físicos e a duplicidade de meios para o mesmo fim. O dever de buscar a interação através dos bons argumentos e da razão comunicativa (PMS, 1999, p. 17).

Logo, é possível que tenha havido situações em que escolas municipais e estaduais funcionaram num mesmo prédio. Não temos informação da existência desse tipo de coabitação em Pires do Rio, no entanto, fica como uma busca futura: localizar e discorrer sobre os casos de coabitação entre educação municipal e estadual no estado de Goiás. Para finalizar, o documento traz consigo, uma última folha, intitulada “RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA MUNICIPALIZAÇÃO” (PMS, 1999, p. 18). São eles: Ofício da Prefeitura solicitando a transferência de alunos, Documentos pessoais do Prefeito; Ata da Posse ou Diploma do Prefeito, Cadastro Geral de Contribuintes (CGC), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Decreto de criação do Conselho Municipal de Educação, Plano Municipal de Educação, Estatuto do Magistério ou Plano de Carreira, Conselho Municipal de Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, decreto do Governador nº 5.035/99, Relação dos Professores, Relação do Patrimônio da Delegacia Regional de Educação (DRE), a Certidão Negativa do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e por último, o Mapa do Município.

Há algumas caixas no CME de Pires do Rio, que verificaremos em um outro momento. Essa visita e vasculhamento, será importante especialmente se encontrarmos 1 - O Plano Municipal de Educação (para a municipalização, datado de 1999 ou 2000, certamente o primeiro do município); 2 - O Estatuto do Magistério ou Plano de Carreira; 3 - A Relação dos Professores, a verificação da vida funcional e efetiva; 4 - a Relação do Patrimônio - DRE e por último 5 - O Mapa do Município. Esses elementos, auxiliarão na busca de evidência materiais do processo de municipalização. Como já sabemos dos ideais propostos com a municipalização por meio do PMS, e de informalmente, que Pires do Rio (GO) aderiu ao PMS, conseguiremos avançar na elucidação desse processo tão caro à educação piresina que iniciou a responsabilização de escolas desde 1980 e concretiza essa vinculação com a educação daquela população por meio do PMS.

Entendemos, que o processo de municipalização foi complicado, pela complexidade da proposta, e a discussão sobre ela, é pessoalmente complicada pela ausência de fontes materiais para tal. Quando buscamos as escolas rurais que seriam municipalizadas, com todas as singularidades que compreendemos ter, o PMS não cita essa realizada em minúcia, revelando pouca preocupação com essas escolas ou revelando, pelo contrário, uma confiança nos

municípios e na organização sistêmica que o PMS propunha em conjunto com a Constituição de 1988 e a LDB/96 recém promulgada.

Finalizando esse documento, passaremos agora, a tratar das pastas de algumas escolas municipais rurais ao longo desse processo. Ressaltamos, que, no momento da escrita do ponto seguinte, não temos todas as informações sobre as escolas, somente aquilo que as pastas dispuseram, e outras informações retiradas das leituras que fizemos dos Trabalhos de Curso dos Cursos de Licenciatura em Geografia e Licenciatura em História, ambos extintos na Universidade Estadual de Goiás - Campus Pires do Rio. Tentaremos trazer os aspectos históricos, quando houver, de três das primeiras escolas rurais que conseguimos ter acesso a suas pastas. A diminuição da amostragem se deu por motivos de tempo, reflexão e escrita serem reduzidos por causa dos prazos que se aproximavam. Tendo isso em evidência, iniciaremos a análise da Pasta da EMR Domingos Preto.

5.2 ESCOLA MUNICIPAL RURAL DOMINGOS PRETO, OU AINDA, ESCOLA MUNICIPAL ISOLADA MANOEL TEIXEIRA DE ARAÚJO

Em “O Lixo Rural: Uma perspectiva Teórica”, Silmara Teixeira de Araújo, traz algumas informações que não conseguimos achar em outros lugares/documentos em que tivemos acesso. No capítulo 3, ela apresenta um “Breve relato histórico da região do morro do cruzeiro e Domingos preto” (Araújo, 2003, p. 24). A autora traz em seu chamado “Breve Relato”, alguns dados de origem e geolocalização do conhecido daqueles que em Pires do Rio moram: Morro do Cruzeiro.

A autora começa a datar de 1960, quando um vereador da Câmara Municipal de Pires do Rio – GO, Sr. Manoel Teixeira de Araújo, decide doar para a cidade, cerca de dois alqueires de terra, “[...] região que hoje é do Estado. [...] O nome [...] é pelo fato de haver um morro na região e em cima deste, os fazendeiros colocaram o cruzeiro, que é a cruz, onde eles rezavam suas novenas” (Araújo, 2003, p. 24). Esse morro, viria a tornar-se um

[...] atrativo para os fiéis católicos, que faziam penitências em louvor a Nossa Senhora da Abadia em suas Novenas, principalmente na época da estiagem. Moradores daquele lugar levavam cabaças cheias d’água e pedras dos córregos, para colocarem no pé da cruz, na esperança de que Deus mandasse chuvas (Araújo, 2003, p. 24).

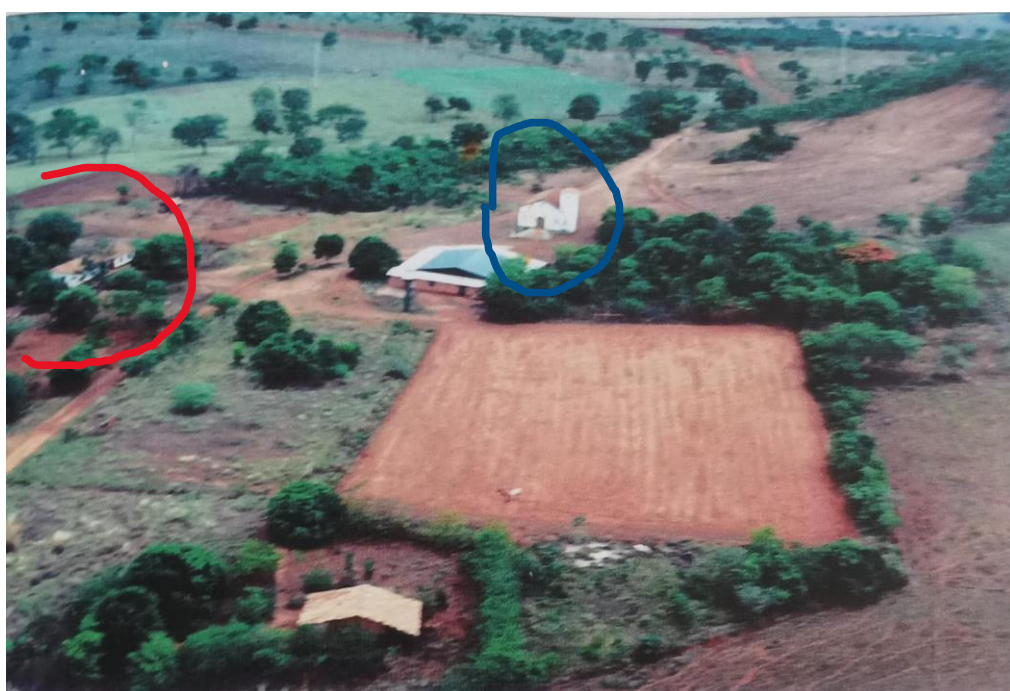
A autora continua em seus relatos sobre esse aspecto cultural dizendo que, com o passar dos anos, começaram a surgir ranchos em volta do morro, em seguida foi construída a Igreja Nossa Senhora da Abadia e o Grupo Escolar Domingos Preto, para atender as crianças e adultos

daquela região. A escola, teve como primeiro professor, o seu Antônio Máximo e sua filha Darci Rezende, por volta de 1972 a 1979 depois se mudaram de lá (Araújo, 2003, p. 24).

Araújo (2003), traz em sua breve explanação sobre a história do morro, aspectos culturais do âmbito religioso do povo piresino, em poucas palavras traz a fé desse povo, as inclinações a crenças de poderes divinos atravessando o mundo natural, a origem da escola rural, que é nosso objeto central e seus primeiros professores. Infelizmente não conseguimos elucidar quem são essas pessoas nem por meio de fotografias, ou por meio de registros documentais. Ficaré, portanto, àqueles que, na posteridade decidirem continuar essa investigação, trazer quem são e sua importância para o que viria a ser a EMR Domingos Preto.

Posteriormente, ela dispara em descrições geográficas cujo entendimento é pouco para nós que escrevemos o presente texto, no entanto, ressaltamos um trecho que diz que: “O acesso ao Morro [...] é feito por vias vicinais, distando aproximadamente 18 Km de Pires do Rio, saída Oeste da mesma” (Araújo, 2003, p. 25). Para além das suas contribuições teóricas a respeito do modo como a sociedade piresina olhava e se relacionava com o lixo nas fazendas e chácaras do chamado Morro do Cruzeiro, a autora traz algumas fotografias aéreas de fazendas próximas. Ao folhearmos o seu trabalho, pudemos encontrar aquilo que buscávamos desde o princípio da pesquisa: registros fotográficos das escolas, bem como, dos partícipes na história das EMR de Pires do Rio – GO. Abaixo, dispomos a Figura 28, pois, mesmo que longe, traz no Morro a escola que possuía o nome de EMR Domingos Preto.

Figura 28 - Vista aérea do Morro do Cruzeiro, mostrando a esquerda a EMR Domingos Preto.



FONTE: Araújo, 2003, p. 31, com adaptações dos Autores, 2023.

Na figura, conseguimos visualizar à esquerda, a EMR Domingos Preto, chamada por Araújo de “[...] grupo escolar” (Araújo, 2003, p. 31), que rasuramos na cor vermelha. Ao centro da fotografia, podemos observar também, a capela Nossa Senhora da Abadia. Julgamos importante salientar a relação entre escola e a religião dos que moravam nessas fazendas. Pires do Rio é uma cidade que integra bem entre seu meio cultural a religião cristã e suas ramificações. Abaixo, na Tabela 5, trazemos dados desse aspecto que datam de 2010.

Tabela 5 - Dados do IBGE sobre o número de Religiosos do Tipo Cristãos no ano de 2010 em Pires do Rio - GO.

RELIGIÃO	NÚMERO
Sem Religião	1.878
Católica Apostólica Romana	17.553
Católica Ortodoxa	12
Espírita	608
Evangélica	8.383
Religiosidade não determinada ou mal definida	87
Testemunhas De Jeová	131
Outras Religiosidades Cristãs	109

FONTE: IBGE, 2010.

Como no restante do Brasil e especialmente no estado de Goiás, o espectro religioso cuidou durante alguns anos da educação comunitária das cidadelas. Em Pires do Rio, quando o aspecto escolar, não compreendia mais a influência religiosa, ainda assim, os dispositivos religiosos ainda estavam na escola, como estão, mesmo na atualidade. Como apresentado na Tabela 5, o cristianismo católico era o mais difundido naquele lugar, com isso, entendemos que nos anos à 2010, anteriores, esse número era ainda maior ou ao menos, aproximado.

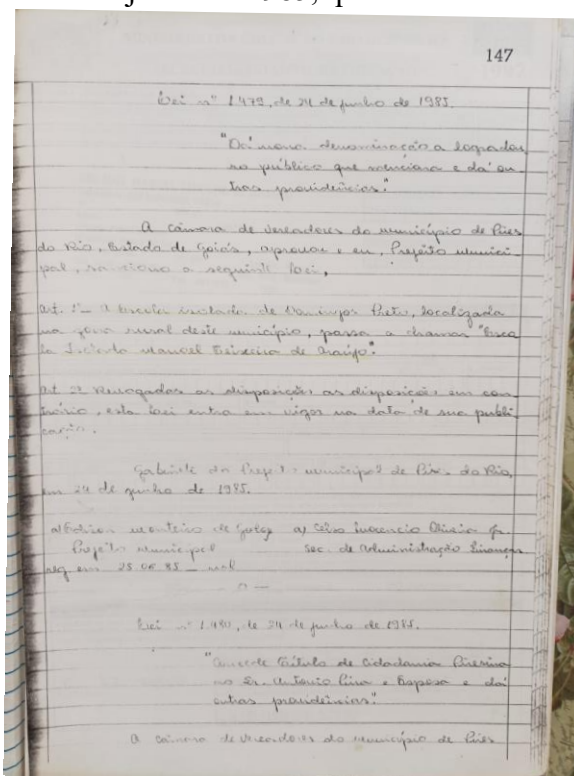
As pessoas ao irem para as escolas, levam consigo seus credos, não é incomum vermos relatos dos professores fazerem orações, leitura bíblica ou mesmo a execução de hinários antes ou nos intervalos das aulas. A Associação Brasileira de Educação (ABE), na primeira metade do século XX, “foi palco para o debate entre renovadores e católicos” (Araújo, 2012, p. 63). Quando consideramos que a educação é uma área estratégica para distribuição, implementação e dispersão de ideologias, “[...] os católicos esmeraram-se em organizar esse campo criando, a partir de 1928, nas diversas unidades da federação, Associação de Professores Católicos (APCs) que vieram a ser aglutinadas na Confederação Católica Brasileira de Educação (Saviani, 2013, p, 181). Ao crescer e se desenvolver esses agrupamentos e associações católicas, os professores e educadores fiéis católicos, “[...] constituíram-se no principal núcleo de idéias pedagógicas a

resistir ao avanço das idéias novas, disputando, palmo a palmo com renovadores, herdeiros das idéias liberais laicas, a hegemonia do campo educacional no Brasil a partir dos anos 30” (Saviani, 2013, p, 181).

De acordo com Araújo (2012), os educadores católicos em geral, mas especialmente esses do século XX, “[...] defendiam um projeto educacional que protegia a primazia da família e da igreja na educação” (Araújo, 2012, p. 64). Após abrir esse grande preâmbulo discutindo a relação igreja-escola, voltemos à fotografia.

Na fotografia acima, observamos que escola é apresentada com outra nomenclatura em outros documentos, e ao fazer os questionamentos e verificar a quantidade de documentos dispostos pelo CME, foi possível encontrar em uma das pastas, um documento que altera o nome da escola, de “Escola Isolada de Domingos Preto” para “Escola Isolada Manoel Teixeira de Araújo” pela Lei nº 1.479 de 24 de junho de 1985 (Pires do Rio, 1985, p. 147, grifo nosso). A Figura 29, mostra que o termo “isolada” aparece, porém, não se sabe bem o motivo, considerando que essa região é um dos pontos turísticos da cidade na atualidade, frequentada por ciclistas e observadores, talvez em 1985, realmente fosse isolada. Consideramos também o aspecto da distância do centro urbano, outro possível motivo para a denominação de isolamento para essa escola.

Figura 29 - Lei nº 1.479 de 24 de junho de 1985, que altera o nome da EMR Domingos Preto.



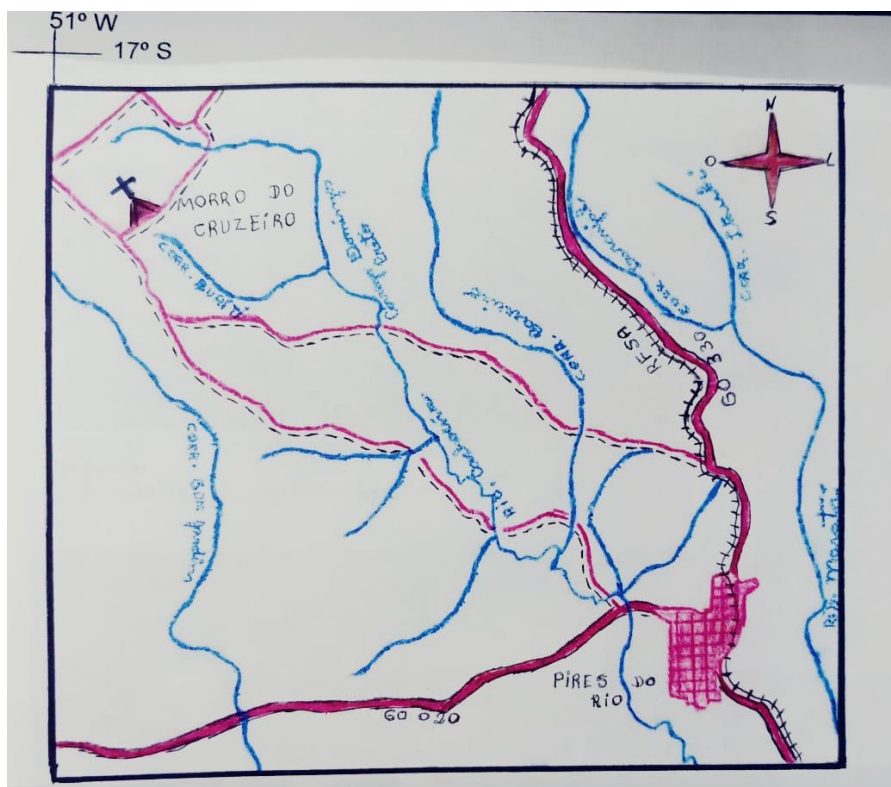
FONTE: Pires do Rio, 1985, p. 147.

Entendendo a importância de realizar a transcrição do texto da fotografia que pode parecer apagado, abaixo, dispomos a transcrição da Lei nº 1.479/85.

Lei nº 1.479, de junho de 1985. “Dá nova denominação a logradoura pública que menciona e dá outras providências”. A câmara de vereadores do município de Pires do Rio, Estado de Goiás, aprovou e eu, prefeito municipal, sanciono a seguinte Lei: art. 1º - a Escola isolada de Domingos Preto, localizada na zona rural deste município, passa a chamar “Escola Isolada Manoel Teixeira de Araújo”. art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito municipal de Pires do Rio, em 24 de junho de 1985. a) Edison Monteiro de Godoy. a) Celso Luorencio Oliveira Jr. Projeto municipal sec. De Administração Finanças reg. em 25.06.85 _ ml (Pires do Rio, 1985, p. 147).

Trazemos na Figura 30 apresentada por Araújo (2003), uma Carta Topográfica onde é possível que visualizemos o Morro do Cruzeiro entre dois córregos, o Córrego Buriti à direita e o Córrego Domingos Preto, mais à esquerda. Consideramos as seguintes legendas: Rodovias Pavimentadas representadas pela linha grossa em cor vermelha, contornada por linha fina em cor preta; Vias Vicinais representadas por linhas médias em cor vermelha sem contorno; Ferrovias representadas por linhas finas em cor preta com tracejados pretos; Hidrografia representada por linhas médias azuis sem contorno; Zona Urbana representada por cruzamento de linhas médias em cor vermelha e sombreamento de mesma cor; Morro do Cruzeiro representado por forma geométrica triangular inclinada, contornada por linha fina de cor preta e preenchido por cor vermelha tendo em seu topo com uma cruz de cor preta.

Figura 30 - Localização do Morro do Cruzeiro em relação à Pires do Rio – GO, onde ficava disposta a EMR Domingos Preto.



FONTE: Araújo, 2003, p. 26.⁴¹

Araújo (2003), continua a trazer algumas outras características e informações que conseguiu obter da Fazenda Domingos Preto durante sua ida à campo, diz ela:

Outra atração do local era o buteco (*sic*) do senhor José Alegria, onde ele vendia cigarro, pinga, secos e molhados em geral. O telefone ficava no grupo⁴² e todos que precisassem deveriam ir até ele. Era um telefone tocado `a (*sic*) manivela. Naquela época, o morro do cruzeiro contabilizava nove famílias, todas com seu pedacinho de chão. A torre de transmissão ficava no morro, as pessoas subiam até ele para assistirem televisão. [...] No decorrer das novenas de louvor a Nossa Senhora da Abadia, os fazendeiros realizam suas novenas, depois as festas com leilões, em que os produtores doam as suas prendas e todo o dinheiro arrecadado com a festa, para ser empregado na região e na igreja, na qual celebra-se missa todo 3º domingo do mês (Araújo, 2003, p. 25).

No entanto, considerando a qualidade de vida dessas pessoas, a autora revela comentários sobre suas análises que destacamos como serem preocupantes. Em uma de suas idas à fazenda, diz ela: “visitamos algumas propriedades rurais, onde descobrimos várias irregularidades [...] Como por exemplo o temível *Furadan*, [...] (Classe 1 – extremamente tóxico), o qual, se ingerido por qualquer ser vivo, é levado a morte instantânea” (Araújo, 2003, p. 22). Para além do que pensamos sobre o quanto esse produto perigoso pode causar desastres ambientais, “Encontramos [...] embalagens destes produtos químicos, depositados no fundo de

⁴¹ Escala 1: 100.000.

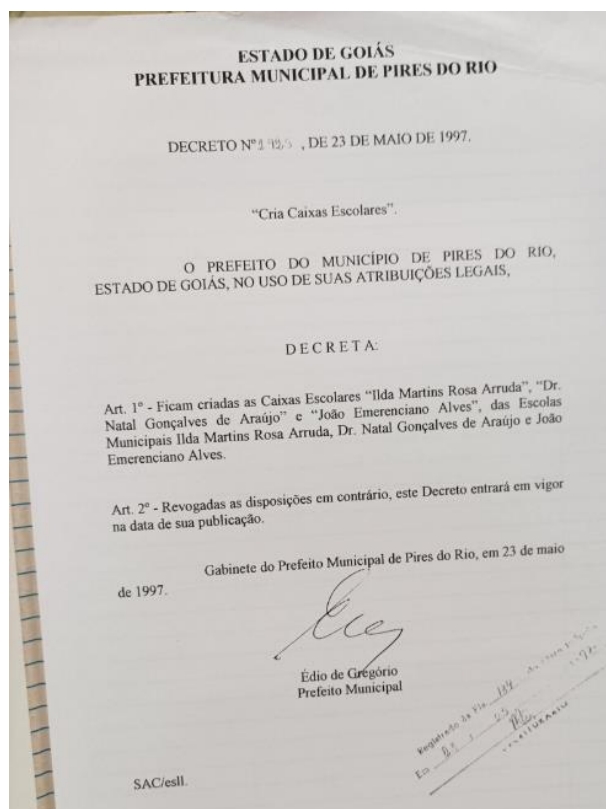
⁴² Subintendemos ser a escola.

valas próximas a cursos d'água, buracos no próprio quintal, pessoas manuseando herbicidas junto a leito de um ribeirão, com as embalagens próximas à água” (Araújo, 2003, p. 22).

Apesar das irresponsabilidades ambientais, talvez por falta de informação ou instrução, consideramos a importância dos conteúdos culturais e focaremos a partir desse momento, na escola e nas relações de contexto escolar com as informações que os documentos nos fornecem. Antes disso, falemos sobre o nome da fazenda. “Domingos Preto”, trata-se de uma “homenagem a um antigo morador, o senhor Domingos Preto, um negro, que saía nos vizinhos recolhendo as prendas” (Araújo, 2003, p. 23). Sobre a escola que têm seu nome alterado, há no arquivo do CME uma pasta com poucas informações e alguns documentos, sendo a i - uma cópia da Lei nº 1479 de junho de 1985, que trouxemos acima (Figura 31), ii - o Decreto nº 2.925 de 23 de maio de 1997, que “Cria Caixas Escolares”, iii - um “Relatório de Verificação Prévia” da escola com o nome “Escola Manoel Teixeira de Araújo”, iv - duas fotografias coloridas da escola, v – uma cópia da Lei nº 1.238/80 que cria a Rede de Ensino de Pires do Rio – GO e vi - a Planta da Escola, que é o último dos documentos que compunha a pasta.

Nesse momento, discutiremos as informações trazidas no Decreto nº 2.925 de 23 de maio de 1997 e o “Relatório de Verificação Prévia”, considerando que as fotografias e as plantas serão discutidas em seguida a eles. Na Figura 31, apresentamos o decreto que Cria Caixas Escolares em 1997.

Figura 31 – Decreto nº 1.925 de 23 de maio de 1997 que Cria Caixas Escolares na Prefeitura Municipal de Pires do Rio (GO).



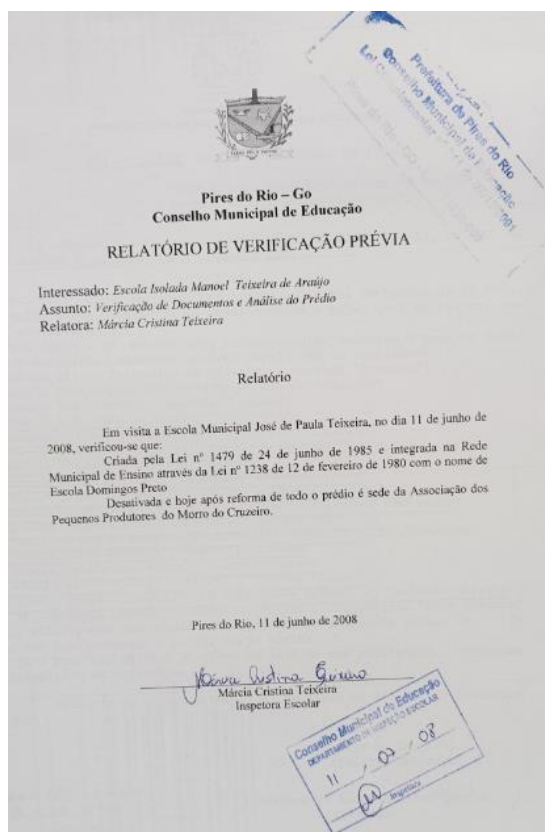
FONTE: Pires do Rio, 1997.

O decreto, deixa criado “[...] as Caixas Escolares” (CME, 1997, n.p.). Para discutir, entender e tentar elucidar o que são e o que motivou a criação das caixas escolares, lançamos mão da Constituição da República Brasileira de 1988, que, por meio dos artigos 70 a 75, que determinou que houvesse fiscalização financeira e patrimonial dos recursos públicos e das entidades da administração nas aplicações, subvenções e renúncias de receitas. Exercendo, para tal, pelo sistema de controle externo, um olhar mais focado no Parlamento e os Tribunais de Contas brasileiros, bem como pelo controle interno de cada Poder, especialmente à nível municipal (Brasil, 1988, Art. 70 a 75).

Por mais que a EMR Domingos Preto não esteja entre as escolas trazidas no documento, ele não deixa de ser um documento importante, pois, traz duas escolas que estão no somatório daquelas 17 que criaram a Rede de Educação Municipal de Pires do Rio (Pires do Rio, 1980), a EMR Ilda Martins Rosa Arruda e a EMR João Emerenciano Alves. A Escola Dr. Natal Gonçalves de Araújo trata-se de uma escola urbana. A criação do decreto, diz respeito ao monitoramento financeiro dessas escolas, que muda a realidade infeliz que nos deparamos, ao não ter documentação sobre o dinheiro gasto, investido ou retirado dessas escolas rurais.

Um outro documento trazido nessa pasta, foi o Relatório de Verificação Prévia, da Escola Isolada Manoel Teixeira de Araújo, que como já dissemos, é a escola que se chamava EMR Domingos Preto. Na Figura 32, traz a data de 11 em junho de 2008, data de visita à escola.

Figura 32 – Relatório de Verificação Prévia da EMR Manoel Teixeira de Araújo em 2008.



FONTE: CME de Pires do Rio, 2008.

É posto ao topo do documento, que o objetivo dessa visita, foi a “Verificação de Documentos e Análise do Prédio” (CME de Pires do Rio, 2008), realizada no dia 11 de junho de 2008. O relatório é de poucas frases, mas que traz as informações das escolas, a partir da visão da relatora, cujo nome também aparece na folha. Observamos uma incongruência nas informações. Ao citar o nome da escola no corpo do texto-relato, é redigido o nome de outra escola, a Escola José de Paula Teixeira. A lei citada no documento como sendo a que supostamente cria a escola, na verdade, é a Lei que altera o nome dela, cujo conteúdo já trouxemos há pouco. O relatório, traz consigo a informação de que o prédio estava reformado e funcionando como Sede da Associação dos Pequenos Produtores do Morro do Cruzeiro, cuja fotografia é apresentada na Figura 33 (a e b).

Figura 33 – Fotografia da Associação dos Pequenos Produtores do Morro do Cruzeiro, lugar onde era a EMR Manoel Teixeira de Araújo.



(a)

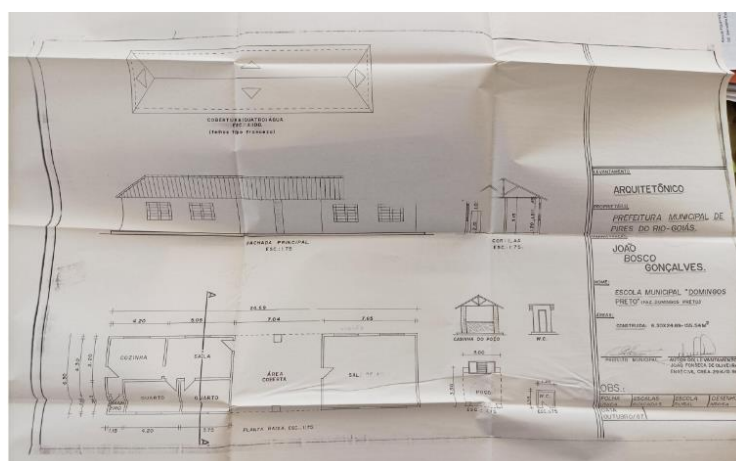


(b)

FONTE: CME de Pires do Rio, 2008.

Observamos que as duas fotografias não trazem informações sobre como a escola era, do ponto de vista das práticas escolares, mas, traz a arquitetura, que não podemos afirmar ser exatamente a mesma da época em que o prédio funcionava como escola. Para fazer a análise do prédio, trazemos abaixo, a Planta Arquitetônica da EMR Manoel Teixeira de Araújo. Na Figura 34, apresentamos a fotografia geral da planta, e posteriormente traremos alguns recortes para devida análise.

Figura 34 – Planta Arquitetônica da EMR Manoel Teixeira de Araújo (EMR Domingos Preto) em 1987.



FONTE: Prefeitura Municipal de Pires do Rio, 1987.

Traremos, como dito, os recortes da planta para que consigamos, discutir (tentaremos) em minúcia, as informações trazidas pela Planta. Para tal, na Figura 35, apresentamos o recorte com as informações descritivas da planta.

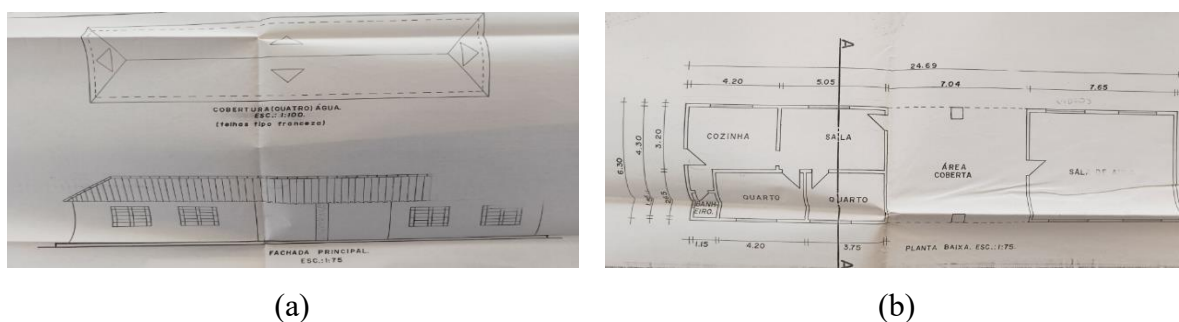
Figura 35 – Recorte que traz a descrição da Planta Arquitetônica da EMR Manoel Teixeira de Araújo (EMR Domingos Preto).

LEVANTAMENTO			
ARQUITETÔNICO			
PROPRIETÁRIO			
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO-GOIÁS.			
ADMINISTRAÇÃO			
JOÃO BOSCO GONÇALVES.			
NOME:			
ESCOLA MUNICIPAL "DOMINGOS PRETO" (FAZ. DOMINGOS PRETO)			
ÁREAS:			
CONSTRUÍDA: 6,30X24,69= 155,54M ²			
PREFEITO MUNICIPAL		AUTOR DO LEVANTAMENTO	
JOÃO FONSECA DE OLIVEIRA		JOÃO FONSECA DE OLIVEIRA	
ENGR. CIVIL. CREA. 294/D. GO.		ENGR. CIVIL. CREA. 294/D. GO.	
OBS.:			
FOLHA	ESCALAS	ESCOLA	DESENHO
INDICADA	INDICADAS	INDICADA	INDICADA
DATA			
OCTUBRO/87.			

FONTE: Prefeitura Municipal de Pires do Rio, 1987.

Observamos que esse documento, faz parte de um Levantamento Arquitetônico feito pela Prefeitura Municipal de Pires do Rio no ano de 1987. O recorte traz o engenheiro responsável pelo desenho, e o tamanho da área construída, sendo, 6 metros e 30 centímetros, por 24 metros e 69 centímetros. Sobre o prédio que funcionava de fato a escola, trazemos a Figura 36 (a e b), que mostra o teto, a fachada principal, e a divisão dos cômodos da escola.

Figura 36 – Recorte da Fachada Principal e a Divisão dos Cômodos na Planta Arquitetônica da EMR Manoel Teixeira de Araújo (EMR Domingos Preto).



FONTE: Prefeitura Municipal de Pires do Rio, 1987.

É possível observar, que há quatro janelas, na fachada principal, ou seja, era a visão da escola se nos posicionássemos em frente a ela. Duas janelas, fazem parte da área residencial da escola, e outras duas, fazem parte da sala de aula. Ao que parece, há outras quatro janelas na parte traseira da escola com a mesma organização da parte principal. Com relação à sala de aula, temos uma porta que dá acesso ao conteúdo interior da sala de aula, que é a mesma que dá acesso ao conteúdo externo à sala. Há no prédio, ainda, duas outras portas, que dá acesso a sala e a cozinha da parte residencial da escola.

Apesar de haver um banheiro na casa, há também um banheiro externo, localizado ao lado direito da escola. No banheiro residencial, está inscrito a legenda “BANHEIRO”, já no externo, temos inscrito das letras w.c., como trazido na Figura 37, que em tradução ampla e literal, os ingleses

[...] costumavam utilizar o WC para identificar os banheiros públicos, porém o termo não é mais tão comum no país, sendo considerado até “démodé”. Atualmente eles usam o termo “restroom” e WC ficou somente para literatura técnica. Esse tipo de banheiro pode ser encontrado em lojas de departamentos e shoppings centers, e não tem chuveiro, somente o vaso sanitário (Brakey, c2022, n. p).

Figura 37 – Recorte da área externa da Planta Arquitetônica da EMR Manoel Teixeira de Araújo (EMR Domingos Preto), que traz o Banheiro Público e o Poço.



FONTE: Prefeitura Municipal de Pires do Rio, 1987.

Acreditamos que esse banheiro era utilizado pelas crianças durante as aulas. Entretanto, inferimos que eles não traziam certo conforto ou ainda, segurança nos momentos das necessidades fisiológicas, e para além dessa discussão da relação banheiro-aluno durante o período escolar, que faremos posteriormente, lançamos luz a um outro aspecto: o poço de água ser ao lado do banheiro. Ansiamos que o banheiro tenha sido posto ao lado do desenho por causa do tamanho da folha, ou por alguma preferência do engenheiro responsável, porém, se for verdade o exposto no desenho, pensamos na contaminação da água que dali era retirada, especialmente se pensarmos nos tipos de banheiros que nos narraram ser muitas vezes apenas um buraco com tábuas, ou ainda uma espécie de ralo grande cujas necessidades desciam para a inclinação.

Muitas coisas podem ser pensadas, mas devido à falta de provas materiais documentais da existência dessas falas, e da impossibilidade de se trabalhar com essas narrativas aqui (por não ser método da pesquisa), nos atemos a fotografias e à documentos textuais. Passaremos agora, a trazer informativos sobre a EMR Olavo Bilac⁴³, sua pasta e os documentos encontrados ao longo das buscas.

5.3 ESCOLA MUNICIPAL RURAL OLAVO BILAC

A partir desse momento, fazemos um convite a pensar a realidade de outra EMR, a EMR Olavo Bilac, criada em 1975, de acordo com um dos documentos trazidos na pasta da escola disponibilizada pelo CME; o documento citado, está como aqui, Tabela 4. No entanto, já sabemos que não há naquele ano, uma lei que criaria essa escola.

Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac, foi um médico, escritor e artista brasileiro que nasceu no Rio de Janeiro em 1865 e faleceu no mesmo local em 1918. No ano de 1880, “[...] quando ainda tinha quinze anos (antes da idade exigida), recebe autorização para cursar Medicina [...]” (Santos, 2010, p. 14). Filho de professores, possuiu uma vida dedicada aos estudos e escrita. Porém, nosso intuito aqui, não é realizar uma biografia, apesar de extensa e instigante vida de Olavo Bilac, pois, isso extrairia do texto presente, seus objetivos e seus métodos. Logo, o que importa nesse momento, é saber que o nome da escola homenageia esse homem que foi importante para a história do Brasil, apesar de não sabermos a verdade por trás da decisão de ser esse o nome da escola.

Com já dito, tínhamos a informação do ano e ao fazermos o percurso de ir até o arquivo da Câmara Municipal de Pires do Rio, objetivando encontrar essa lei de criação para da escola, buscamos dentre as leis de 1975, a que fizesse referência à criação, no entanto, não encontramos nada sobre. Encontramos por consequência, a Lei nº 1.065 de 16 de maio de 1975, que “Dispõe sobre a reorganização do Quadro de Funcionários da Prefeitura Municipal, fixa novos vencimentos, extingue e cria novos cargos” (Pires do Rio, 1975, p.1). Nessa lei, está explícito no Art. 10, caso II, que haverá a contratação de pessoal “Para exercício de funções necessárias à execução de programas de saúde e educação” (Pires do Rio, 1975, p.2). Logo, criou 16 vagas em Cargos de Provimento em Regime de CLT para a função de Professor Rural, cujo salário seria de C\$ 417, 60. Enquanto isso, abriu nas mesmas condições, a vaga de um(a) Chefe do Setor de Educação, ganhando C\$ 1440,00 (Pires do Rio, 1975, p. 13).

⁴³ Ressaltamos que a descrição das escolas foi feita de acordo com que as pastas foram sendo encontradas.

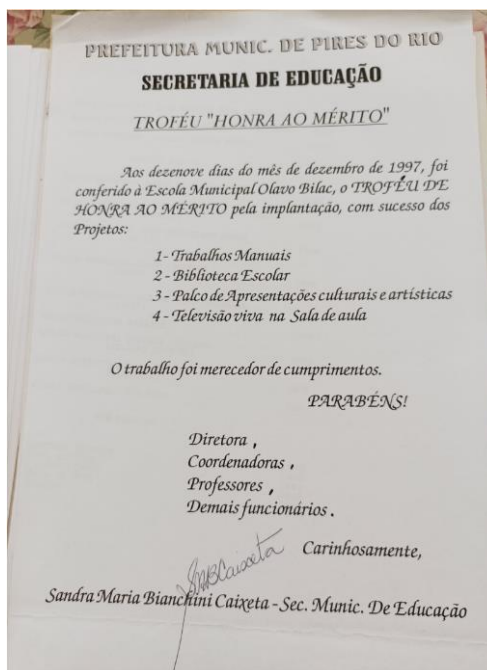
Durante a busca, encontramos também o que o documento traz como “Ante-Projeto de Lei” nº 1.066 de 16 de maio de 1975, que “Concede aumento de vencimentos aos servidores inativos e aos servidores do Poder Legislativo. Fixa vencimentos de Professor Rural” (Pires do Rio, 1975). Em seu Art. 2º, “Os ocupantes dos cargos de “Professor Rural” Padrão “E” que forem portadores de diploma do curso norma, passarão receber o vencimento de C\$. 500,00 [...]” (Pires do Rio, 1975). Observe que no Parágrafo Único, o texto traz que “Somente perceberão esse vencimento, aqueles professores normalistas que estiverem no efetivo exercício do cargo” (Pires do Rio, 1975).

O texto ainda traz a justificativa, dizendo que esse aumento visaria “[...] estimular a contratação de Professores formados e, conseqüentemente, proporcionar melhores meios para o aprendizado infantil, concede-se, se aprovado por esta ilustre Câmara, maior salário a quem tem melhores condições” (Pires do Rio, 1975). A justificativa não para por aí e ainda afirma que tal medida, “[...] não seja discriminatória, mas justa” (Pires do Rio, 1975).

Ao retornarmos ao conteúdo da pasta da EMR Olavo Bilac, após essa ida ao arquivo das leis municipais, continuaremos a trazer os documentos e posteriormente fotografias que trazem aspectos dessa escola. Ao todo, foram encontrados quatro documentos e a cópia de 4 fotografias que traremos a seguir. Sobre os documentos, um foi esse já apresentado que traz os nomes das escolas e as datas de fundação, outro é a lei de criação da rede municipal de ensino de 1º grau (Lei nº 1238 de 1980), outro documento foi uma folha de conferência de Honra ao Mérito, recebendo a escola troféus no ano de 1997, e por último, o Relatório de Verificação Prévia da EMR Olavo Bilac situada na Fazenda Esplanada.

Não tivemos informações sobre essa fazenda, seus donos, o modo de vida de seus fazendeiros, como da escola anteriormente discutida, mas sobre o objeto da pesquisa, temos ao menos fotografias que apresentam aspectos da cultura escolar. Passemos ao Documento que confere o Troféu de Honra ao Mérito pela implantação de alguns projetos. Trazemos na Figura 38, a fotografia cópia do documento.

Figura 38 – Conferência à EMR Olavo Bilac do Troféu de Honra ao Mérito no ano de 1997 pela Secretaria de Educação de Pires do Rio - GO.

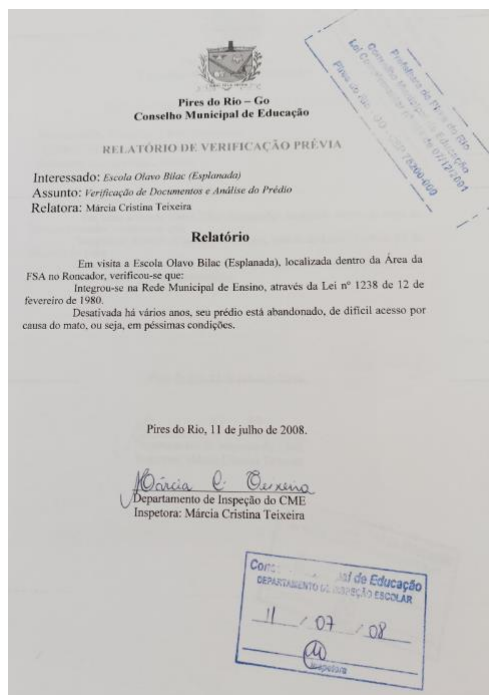


FONTE: SME de Pires do Rio, 1997.

No disposto, a secretária municipal de educação dá a “Diretora, Coordenadoras, Professores, Demais funcionários” (SME de Pires do Rio, 1997), seus cumprimentos e os parabeniza pelo trabalho na implantação dos projetos Trabalhos Manuais, Biblioteca Escolar, Palco de Apresentações Culturais e Artísticas e Televisão Viva na Sala de Aula. Infelizmente, não houve mais informações sobre como foram propostos cada projeto, bem como os objetivos, financiamento etc.

O outro documento presente na pasta, foi o Relatório de Verificação Prévia da EMR Olavo Bilac (Fazenda Esplanada), que estará na Figura 39, trazendo, assim como no Relatório da EMR Manoel Teixeira de Araújo (Fazenda Domingos Preto), anteriormente discutida, a realidade vista por meio dessa visita à escola em 11 de junho de 2008, mesma data que a escola anterior.

Figura 39 – Relatório de Verificação Prévia da EMR Olavo Bilac em 2008.



FONTE: CME de Pires do Rio, 2008.

O primeiro aspecto que consideramos, foi que parece haver um padrão com relação a esses relatos. É sempre a sequência de Interessado, Assunto e Relatora acompanhado do relato. Tratando especificamente do relato, observamos a localização trazida pela relatora como sendo “[...] dentro da Área da FSA no Roncador [...]” (CME de Pires do Rio, 2008). Confessamos não saber exatamente onde fica esse lugar “Roncador”, porém, por meio de informações trazidas pela guia do Museu Ferroviário de Pires do Rio – GO, Roncador no final dos anos 1980 funcionou como uma estação de embarque e desembarque. Ou seja, o lugar de embarque e desembarque de passageiros não era feita na Estação Ferroviária do centro da cidade de Pires do Rio, mas, nesse lugar, que funcionava também, como um escritório administrativo cuja finalidade ou donos não obtivemos informação.

Segundo a fala da Guia, havia famílias que moravam lá, certamente a EMR Olavo Bilac, foi criada para atender essas famílias. Atualmente, esse lugar (Roncador), funciona apenas como sendo um Ponto de Manobras e Abastecido das ferrovias. É também, o lugar onde há um entroncamento da linha, ou seja, onde tem a abertura da linha para a capital do Brasil e a linha que sobe no sentido de Anápolis e Senador Canedo, ambas cidades do estado de Goiás.

O Relato traz ainda a Lei de criação da Rede Municipal de Ensino (Lei nº 1238/1980), e o motivo da extinção da EMR Olavo Bilac: “Desativada a vários anos, seu prédio está abandonado, de difícil acesso por causa do mato, ou seja, em péssimas condições” (CME de Pires do Rio, 2008). Nos perguntamos, o que seria feito, se o prédio estivesse em boas condições ou ainda, sem mato; são apenas questionamentos.

Ao tratarmos das fotografias sobre dispostas na pasta da EMR Olavo Bilac, conseguimos observar, alguns objetos que dizem respeito às práticas escolares durante o funcionamento dessa escola. Na Figura 40, podemos observar que realmente havia muito mato.

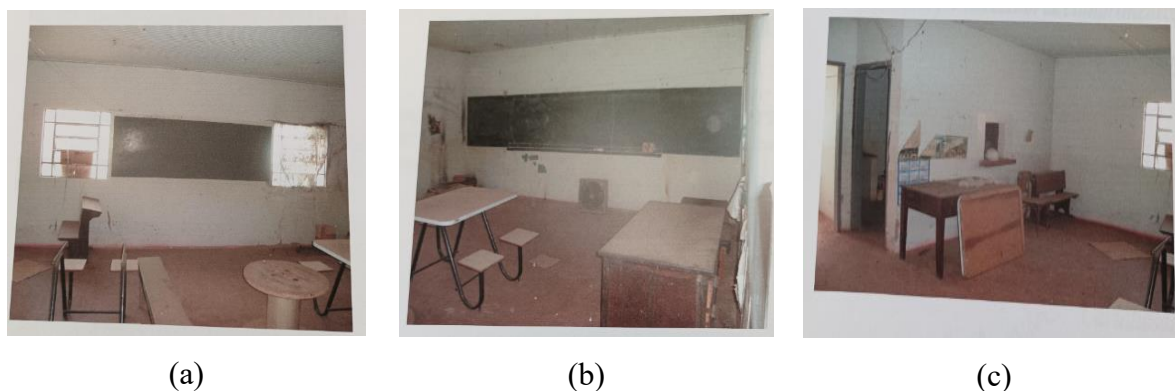
Figura 40 – Fotografia da EMR Olavo Bilac em 2008, que apresenta a Frente da Escola.



FONTE: CME de Pires do Rio, 2008.

Para além do matagal, citado no relato e aqui, evidenciado, observamos uma porta de madeira, janelas com vidros que naquele momento estavam quebrados, em uma parede nas cores branco e outra cor, que não pudemos definir, mas que parecem ser um tom de azul ou cinza. Observamos um telhado da chamada telha fina, e ao fundo, bananeiras e outras árvores. A Figura 41 (a, b e c), conseguimos ver nas fotografias, a apresentação do interior da escola e os aspectos materiais.

Figura 41 – Outras fotografias da EMR Olavo Bilac em 2008, que apresentam o interior da Escola e os aspectos materiais dela.



(a)

(b)

(c)

FONTE: CME de Pires do Rio, 2008.

Podemos ver que há na parte “a” da figura, um quadro negro no que seria uma parede lateral. Esse quadro está entre as duas, das três janelas que são apresentadas que iluminando a sala. Conseguimos observar, que há pelo menos dois modelos de carteiras escolares: a primeira

é uma carteira branca que comporta quatro acentos acoplados sem encosto. E um modelo mais antigo, que é visto no canto inferior da parte “a”.

A Figura 42, traz um recorte de uma carteira escolar parecida com a apresentada na foto anterior da EMR Olavo Bilac.

Figura 42 – Propaganda de Carteira Escolar do início de século XX.



FONTE: IANSEN, 2012.

Considerando que a escola foi desativada em 2008, e essas carteiras, como trazido na figura acima, datam do início do século XX, notamos que talvez o estado dela não fosse tão ideal, apesar de ser esse um objeto que comporta duas crianças. Iansen (2012), comenta esses modelos e o uso delas da seguinte forma:

Pesadões, de madeira e ferro, com pés que podiam ser pregados no chão, possivelmente para evitar que a criançada os arrastasse pela sala de aula, fazendo inevitável algazarra, a cada início ou fim de um dia de aulas. Ao centro de cada mesa, um lugar onde devia encaixar-se perfeitamente um tinteiro (apenas deveria, porque os tinteiros pareciam construídos para serem entornados sobre as lições); sob a mesa, um lugar onde se deixavam livros e cadernos que não estavam sendo usados. Havia móveis para uso de um só aluno, e outros que acomodavam dois escolares (Iansen, 2012, n.p.).

Conforme o relato de Iansen traz mais detalhes, que ao nosso ver, explora aquilo que a fotografia não diz, que se pudéssemos, verificávamos. Diz ela, que essas mesas

Eram tão resistentes que foram usados por sucessivas gerações de pequenos estudantes, e é aí que reside toda a graça: malgrado todas as proibições e ameaças (cumpridas ou não) dos mais severos castigos, quase todo mundo escrevia na madeira, talvez para espantar o tédio das lições monótonas. Quem é que poderia gostar da permanência em uma sala fechada, quando lá fora brilhava o sol, convidando para coisas mais próprias da infância que cópias, tabuadas ou ditados? (Iansen, 2012, n.p.)

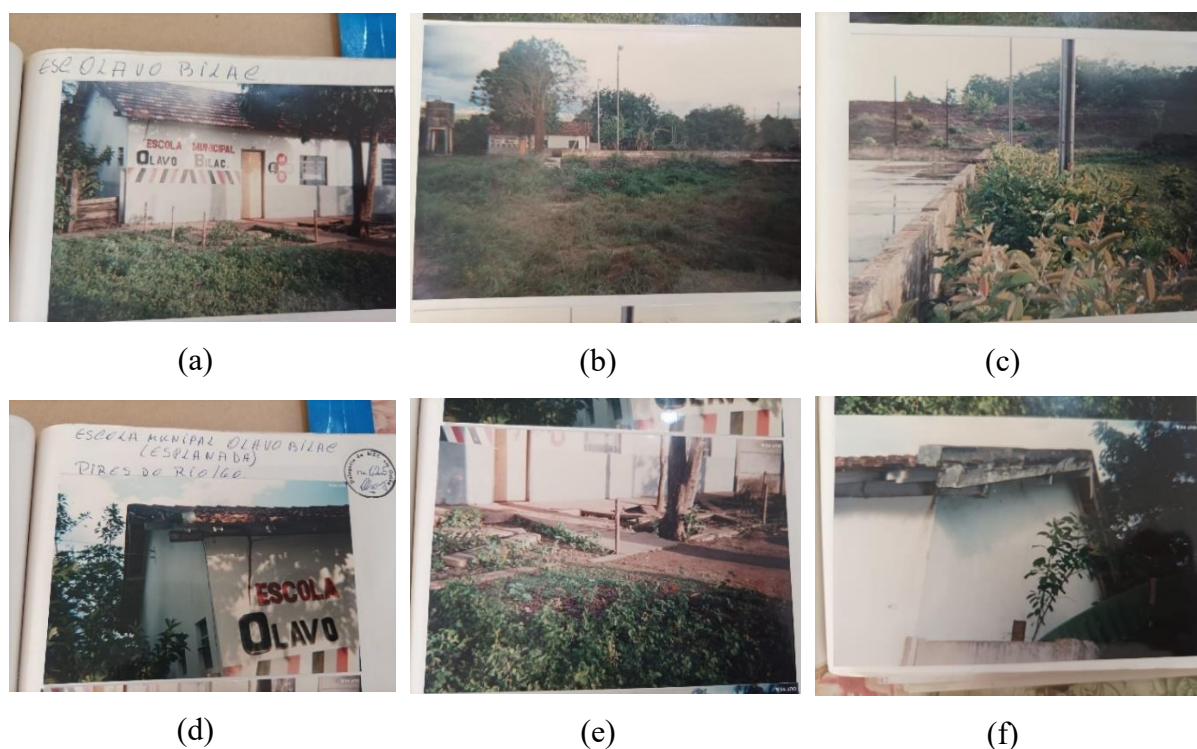
Não podemos dizer com especificidade os motivos das escritas nas mesas, mesmo na atualidade, esse debate é muito longo e bonito, no entanto, não nos enveredaremos por esse caminho por falta de comprovação material ou mesmo de fontes orais. Mas evidenciamos uma

informação trazida na propaganda: as carteiras são fabricadas por uma loja de luxo e materiais escolares, nos questionamos: Quanto valia e como uma dessas veio a fazer parte de uma escola rural, considerando que havia pouco investimento material. No entanto, são mais perguntas que não conseguiremos responder pelo mesmo motivo das outras sem respostas – a falta de material.

Ainda sobre as fotografias, podemos observar janelas com alguma espécie de sujeira, muita poeira (considerando que estava abandonada e com janelas quebradas), a sala era bem iluminada e possuía, ao que parece, uma sala, o que parece ser uma cozinha, ao lado da sala de aula. Notamos também, um ventilador antigo próximo ao quadro principal, cadeiras com encosto num dos cantos e duas mesas maiores de madeira.

Abaixo, apresentaremos na Figura 43 (a, b, c, d, e, f, g, h, i, j e k), algumas fotografias que foram encontradas em umas das caixas que possuíam um faixa escrito “Documentos Antigos” no CME de Pires do Rio. Nessa caixa, além de alguns documentos de aspecto financeiro e de estrutura de funcionamento dessas escolas rurais, havia algumas fotografias, que algumas são da EMR Olavo Bilac em outubro de 1995.

Figura 43 – Fotografias da EMR Olavo Bilac no ano de 1995.





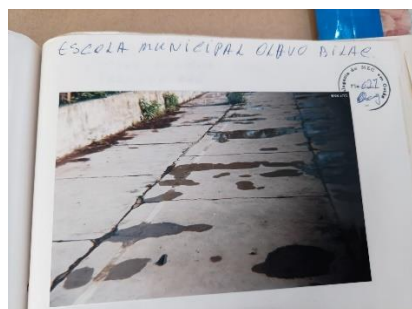
(g)



(h)



(i)



(j)



(k)

FONTE: CME de Pires do Rio, 2023.

Sobre as muitas fotografias acima apresentadas, notamos que na fachada da escola, é possível observar o nome da escola com o letreiro Escola Municipal Olavo Bilac e as letras (possível sigla) BEM ao lado. Algumas fotografias possuem as datas inscritas nos cantos, certamente por alguma configuração da fotografia. Ressalto que todas as fotografias estavam dispostas no modelo de Revelação, um antigo modo de ter a foto digitalizada, materializada por meio de filme revelado.

Confrontando as duas fotografias, a primeira apresentada e encontrada de 2008 e a segunda de 1995, concluímos que a qualidade da foto revelada, é possível vislumbrar uma melhor imaginação de como funcionava essa escola. Por exemplo, nesses registros de 1995, observamos a apresentação de uma quadra esportiva, cercada por uma cerca, cujo chão era acimentado, havia uma árvore em frente à escola, uma caixa d'água ao do lado esquerdo e casas ao lado direito da escola e da quadra. Observamos que essa escola, pode ter havido situações de lazer e diversão durante os períodos escolares. Com isso, concluímos essa explanação sobre a EMR Olavo Bilac e passaremos a trabalhar com os arquivos encontrados na pasta da EMR Antônio Gonçalves Meireles.

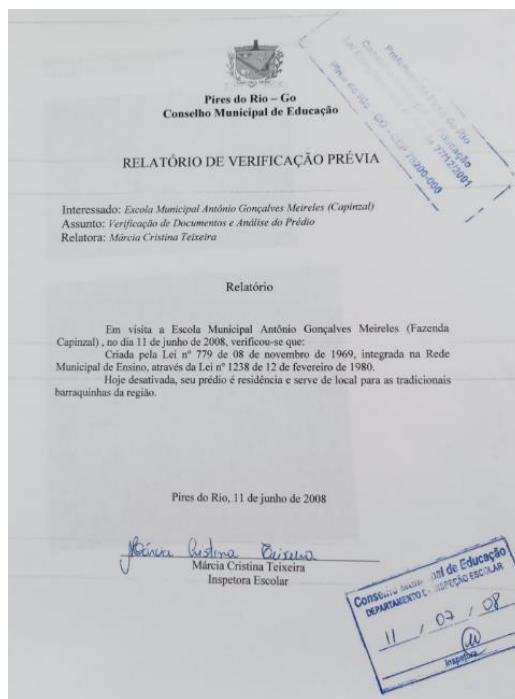
5.4 ESCOLA EMR CAPINZAL, OU ANTÔNIO GONÇALVES MEIRELES

Como nas outras escolas, e é importante dizer, que trabalharemos assim com todas as escolas aqui trazidas, que trabalharemos inicialmente com os arquivos trazidos nas pastas e a partir dele, vamos costurando algumas afirmações a partir da interpretação documental. Com isso, na pasta da EMR, temos uma cópia do PL nº 779 de 8 de novembro de 1969 e da respectiva lei, a cópia do documento já tratado, que traz o ano da fundação de algumas escolas, incluindo a EMR Antônio Gonçalves Meireles, cópia da Lei nº 1.238 de 1980, que cria a Rede Municipal de Pires do Rio, lei essa já apresentada e discutida, há ainda o Relatório de Verificação Prévia da EMR Antônio Gonçalves Meireles, bem como a Planta Arquitetônica e algumas fotografias da escola em 2008.

Começaremos a trazer a descrição dessa documentação, iniciando, pelo Projeto de Lei nº 779 de novembro de 1969. O referido projeto, é analisado e assinado por sete vereadores, cujo interesse era “Dá denominação a escolas rurais [...]” (Pires do Rio, 1969). Esse projeto traz que a denominação da escola era o mesmo que da Fazenda Capinzal. Esse PL, é o mesmo que dá também o nome da EMR construída na Fazenda Lages, que passaria a se chamar João Emerenciano Alves, que pasta posteriormente também será trazida aqui.

Em resumo, o PL foi aprovado e a partir daquela mesma data, passou a valer os novos nomes para essas duas escolas. Logo, a lei especificamente vai assinada pelo Prefeito Goiaz Cavalcante Nogueira (1966 – 1970; 1973 – 1977) e pelo seu Secretário Domingos G. Cabral com a data do projeto. Como a pasta não traz muitas informações sobre a escola em sí, passaremos agora ao que disse o Relatório de Verificação Prévia. Para tal, trazemos na Figura 44, que, abaixo disposta, traz em seu assunto, o mesmo que há nos outros relatórios já trazidos anteriormente, tratar da “Verificação de Documentos e Análise do Prédio” (CME de Pires do Rio, 2008). Essa verificação foi feita no mesmo dia que as escolas anteriores, dia 11 de junho de 2008.

Figura 44 – Relatório de Verificação Prévia da EMR Antônio Gonçalves Meireles em 2008.

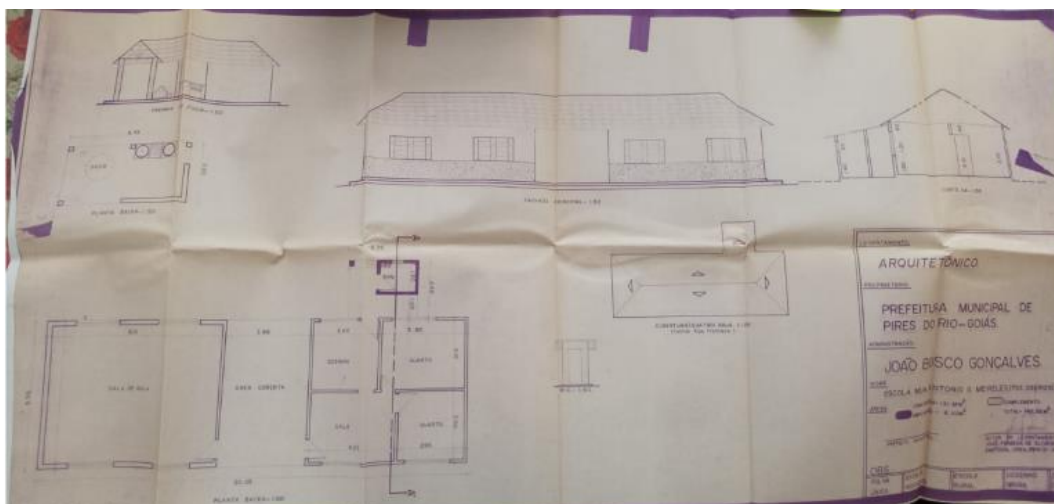


FONTE: CME de Pires do Rio, 2008

Como trazido tanto no PL, como verificado na Lei nº 779 de 1969, essa lei não cria as escolas, mas sim, dá o nome a elas. No entanto, o relatório, traz essa lei, como sendo a que cria a escola, certamente, deve dizer o mesmo no relatório da EME João Emerenciano Alves. No entanto, ressaltamos, não há lei que cria essas escolas, somente altera ou dá nome a elas. Além desse equívoco considerado por nós, o relatório traz ao final, a conclusão do relato: a escola estava naquela data, “[...] desativada, seu prédio é residência e serve para as tradicionais barraquinhas da região” (CME de Pires do Rio, 2008). Diferente das outras escolas, que os motivos eram prédio em péssimo estado, abandonado ou ainda com difícil acesso por causa do matagal, no prédio da EMR Antônio Gonçalves Meireles, o prédio não estava em péssimas condições, até porque lá funcionava como moradia de alguém ou família e como barraquinhas daqueles por ali moravam.

Com nada mais a relatar do ponto de vista dos documentos, passemos à planta arquitetônica da EMR Antônio Gonçalves Meireles. Trazemos na Figura 45, a fotografia da planta da escola e posteriormente discutiremos os principais aspectos analisados. Antes disso, ressaltamos que o ano não está descrito na fotografia da planta, mas, sugerimos que o ano de solicitação da planta, seja o mesmo das demais.

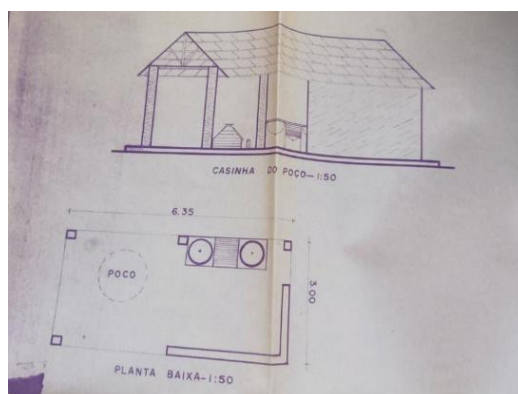
Figura 45 – Planta Arquitetônica da EMR Antônio Gonçalves Meireles na década de 1980.



FONTE: Prefeitura Municipal de Pires do Rio, s.d.

Por meio da figura, podemos analisar, há sete representações na folha de sedenho arquitetônico. Em uma dessas representação, temos a fachada da escola, a lateral em outra e a parte interna, incluindo janelas e portas, bem como o banheiro externo (W.C) e uma “casinha”. Na Figura 46, trazemos o recorte da casinha e posterior a ela, discutiremos.

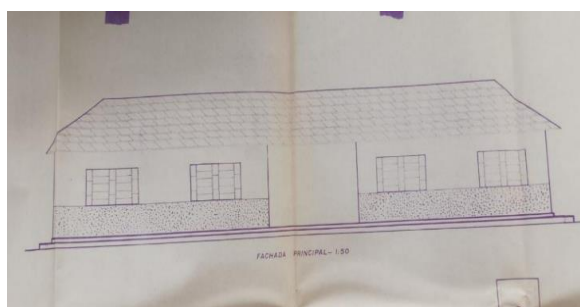
Figura 46 – Recorte da Lavanderia na EMR Antônio Gonçalves Meireles na década de 1980.



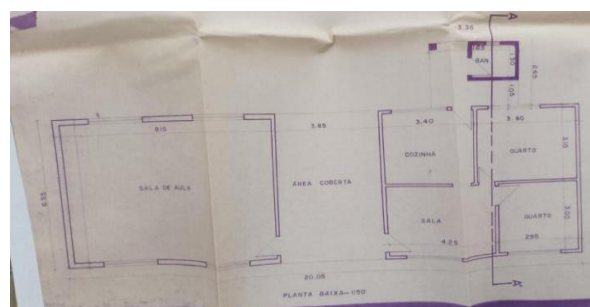
FONTE: Prefeitura Municipal de Pires do Rio, s.d.

É possível verificar, que a casinha, na verdade, trata-se de uma lavanderia externa. Há nela, um poço para se retirar água que seria utilizada em uma pia, com três compartimentos em que se pode usar para a lavagem das roupas e demais coisas e um espaço vazio, que certamente serviria para quorar as roupas ou mesmo mantê-las ali em dias chuvosos. Ao lado dessa representação, está a fachada da escola e abaixo a planta interna, contendo os compartimentos dos cômodos do lado residencial e a sala de aula, que trazemos como recorte na Figura 47 (a, b e c).

Figura 47 – Recorte da EMR Antônio Gonçalves Meireles e da sua parte residencial na década de 1980.



(a)



(b)



(c)

FONTE: Prefeitura Municipal de Pires do Rio, s.d.

Como é possível observar, há quatro janelas na parte frontal da casa-escola, há uma sala de aula na parte esquerda, que possui quatro janelas, duas dianteiras e duas traseiras e uma porta de entrada e saída. Há ainda, uma área coberta, e, ao lado esquerdo dessa área, uma cozinha com duas portas, uma delas dá acesso ao quintal e outra aos cômodos e uma janela, há ao lado, dois quartos com porta e janela, e uma sala com duas portas, onde, uma dá acesso aos demais cômodos e à área externa coberta. Há ao lado, na planta, um banheiro W.C e posterior a ele, os dados da escola, tendo: nome, a descrição de que é uma planta arquitetônica, a área total e a construída. Não encontramos nada muito diferente das plantas das outras escolas. Abaixo, trazemos algumas fotografias, localizada como Figura 48 (“a”, “b”, “c” e “d”), que apresenta partes dessa escola de maneira colorida.

Figura 48 – Fotografias da EMR Antônio Gonçalves Meireles retiradas da pasta da escola disposta no CME de Pires do Rio (GO) datada de 2008.



(a)



(b)



(c)



(d)

FONTE: CME de Pires do Rio, 2008.

Como é possível observar, na primeira fotografia (Figura 48 (a)), há a inscrição da escola como sendo Escola Municipal e a administração municipal no ano em que a escola foi construída. Na figura seguinte, tentamos entender o que estava escrito naqueles dois letreiros (de material de papel ou plástico) pregados na parede, um abaixo do outro, porém, é possível perceber que o segundo, é a fotografia “a” com os dados da escola, já a primeira é, portanto, ilegível. Conseguimos identificar ainda, as cores da escola, que estão em tons de azul e branco, com detalhes em azul sobre as janelas e na parte inferior das paredes, já nas partes superiores em branco. As janelas são vistas como bem conservadas, havendo ainda, postes de energia e árvores atrás e nas laterais da escola.

5.1 UMA ÚLTIMA REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO RURAL, PIRES DO RIO E A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA HISTÓRICA E HISTORIOGRÁFICA DAS INSTITUIÇÕES RURAIS ESCOLARES

Como dissemos nas motivações dessa pesquisa, ‘a História das Instituições Escolares é um campo de pesquisa fundamental no âmbito da História e Historiografia da Educação’. Quando buscamos a origem, desenvolvimento, a forma e a influência dessas escolas que trouxemos acima, nós tentamos fazer o que vem a ser História das Instituições Escolares, esse trabalho é feito por historiadores de educação, e sem a menor dúvida afirmamos, não é um trabalho fácil. Esses pesquisadores devem traçar os contornos das políticas educacionais com as políticas internas que regem cada cidade em que as escolas estão inseridas, quando há possibilidades de fazer isso. Devem também, observar as mudanças nas práticas pedagógicas e investigar o impacto social e cultural das escolas em diferentes no contexto em que ela se insere.

Com a integração da chamada “Cultura Escolar”, que “[...] as investigações passaram a assumir como uma categoria de análise abrangente nas investigações [...]” (Da Silva, 2009, p. 214). Desse modo, o contexto histórico e o surgimento da instituição escolar, a arquitetura escolar, a organização do espaço, os alunos, os professores e os gestores, o currículo oculto ou impresso, o prático e o teórico, os livros didáticos, projeto político pedagógico (PPP), normas disciplinares, regimentos as legislações, os diários, os cadernos dos alunos etc., são passíveis de análise com viés metodológica específica para o contexto educacional ou outro.

Com essa abrangência, a história das instituições escolares concede aos pesquisadores, explorar questões cruciais, como a acessibilidade à educação, as relações de poder no ambiente escolar e as respostas institucionais aos conflitos e demandas da socioculturais. Logicamente, precisou ao longo dos anos, de “[...] haver um longo e complexo desenvolvimento historiográfico [...]” (Barros, 2019, p. 3), mas, esse campo de pesquisa oferece, na atualidade, uma perspectiva rica e multifacetada que contribui para uma compreensão mais aprofundada da educação como um fenômeno cultural e social, que se dá de forma histórica (Barros, 2019).

A historiografia das instituições escolares também desempenha um papel vital na reflexão crítica sobre as políticas educacionais contemporâneas, pois, ao identificar características do passado, que podem ser transformadas em lições, vem informar a nós, o desenvolvimento e aprimoramento dos sistemas educacionais até a atualidade. Logo, com a análise da evolução das estruturas educacionais, podemos compreender as raízes de desafios e sucessos atuais, bem como identificar modelos e práticas bem-sucedidas que são vistas se adaptando para enfrentar as demandas do ensino em sua época. Portanto, a pesquisa na história

das instituições escolares é uma ferramenta essencial para educadores, legisladores e pesquisadores interessados em promover a qualidade, a equidade e a eficácia do sistema educacional.

A “História das Instituições Rurais Escolares” é, deste modo, um campo de pesquisa significativo no âmbito da História e Historiografia da Educação. Dentro desse campo, podemos lançar brilho e buscarmos nitidez sobre o funcionamento da educação nas áreas rurais ao longo da história da educação popular no campo. Estas instituições, muitas vezes distantes dos centros urbanos, desempenharam um papel fundamental na disseminação do conhecimento e na formação das comunidades rurais, algumas que posteriormente, vieram a se tornar centros urbanos. O estudo continuado dessas escolas permitirá a nós, compreendermos como se deu as práticas educacionais municipais urbana, que possivelmente foram adaptadas às condições específicas do meio rural de Pires do Rio (GO), destacando deste modo, os desafios como: a escassez de recursos, o trabalho pedagógico, a falta de infraestrutura e as peculiaridades da vida no campo. Além disso, a história das instituições rurais escolares revela a importância do “Ensino ou Educação Rural” na construção da identidade das comunidades rurais, na preservação das tradições locais e no fortalecimento dos laços sociais, contribuindo para uma compreensão mais holística da educação em contextos não urbanos.

A investigação nesse campo de pesquisa que vem se constituindo desde seu início como um programa de formação de pesquisadores de excelência no PPGED-UFU, possibilita consolidar afirmativas sobre as implicações relevantes para a construção das políticas educacionais contemporâneas, à medida que ajuda a identificar estratégias bem ou malsucedidas no passado que podem ser adaptadas para abordar os desafios atuais da educação rural, por meio da análise da existência da desigualdade no acesso à educação e na busca por soluções educacionais inovadoras para áreas remotas feitas pelos municípios, sendo eles pedagógicos ou não. Além disso, a história das instituições rurais escolares oferece um despertar sobre a evolução das práticas pedagógicas, o papel dos educadores rurais e a interação entre a educação e a economia rural. Portanto, a pesquisa neste campo é essencial para compreender a rica tapeçaria da educação rural e seu impacto nas comunidades rurais ao longo da história, bem como para informar políticas educacionais que atendam às necessidades específicas dessas áreas.

E para que deixemos evidenciado que a História das Instituições Rurais Escolares é um campo de pesquisa dentro da História das Instituições Escolares na linha de História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED-UFU). Buscamos a partir dos textos escritos e dos trabalhos

publicados no repositório da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (FACED-UFU), a quantidade de 1990 a 2023. Essa análise quantitativa, permitiu identificar que essa, é umas áreas de pesquisa mais proeminentes e avaliamos que há um crescimento de estudo das instituições rurais escolares no contexto do programa e da linha, ao longo de quase três décadas.

Há uma espécie de “alerta” para certos riscos metodológicos (Da Silva, 2009, p. 214), que estão associados a essa abordagem de pesquisa, que é a investigação sobre as instituições escolares, uma vez que ela enfatiza o envolvimento do pesquisador com as fontes que se apresentam como recortes ou ainda, vestígios do passado (Barros, 2019, p. 1). A atualização e o aumento da possibilidade de vestígios ou fontes, atualiza, quase que simultaneamente. Sobre isso Barros (2019) afirma que a prática historiográfica “[...] foi mudando bastante, ao adentrar novas possibilidades teóricas e metodológicas, [...] foi se expandindo para muito além do tipo de textos que os historiadores utilizavam até o século XIX (Barros, 2019, p. 4). Essa atualização, pode, em certos casos, limitar a compreensão da totalidade histórica e, assim, negligenciar a apreensão do real e do simbólico no movimento social. Abordar esse desafio requer, indiscutivelmente, que o pesquisador seja extremamente cauteloso na aplicação do método dialético: fonte-interpretação-verdade. No entanto, essa dificuldade não deve ser lida como uma desvalorização das contribuições oferecidas por essas novas metodologias de pesquisa.

Quando tratamos da história das instituições rurais escolares, usamos o mesmo argumento que Da Silva (2009) usou para defender o processo de construção, ou quando necessário, reconstrução historiográfica dessas escolas, afirma:

O processo de resgate das fontes das Instituições Escolares e de escrever a história destas Instituições amplia as possibilidades de compreensão da própria História da Educação, na medida em que elas se relacionam com o todo, não devendo, portanto, ser uma mera subdivisão do campo da história da educação. A reconstrução histórica depende essencialmente das fontes, que são as bases para produção historiográfica. O resgate das fontes das Instituições Escolares, ganha significado na medida em que traz a expressão de sujeitos ou grupos sociais específicos, que representam um contexto histórico determinado, sendo relevantes para compreensão da História da Educação de uma sociedade. A pesquisa sobre as Instituições Escolares enfrenta o mesmo problema existente em toda investigação documental: as precárias condições de preservação dos arquivos, fontes e acervos bem como armazenamento e manutenção das fontes, especialmente pelas escolas públicas (Da Silva, 2009, p. 214).

Logo, tendo as informações trazidas por Da Silva (2009), digitamos a palavra “Rural” na barra de pesquisas para Palavra-Chave do Repositório de Dissertações da FACED, tivemos os resultados apresentados na Figura 49, abaixo.

Figura 49 - Resultados para a palavra “Rural” na barra de pesquisas do Repositório de Dissertações da FACED

Rural	1
Rural Education	1
Rural education	5
Rural school	1
Rural school history	1
Rural school process	1
Rural schools	3
Rural teachers	1
Rural worker	1
Ruralidades	1
Ruralities	1

FONTE: Os Autores, 2023.

Com isso, observamos que tivemos um total de 17 resultados, ou ainda, produções intelectuais cujo objeto, perpassa o termo Rural e a Educação escolar para esse tipo de realidade. A respeito do conteúdo dos trabalhos escritos pelos pesquisadores, Lima (2004), diz que, ao se tratar do contexto de Uberlândia (MG), um dos temas

[...] mais criticados era aquele relativo à falta de infra-estrutura das escolas rurais onde atuavam os professores [...], pois os investimentos públicos não eram suficientes para construir edifícios específicos onde pudessem ser ministradas as aulas e tampouco para conservar e readequar a estrutura já existente (Lima, 2004, p. 2).

Logo, a explanação dos cenários dessas instituições, traz narrativas que “[...] improvisavam-se salas de aula em lugares totalmente inadequados, tais como: ranchos de palha e em cômodos pequenos, insalubres, mal iluminados e desconfortáveis (Lima, 2004, p. 2), no contexto piresino, as escolas possuem tetos, boa consolidação e paredes, especialmente por serem residências. Trazem esses autores, também, relatos das instalações estarem, quase sempre, apresentando um péssimo estado de conservação, bem como estarem instaladas nas moradias, onde, residiam as famílias, os donos das terras. Nesse segundo tipo de afirmação, o contexto piresino se assemelha, e dizemos isso baseado nas fotos e nos Relatórios de Verificação Prévia das escolas que trabalhamos.

Entendemos, que a quantidade de resultados obtidos por meio da breve pesquisa no repositório da FACED-UFU, determina a emergência e a importância da temática, representando um campo de pesquisa a ser considerado dentro da grande área da “História das

Instituições Escolares”. Argumentamos isso, por considerar, também os aspectos metodológicos que essas pesquisas trazem consigo. A organização e a descrição dos dados estatísticos obtidos por meio de análises documentais, as reflexões referentes ao ensino público urbano em relação ao rural, considerando, quando possível, as fotografias, atas e a geolocalização dessas escolas.

Uma outra abordagem metodológica é a História Oral, que “[...] oportuniza ir ao encontro com as narrativas no registro de histórias e memórias [...]” (Costa, 2021, p. 15). Para Thompson (1998), a história oral “[...] é uma história construída em torno de pessoas” (Thompson, 1998, p. 44). A educação rural também é feita não só em torno, mas pelas pessoas. Logo, essa metodologia, quando possível, deve ser usada, especialmente para explicitar aspectos que muitas vezes os documentos não permitem contatar. Nesse sentido, esperamos em um outro momento, continuar essa pesquisa usando essa metodologia de pesquisa historiográfica para obtenção de fonte, para assim, contribuir de uma forma mais bem aprofundada, na discussão sobre a educação rural em Pires do Rio (GO).

Em suma, a “História das Instituições Escolares” oferece uma visão abrangente da cultura escolar, abordando desde o contexto histórico da formação das instituições escolares até a arquitetura e a organização física dessas escolas, e isso, tentamos fazer acima. Isso permite aos historiadores da educação traçar os contornos das políticas educacionais, entender as mudanças nas práticas pedagógicas e investigar o impacto social e cultural das escolas ao longo de diferentes períodos históricos.

Com isso, a pesquisa em “História das Instituições Rurais Escolares” desempenha um papel crucial na reflexão crítica sobre as políticas educacionais contemporâneas, fornecendo lições valiosas do passado que podem informar o desenvolvimento e aprimoramento desses sistemas educacionais. A abordagem qualitativa e quantitativa, assim como a análise de documentos, contribuiu aqui, para uma compreensão mais profunda da educação como um fenômeno cultural e social em constante evolução, determinando um Campo constituído de métodos eficazes e reconhecidos no meio acadêmico. A "História das Instituições Rurais Escolares", lança luz sobre a educação nas áreas rurais ao longo da história, destacando a importância dessas escolas na formação das comunidades rurais e na preservação das tradições locais.

Em suma, a construção de um campo de pesquisa nessa temática é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos da educação rural e promover futuramente, políticas educacionais mais inclusivas e eficazes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, foi conduzida por meio de análise documental e bibliográfica. O seu desenvolvimento, se deu, pelo acesso, pela organização e escrita das inferências feitas sobre as fontes. Tentou-se argumentar, seguindo os critérios do método científico e daquilo que se aprende durante os estudos sobre a pesquisa em educação. Um desses critérios, é a não generalização e outro, é o determinismo, eles não devem ser feitos, não nesse trabalho. Pois, por mais que, algumas constatações possam estar visíveis, podem ser mentira, especialmente, quando há uma ausência de fontes para o argumento. Nesse sentido, fizemos várias visitas ao CME, à Câmara Legislativa Municipal e ao Museu Ferroviário de Pires do Rio. Tais visitas e conversas, auxiliaram naquilo que aqui foi escrito.

Com a finalização dessa etapa da pesquisa, cujo objetivo principal era realizar uma análise documental sobre o processo de municipalização dessas escolas em Pires do Rio (GO), esperamos, contribuir com o Campo da Educação, com a História das Instituições Escolares e com o campo da História das Instituições Rurais Escolares. O nosso objeto, ou seja, as escolas municipais rurais, contribuíram e muito, para a alfabetização dos meninos e meninas, jovens e adultos que por essas escolas passaram, sendo, muitas vezes, a única possibilidade de escolarização. Logo, entendemos que essas escolas, contribuíram, mesmo com funcionamento precarizado, para o letramento e alfabetização da população rural de Pires do Rio (GO). Assim, estudar o processo de municipalização das escolas rurais de Pires do Rio (GO), permitiu revelar um, ou uns processos históricos de escolarização, que também pode ser visto em outras regiões goianas e brasileiras entre o fim do séc. XX e início do séc. XXI, auxiliando no processo de alfabetização desses lugares.

Consideramos ser importante dizer, que o processo de municipalização não finaliza com esse texto. O que fizemos aqui, foi apresentar a quantidade de documentação disponível e sobre o que esses documentos tratavam ou não falam. Logo, fizemos um recorte temporal e metodológico, para conseguirmos entregar um texto dissertativo para o PPGED e para a linha de História e Historiografia da Educação.

Deste modo, o estudo e as discussões trazidas até o momento, tentam apresentar as inquietações ou ainda, as perturbações que surgiram, ao longo das investigações na busca de entender como se deu a educação municipal rural em Pires do Rio – GO. Com isso, o presente texto pretende ser instrumento de consulta posterior, para aqueles que se aventurarem a estudar a História das Instituições Rurais Escolares e o processo de Municipalização em Goiás. Sabemos da incompletude da escrita em alguns pontos, especialmente em relação aos dados

financeiros ou de investimento para as escolas rurais em Pires do Rio, ou ainda, sobre a ausência dessas escolas no aspecto documental de suas municipalizações, desde modo, continuaremos essa pesquisa em um outro momento, objetivando preencher ou mesmo receber auxílio no preenchimento das lacunas que essa escrita apresentou. No entanto, percebemos a importância dessa pesquisa, pois, ao comentar a história da municipalização do ensino rural, torna-se possível comentar parte da história da educação rural daquele município, de Goiás e do Brasil.

Visitar o local, onde era essas escolas funcionavam, realizar entrevistas e ter contato com os materiais escolares que possam ser encontrados, trará uma outra visão, que não só a documental. Embora ainda que haja um longo caminho a percorrermos, para elucidar o processo de municipalização das escolas rurais em Pires do Rio (GO), entendemos que o trabalho de busca e de análise já realizado, traz, que, a municipalização se deu por influência das promessas de campanha do Governador de Goiás. Logo, não é possível vislumbrar apenas um aspecto ideológico, como o mercantil ou progressista, por exemplo, mas um misturar de ideias e de expectativas no Programa de Municipalização solidária. Com isso, cada município, ao se enveredar com esse programa, no processo de municipalização, que se baseou na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira de 1996, contratariam, compromissos em duas vias: das responsabilidades do município e do Estado.

Não conseguimos, portanto, saber se esses compromissos foram cumpridos até o ano de 2008, quando muitas escolas passaram a ser extintas pelos Conselhos Municipais de Educação. No caso de Pires do Rio, trouxemos, três das 17 escolas que criam a rede municipal de ensino desse município. Essas escolas são apresentadas aqui, com tudo aquilo que encontramos nas pastas delas no CME e os relatos feitos pela inspetora que compunha o quadro da equipe do CME de Pires do Rio (GO) no ano de 2008. Essas escolas funcionavam em estilo multisseriado, em prédios que também eram residência nas fazendas da região de Pires do Rio. Assim, faremos, a *posteriori*, visitas à essas escolas, para se retirar novas fotografias e quem sabe, encontrar documentos que revelem as práticas escolares ao longo dos quase 28 anos de funcionamento de algumas escolas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Constância Maria de; ALMEIDA, Paulo Roberto da Silva. **A origem e desenvolvimento de Pires do Rio**. Faculdade Celso Inocêncio de Oliveira – Universidade Estadual de Goiás, Pires do Rio, 2000.

ALVES, Carlos Monteiro. **Dicionário Ditadura Militar Brasileira**. Amambai, MS: UEMS, 2018.

ANGEIRAS, Maria Clara de Azevêdo. **Televisão e educação: história da criação da primeira TV Educativa do Brasil – TV Universitária, Canal 11**. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Educação, Recife, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/15039/1/PPGE-DISSERTA%C3%87%C3%83O%28publica%C3%A7%C3%A3oCD%292015-Maria%20Clara%20de%20Azevedo%20Angeiras-CD.pdf>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

ARAÚJO, Jaqueline Veloso Portela de. **Ruralismo pedagógico e escolanovismo em Goiás na primeira metade do século XX: Oitavo Congresso Brasileiro de Educação**. São Carlos, UFSC, 2012.

ARAÚJO, Silmara Teixeira de. **O Lixo Rural: uma perspectiva teórica**. Faculdade Celso Inocêncio de Oliveira – Universidade Estadual de Goiás, Pires do Rio, 2003.

BARRA, Vilma Marcassa; LORENZ, Karl Michael. Produção de materiais didáticos de ciência no Brasil, período: 1950 a 1980. **Ciência e Cultura**, n 38, p.1970-1983. 1986.

BARREIROS, Patrício Nunes; BARREIROS, Liliane Lemos Santana. O vocabulário da ditadura militar nos panfletos de Eulálio Motta. **Revista Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 385-420, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v17i2p385-420> Acesso em: 16 de outubro de 2023.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas: Uma Introdução Aos Seus Usos Historiográficos**. Simpósio Temático sobre Fontes Históricas: História e Parcerias. ANPUH RJ, 2019. Disponível em: https://arquivos.ufrj.br/arquivos/202023105103d523016895ee5766c2e7a/Fontes_Histricas_Jos_DAssuno_Barros_ANPUH-RJ_2019.pdf. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

BELTRÃO, Tatiana. Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971. **Senado Notícias**, 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>>. Acesso em 06 de janeiro de 2023.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1975.

BICCAS, Maurilane. **Paulo Freire**. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Disponível em: <https://www4.fe.usp.br/ano-100-paulo-freire/sobre-paulo-freire> Acesso em: 13 de novembro de 2023.

BRAKEY. Tipos de banheiros públicos. Brakey Equipamentos de Higiene, São Paulo, 2022. Disponível em:

BRASIL. **CNE - Histórico**. Ministério da Educação e Cultura, 2018.

BRASIL. Constituição (1996). **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Constituição (2013). **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013**. Lei Nº 12.796, de 4 de abril de 2013.: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art2. Acesso em: 29 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934**. Art 150 - Fixa o plano nacional de educação, Brasília 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930**. Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Câmara dos Deputados, 1930. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931**. Cria o Conselho Nacional de Educação. Câmara dos Deputados, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953**. Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário - Art. 87 da Constituição, 1953. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D34638imprensa.htm>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955**. Institui a companhia da Merenda Escolar. Câmara dos Deputados, 1955. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 47.251, de 17 de novembro de 1959**. Dispõe sobre as campanhas extraordinárias de educação no Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências – Art. 87, item I, da Constituição, 1959. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-47251-17-novembro-1959-386350-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 47.251, de 17 de novembro de 1959**. Dispõe sobre as campanhas extraordinárias de educação no Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Câmara dos Deputados, 1959. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-47251-17-novembro-1959-386350-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20campanhas%20extraordin%C3%A1rias,Cultura%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.>>. Acesso em: 01 de março de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964.** Institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Câmara dos Deputados, 1964. Disponível em: <[BRASIL. **Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953.** Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências. Congresso Nacional, 1953. Disponível em: <\[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1920.htm\]\(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1920.htm\)>. Acesso: 17 de fevereiro de 2023.](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-norma-pe.html#:~:text=EMENTA%3A%20Institui%20o%20Programa%20Nacional,Cultura%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=Vide%20Norma(s)%3A,Executivo)%20%2D%20(Revoga%C3%A7%C3%A3o).>. Acesso em: 01 de março de 2023.</p></div><div data-bbox=)

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.** Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Câmara dos Deputados, 1937. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Congresso Nacional, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942.** Lei orgânica do ensino industrial - Art. 180 da Constituição, 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4073.htm>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942.** Lei orgânica do ensino secundário - Art. 180 da Constituição, 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4244.htm>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.881 de 6 de dezembro de 1965.** Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior, 1965.

BRASIL. **Lei nº 5.198, de 3 de janeiro de 1967.** Cria, sob a forma de Fundação, o Centro Brasileiro de TV Educativa. Congresso Nacional, 1967. Disponível em: <[BRASIL. **Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967.** Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar, 1967.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5198.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.198%2C%20DE%203%20DE%20JANEIRO%20DE%201967.&text=Cria%2C%20sob%20a%20forma%20de,Art.>. Acesso em: 01 de março de 2023.</p></div><div data-bbox=)

BRASIL. **Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967.** Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Câmara dos Deputados, 1967. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01 de março de 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968.** Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), e dá outras providências. Congresso Nacional, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5537.htm>. Acesso em: 01 de março de 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências, 1971.

BRASIL. **Lei nº 580, de 30 de julho de 1938.** Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Câmara dos Deputados, 1938. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-580-30-julho-1938-350924-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Primário - Art. 180 da Constituição, 1946. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Normal – Art. 180 da Constituição, 1946. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Reforma Universitária: relatório do Grupo de Trabalho. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 50, n. 111, p. 119-175, jul./set. 1968.

BRASIL. **Relatório de Equipe de assessoria ao planejamento do ensino superior.** EAPES, ACORDO MEC-USAID). Ministério da Educação e Cultura, 1969.

CANÇADO, M. T. L. **Comissão de Educação e Cultura. Seminário Nacional para avaliar os Resultados da Implantação da Lei n. 5.629/71:** educação primária. Brasília: Câmara dos Deputados, 1975. 312 p. (1). Câmara dos Deputados.

CARINY, L.; FONSECA, C.; PERES, S. **O JARDIM DE INFÂNCIA NO REGULAMENTO DE 1930 EM GOIÁS: um projeto de civilidade?** [s.l: s.n.]. Disponível em: https://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais14/arquivos/textos/Workshop/Trabalhos_Completos/Lara_Celestino_e_Selma_Peris.pdf. Acesso em: 13 nov. 2023.

CASA, V. M. **Políticas educacionais no município de Rosana:** a municipalização da educação nas escolas de ensino fundamental do assentamento Gleba XV de Novembro - um projeto de política social? Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_078abdc5798bdae188f35e13f377391>. Acesso em: 27 nov. 2023.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis, Vozes, 2008.

COSTA, Deane Monteiro Vieira. **A campanha de educação de adolescentes e adultos no Brasil e no estado do Espírito Santo (1947-1963):** um projeto civilizador. UFES, Vitória, Espírito Santo, 2012.

COSTA, F. A. **História e memória das escolas rurais:** a educação de jovens e adultos no município de Santana do Araguaia/PA. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

COSTA, Deane Monteiro Vieira; ARAUJO, Gilda Cardoso de. **A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos e a Atuação de Lourenço Filho (1947-1950): A Arte Da Guerra**. In. 25º SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25., 2011, São Paulo. Anpae, 2011. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0126.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2023.

DA SILVA, J. C. História da Educação: Instituições Escolares Como Objeto de Pesquisa. **Educere et Educare**, v. 4, n. 8, p. p. 213–231, 2000.

DICKINSON COLLEGE. **Extracts from the Laws and Regulations of Dickinson College**. Carlisle, Pensilvânia, 1905. Disponível em: https://archives.dickinson.edu/sites/all/files/files_document/RG1-3_10-1-6.pdf. Acesso em: 24 de fevereiro de 2023.

FERRARI, Alceu Ravello. Analfabetismo no Brasil: Tendência Secular e Avanços Recentes. Resultados Preliminares. **Cadernos De Pesquisa**, 1985. p. 35–49. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1360>. Acesso em: 23 de março de 2023.

FERREIRA JR., Amarilio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. EdUFSCar, São Carlos, 2010.

FERREIRA, José Rincon. **Pires do Rio 100 Anos**. Goiânia, Contato Comunicação, 220 p., 2022.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. Cortez & Moraes, 1979.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. Telecurso. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/solucao/telecurso>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

GARCIA, Marco Aurélio. As esquerdas no Brasil e o conceito de Revolução: trajetórias. In: ARAÚJO, Ângela (org.). **Trabalho, cultura e cidadania**. São Paulo: Scritta, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. **Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular no império**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. 102 p.

IANSEN, M. **História & Outras Histórias: Móveis escolares antigos**. Blog, 2012. Disponível em: martaiansen.blogspot.com/2012/09/moveis-escolares-antigos.html. Acesso em: 6 nov. 2023.

IBGE, **Censo Demográfico de Goiás de 2010**. Religião da População Residente em Pires do Rio (GO), 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/pires-do-rio/pesquisa/23/22107>. Acesso em: 21 de outubro de 2023.

IBGE. **A População do Brasil: dados censitários**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

IBGE. **Censo Demográfico de Goiás de 1970**. VIII Recenseamento Geral, Série Regional, v. 1, 1973. Disponível em: <

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_br.pdf>. Acesso em: 27 de janeiro de 2023.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro, 1958.

JORNAL DO SUDESTE. Ano 1, nº 6, abril de 1987.

JUNIOR, Paulo Rogério Rodrigues Maduro. **Taxas de matrícula e gastos em educação no Brasil**. Escola de Pós-Graduação em Economia – EPGE, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/110/2284.pdf>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba, PR: Intersaberes, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAMBERT, J. **Os dois Brasis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

LEAL, Leila. Saúde e educação em Cuba: um panorama aos 50 anos da Revolução. **Escola Politécnica De Saúde Joaquim Venâncio**, 2022.

LIMA, S. C. F. de; MUSIAL, G. B. S. **Histórias e memórias da escolarização das populações rurais: Sujeitos, instituições, práticas, fontes e conflitos**. [s.l.] Paco Editorial, 2017.

LIMA, S. C. F. Escola Rural: História, Memória e Representações. **Cadernos de História da Educação**, v. 3, 2004.

LIMA, S. C. F. **Escola Rural: História, Memória e Representações**. Cadernos de História da Educação, [S. l.], v. 3, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/345>. Acesso em: 20 out. 2023.

MARÇAL, Alexandre Lucas; SANTOS, Márcia Maria de Paula. **A ocupação dos escravos em Santa Cruz de Goiás no Período de 1800 a 1850**. Faculdade Celso Inocêncio de Oliveira – Universidade Estadual de Goiás, Pires do Rio, 2000.

MINAYO, M. C. O desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

MONLEVADE, João. **Educação pública no Brasil: contos & de\$conto\$**. 1ª ed., Idéa Editora, Distrito Federal, 1997.

MORAES, Luiz Espindula de. **Pires do Rio uma cidade local**. Faculdade Celso Inocêncio de Oliveira – Universidade Estadual de Goiás, Pires do Rio, 2001.

MUNIZ, T. A. **Educação protestante em Goiás: entre modernidade e tradição nos institutos Samuel Graham – Jataí e Granbery – Pires do Rio (1942-1963)**. Repositorio.ufu.br, 2020.

MYINT, Hla. Educação e desenvolvimento: um balanço teórico. In PEREIRA, Luís (org.) **Desenvolvimento, trabalho e educação**. Zahar, 1974.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NAPOLITANO, Celso. Os tortuosos caminhos de uma mina de dinheiro. In. **O Negócio da Educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco**. Fepesp; Gilberto Maringoni (org.) et al. - São Paulo: Olho d'Água, 2017, p. 11 – 26.

NASCIMENTO, Francisco das Chagas Barbosa do; BICALHO, Ramofly. Breve Contextualização da Educação Rural no Brasil e os Contrastes com a Educação do Campo. **Educação em Debate**, Fortaleza, ano 41, nº 78 p. 62-75, jan./abr. 2019.

NETO, A. R. A Micro História Como Aporte Teórico Para os Estudos em História da Educação. **Revista Contrapontos**, v. 18, n. 1, p. 15, 5 abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/contrapontos.v18n1.p15-28> Acesso em: 26 de outubro de 2023.

NOGUEIRA, Wilson Cavalcanti. **Incidente em Pires do Rio**. Grafica e Editora Kelps, [s.d].

NÓVOA, António. **Evidentemente. Histórias da Educação**. 1ª ed., Lisboa, PT: ASA Editores - AS, 2005.

NUNES, Clarisse. Anísio Teixeira: a poesia da ação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 16, p. 5–18, jan. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782001000100002> Acesso em: 26 de outubro de 2023.

O POPULAR. **Em memória de Jacy Siqueira** 2003. Disponível em: <<https://opopular.com.br/magazine/em-memoria-de-jacy-siqueira-1.76658>>. Acesso em: 03 de junho de 2023.

OLIVEIRA, Tânia Mara Marques de; BEDIN, Sonali Paula Molin. Diagnóstico de arquivo como instrumento de avaliação na gestão documental. **Ágora**, Florianópolis, v. 28, n. 56, p. 115-135, jan./jun. 2018.

PAES, Iranilda Divina Resende. **Pires do Rio: Nossa Terra, Nossa Gente**. Kelps, 1991.

PAIVA, Vanilda. Estratégias de Sobrevivência do Mobral. **Síntese Revista de Filosofia**. v. 9 n. 25, 1982, p. 57-91.

PAIVA, Vanilda. Mobral: um desacerto autoritário. **Síntese Revista de Filosofia**. v. 8 n. 23, 1981, p. 83-114.

PAULA, Gil César Costa de. **A atuação da união nacional dos estudantes – UNE: do inconformismo à submissão ao Estado (1960 a 2009)**. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2009.

PEREIRA, Geziel Alves. **Movimento Estudantil Em Goiás Em Tempos De Ditadura (1964 – 1979)**. Sistema de Bibliotecas PUC Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <<https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/3344/1/GEZIEL%20ALVES%20PEREIRA.pdf>>. Acesso em: 12 de abril de 2023.

PIRES DO RIO. **Ante-Projeto de Lei nº 1.066 de 16 de maio de 1975**. Concede aumento de vencimentos aos servidores inativos e aos servidores do Poder Legislativo. Fixa vencimentos de Professor Rural. Prefeitura Municipal de Pires do Rio 1975.

PIRES DO RIO. **Ante-Projeto de Lei nº 1.066 de 16 de maio de 1975.** Concede aumento de vencimentos aos servidores inativos e aos servidores do Poder Legislativo. Fixa vencimentos de Professor Rural. Câmara Municipal de Pires do Rio, 1975.

PIRES DO RIO. **Decreto nº 1.925, de 23 de maio de 1997.** Cria Caixas Escolares, Prefeitura Municipal de Pires do Rio, 1997.

PIRES DO RIO. **Lei 84 de 1 de junho de 1949.** Dispõe sobre a criação de escolas, Prefeitura Municipal de Pires do Rio, 1949.

PIRES DO RIO. **Lei n 1.065 de 16 de maio de 1975.** Dispõe sobre a reorganização do Quadro de Funcionários da Prefeitura Municipal, fixa novos vencimentos, extingue e cria cargos. Câmara Municipal de Pires do Rio, 1975.

PIRES DO RIO. **Lei nº 1.054 de 08 de novembro de 1974.** Autoriza abertura de crédito suplementar, Câmara Municipal de Pires do Rio, 1974.

PIRES DO RIO. **Lei nº 1.065 de 16 de maio de 1975.** Dispõe sobre a reorganização do Quadro de Funcionários da Prefeitura Municipal, fixa novos vencimentos, extingue e cria cargos. Prefeitura Municipal de Pires do Rio, 1975.

PIRES DO RIO. **Lei nº 1.238 de 12 de fevereiro de 1980.** Criação da rede Municipal de Ensino de Iº e IIº Graus. Prefeitura Municipal de Pires do Rio, 1980.

PIRES DO RIO. **Lei nº 1.479 de 24 de junho de 1985.** “Dá nova denominação a logradoura pública que menciona e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Pires do Rio, 1985.

PIRES DO RIO. **Lei nº 29 de outubro de 1960.** Abre crédito especial na importância de CR\$ 6.254,00. Câmara Municipal de Pires do Rio, 1960.

PIRES DO RIO. **Lei nº 461 de 24 de agosto de 1960.** Concede auxílio de CR\$ 10.000,00 ao Colegio Sagrado Coração de Jesus, para o fim que justifica. Câmara Municipal de Pires do Rio, 1960.

PIRES DO RIO. **Lei nº 470 de 29 de outubro de 1970.** Concede auxílio anual de CR\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) à Escola Técnica de Comercio do Instituto Granberry. Câmara Municipal de Pires do Rio, 1960.

PIRES DO RIO. **Lei nº 491 de 30 de dezembro de 1960.** Abre crédito suplementar na quantia de CR\$ 1.955.000,00. Câmara Municipal de Pires do Rio, 1960.

PIRES DO RIO. **Lei nº 592 de 25 de fevereiro de 1965.** Faz saber que a Câmara Municipal de Pires do Rio decretou e sancionou a lei. Câmara Municipal de Pires do Rio, 1965.

PIRES DO RIO. **Lei nº 614 de 28 de setembro de 1965.** Abre crédito suplementar de CR\$ 7.826,00 às vésperas que menciona. Câmara Municipal de Pires do Rio, 1965.

PIRES DO RIO. **Lei nº 779 de novembro de 1969.** Dá denominação a escolas rurais como especifica. Prefeitura de Pires do Rio, 1969.

PIRES DO RIO. **Lei nº 792 de 4 de abril de 1970.** Abre crédito especial para o fim que menciona. Câmara Municipal de Pires do Rio, 1970.

PIRES DO RIO. **Lei nº 793, de 11 de maio de 1970.** Autoriza compra de terreno para o fim que menciona. Câmara Municipal de Pires do rio, 1970.

PIRES DO RIO. **Lei nº 815 de 17 de agosto de 1970.** Reconhece a antiga Escola Normal Joaquim Bonifácio. Câmara Municipal de Pires do Rio, 1970.

PIRES DO RIO. **Lei nº 819 de 12 de novembro de 1970.** Eleva auxílio concedido à Loja Maçônica "Amor e Luz IV". Câmara Municipal de Pires do Rio, 1970.

PIRES DO RIO. **Lei nº 822 de 12 de novembro de 1970.** Concede auxílio à "Associação de Proteção e Assistência à Infância" de Pires do Rio. Câmara Municipal de Pires do Rio, 1970.

PIRES DO RIO. **Lei nº 822 de 12 de novembro de 1970.** Concede auxílio à "Associação de Proteção e Assistência à Infância" de Pires do Rio. Câmara Municipal de Pires do Rio, 1970.

PIRES DO RIO. **Lei nº 856 de 11 de maio de 1971.** Dá nomes às escolas municipais que especifica. Prefeitura Municipal de Pires do Rio, 1971.

PIRES DO RIO. **Lei nº 875 de 12 de agosto de 1971.** Autoriza a abertura de crédito suplementar. Prefeitura Municipal de Pires do Rio, 1971.

PIRES DO RIO. **Lei nº 885 de 29 de outubro de 1971.** Abre crédito suplementar para reforço da Dotação Orçamentária que menciona. Prefeitura Municipal de Pires do Rio, 1971.

PIRES DO RIO. **Projeto de Lei nº 779 de novembro de 1969.** Dá denominação a escolas rurais como especifica. Câmara de Vereadores de Pires do Rio, 1969.

PIRES DO RIO. **Relatório de Verificação Prévia da Escola Isolada Manoel Teixeira de Araújo.** Conselho Municipal de Educação de Pires do Rio, 2008.

PROGRAMA DE MUNICIPALIZAÇÃO SOLIDÁRIA. Governo Marconi Perilo. **Programa de Cooperação Educacional entre o Estado e os Municípios.** Goiás, 1999.

PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. **Lei nº 9 de 22 de março de 1874.** Cria a obrigatoriedade do ensino primário obrigatório. São Paulo, 1874. <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1874/lei-9-22.03.1874.html>>. Acesso em: 13 nov. 2023.

RIBEIRO, Allan. Eleições não movimentam Pires do Rio. **Blog do Badiinho**, 2013. Disponível em: <<https://www.badiinho.com.br/eleicoes-nao-movimentam-pires-do-rio/>>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira:** a organização escolar. 12. ed. São Paulo, Cortez, 1992.

RODRÍGUES, Justo Alberto Chávez. A educação em Cuba entre 1959 e 2010. **Journal Estudos Avançados**, vol. 25, nº 72, 2011, p. 45-54. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142011000200005>> Acesso em: 26 de outubro de 2023.

RODRIGUES, Maria Emilia de Castro; ROCHA, Juliano Guerra; VALDEZ, Diane. Benedito e Jovelina: a História da Alfabetização de Trabalhadores Rurais em Goiás nos Anos Sessenta (Século XX). **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, n. 11, 25 mar. 2020.

RODRIGUES, Tatiane Daby de Fatima Faria; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Josely Alves dos. As Pesquisas Qualitativas e Quantitativas na Educação. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

ROTHEN, José Carlos. Os Bastidores da Reforma Universitária de 1968. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 453-475, maio/ago. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000200008>> Acesso em: 29 de outubro de 2023.

SALES, Jean Rodrigues. A revolução cubana e as esquerdas brasileiras nas décadas de 1960 e 1970. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/5cih.pphuem.0518>. Acesso em: 17 de março de 2023.

SANTOS, A. DO N. Pátria, nação, povo brasileiro na produção didática de Manoel Bomfim e Olavo Bilac: Livro de Leitura (1899) e Atravez do Brasil (1910). Santa Catarina, 2010. Disponível em: repositorio.pucsp.br. Acesso em 18 ago. 2023.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record. 2001.

SANTOS, K. M; Iv Congresso Sergipano De História & Iv Encontro Estadual De História Da Anpuh/Se O Cinquentenário Do Golpe De 64. **EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL: UM OLHAR A PARTIR DO CONTEXTO HISTÓRICO**. 2014. Disponível em: <https://www.encontro2014.se.anpuh.org/resources/anais/37/1424131440_ARQUIVO_KatiaMariaLimeiraSantos.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2024.

SÁ-SILVA, J. R.; DE ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, Ano 1, n. 1, p. 1-14, julho, 2009.

SAVIANI, Demerval. **A Nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas**. 3ª ed., Campinas, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4ª ed., São Paulo, SP: Autores Associados, 2013.

SILVA, Cleusa Maria da. Fragmentação Territorial da Antiga Província de Santa Cruz de Goiás. **Revista Expedições**, Morrinhos, v. 9, n. 4, set./dez. 2018.

SILVA, Collemar Natal e. **História de Goiás**. Goiânia, AGPEL, 388 p., 2002.

SILVA, E. B. A estrutura fundiária de Goiás: mediações e conteúdo subjacente à propriedade privada da terra. **Geosp**, v. 27, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2023.199823> Acesso em: 13 de janeiro de 2024.

SILVA, Edson. DIAS, José Alves. Memórias e narrativas sobre a luta armada: “Lamarca: o capitão da guerrilha” (1980). Anais do 3º Encontro Internacional História & Parcerias e 7º Seminário Fluminense de Pós-Graduandos em História, ANPUH, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:

<https://www.historiaeparcerias.rj.anpuh.org/resources/anais/19/hep2021/1635631149_ARQ_UIVO_a36093bcdcfca7e35138c2d270bacf4fc.pdf>. Acesso em: 28 de março de 2023.

SILVA, Rony Rei do Nascimento; MESQUITA, Ilka Miglio de; NERY, Ana Clara Bortoleto. ‘Homens que Ensinaram a América Ler’: a Educação de Adultos no Brasil e México (1947-1956). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, p. e155, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/10.4025/rbhe.v21.2021.e155>> Acesso em: 25 de dezembro de 2023.

SILVA, Sônia Alves de Andrade. **O papel da estrada de ferro no processo de urbanização de Pires do Rio**. FAESCI, 2001.

SIQUEIRA, Jacy. Cronologia Piresina 1914-1922. Academia Goiana de Letras, Encadernadora Vila Nova, 1995.

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. 2ª ed., Brasília: UnB, 1970 (Original de 1953).

SOUZA, Donaldo Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do Ensino no Brasil: A Gestão Política dos Sistemas Públicos de Ensino Pós-LDB 9.394/96. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 925-944, out./dez. 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362004000400002>>. Acesso em: 19 de julho de 2023.

SUPERINTENDÊNCIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO. Pires do Rio – Ponte Epitácio Pessoa. Ipatrimônio, 2023. Disponível em: <<https://www.ipatrimonio.org/pires-do-rio-ponte-epitacio-pessoa/#!/map=38329&loc=-17.354872835237074,-48.21799099445343,17>>. Acesso em: 19 de julho de 2023.

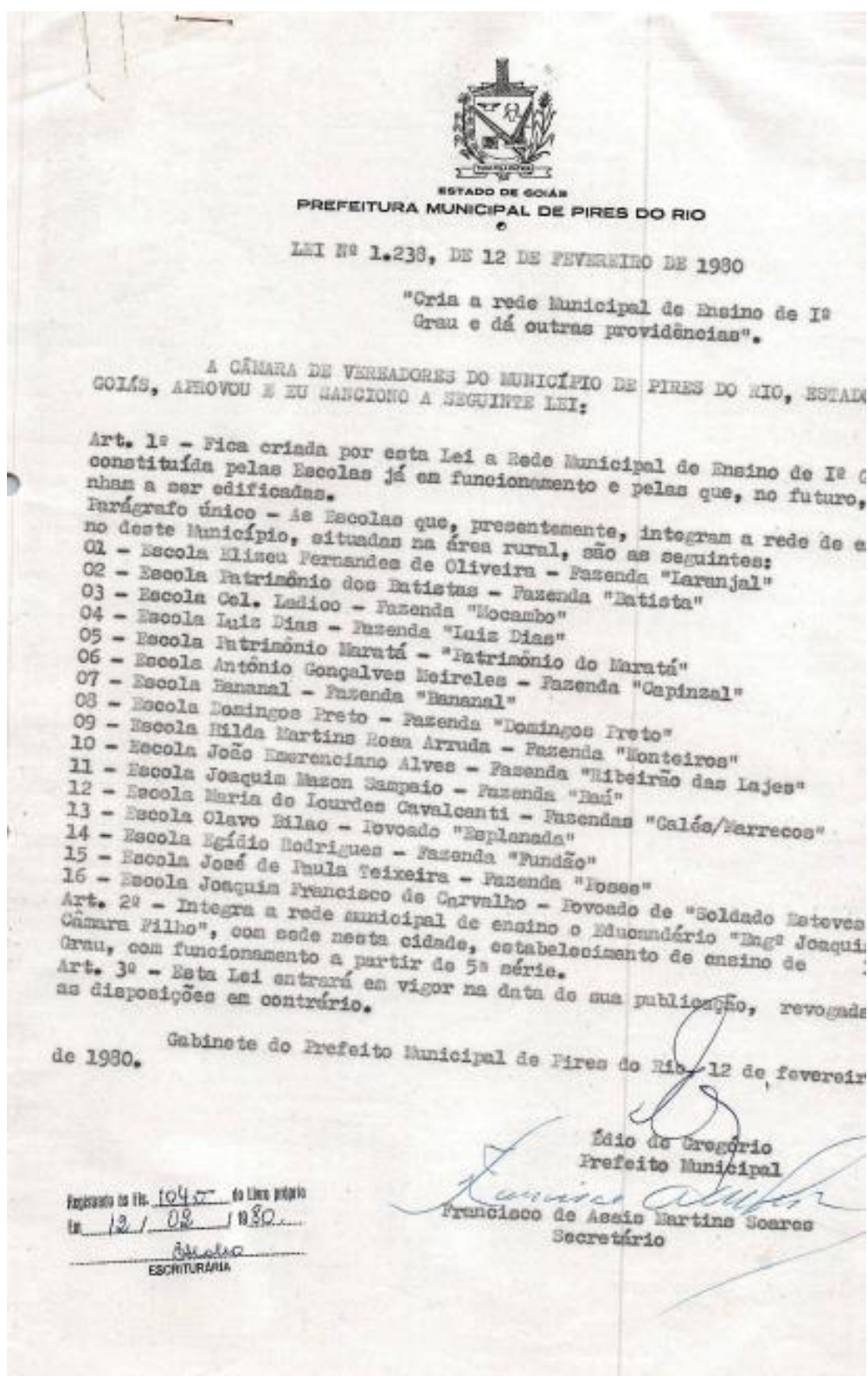
TAYLOR, F. W. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 8ª ed., 2009.

TCEG. Tribunal de Contas do Estado de Goiás. **Edison Monteiro de Godoy**. Goiânia, 2023. Disponível em: <<https://portal.tce.go.gov.br/-/edison-monteiro-de-godoy>>. Acesso em: 08 de junho de 2023.

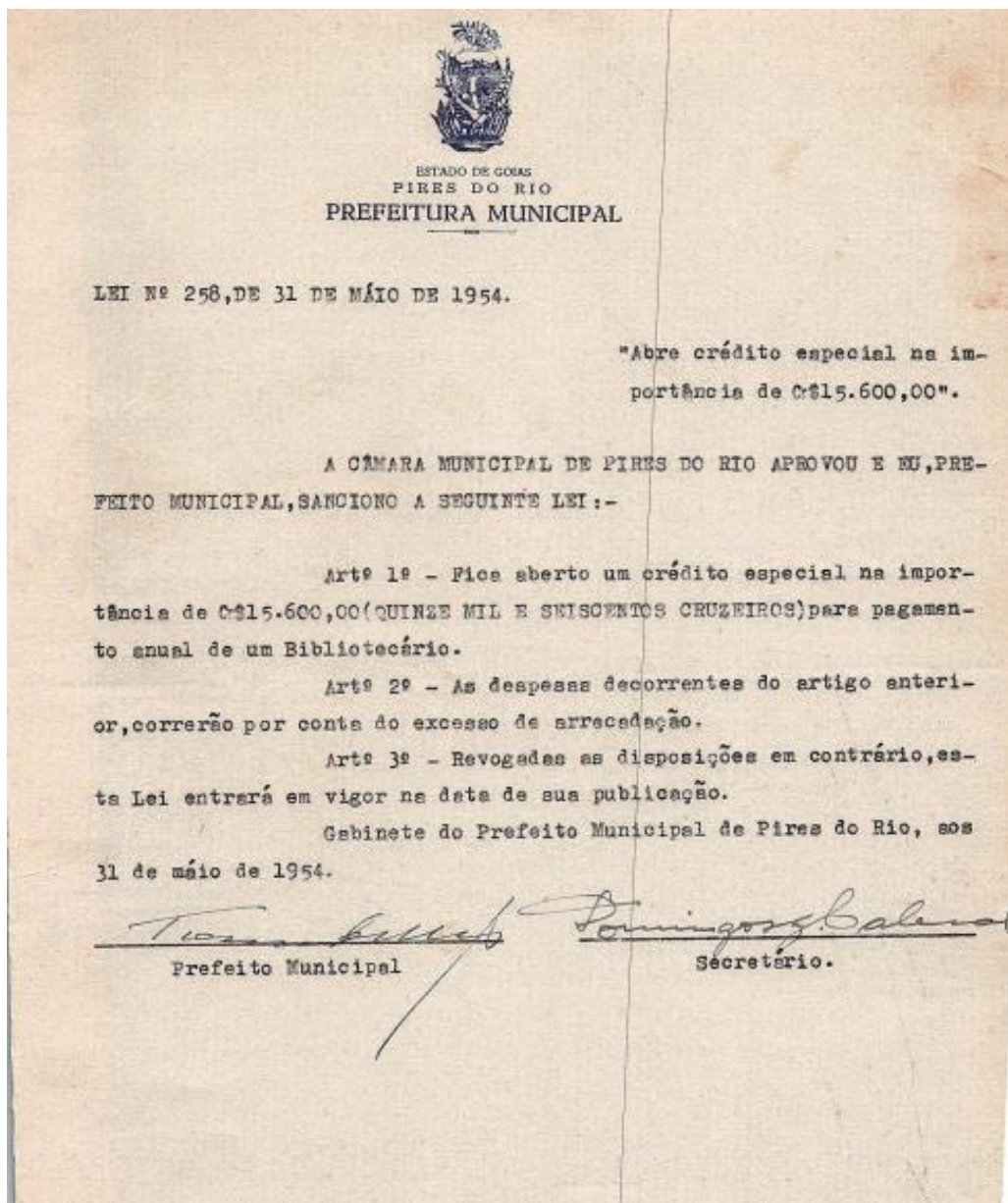
THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

8. ANEXOS

ANEXO – A: Lei nº 1.238 de 12 de fevereiro de 1980 - Pires do Rio (Go)



ANEXO – B: Lei nº 258 de 31 de maio de 1954 - Pires do Rio (GO)



ANEXO – C: Lei nº 461 de 24 de agosto de 1960 - Pires do Rio (GO)



ESTADO DE GOIAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO

LEI Nº 461 DE 24 DE AGÔSTO DE 1960

"Concede auxilio de CR\$10.000,00 ao
Colegio Sagrado Coração de Jesus,-
para o fim que especifica".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO APROVOU E EU,
PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Artº 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a
conceder ao Colegio Sagrado Coração de Jesus, desta cidade, um auxi-
lio na importância de CR\$10.000,00(dez mil cruzeiros) como contribui-
ção do Município para a excursão cultural de professôres e alunos /
desse estabelecimento de ensino.


Artº 2º - As despêsas decorrentes do artigo ante-
rior, correrão por conta do excesso de arrecadação previsto no cor-
rente exercicio.

Artº 3º - Rêvogadas as disposições em contrário,
esta lei entrará em vigôr na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pires do Rio,
em 24 de Agôsto de 1960.



Prefeito Municipal



Secretário

ANEXO - D: Lei nº 462 de 24 de agosto 1960 - Pires do Rio (GO)



ESTADO DE GOIAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO

LEI Nº 462 DE 24 de AGOSTO DE 1960

"Concede auxílio de CR\$10.000,00 ao Instituto Granbery, para o fim que especifica".

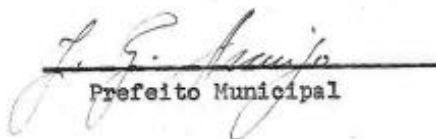
A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Artº 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder ao Instituto Granbery desta cidade, um auxílio na importância de CR\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) como contribuição / do Município para uma excursão cultural de professores e alunos desse estabelecimento de ensino.

Artº 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta do excesso de arrecadação previsto no / corrente exercício.

Artº 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pires do Rio, em 24 de Agosto de 1960.



Prefeito Municipal



Secretário

ANEXO – E: Lei nº 470 de 29 de outubro de 1960 - Pires do Rio (GO)

*nao
de
Pires*



ESTADO DE GOIAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO

LEI Nº 470, DE 29 DE OUTUBRO DE 1960

"Concede auxilio anual de CR\$......
80.000,00(Oitenta mil cruzeiros) à
Escola Técnica de Comercio do Insti-
tute Granbery."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO APROVOU E EU,
PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Artº 1º - Fica concedido um auxilio anual de Cr\$.
80.000,00(Oitenta mil cruzeiros) à Escola Técnica de Comercio do Ins-
tituto Granbery, a partir do exercicio de 1961.

Artº 2º - O auxilio de que trata o artigo ante-
rior deverá constar dos Orçamentos futuros da Prefeitura Municipal.

Artº 3º - O auxilio de que trata o artigo 1º é /
concedido à Escola Técnica de Comercio do Instituto Granbery como /
ajuda à manutenção.

Artº 4º - Revogadas as disposições em contrário, /
esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pires do Rio,
29 dias do mês de Outubro de 1960.

J. G. Franco

Prefeito Municipal

Evani de S. Dória

Secretário

ANEXO – F: Lei nº 472 de 29 de outubro de 1960 - Pires do Rio (GO)



ESTADO DE GOIAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO

LEI Nº 472, DE 29 DE OUTUBRO DE 1960

"Abre crédito especial na quantia de
Cr\$6.000,00".

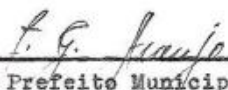
A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO APROVOU E EU,
PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Artº 1º - Fica aberto um crédito especial na im-
portância de Cr\$6.000,00(Seis mil cruzeiros), destinado ao paga-
mento de uma auxiliar na Escola Piracanjuba.

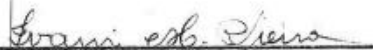
Artº 2º - As despesas decorrentes do artigo ante-
rior correrão por conta do excesso de arrecadação previsto para o
corrente ano.

Artº 3º - Esta lei entrará em vigor na data de /
sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pires do Rio,
aos 29 dias do mês de Outubro de 1960.



Prefeito Municipal



Secretário

ANEXO – G: Lei nº 473 de 29 de outubro de 1960 - Pires do Rio (GO)



ESTADO DE GOIAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO

LEI Nº 473, DE 29 DE OUTUBRO DE 1960

"Abre crédito especial na importância de CR\$6.254,00".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Artº 1º - Fica aberto um crédito especial na quantia de CR\$6.254,00 (Seis mil duzentos e cinquenta e quatro / cruzeiros), destinado ao pagamento de contas referentes ao exercício de 1959, assim discriminadas:

8.09.2 - Móveis e Utensílios	660,00
8.33.4 - Merenda Escolar	1.440,00
8.69.4 - Custeio e Conserv.do Matadouro	1.274,00
8.82.4 - Const.Conserv.Estradas(Município)	<u>2.880,00</u>
TotalCr\$6.254,00

Artº 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do excesso de arrecadação do ano em curso.

Artº 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pires do Rio, aos 29 dias do mês de Outubro de 1960.

F. G. Lima
Prefeito Municipal

Evani de Lima
Secretário

ANEXO - H: Lei nº 491 de 30 de outubro de 1960 - Pires do Rio (GO)



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO

LEI Nº 491, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1960.

"Abre crédito suplementar na quantia
de R\$1.955.000,00".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Artº 1º - Fica aberto um crédito suplementar na importância de R\$1.955.000,00 (Um milhão novecentos e cinquenta e cinco cruzeiros), destinado a reforçar as seguintes verbas:-

8.09.4 - b) Reparos de máquinas, móveis, etc..	500,00
8.29.4 - b) Auxílios, remédios, funerários, etc..	40.000,00
8.33.0 - Professôres Rurais	160.000,00
8.69.4 - Custeio e Conserv.do Matadouro	20.000,00
8.81.4 - b) Pavimentação de Ruas	750.000,00
8.88.4 - b) Iluminação Pública	10.000,00
8.89.1 - Contratados	40.000,00
8.89.3 - Combustível e Lubrificantes	50.000,00
8.89.4 - a) Obras Públicas em Geral	500.000,00
b) Consêrtos e Acessórios p/ veículos	200.000,00
e) Const.do Mercado Municipal	80.000,00
8.99.4 - b) Viagens a Serv.do Município	10.000,00
f) Grat.Pró-labore a Funcionários	50.000,00
g) Adicionais 5% p/ Quinquênio	24.500,00
h) Eventuais	20.000,00
TOTAL	R\$1.955.000,00

Artº 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta do excesso de arrecadação e saldo de verbas não aplicadas no corrente ano.

Artº 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pires do Rio, aos 30 dias do mês de Dezembro de 1960.

ANEXO – I: Lei nº 592 de 25 de fevereiro de 1965 - Pires do Rio (GO)



ANEXO - J: Lei nº 614, de 31 de setembro 1965 - Pires do Rio (GO)

LEI Nº 614, de 31 de Dezembro de 1965
Abre crédito suplementar de Cr\$ 7.826.000
às verbas que menciona

A Câmara Municipal de Pires do Rio aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Artº 1º- Fica aberto o crédito suplementar de Cr\$ 7.826.000 (Sete Milhões Oitocentos e Vinte e Seis Mil Cruzeiros), destinado a reforço das seguintes verbas:

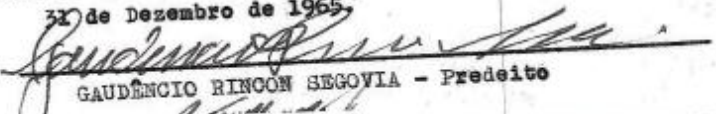
Substituições regulamentares	Cr\$	900.00
Gratificações por serviços extraordinários do Setor Contabilidade	Cr\$	296.00
Salário-Família - Setor Tributação	Cr\$	50.40
Salário-Família - Setor Obras e Viação	Cr\$	9.60
Contribuição para o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM	Cr\$	20.00
Contribuição para a Associação Brasileira dos Municípios - ABM	Cr\$	20.00
Serviço Funerário	Cr\$	200.00
Merenda Escolar	Cr\$	800.00
Eventuais	Cr\$	250.00
Previdência Social	Cr\$	1.000.00
Recepções e Hospedagens Oficiais	Cr\$	100.00
Luz e Força	Cr\$	1.500.00
Ajuda de Custo	Cr\$	300.00
Salários - Obras e Viação	Cr\$	1.000.00
Proteção aos Menores abandonados	Cr\$	500.00
Material Elétrico	Cr\$	340.00

Artº 2º- As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do excesso de arrecadação e real economia, resultante da anulação de verbas.

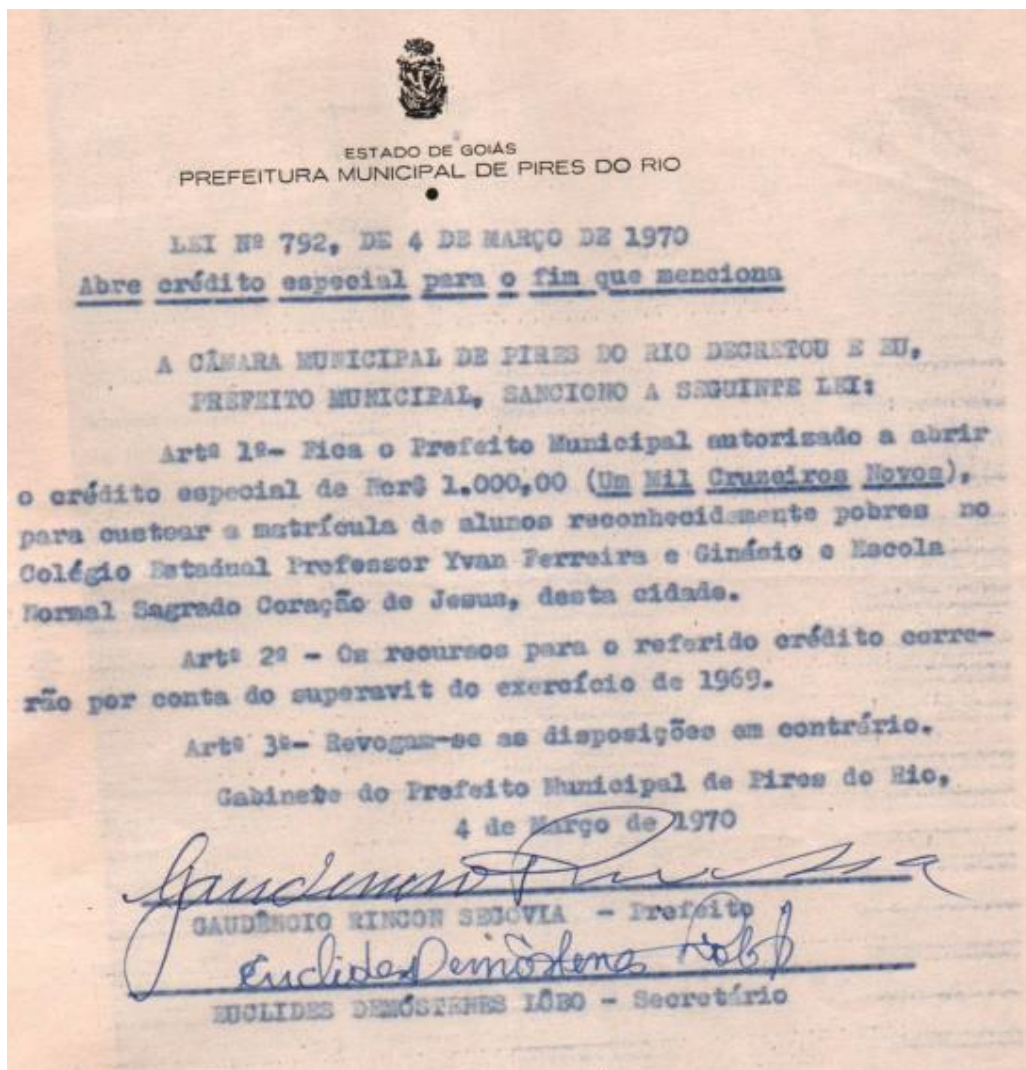
Artº 3º- Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pires do Rio,


31 de Dezembro de 1965.


 GAUDÊNCIO RINCÓN SEGOVIA - Prefeito

ANEXO – K: Lei nº 792 de 4 de abril de 1970 - Pires do Rio (GO)



ANEXO – L: Lei nº 793 maio de 1970 - Pires do Rio (GO)


 ESTADO DE GOIÁS
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO

LEI Nº 793, DE 11 DE MAIO DE 1970

Autoriza compra de terreno para o fim que menciona

A Câmara Municipal de Pires do Rio aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Artº 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir a Serafim Rodrigues de Andrade, para construção de um Grupo Escolar, o terreno situado na Quadra 14 do Jardim Goiás, medindo 65 x 60 Mts., dentro das seguintes confrontações: Ao Norte com a Rua Dois; a Leste com o prolongamento da Rua Manoel Cavalcanti Nogueira; a Oeste com a Avenida Marta Rassi; ao Sul com a Rua Três.

Artº 2º- Fica igualmente autorizada a abertura de crédito especial de Cr\$ 2.000,00 (DOIS MIL CRUZEIROS NOVOS) para a aquisição referida, correndo os respectivos recursos por conta do Fundo de Participação dos Municípios em Tributos Federais.

Artº 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pires do Rio,
11 de Maio de 1970

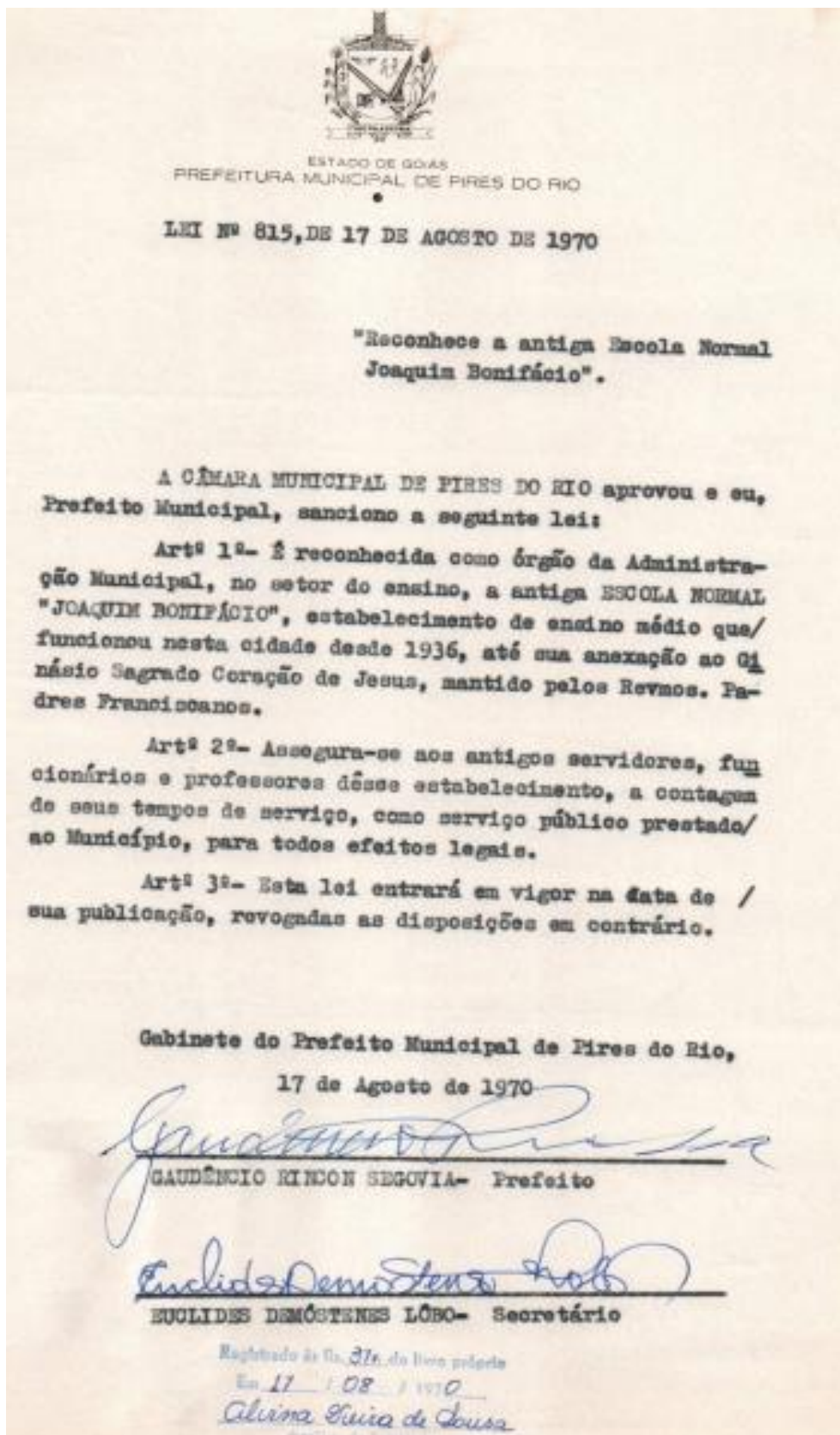
G. R. S., Prefeito
GADDENCIO RINCON SEGOVIA

Alvina Vieira de Souza, Secretário

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Pires do Rio, aos 11 dias do mês de Maio de 1970

Alvina Vieira de Souza, Auxiliar da Secretaria
ALVINA VIEIRA DE SOUZA

ANEXO – M: Lei nº 815 de 17 de agosto de 1970 - Pires do Rio (GO)



ANEXO – N: Lei nº 819 de 12 de novembro de 1970 - Pires do Rio (GO)

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO

LEI Nº 819 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1970.

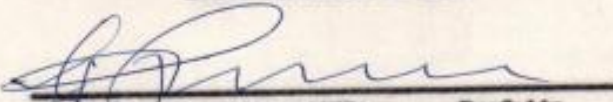
**"Eleva auxílio concedido à Loja
Maçônica "Amor e Luz IV".**

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO aprovou e eu sancio-
no a seguinte lei:

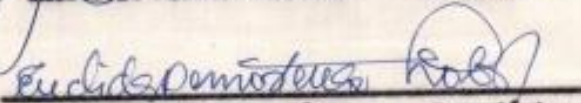
Art. 1º- Fica elevado para Cr\$ 500,00 (quinhentos Cru-
seiros) anuais o auxílio concedido à Loja Maçônica "Amor e Luz IV",
desta cidade, a partir do exercício de 1971, para construção e ma-
nutenção de uma Escola primária.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

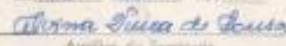
Gabinete do Prefeito Municipal de Pires do Rio,
12 de Novembro de 1970



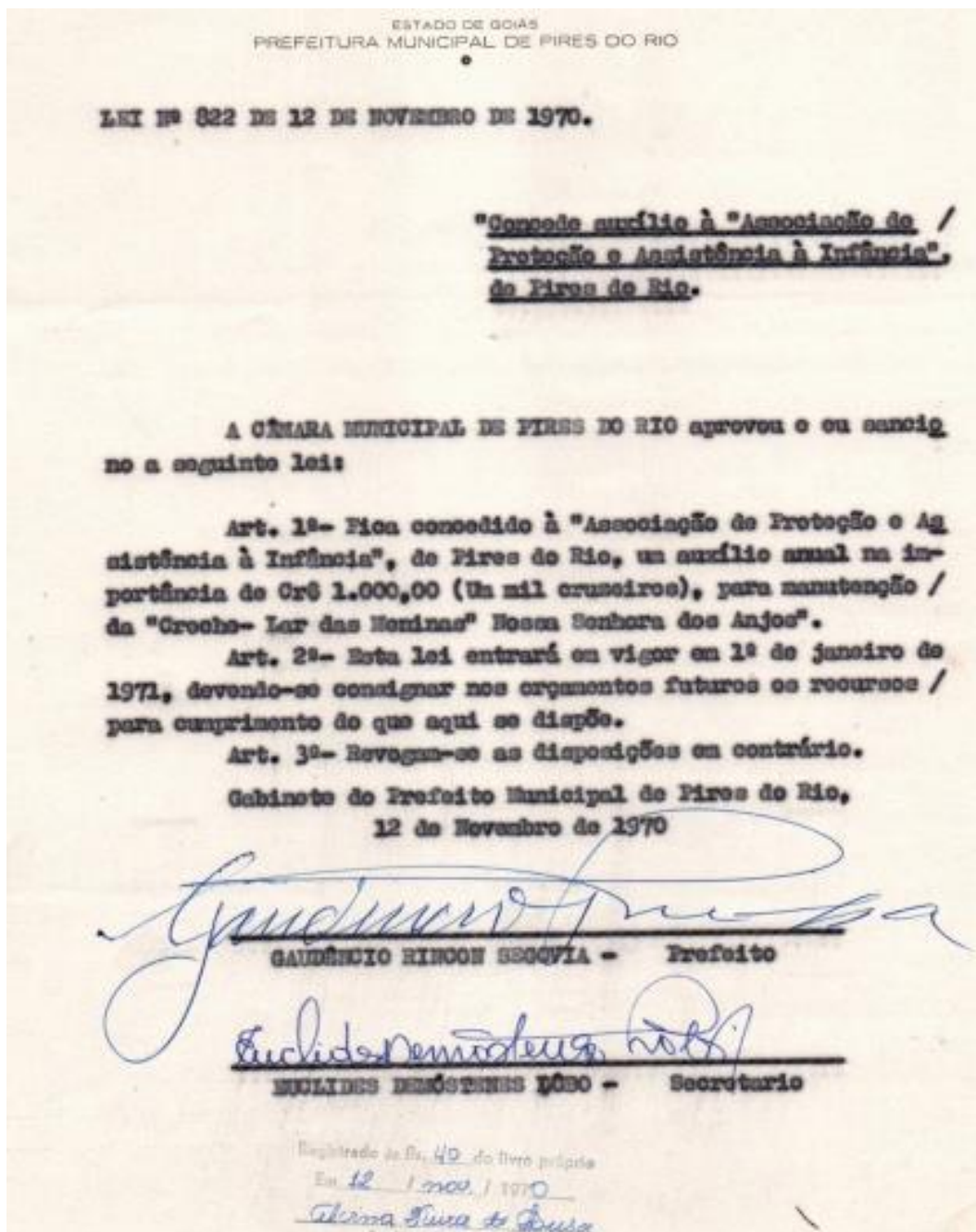
GAUDÊNCIO RIBSON SEREVINA- Prefeito



EUCLEDES DEMÓSTENES LOBO- Secretário

Registrado às fls. 32 do livro pref. nº
Em 12 / NOV / 1970

Alzira Sousa de Sousa
Auxiliar de Secretaria

ANEXO – O: Lei 822 de 12 de novembro de 1970 - Pires do Rio (GO)



ANEXO – P: Lei nº 1.054 de 08 de novembro de 1974 - Pires do Rio (GO)

ESTADO DE GOIÁS
LEI MUNICIPAL DE PIRES DO RIO
 Nº 1.054, de 08 de novembro de 1974
 "Autoriza abertura de crédito suplementar".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar na importância de R\$20.000,00 (vinte mil cruzeiros) destinado a ampliar e reconstruir escolas municipais, assim classificadas:

SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Escola - Tricório

4.0.0.0.61	- DESPESAS DE CAPITAL	
4.1.0.0.61	- Investimentos	
4.1.1.0.61	- Obras Públicas	
4.1.1.6.61	- Ampliação, Reconstrução, Restauração e Modificação	20.000,00

Art. 2º - O recurso financeiro para cobrir a despesa decorrente do cumprimento do artigo anterior resultará do aproveitamento do saldo não aplicado do Fundo de Participação dos Municípios, referente ao exercício de 1973, na importância de R\$15.000,00 (quinze mil cruzeiros), e da anulação parcial da seguinte rubrica orçamentária:

SERVIÇOS URBANOS
Setor de Contábil

4.0.0.0.97	- DESPESAS DE CAPITAL	
4.1.0.0.97	- Investimentos	
4.1.1.6.97	- Ampliação, Reconstrução, Restauração e Modificação	5.000,00

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

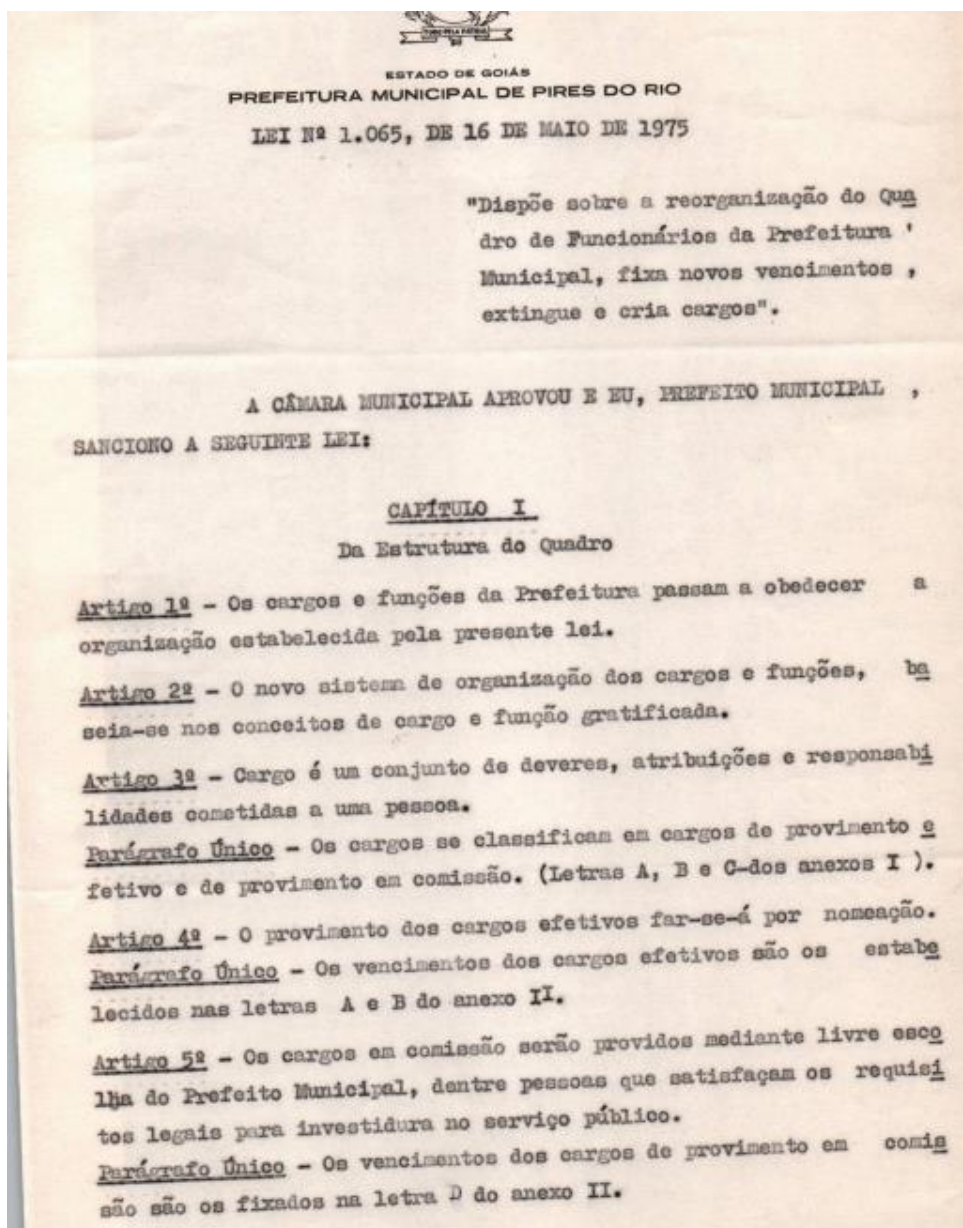
Cabinete do Prefeito Municipal de Pires do Rio, em 08 de novembro de 1974.

Goiás Cavalcanti Siqueira
 Prefeito Municipal

Francisco de Assis H. Soares
 Secretário

Registrada no fl. 54 do livro próprio
 Em 08/11/1974
 Antônio da Costa

ANEXO – Q: Lei n 1.065 de 16 de maio de 1975 - Pires do Rio (GO)



CAPÍTULO II

Das Funções Gratificadas

Artigo 6º - Função Gratificada é a vantagem acessória ao vencimento, criado para atender a encargos de Chefia ou de outra natureza, quando não constituírem atribuições próprias de cargos do Quadro.

Artigo 7º - Somente serão designados para o exercício de função gratificada os servidores públicos municipais, ou servidores estaduais, federais e autárquicos colocados à disposição do Município.

Parágrafo Único - Os valores das funções gratificadas (F.G.) são os constantes da letra D do anexo II.

Artigo 8º - Os cargos e as funções gratificadas constituem o Quadro permanente da Prefeitura.

CAPÍTULO III

Do Pessoal Contratado

Artigo 9º - Além do pessoal do Quadro permanente, a Prefeitura poderá contratar servidores pelo regime da Legislação Trabalhista.

Artigo 10º - A contratação de pessoal somente ocorrerá nos seguintes casos:

- I - Para o exercício de funções de natureza técnica especializada.
- II - Para o exercício de funções necessárias à execução de programas de saúde e educação.
- III - Para o desempenho de funções necessárias à execução de trabalhos de engenharia e execução de obras.
- IV - Para o desempenho de funções necessárias à execução de programas de pesquisas.
- V - Para o exercício de funções de zeladoria, de limpeza pública, coleta de lixo e para outras de caráter braçal.

VI - Para exercício de funções de arrecadação de tributos municipais.

VII- Para preenchimento de vagas resultantes de exoneração, demissão ou dispensa de pessoal contratado pela Legislação Trabalhista.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, são consideradas funções de natureza técnica especializada aquelas cujo exercício requiera formação profissional ou de grau superior.

Artigo 11º - A contratação de servidores obedecerá às restrições impostas pela Legislação Federal.

Artigo 12º - É vedada a admissão de pessoal contratado para funções de caráter burocrático e para aqueles que correspondam a cargos previstos nas letras A e C do Anexo I desta Lei, excetuando-se as funções previstas no artigo 10º desta.

Artigo 13º - A contratação de servidores será autorizada pelo Prefeito Municipal, mediante proposta do setor interessado, havendo dotação orçamentária para atender à despesa.

Artigo 14º - O candidato à admissão na forma do artigo 10º deverá preencher os seguintes requisitos:

- I - Possuir carteira profissional;
- II - Ser portador de certificado de reservista ou de isenção do serviço militar, se do sexo masculino.
- III- Comprovar quitação com as obrigações decorrentes da legislação eleitoral;
- IV - Ser aprovado em exame de sanidade física e mental.

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO

FL. 04

Parágrafo 1º - Os candidatos à admissão para funções de natureza técnica especializada deverão comprovar formação profissional ou de grau superior.

Parágrafo 2º - Os salários dos servidores contratados nesta categoria serão fixados pelo Prefeito, guardando-se equivalência aos salários pagos no mercado de trabalho por serviços semelhantes que se contratam.

Parágrafo 3º - Os cargos sujeitos a contratos, são os constantes da letra B do anexo I.

CAPÍTULO IV

Do Treinamento

Artigo 15º - Fica institucionalizada, como atividade permanente da Prefeitura, o treinamento dos seus servidores.

Parágrafo 1º - O treinamento terá sempre caráter objetivo e prático.

Parágrafo 2º - As chefias de todos os níveis hierárquicos também participarão dos programas de treinamento.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 16º - Os funcionários efetivos serão enquadrados em cargos de provimento efetivo constantes das letras A e B do Anexo I da presente Lei.

Artigo 17º - Os funcionários contratados, que ocupam cargos previstos nas letras A e B do Anexo I, deverão fazer treinamento de 20 dias, para, posteriormente se submeterem a provas de avaliação.

Parágrafo 1º - Os aprovados nas provas de avaliação, poderão ser enquadrados nos níveis a que se propuserem.

Parágrafo 2º - O enquadramento far-se-á por meio de Decreto.

Artigo 18º - Ficam extintos os cargos existentes anteriormente, e não

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO

Incluídos nas letras A, B e C do Anexo I.

Artigo 19º - Ficam criados os cargos constantes das letras A, B e C, que não figuravam no Quadro que ora se modifica.

Artigo 20º - Por semelhança de atribuições, e desde que não seja em prejuízo do servidor, poderão ser os mesmos aproveitados em outros cargos, previstos na letra A do Anexo I.

Parágrafo Único - O aproveitamento dar-se-á por Decreto do Executivo.

Artigo 21º - Ficarão automaticamente extintos à medida que vagarem os cargos constantes da letra B do Anexo I.

Artigo 22º - É permitida a contratação de menores, para o cargo de "OFFICE-BOY".

Artigo 23º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor no dia 1º de maio de 1975.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pires do Rio, em
16 de maio de 1975.

Goiás Cavalcanti Nogueira
Prefeito Municipal

Francisco da Assis Martins Soares
Secretário Municipal

Registrado no nº 89 do livro próprio
Em 21 / 05 / 1975
Francisco da Assis Martins Soares
Assessor de Secretária

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO

A N E X O I

LETRA A - CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO -

DENOMINAÇÃO DO CARGO	PADRÃO	Nº CARGO
Escriturário	G	6
Fiscal Arrecadador	J	4
Coletor	M	2
Auxiliar de Contabilidade	L	2
Contador	O	2
Auxiliar de Bibliotecário	G	2
Assistente Social	L	1
Fiscal de Posturas	J	1
Auxiliar de Enfermagem	K	2
Técnico em Laboratório	L	1
Auxiliar de Laboratório	I	1
Recepcionista	I	1
Encarregado de Farmácia	I	1
Zelador	P	2
Médico	Z	2
Dentista	Z	2
Procurador	R	1
Tesoureiro	O	1
Arquivista	G	1
Oficial de Gabinete	L	1

Pires do Rio, 16 de maio de 1975.

Goias Cavalcanti Mogueira
Prefeito Municipal

Francisco de Assis Martins Soares
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO

A N E X O ILETRA B

- CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO QUE
SE EXTINGUIRÃO À MEDIDA QUE VA
GAREM -

DENOMINAÇÃO DO CARGO	PARÂMETRO	Nº CARGO
Porteiro	F	1
Exator Fiscal	I	1
Operador de Máquina Pesada	L	1
Motorista	L	2
Tratorista	G	1
Lixeiro	F	1
Zelador do Auditório da Praça	G	1
Assistente Técnico da Fonte	G	1
Encarregado do Matadouro	J	1
Ajudante do Enc.do Mat. Municipal	G	1
Auxiliar de Coletor	G	1
Professor Rural	E	4

Pires do Rio, 16 de maio de 1975.

Goias Cavalcanti Nogueira
Prefeito Municipal

Francisco de Assis Martins Soares
Secretário Municipal

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO

ANEXO I

LETRA C

- CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO -

DENOMINAÇÃO DO CARGO	PADRÃO	Nº CARGO
Chefe de Gabinete	CC - 1	1
Chefe do Setor de Educação	CC - 3	1
Secretário do Governo Municipal	CC - 1	1
Pagador	CC - 4	1

Pires do Rio, 16 de maio de 1975.

Goias Cavalcanti Nogueira
Prefeito Municipal

Francisco de Assis Martins Soares
Secretário Municipal

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO

ANEXO I

LETRA D

- VALORES DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS -

SÍMBOLO	Nº DE FUNÇÃO	VALOR
FG - 1	4	100,00
FG - 2	4	200,00
FG - 3	2	300,00

Pires do Rio, 16 de maio de 1975.

Goiás Cavalcanti Nogueira
Prefeito Municipal

Francisco de Assis Martins Soares
Secretário Municipal

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO

ANEXO II

LETRA A

- VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO-

DENOMINAÇÃO DO CARGO	PADRÃO	VENCIMENTO
Escriturário	G	480,00
Fiscal Arrecadador	J	624,00
Coletor	M	935,00
Auxiliar de Contabilidade	L	810,00
Contador	O	1.120,00
Auxiliar de Bibliotecário	G	480,00
Assistente Social	L	810,00
Fiscal de Posturas	J	624,00
Auxiliar de Enfermagem	K	720,00
Assistente Técnico da Fonte	G	480,00
Técnico de Laboratório	L	810,00
Auxiliar de Laboratório	I	540,00
Recepcionista	I	540,00
Encarregado de Farmácia	I	540,00
Zelador	F	450,00
Médico	Z	2.200,00
Dentista	Z	2.200,00
Procurador	R	1.585,00
Tesoureiro	O	1.120,00
Arquivista	G	480,00
Oficial de Gabinete	L	810,00
Professor Rural	E	417,60

Pires do Rio, 16 de maio de 1975.

Goias Cavalcanti Nogueira
Prefeito Municipal

Francisco de Assis Martins Soares

Sec. Municipal

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO

A N E X O I I

LETRA B

- VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO
EFETIVO QUE SE EXTINGUIRÃO À MEDIDA
QUE VAGAREM -

DENOMINAÇÃO DO CARGO	PADRÃO	VENCIMENTO
Porteiro	F	450,00
Emtor Fiscal	I	540,00
Operador de Máquina Pesada	L	810,00
Motorista	L	810,00
Tratorista	G	480,00
Lixeiro	F	450,00
Zelador do Auditório da Praça	G	480,00
Assistente Técnico da Fonte	G	480,00
Encarregado do Matadouro	J	624,00
Ajud. do Encarregado do Mat. Municipal	G	480,00
Auxiliar do Coletor	G	480,00
Professor Rural	E	417,60

Pires do Rio, 16 de maio de 1975

Goias Cavalcanti Nogueira
Prefeito Municipal

Francisco de Assis Martins Soares
Secretário Municipal

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO

A N E X O I I

LETRA C

- CARGOS DE PROVIMENTO EM REGIME "C.L.T." -

DE NOMINAÇÃO DO CARGO	Nº CARGO	PAISÃO	VENCIMENTO
Operador de Máquina Pesada	3	L	810,00
Operador de Máquina Leve	3	J	624,00
Motorista	6	L	810,00
Professor Rural	16	E	417,60
Gari	16	E	417,60
Assistente Técnico da Ponte	1	G	480,00
Agente Fical de Tributos Municipais	1	Q	1.200,00
Ofice-boy	1	E	417,60
Mecânico	1	N	935,00
Assistente Técnico de TV	1	J	624,00

Pires do Rio, 16 de maio de 1975.

Goias Cavalcanti Nogueira
Prefeito Municipal

Francisco de Assis Martins Soares
Secretário Municipal

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO

A N E X O I I

LETRA D

- VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO
EM COMISSÃO -

DENOMINAÇÃO DO CARGO	PADRÃO	VENCIMENTO
Chefe de Gabinete	CC - 1	2.000,00
Chefe do Setor de Educação	CC - 3	1.440,00
Secretário do Governo Municipal	CC - 1	2.000,00
Pagador	CC - 4	935,00


Pires do Rio, 16 de maio de 1975.

Goiáz Cavalcanti Nogueira
Prefeito Municipal

Francisco de Assis Martins Soares
Secretário Municipal

ANEXO – U: Ante-Projeto de Lei nº 1.066 de 16 de maio de 1975 - Pires do Rio (GO)

*Normal
Crisógno
Nogueira*



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO
ANTE-PROJETO DE LEI Nº 1066 DE 16 MAIO DE 1975.
"Concede aumento de vencimentos aos servidores ina
tivos e aos servidores do Poder Legislativo. Fixa
vencimentos de Professor Rural".

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUIN-
TE LEI:

Artigo 1º - Fica concedido aos servidores inativos e aos do Poder Legis-
lativo, aumento de 20% (vinte por cento), em seus vencimentos.

Artigo 2º - Os ocupantes dos cargos de "Professor Rural" Padrão "E" que
forem portadores de diploma do curso normal, passarão a perceber o vencimen-
to de Cr\$. 500,00 (quinhentos cruzeiros).

Parágrafo Único - Somente perceberão este vencimento, aqueles professo-
res normalistas que estiverem no efetivo exercício do cargo.

Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de maio de 1975, revogadas as
disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pires do Rio, em 05 de maio de
1975.

Goiz Cavalcanti Nogueira
Prefeito Municipal.

Francisco de Assis Martins Soares
Sec. do Gov. Municipal.

J U S T I F I C A T I V A

A fim de estimular a contratação de Professores formados e, conse-
quentemente, proporcionar melhores meios para o aprendizado infantil, con-
cede-se, se aprovado por esta ilustre Câmara, maior salário a quem tem
melhores condições.

Creio que a medida não seja discriminatória, mas sim justa.

É concedido, também, aumento de 20% (vinte por cento), aos servi-
dores inativos e também aos servidores do Poder Legislativo.

Pires do Rio, em 05 de maio de 1975.

Goiz Cavalcanti Nogueira
Prefeito Municipal.

ANEXO – V: Programa de Municipalização Solidária (1999) – Pires do Rio (GO)

PROGRAMA DE MUNICIPALIZAÇÃO SOLIDÁRIA
RELATÓRIO DE AÇÕES REALIZADAS
(GOVERNO MARCONI PERILLO)

O Programa de Cooperação Educacional entre o Estado e os Municípios responde positivamente pela realização de compromissos assumidos de público pelo governador. Estes compromissos assentam-se nas exigências estruturantes de implementação simultânea e abrangente das políticas públicas educacionais, definidas pela SEE-GO, em todo o território do Estado e em todas as redes e escolas públicas de Educação Básica, e nas exigências legais vinculatórias prescritas pela LDB (1996) – especialmente os artigos 10 e 11, combinados – e pela Lei do FUNDEF (1996).

Dentre as ações prioritárias escolhidas encontram-se em realização prática, extensivas por adesão à todas as redes públicas municipais, as seguintes:

- ◆ Programa Estadual de Aceleração da Aprendizagem de 1ª a 3ª séries do Ensino Fundamental: período 1999 – 2001, atendendo no momento a 18.347 alunos em 32 municípios num total de 788 salas de aceleração. Número de escolas municipais atendidas em:
 - Rubiataba: 03
 - Uruaçu: 14
 - Porangatu: 13
 - Palmeiras de Goiás: 01
 - Inhumas: 07
 - Iporá: 07
 - Itapuranga: 02
 - Piranhas: 04
 - Itaberaí: 02
 - Silvânia: 02
 - Goiás: 04
 - Quirinópolis: 02
 - Mineiros: 10
 - Ceres: 01
 - Morrinhos: 02

-Campos Belos: 04
 -Formosa: 05
 - Posse: 05
 Estão sendo atendidas até o momento 87 escolas municipais de um total de 529 escolas.

- ◆ Programa Estadual de Aceleração de 5ª a 7ª séries do Ensino Fundamental: período 2000 – 2001
- ◆ Programa Estadual de Capacitação Contínua de Dirigentes Escolares – período 2000 – 2002, com início previsto para 2000.
- ◆ Programa Estadual de Capacitação de Professores de Educação Especial e de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental – período 1999 – 2002, com início previsto para o segundo semestre de 1999.
- ◆ Programa de Capacitação de Professores de Educação Infantil onde estão sendo atendidos 23 municípios num total de 69 formadores.
- ◆ Programa de Capacitação de Professores através dos PCN onde será atendida prioritariamente a Região Norte envolvendo 25 municípios nesta primeira etapa (período de 8 a 10 de setembro) estendendo para os demais a partir do ano 2000.
- ◆ Programa de Licenciatura Parcelada: período: 1999 – 2001 – Licenciatura em: Geografia, História, Letras (Português/Inglês); Pedagogia (habilitação em supervisão escolar); Magistério de 1ª a 4ª séries; Educação Física, Ciências (habilitação em Biologia e Química) – Pólos existentes em: Anápolis, Goiânia, São Luís de Montes Belos, Formosa, Iporá, Morrinhos, Goianésia, Uruaçu, Quirinópolis, Itapuranga e Porangatu – nº de formação prevista: 2.000 professores, sendo 496 da rede municipal
- ◆ Programa de Formação de Professores em exercício – (SEED) – período: 1999 – 2002. O programa trabalhará na capacitação em magistério de 3.733 professores leigos distribuídos até o momento da seguinte forma: Anápolis – 187 professores
 Aparecida de Goiânia – 142 professores
 Catalão – 112 professores
 Ceres – 265 professores

Formosa – 214 professores
 Goianésia – 247 professores
 Goiás – 290 professores
 Iporá – 217 professores
 Luziânia – 187 professores
 Monte Alegre de Goiás – 166 professores
 Morrinhos – 226 professores
 Palmeiras de Goiás – 201 professores
 Porangatu – 257 professores
 Posse – 231 professores
 Rio Verde – 314 professores
 São Miguel do Araguaia – 65 professores
 Silvânia – 146 professores
 Uruaçu – 266 professores

- ◆ FUNDESCOLA – O projeto visa a qualidade e melhoria do ensino fundamental e tem por objetivo envolver inicialmente os municípios do entorno de Goiânia e de Brasília, estendendo para todo o Estado, até o ano 2003. Foram beneficiadas as escolas de 17 municípios a saber:

1- Abadia de Goiás: 01 escola municipal.

Equipamentos: 370.000

PME : 49.600

Pape 185.000

Total de recursos: 604.600

2-Aparecida de Goiânia: 17 escolas municipais.

Equip: 370.000

PME:49.600

Pape: 185.000

Total de recursos: 604.600

3-Aragoiânia : 02 escolas municipais.

Equip: 20.000

Pape: 10.000

Total de recursos:30.000

4-Bela Vista de Goiás: 01 escola municipal

Equip: 20.000

Pape: 10.000

Total de recursos: 30.000

5- Bonfinópolis: 01 escola municipal
Equip: 25.000
Pape: 12.500
Total de recursos: 37.500

6-Caldazinha: 01 escola municipal
Equip: 40.000
Pape: 20.000
Total de recursos: 60.000

7- Goianápolis:02 escolas municipais
Equip: 25.000
PME: 16.200
Pape:12.500
Total de recursos: 53.700

8- Goiânia: 37 escolas municipais.
Equip:1.425.000
PME:82.600
Pape: 712.500
Total de recursos: 2.220.100

9-Goianira : 01 escola municipal
Equip: 20.000
PME: 6.200
Pape: 10.000
Total de recursos: 36.200

10-Guapó : 01 escola municipal
Equip: 20.000
Pape: 10.000
Total de recursos: 30.000

11- Hidrolândia: 01 escola municipal
Equip: 35.000
Pape: 17.500
Total de recursos: 52.500

12- Leopoldo de Bulhões: 05 escolas municipais
Equip: 40.000
Pape: 20.000

Total de recursos 60.000

13- Nerópolis: 02 escolas municipais

Equip: 55.000

PME: 16.200

Pape: 27.500

Total de recursos: 98.700

14- Santo Antônio de Goiás: 01 escola municipal

Equip: 25.000

Pape: 12.500

Total de recursos: 37.500

15- Senador Canedo: 06 escolas municipais

Equip: 35.000

PME: 34.400

Pape: 17.500

Total de recursos: 86.900

16- Terezópolis de Goiás: 01 escola municipal

Equip: 10.000

Pape: 5.000

Total de recursos: 15.000

17- Trindade: 06 escolas municipais

Equip: 35.000

PME: 34.400

Pape: 17.500

Total de recursos: 86.900

Foram beneficiadas pelo Fundescola 85 escolas municipais, com um total de 1352 salas.

Total de verbas destinadas às escolas municipais:

Equipamentos: 6.205.000

PME: 626.000

Pape: 3.102.500

Total de recursos investidos: 9.933.500

- ◆ Programa Cantinho da Leitura – Aquisição de 40 livros de literatura infantil para cada sala de aula de 1ª a 4ª série de escolas públicas. (abril de 2000).

- ◆ Pró-escola – Programa de Melhoria da Qualidade, da Equidade e da Gestão Escolar do Ensino Fundamental Público do Estado de Goiás – Período: 2000 – 2004. A SEE-GO estará investindo na qualidade do ensino no próximo quinquênio, aproximadamente R\$ 215,59 por aluno com recursos do “Pró-Escola” beneficiando as redes municipais com investimentos na ordem de R\$ 27 milhões ao ano, totalizando R\$ 135 milhões no quinquênio. Na hipótese de novas municipalizações do Ensino Fundamental, este valor se elevará proporcionalmente ao acréscimo da matrícula municipal.
- ◆ PROINFO – Programa Nacional de Informática Aplicada à Educação. O Programa realiza a capacitação dos professores da rede estadual e municipal para a utilização do computador como instrumento pedagógico. Foram realizados cursos de 300 horas e de 100 horas. No momento, estão realizando os cursos através de módulos de 80 horas.
- ◆ Programa Municipalização Solidária. Após a realização da Conferência Estadual de Cooperação entre Estado e Municípios para “Educação de Qualidade” concretizou-se:
 - criação do Grupo Gestor do Programa de Cooperação, em cada Município, através do ofício nº 035/99, da Superintendência de Ensino Fundamental. Apenas 42 municípios se manifestaram.
 - Convite para reunião com 42 municípios e 35 DRE no dia 09/07/99 conforme ofício nº 066/99, onde foram repassadas todas as informações a respeito da cooperação e parceria Estado e Municípios. No final foi entregue a cada um dos participantes questionário com dados físicos, pedagógicos e financeiros das Escolas Estaduais e Municipais. (SEF).
 - Convite para reunião aos 42 municípios anteriores mais 15 outros que se manifestaram posteriormente, fazendo um total de 57 municípios e as 35 DRE, onde foi repassado novamente as informações e ainda um treinamento técnico de como preencher em disquete todas as informações do questionário “Perfil Educacional dos Municípios”. No final, foi entregue a cada município um programa em 04 disquetes juntamente com o questionário em papel para serem preenchidos e serem devolvidos à DRE de sua regional contendo as informações solicitadas. Foi dado prazo de 30 dias para o retorno, a contar do dia 24/08/99, dependendo do desempenho de cada um dos municípios. (conf. Of. nº 073/99 e 074/99 da SEF).

- Após a reunião ocorrida em 24/08/99, outros 7 municípios organizaram comitê gestor. O restante ainda não se manifestou.
Estão sendo feitos estudos aprofundados, respeitando a realidade de cada município, para se definir a forma de municipalização.

O Comitê Gestor se encontra no momento estudando, com o apoio do Secretário de Planejamento, Administração e Procuradoria, a regulamentação a ser aplicada no Processo de Municipalização.

CRONOGRAMA DA MUNICIPALIZAÇÃO

Estimativa em meses (1999)

atividades	Outubro	Novembro	Dezembro	
Assinatura do termo de adesão	13			
Data de devolução dos questionários	13 a 30			
Prazo de estudos dos questionários		1º a 30		
Data de assinatura dos convênios			1º a 10	

PROGRAMAS DE MUNICIPALIZAÇÃO SOLIDÁRIA

Na implementação do programa de parceria instituído pelo Decreto Estadual Nº 503/99 para municipalização solidária e a cooperação educacional entre o estado de Goiás e os seus 242 municípios, a Secretária de educação de Goiás, nos termos dos artigos 3º, 9º, da Lei Nº 9424, de 24.12.96, que dispõe sobre a FUNDEF, propõe, como instrumento jurídico de compromisso e garantia da cooperação acima citada, a assinatura pelas partes de Convênio de Cooperação Técnica, abrangendo as seguintes ações e compromissos mútuos:

I – Compromissos do Estado com os Municípios:

I – Desenvolvimento e Valorização Profissional :

- a) Organização e oferta pela SEE-GO de :
 - a.1 – Programa de Capacitação de Docentes de Pré-Escolar, Ensino Especial e 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental.
- b) Programa de Capacitação de Docentes e de Mediadores para organização nos Municípios de Classe de Aceleração de Aprendizagem, de 1ª a 3ª séries e de 5ª a 7ª séries.

2 – Gestão do Sistema Educacional e Gestão Escolar :

- a) Programa de Capacitação Continuada de Diretores das Escolas Municipais;
- b) Programa de Capacitação Continuada de Secretários de Educação e de Equipes Técnicas das Secretarias Municipais de Educação;
- c) Participação das Escolas dos Sistemas Municipais de Educação, no Programa de Avaliação de Educação Básica no Estado e Goiás;
- d) Programas Estadual de Formação Inicial (Graduação) e de Regraduação (Complementação pedagógica) a distância, a partir do ano de 2001, para o atendimento preferencial aos professores lotados em sala de aula nos municípios do interior, nas escolas urbanas e rurais;
- e) “Programa Estadual de Formação de Professores Leigos” , em benefício de todos os municípios goianos - PROFORMAÇÃO

3 – Garantia de Padrões Básicos de Funcionamento Escolar

- a) Cantinhos de Leitura : todas as salas de aula de 1ª a 4ª séries das escolas públicas estaduais e municípios urbanos e rurais,

receberão no ano 2000 o cantinho de leitura contendo pelo menos 40 livros de literatura infantil.

- b) Bibliotecas escolares de 5^a a 8^a séries para as 250 maiores escolas municipais de 5^a a 8^a séries.

4 – Equidade e Universalização Gradual do ensino Fundamental e do Ensino Médio

– Ensino Médio

- a) Garantia da matrícula no 1^o ano do ensino Médio, prioritariamente para todos os concluintes do Ensino Fundamental, anualmente.
- c) Garantia da oferta do ensino Médio naqueles municípios onde ainda não é oferecido esse nível de ensino através da modalidade denominada: Ensino Médio com Professores Itinerantes.
- d) Expansão da oferta do Ensino Médio em todo o estado de Goiás, observando necessariamente o critério de nucleação da oferta escolar.

– Ensino Fundamental de 5^a a 8^a séries

- a) Universalização da oferta do ensino fundamental e a expansão geral das matrículas nesse segmento do ensino Fundamental.

b) Expansão da matrícula de 5ª a 8ª séries na rede estadual obedecerá, necessariamente, os seguintes critérios:

b.1- racionalização do atendimento escolar, eliminação e duplicação de meios para o mesmo fim e melhoria contínua da qualidade do ensino em todas as escolas.

b.2 – tanto quanto possível na rede estadual no mesmo prédio escolar, deverão ser oferecidos prioritariamente, nos termos da LDB, de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e o ensino Médio.

II – Dos Compromissos de Cooperação Educacional dos Municípios com o Estado

I – Universalização do atendimento escolar

1.1 – Pré-Escolar :

Os municípios comprometem-se a formular e apresentar a SEE-GO, um plano e um cronograma de universalização do atendimento no pré-escolar (faixa etária de 4 a 6 anos), sugerindo-se como primeira prioridade o atendimento às crianças de 5 a 6 anos, e a prioridade consecutiva para as crianças de 4 anos . Recomenda-se a matrícula das crianças de 6 anos, no 1º ano do Ensino

Fundamental, nos termos do artigo 87 parágrafo 3º, § 1º da LDB, o que viria a beneficiar o município relativamente ao FUNDEF.

1.2 – Ensino Fundamental : 1º a 4º séries :

- a) Os municípios, nos termos dos Artigos 10 e 11 da LDB, com a prontidão que a situação requer, e nos termos das recomendações oficialmente propostas, pela Associação Goiana dos Municípios – AGM deverá efetuar a mais ampla municipalização das matrículas de 1ª a 4ª séries das escolas estaduais;
- b) Consistentemente com a proposição anterior, em todo o Estado de Goiás, a partir do ano 2000, inclusive, toda nova matrícula, no 1º ano e nas demais séries do ensino de 1ª a 4ª séries, deverá ocorrer em escolas municipais incluídas aí as escolas estaduais que, já estiverem municipalizadas antes do início do próximo ano letivo.

1.3 – Ensino Fundamental : 5º a 8º séries :

- a) Nesse segmento do Ensino Fundamental os Estados e Municípios assumem responsabilidades concomitantes, devendo o Estado crescer de 5ª a 8ª séries, preferencialmente, naqueles municípios onde a relação tributo por habitante, seja baixa, e onde a Prefeitura Municipal tenha dificuldade organizacionais, gerenciais e

- c) Os municípios comprometem-se a investir parte do mínimo dos 25% na melhoria dos padrões básicos das escolas municipais, compreendendo: melhoria da rede física, inclusive das escolas municipalizadas; fax – telefone; copiadora; retroprojeter; aparelho de som; tv e vídeo; laboratório de informática; sala ambientada para ensino língua estrangeira; quadra e cobertura de quadra e transporte escolar.

3 – Melhoria da Gestão Educacional do Município:

- a - Fortalecimento institucional da Secretaria ou do órgão municipal de educação, garantindo-se ao Secretário ou dirigente do órgão uma equipe técnica básica, incumbida de:

a.1 – Organização do atendimento escolar e da cooperação educacional;

a.2 – Desenvolvimento profissional e da avaliação;

a.3 – Administração financeira e de pessoal;

a.4 – Censo Escolar e Estatísticas Educacionais

- b- Valorização do Órgão Municipal de Educação e da Participação Comunitária

b-1 – Responsabilidade direta para elaboração do orçamento anual da educação e garantia de cooperação no setor fazendário ou financeiro da Secretaria Municipal;

b-2 – Transparência e publicidade das informações relativas a execuções do orçamento municipal da educação e produção de um boletim mensal de prestações de contas da execução do orçamento da educação;

b-3 – Organização do Conselho Municipal de Educação que poderá ou deverá assumir as responsabilidades correlatas de:

- acompanhamento da aplicação dos recursos da alimentação do Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- Responsabilidade de garantir ao município, toda criança na escola.

b-4- Organização do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF.

III – Da Municipalização Solidária e dos Critérios para Administração da Transição

1 – Da Municipalização Solidária: Aspectos Gerais

1.1 – Observadas as diretrizes gerais constantes destes documentos, a municipalização será sempre e necessariamente solidária, considerando os princípios de equidade e universalização da cobertura escolar, a garantia de padrão de qualidade, o

planejamento e a busca de eficiência e eficácia, e as peculiaridades de cada município. Assim a municipalização solidária será sempre resultado de entendimento respeitoso e igualitário entre cada município, considerando-se a grande diversidade de situações existentes entre os municípios goianos. No caso de qualquer município, por fatos supervenientes, não ter como honrar compromissos já assumidos, fica aberta a possibilidade da reversibilidade, através da negociação, caso a caso, e que poderá resultar na assinatura de outro e mais adequado Convênio de Cooperação Educacional com o Estado.

1.2 – Devem ser observado que a matrícula que mais cresce e que mais continuará a crescer é a do Ensino Médio, que o mais elevado custo – aluno é do ensino médio, compensável apenas ao custo aluno de escola rural. Assim, tem-se uma constante, segunda a qual a relação custo – aluno ensino médio por aluno de ensino fundamental de 1ª a 4ª séries, correspondente a uma relação matemática de 1,7 por 1,0. Essa é a razão fundamental, associada ao volume elevado de investimentos do Estado na melhoria da qualidade do ensino das escolas municipais, para que os Estado proponha que os municípios assumam integralmente o custeio do transporte escolar.

2 – Considerações para Transição nos casos de Municipalização:

2.1 – Sobre Pessoal, Direção Escolar, Docentes e Servidores Administrativos.

a – Nos casos de municipalização de escola estadual em que a Prefeitura Municipal ainda não disponha de pessoal qualificado qualificado de seu próprio quadro a SEE-GO, compromete-se , ceder funcionários através de convênio específico, durante 1 ano, sob a forma de Disponibilidade com ônus para o Município, sendo o ressarcimento ao Estado efetuado mensalmente através de compensação no crédito do FUNDEF eventualmente devido ao município. A recíproca é verdadeira, em caso de estadualização de matrículas de 5^a a 8^a séries, quando necessário.

b – No caso da direção escolar em escolas estaduais municipalizadas, considerando-se que até o próximo mês de dezembro de 1999 ocorrerá a eleição direta pela comunidade escolar do diretor de cada estabelecimento de ensino, recomenda-se que a Prefeitura Municipal valorize e acate a escolha da comunidade e mantenha na direção da escola municipalizada o diretor democraticamente eleito. Neste caso não haverá ônus para o município.

2.2 – Sobre Transferências Patrimoniais de Bens Móveis e Imóveis nos casos de Municipalização

Considerando-se:

- a – que a transferência escritural definitiva depende de lei ordinária
- b - que para cada escola exige-se um processo documental e escritural em cartório
- c - que estes procedimentos demandarão tempo

d - que a urgência que caso requer, exige prontidão
O Estado com base na legislação pertinente, recomenda o uso do instrumento denominado “ Termo de Permissão de Uso de Bem Imóvel e seus Acessórios a título Gratuito” , a ser firmado caso a caso entre o Estado e o Município, o que vem sendo amplamente utilizado nos demais Estados brasileiros.

2.3 – Sobre o atendimento escolar em situações extraordinárias de transição

- em situações excepcionais o atendimento escolar ao aluno, poderá resultar na coabitação de escola municipal e estadual em um mesmo prédio , durante um período de tempo, maior ou menor, na dependência de indisponibilidade de recursos para investimentos em rede física.

Em tais situações devem ser observados os seguintes critérios:

- os interesses e direitos do aluno,
- os compromissos mútuos com a cooperação educacional, lembrando inclusive situações de coabitações do mesmo prédio,
- a racionalidade política e o planejamento para se evitar o desperdício de recursos públicos, a ociosidade de espaços físicos e a duplicidade de meios para o mesmo fim.
- o dever de se buscar a interação através dos bons argumentos e da razão comunicativa.

29/03

Feres do Rio

Leroneze . 224-61-43

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA MUNICIPALIZAÇÃO

1. Ofício da Prefeitura solicitando a transferência de alunos;
2. Documentos pessoais do Prefeito;
3. Ata da Posse ou Diploma do Prefeito;
4. CGC;
5. INSS;
6. FGTS;
7. Decreto de criação do Conselho Municipal de Educação; ✓
8. Plano Municipal de Educação; ✓
9. Estatuto do Magistério ou Plano de Carreira;
10. Conselho Municipal de Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério;
11. Decreto do Governador nº 5.035/99;
12. Relação dos Professores - verificar a vida funcional - efetivo;
13. Relação do Patrimônio - DRE OK!
14. Certidão Negativa do TCM - 25% aplicação no ensino;
15. Mapa do Município.

- cópia da Aut. do TCM - 1999 - 25% c/educação
- cópia da Lei/Fundef.

FAX - 223 5882
VALTERLINA - Sala 410

Valterlina/00.